

Glória da Anunciação Alves
Fernanda Padovesi Fonseca
(Orgs.)

UMA GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO

UMA GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Organização

Glória da Anunciação Alves
Fernanda Padovesi Fonseca

Projeto editorial, capa e diagramação

Henrique Pasti | Lapidar Editorial

Revisão

Elaine Araújo Brito

CONSELHO EDITORIAL

Sonia Maria Vanzella Castellar (FEUSP- PPGH)
Reinaldo Paul Pérez Machado (DG/FFLCH/USP)
Rita de Cássia Ariza da Cruz (DG/FFLCH/USP)
Wanderley Messias da Costa (DG/FFLCH/USP)
Ângelo Serpa (UFBA)
Iná Elias de Castro (DG/UFRJ)
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior
(NAEA/UFPA)
Fabio Betioli Contel (DG/FFLCH/USP)
Rodrigo Ramos H. Valverde (DG/FFLCH/USP)

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

G345 Uma geografia da resistência à segregação [recurso eletrônico] /
Organizadores: Glória da Anunciação Alves, Fernanda Padovesi Fonseca.
-- São Paulo: FFLCH, 2024.
1.150 Kb; PDF.

ISBN 978-85-7506-510-5

DOI: 10.11606/9788575065105

1. Geografia – estudo e ensino. 2. Produção do espaço. 3. Geografia –
aspectos culturais. 4. Segregação. 5. Desigualdade Social. 6. Planejamento
Urbano. I. Alves, Glória da Anunciação coord. II. Fonseca, Fernanda
Padovesi, coord.

CDD 333.7



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e o autor e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.



Glória da Anunciação Alves
Fernanda Padovesi Fonseca
(Orgs.)

UMA GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO

Sumário

Introdução

Gloria da Anunciação Alves e Fernanda Padovesi Fonseca 8

I FORMAS DE SEGREGAÇÃO NO ENSINO DA GEOGRAFIA E ALTERNATIVAS

No fim do ponteiro fecham-se as portas: Programa ensino integral, ensino noturno e a reposição de entraves à escolarização do corpo pretiférico

Ana Carolina Paula Basílio 14

(In)Justiça espacial e oferta do Ensino Médio na Amazônia paraense

Felipe Garcia Passos 32

Currículo Paulista e Currículo Em Ação: Controle da atividade docente e esvaziamento das dinâmicas raciais no espaço

Renata Rodrigues da Silva 51

Currículo hegemônico e contra-hegemônico: A contribuição de Paulo Freire

Leandro Mendes Nogueira 69

Expansão da Rede Federal: Uma análise do atendimento aos critérios regionais

Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo 85

Eu sou a continuação de um sonho: Ontem, o chão da escola e as suas possibilidades e hoje, da negação dos corpos ao pertencimento

Juliane Ribeiro 99

Perspectivas dialógicas no ensino de geografia para estudantes do fundamental – anos finais (2020-2021)	
Rosana Silvestre de Lima	112
Grupos de estudos, alienação e instituição	
Daniela Dias Marinho	128
 II PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB A ÉGIDE DA VIOLÊNCIA E DA HIPEREXPLORAÇÃO	
Segregação e periferia na metrópole manauara: Elementos para pensar a nova condição do espaço	
Eduardo Henrique Freitas Braga	144
Considerações acerca da reprodução do espaço urbano manauara a partir da mercantilização do espaço	
Hellyzabeth Barros	158
Notas introdutórias sobre o “urbanismo miliciano”	
Mariana dos Santos Nesimi	172
O fundamento geográfico do crime organizado carioca	
Thiago Moreira de Jesus	188
Imbricações entre o trabalho dos entregadores de aplicativo e a violência do processo de urbanização da metrópole de São Paulo: A reposição dos termos e novos conteúdos	
Olívia Leme Ibri	203
Luta pelo espaço e políticas habitacionais de interesse social na cidade de Santos: O conjunto habitacional Santos-T	
Tatiana Cesar Silva Lopes	219

III REPRESENTAÇÕES COMO REVELAÇÕES DA SEGREGAÇÃO E CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Sujeitas e sujeitos periféricos na cartografia do Quebrada Maps Wellington de Oliveira Fernandes	237
A fome entre mapas: Mapeando os territórios da escassez (Reflexões sobre o fazer cartográfico) William Kernbichler	253
Inventário participativo do Arouche LGBTQIA+: A memória escondida nas ruas Ana Paula Itocazo Soida	271
Nêstor Perlongher e a prática socioespacial homossexual no centro de São Paulo Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira	285
Bailes Negros: Resistências ao racismo em São Paulo Igor Santos Valvassori	298
Autorreconhecimento quilombola: Etnogênese e territorialização étnica em Barra do Turvo (SP) Lucas Martines de Azevedo da Silva	312
Aproximações entre a cartografia e a literatura escrita por mulheres indígenas Melissa Ferreira Carpes	330
Sobre os autores e as autoras	343

Introdução

Gloria da Anunciação Alves e Fernanda Padovesi Fonseca

Este livro reúne um conjunto de textos que convergem para uma abordagem comum: trata-se de um olhar crítico em relação às realidades de grupos sociais que, de diversas formas, sofrem com a segregação, a discriminação, a opressão, o assédio, a violência, o esquecimento, o isolamento e outras formas de injustiça. E a despeito de tudo isso, resistem. O título que atribuímos a esse conjunto pretendeu expressar a substância que percorre o conjunto: *Uma geografia da resistência à segregação*.

A organização do livro obedeceu ao critério do agrupamento temático e, desse modo, chegou-se a três partes. Vamos detalhar cada uma delas:

Formas de segregação no ensino da geografia e alternativas

O ensino da Geografia é uma realidade sempre muito presente na vida cotidiana dos estudantes e licenciados de Geografia, pois esse é um horizonte de sua formação e também um horizonte profissional, e por essa razão ele é sempre objeto de muita reflexão e preocupação. Daí esse livro conter um número expressivo de capítulos dedicados a essa questão, compondo a sua primeira parte.

Os capítulos que compõem essa parte discutem, em termos gerais, eventuais processos de segregação presentes nas instituições de ensino, seja por meio de currículos escolares ou ainda pelos novos projetos institucionais que podem manter questões como racismo e segregação, que permanecem invisibilizadas.

Esses processos de segregação, a partir dos programas institucionais, são tratados no capítulo de **Ana Carolina Paula Basílio**, “*No fim do ponteiro fecham-se as portas: Programa de ensino integral, ensino noturno e a reposição de entraves à escolarização do corpo pretiférico*”,

que discute como os programas institucionais, que em teoria deveriam, por princípio, possibilitar maior inserção dos jovens na escola, têm feito justamente o oposto à proposta, levando jovens periféricos a abandonar o ensino e limitando o acesso ao nível superior. **Felipe Garcia Passos** também enfatiza a questão dos processos segregacionistas no capítulo “*(In) Justiça espacial e a oferta do ensino médio na Amazônia paraense*”, revelando os processos institucionais que marcadamente vêm negando o direito ao ensino médio, em especial aos jovens que vivem no campo, daí os movimentos de luta por esse direito. No capítulo “*Currículo Paulista e Currículo em Ação: Controle da atividade docente e esvaziamento das dinâmicas raciais no espaço*”, **Renata Rodrigues da Silva** debate como o Currículo Paulista, bem como o material didático Currículo em Ação, visa a atender as demandas neoliberais ligadas à formação do educando, mas que é possível, por meio de brechas, discutir de modo crítico questões ligadas ao racismo e étnico raciais. Ao debater o currículo como território de disputa, o capítulo de **Leandro Mendes Nogueira** “*Currículo hegemônico e contra-hegemônico: A contribuição de Paulo Freire*”, a partir da análise dos processos de construção curriculares, aponta possibilidades de lutas no campo educacional com base nas obras de Paulo Freire.

Ainda nessa parte ligada ao ensino, temos um conjunto de capítulos que discutem os processos de segregação, focando o debate nas alternativas e resistências. É o que nos apresenta **Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo** em seu capítulo “*Expansão da rede federal: Uma análise do atendimento aos critérios regionais*”, que debate como a expansão da rede federal de ensino é o resultado das lutas dos movimentos sociais que exigiram programas governamentais, resultando em uma política governamental que expandiu a rede federal, ainda que com contradições. **Juliane Ribeiro**, com seu capítulo “*Eu sou a continuação de um sonho: Ontem, o chão da escola e as suas possibilidades e hoje, da negação dos corpos ao pertencimento*” propõe com a escrevivência (escrita comprometida com a vida) dar voz às professoras negras, apoiada em Evaristo e Hooks. No capítulo “*Perspectivas dialógi-*

cas no ensino de Geografia para estudantes do fundamental – anos finais (2020-2021)”, **Rosana Silvestre de Lima**, partindo da realidade escolar, apresenta discussão sobre uma proposta teórico-metodológica no desenvolvimento de didáticas dialógicas, tentando dar aos alunos uma visão dinâmica e relacional dos processos. Já **Daniela Dias Marinho**, em seu capítulo “*Grupos de estudos, alienação e instituição*”, debate as possibilidades de construção coletiva dos conhecimentos a partir de grupos de estudos respeitando as mais diferentes abordagens teóricas.

Produção do espaço sob a égide da violência e da hiperexploração

Nesta parte, os capítulos tratam a questão da segregação espacial a partir dos processos de reprodução do espaço marcados pela violência, pelo papel das organizações criminosas e superexploração do trabalho, bem como nas formas de resistência a esse processo. **Eduardo Henrique Freitas Braga**, em seu capítulo “*Segregação e periferia na metrópole manauara: Elementos para pensar a nova condição do espaço*”, enfatiza como o conceito de reprodução do espaço é fundamental para debater os processos de segregação socioespacial e as resistências aos mesmos, iluminando a reprodução do espaço em Manaus. A seguir, temos o capítulo “*Considerações acerca da reprodução do espaço urbano manauara a partir da mercantilização do espaço*”, de **Hellyzabeth Barros**, que discute, em uma perspectiva próxima de Braga, como vem ocorrendo a reprodução do espaço na metrópole manauara, o papel do Estado e do mercado imobiliário como indutores dessa produção e as formas de resistência da população na luta contra a restrição do acesso a elementos que fazem parte do cotidiano.

Centrando nos processos de reprodução do espaço a partir do papel das organizações criminosas, apresentamos dois capítulos: o de **Mariana dos Santos Nesimi**, intitulado “*Notas introdutórias sobre o ‘urbanismo miliciano’*”, que discute, com base em estudo feito no Rio de Janeiro, como as milícias fazem parte da reprodução do espaço ao “lotearem” áreas e controlarem o acesso à moradia, em especial em

territórios em que aparentemente há a ausência do Estado. Por sua vez, **Thiago Moreira de Jesus**, em seu capítulo “*O fundamento geográfico do crime organizado carioca*”, aborda como a aparente ausência do Estado é um dos fundamentos da ampliação da ação do crime organizado no Rio de Janeiro, tendo sua atuação desde o tráfico de drogas até a criação de múltiplas formas de territorialidade. Enfatizando a violência dos processos de reprodução do espaço, a partir da exploração do trabalho dos entregadores de aplicativos, temos o capítulo de **Olivia Leme Ibri**, “*Imbricações entre o trabalho dos entregadores de aplicativo e a violência do processo de urbanização da metrópole de São Paulo: A reposição dos termos e novos conteúdos*”. No capítulo “*Luta pelo espaço e políticas habitacionais de interesse social na cidade de Santos: O Conjunto Habitacional Santos – T*”, **Tatiana Cesar Silva Lopes** discute como as políticas públicas de habitação, da forma como propostas, em um primeiro momento, a partir da luta dos movimentos, permite o acesso à moradia, mas por outro lado, em curto período, não permite a manutenção dos moradores no espaço habitado.

Representações como revelações da segregação e contradições sociais

Nesta parte do livro, o conjunto de capítulos aponta como as representações podem ser fundamentais nos processos de resistência e luta contra a ordem dominante. Em “*Sujeitas e sujeitos periféricos na cartografia do Quebrada Maps*”, **Wellington de Oliveira Fernandes** discute como o “Quebrada Maps” possibilitou aos alunos, sujeitas e sujeitos periféricos, a elaboração de “denúncias cartográficas” da realidade, bem como sua discussão e apropriação dos conteúdos do processo. **William Kernbichler** analisa como os mapas podem contribuir no entendimento da contradição entre a fome e a superprodução de alimentos no Brasil, bem como no diagnóstico e monitoramento de programas visando a minimização das desigualdades socioespaciais no capítulo “*A fome entre mapas: Mapeando os territórios da escassez (reflexões sobre o fazer cartográfico)*”.

No capítulo “*Inventário participativo do Arouche LGBTQIA+: A memória escondida nas ruas*”, **Ana Paula Itocazo Soida** discute como o inventário participativo realizado com pessoas de todos os estratos sociais revela como as pessoas LGBTQIA+ mais pobres e marginalizadas são também dignas do direito à memória e à permanência no espaço que também construíram. **Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira**, no capítulo “*Néstor Perlongher e a prática socioespacial homossexual no centro de São Paulo*” discute, com base na obra de Nestor Perlongher, a questão da sexualidade e as possibilidades de ocupação/apropriação do centro da cidade de São Paulo. Em “*Bailes Negros: Resistências ao racismo em São Paulo*”, **Igor Santos Valvassori** debate como os bailes negros, baseado em sua história desde inícios do séc. XX, vêm contribuindo na luta e autodeterminação da população negra que consegue transformar as adversidades.

Sobre as formas de representação e luta nos povos quilombolas e originários, temos a contribuição de **Lucas Martines de Azevedo da Silva**, com o capítulo “*Autorreconhecimento quilombola: Etnogênese e territorialização étnica em Barra do Turvo (SP)*”, que reflete sobre os aportes da antropologia aos estudos agrários, em especial no que se refere aos estudos sobre as comunidades quilombolas e como seu autorreconhecimento é potente na construção e luta pelo território. Em “*Aproximações entre a cartografia e a literatura escrita por mulheres indígenas*”, **Melissa Ferreira Carpes** debate como a produção literária das mulheres indígenas, enquanto uma forma de representação de um grupo, contribui na resistência e luta pela terra e cultura, e como questões específicas podem ser mapeadas e fomentar o debate sobre os saberes dos povos originários.

Convidamos a todas, todos e todes à leitura do livro, na busca de alternativas de luta e na compreensão dos processos e análises aqui apresentados.

Gloria da Anunciação Alves
Fernanda Padovesi Fonseca

Parte I

FORMAS DE SEGREGAÇÃO NO ENSINO DA GEOGRAFIA E ALTERNATIVAS

No fim do ponteiro fecham-se as portas: Programa ensino integral, ensino noturno e a reposição de entraves à escolarização do corpo pretiférico

Ana Carolina Paula Basílio

*experimenta nascer preto, pobre na comunidade
você vai ver como são diferentes as oportunidades*
— Bia Ferreira

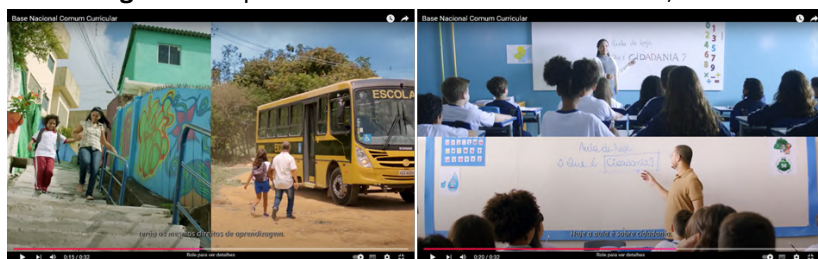
Introdução

Em 2018, o Ministério da Educação (MEC) lançou campanha sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹. Na produção audiovisual acompanhamos o percurso de crianças, de todas as regiões do país, até a escola. O uso da linha e da legenda como marcadores de diferença e conexão são endossados pela asserção: “Com a Base, todos os estudantes do país, de escola pública ou particular, terão os mesmos direitos de aprendizagem. Isso é bom. *Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão.*” (MEC, 2018 — grifo nosso).

Consideremos — por exercício de imaginação ou delírio — que a BNCC possa produzir um cenário educacional no qual as oportunidades são as mesmas para todos e “nascer preto, pobre e da comunidade” não influencie na escolarização. Como explicaríamos o sentimento de despreparo de 85% dos estudantes, egressos do Novo Ensino Médio (NEM), em relação aos vestibulares (REPU, 2024)? Ou que, em 2022, a taxa de analfabetismo² entre negros era duas vezes maior que a dos brancos? Ou ainda que determinados grupos sociorraciais vão à escola

1. Ministério da Educação (2018).

2. Nery (2024).

Figura 1: Campanha Base Nacional Comum Curricular, 2018

Fonte: Canal do YouTube do Ministério da Educação (MEC), 2018

por ruas bem asfaltadas; enquanto outros enfrentam trechos em esgoto e lama?³

O pacote de reformas imposto às redes de ensino brasileiras, salvaguardadas pela BNCC, ao ignorar a condição sociorracial, espacial e histórica da escola, alimenta o abstracionismo pedagógico (Azanha, 2011). Reforça a percepção de que a escola é a-histórica e a-espacial, logo, a solução de seus problemas seculares está a uma “canetada” de distância. Renuncia olhar com sensibilidade e profundidade para as linhas que importam: as que separam efetivamente alunos, educadores e regiões; mas, também, as da escrita de uma educação antirracista.

Intentando discutir se o Programa Ensino Integral (PEI) repõe uma crise educacional localizada, racializada e generificada, partimos da hipótese de que raça, enquanto tecnologia e ideologia de governo (Mbembe, 2022), estrutura as políticas neoliberais que incidem sobre a rede estadual paulista e o espaço, produzindo processo de segregação urbano-educacional racializada.

3. Em 2018, o UOL publicou reportagem sobre o impacto dos alagamentos em Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro. A matéria trazia o registro de uma criança indo à escola com água pelos joelhos. Ver: UOL (2018). Em 2024, estudantes que partiram em ônibus de Lizarda para Novo Acordo (Tocantins), para realizarem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tiveram que desatolá-lo da lama. Ver: Cavalcante e Barros (2024).

Ademais, mobilizamos a tríade urbanização-escolarização-racismo e gestamos a noção de corpos pretiféricos. Tal noção é construída no tensionamento entre os estranhamentos de classe, raça e espaço — em profundo diálogo com as questões de gênero.

À luz deste corpo, refletimos como a raça, enquanto matéria-prima para diferenciação, classificação, hierarquização e controle dos corpos e grupos, tem sido historicamente mobilizada para repor desigualdades sociorraciais tanto no contexto da escolarização quanto na produção da cidade. Senão vejamos.

Na escola, por exemplo, a raça enquanto ideologia, orienta, sob o manto da democracia racial, a produção de currículos eurocêntricos e narrativas que legitimam uma história única⁴; figuras alvas, falocênticas e heteronormativas habitam as páginas dos livros didáticos e ditam a relevância dos eventos e saberes. Destarte, institucionaliza-se descompasso entre o texto didático-normativo e a experiência corpórea de estudantes pretiféricos.

Enquanto tecnologia de governo, baseia legislações discriminatórias, como a instituição legal da proibição a escolarização de africanos (ainda que livres) e de pessoas escravizadas. Tudo isso impacta de forma diferente em corpos plurais e faz com que o corpo pretiférico, em específico, experimente uma caminhada educacional tortuosa.

No que diz respeito à produção social do espaço, a raça também é mobilizada. No século XX, sob o manto ideológico da ciência eugênica, São Paulo expulsou pobres e negros do centro da cidade. A ideia de um “corpo fora de lugar” ainda hoje está na base das operações urbanas, que vão cada vez mais “limpando” a cidade dos corpos indesejáveis e mandando-os para as margens.

Seja na escola ou na cidade, ideologia e tecnologia são indissociáveis. Juntas, produzem, concretamente e simbolicamente, lugares reservados aos negros e aos brancos, como apontava, já na década de 1980, Lélia Gonzalez (2020 [1984], p. 84-85):

4. Adichie (2019 [2009]).

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento [...] Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais”.

O excerto ilustra como a produção da segregação socioespacial é racializada. Seria possível, também, a produção de uma segregação urbano-educacional racializada? Tal possibilidade leva em consideração dois pressupostos: a) a presença de marcas corpóreas na produção social do espaço; b) a indissociabilidade entre escola, espaço urbano e processos históricos.

Diante disto, debruçamo-nos sobre a Subprefeitura de Guaianases, extremo leste de São Paulo para, à luz do ensino noturno e Ensino de Jovens e Adultos (EJA), discutir se o PEI repõe desigualdades sociorraciais aos corpos pretiféricos.

Reforçarmos que olhar para o corpo pretiférico é um convite aos que se interessam em pensar as relações entre o cotidiano dos estudantes e as forças hegemônicas, sem perder do horizonte o possível.

Pele alva? Não! Pele alvo: gestando corpos pretiféricos

O metafísico francês Henri Lefebvre (2013 [1974], p. 218), ao afirmar: “*Cada cuerpo vivo es un espacio y tiene su espacio: se produce en el espacio y al mismo tiempo produce ese espacio*”, constrói relação indissociável entre espaço e corpo. Orientando-nos por tal indissociabilidade gestamos a noção de corpo pretiférico em sua relação com os estranhamentos de classe, raça e espaço — interseccionados ao gênero.

Primeiramente, entende-se por estranhamento o processo triplo de perda⁵: 1) perda de si: negação do próprio corpo; 2) perda da relação Eu-Outro: a subsunção do corpo real às representações do corpo; 3) e perda do socialmente produzido: impossibilidade ou dificuldade de identificar-se tanto com referenciais positivos, quanto com os espaços. As bases desse processo de estranhamento localizam-se na constituição da modernidade e do capitalismo-colonial.

Como discutido por Quijano (2005), a constituição da modernidade e do capitalismo-colonial assenta-se na ideia de dualismo e evolucionismo, situando antagonicamente o europeu e o não-europeu; o corpo e o objeto; o racional e o místico; o branco e o não-branco – os últimos reduzidos a categorias genéricas: negro, índio e amarelo.

Por esse raciocínio dual e evolucionista, os não-brancos, no interior da classificação da humanidade, estão no lugar de sub-humanos. Nesse contexto, ao branco europeu incide a responsabilidade autoimposta de civilizar pelo domínio físico e simbólico povos e territórios, além de produzir explicações “científicas” que justifiquem sua superioridade.

Ademais, associando as identidades genéricas às formas de controle e exploração do trabalho, a colonialidade do poder estabeleceu uma divisão racial do trabalho: associou o branco ao trabalho assalariado; indígenas ao trabalho servil; e o negro à escravidão.

A precariedade da existência da classe trabalhadora, que tem de vender sua humanidade para reproduzir parcamente sua existência, tornando-se ela mesma mercadoria (Marx, 2004 [1844]), marca nossa experiência no mundo capitalista. Contudo, como sinalizado por Quijano (2005), a inserção no trabalho dá-se diferentemente entre distintos grupos raciais. E mesmo que juridicamente o colonialismo

5. A título de exemplificação, podemos citar a prática de alisamento dos cabelos cacheados e crespos como *perda de si*; a construção da imagem estereotipada do negro como violento ou do branco como sinônimo de beleza como *perda da relação Eu-Outro*; e o sentimento de desconforto e deslocamento de negros em espaços elitizados como museus, universidades ou bairros enriquecidos, como *perda do socialmente produzido*.

tenha findado, as heranças coloniais podem ser identificadas ainda em nosso tempo.

O estudo do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), intitulado “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, por exemplo, revela que, apesar da população negra corresponder a maior parte da força de trabalho, “elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018” (IBGE, 2018, p. 2). Esse fosso entre brancos e negros no país da “harmonia racial” torna-se abissal se analisarmos pela intersecção classe, raça e gênero.

Sueli Carneiro (2011) destaca que, segundo o Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça, as mulheres negras são maioria no trabalho doméstico (51%) e são 28% de lavadeiras, cozinheiras, passadeiras e serventes. Além disto, no início do século XXI, ganhavam quatro vezes menos que um homem branco e metade do salário de uma mulher branca.

Deslocando a análise para a atualidade, nota-se a permanência da divisão racial do trabalho, mesmo em ocupações recentes. No capítulo “O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da COVID-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE” (Lapa, 2022), os dados revelam predominância de negros entre os entregadores e motoristas de aplicativos, perfazendo 59,2% e 60%, respectivamente.

Entendemos, pois, ao estranhamento de classe coaduna-se o estranhamento de raça, complexificado pelo gênero; revelando-se, daí, as distintas experiências do corpo pretiférico. Falemos então do processo de estranhamento de raça.

O estranhamento de raça está localizado nos complexos de superioridade e inferioridade, como discutido por Franz Fanon (2008 [1952]). Em síntese, o colonialismo produziu na relação entre brancos e negros uma dicotomia, na qual o negro, habitante da Zona do não-ser, introjeta o branco – hábitos, cultura, religião, estética etc. – para ascender a Zona do ser, ou seja, diante de sua condição de desumanização e inferiorização, o negro busca tornar-se branco e ser reconhecido. Todavia, no interior dessa dialética suas tentativas são frustradas.

No Brasil, a miscigenação e a farofa entre xenofobia, racismo, preconceito regional e étnico, propicia ainda mais complexidade ao estranhamento de raça. Soma-se a isto a “fragmentação da brancura”, experimentada de forma diferente a depender do sujeito e suas interseções de gênero, nacionalidade, naturalidade e classe social (Schucman, 2020).

Dentro do próprio grupo branco há fronteiras e distinções, que podem ou não ser mudadas. Isto é importante, pois permite-nos pensar o branco pobre e periférico na sua especificidade, bem como nortezinhos, que ao migrarem para São Paulo, mesmo quando brancos, tem sua cor revista e “substituída” pelo preconceito regional.

Tanto o estranhamento de classe quanto o de raça, no contexto brasileiro, estão escamoteados por mitos: o primeiro pelo mito da igualdade de oportunidades e o segundo pelo mito da democracia racial. Ambos não são a-espaciais, ou seja, as marcas corpóreas de raça e classe — também de gênero — se realizam no espaço e produzem espaço.

A experiência dos corpos no urbano, a partir de suas marcas corpóreas, é reveladora do estranhamento do/no espaço. Entende-se, com base em Lefebvre (2013 [1974]), que o espaço é socialmente produzido e a relação corpo e espaço pode ser pensada a partir dos níveis do urbano: global (G), espaço institucional, onde o Estado exerce o poder, através de estratégias políticas (vontade) e de concepções políticas ideológicas (representações); intermediário (M), onde se confrontam as estratégias, espaço onde se localiza o urbano; e próximo (P), espaço do habitar, onde se realiza a vida cotidiana.

No interior desses níveis, as relações entre distintos corpos, mediados pelas forças hegemônicas, realiza-se. Tem-se, daí, dinâmica de (re)produção do espaço marcada pela homogeneização-fragmentação-hierarquização; pela instituição de fronteiras concretas e simbólicas; pela subsunção do uso ao valor de troca; pela construção de estratégias de vivência. Esses elementos interferem em como os diferentes corpos experimentam e produzem o espaço.

Diante do exposto, entende-se o corpo pretiférico como aquele que experimenta a condição de habitante-produtor da pretiferia: espaço precário-potente, distante dos serviços e infraestruturas qualificados, majoritariamente negro, mas também onde os brancos não-branquíssimos vivem; de trabalhador precarizado e, enquanto trabalhadora negra, tendencialmente, destinada ao trabalho doméstico, mal remunerado e à tripla jornada; de submissão-resistência frente aos complexos de inferioridade-superioridade racial, escamoteados pelos mitos da igualdade de oportunidade e da democracia racial.

Esse corpo pretiférico é também o produtor da escola-pretiférica: escola pública estadual — nesse caso de tempo integral —, localizada na pretiferia e predominantemente negra. A partir desta escola, busca-se responder: o PEI⁶ pode ser exemplo de política pública que repõe uma crise educacional de classe, localizada, racializada e generificada?

PEI: Avanço educacional ou afastamento da “linha de chegada”?

A História da Educação do Negro exprime como, ante os inúmeros projetos de educação, o corpo pretiférico vem sendo lesado e bravamente resiste para escolarizar-se, revelando como os projetos de educação estão concernentes a um projeto societário despreocupado com uma verdadeira democratização do acesso, permanência e apropriação qualitativa dos conhecimentos socialmente produzidos (Araújo, 2013; Barros, 2016).

6. Diante da enormidade da rede de ensino do Estado de São Paulo, estabelecemos critérios metodológicos para identificar os sujeitos da pesquisa, a saber: a) optou-se pelas escolas estaduais, do município de São Paulo, que aderiram ao Programa Ensino Integral (PEI) entre 2012-2022 e que ofertam o Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) e o Ensino Médio (EM); b) por meio da intersecção entre distribuição das escolas, percentual de população negra e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), selecionamos escolas pertencentes às Diretorias de Ensino Leste 2 e Leste 3, que compreendem a Subprefeitura de Guaianases.

Desde a Constituição Política do Império do Brasil de 1832⁷, nota-se a centralidade dos corpos no debate público sobre o direito à educação. A proibição de escravizados (corpo não-livre), de africanos (corpo preto-livre imigrante), de mulheres (corpo-feminino) e de pessoas com moléstias contagiosas (corpo-doente) são expressões do projeto de sociedade pretendido pelas elites econômica e política: sadia, masculina, enriquecida, branca e cristã.

Em São Paulo, concernente com o projeto nacional, a instituição da escola deu-se sob bases dicotômicas. Escolas rurais e urbanas, privadas e públicas, diurnas e noturnas coexistem em diferença. Com o desenvolvimento socioeconômico da metrópole, outras modalidades surgem: escolas de ofícios, técnicas, grupos escolares etc., distribuídas desigualmente pelo território.

Segundo Marcílio (2014, p. 125), “[o] instrumento legislador foi tomado como o meio mais efetivo de se produzir as mudanças e a modernização almejadas”, assim, mudanças de currículo, na carreira docente, fechamento e abertura de escolas, parcerias público-privadas foram a tônica da instituição da escola pública paulista. Essas mudanças feitas no âmbito do Estado, articulado ou não com o setor privado, produzem espaço e estão situadas no nível G do urbano: espaço da ação e da representação (Lefebvre, 2013 [1974]).

Importante salientar que as políticas públicas educacionais perpetradas pelo Estado, seja a nível nacional ou estadual, são orientadas por ações/ideologias racializadas, mesmo que de forma dissimulada. tomemos como exemplo os grupos escolares.

Através da análise da presença de crianças negras nos Grupos Escolares, em 1938, Araújo (2013) demonstra a concentração destas no centro da cidade, sobretudo, nos distritos da Santa Efigênia, Sé, Liberdade e nos largos e várzeas do Carmo. Presença que se explica

7. Parte-se da Constituição de 1824, pois, além de prever a instrução primária para todo cidadão livre (item XXXII do art. 179), o período Imperial é um momento de profundos debates sobre a instrução e o projeto de sociedade pós-escravatura. Ver: Brasil (1824).

pelo barateamento do custo de vida ao habitar em cortiços próximos de seus locais de trabalho.

Após os projetos urbanísticos, que afastaram negros e pobres do centro velho, percebe-se a migração de estudantes para o bairro da Barra Funda e região do Bexiga. O estudo de Araújo (2013) expressa a intrínseca relação entre produção do espaço, projetos de educação e racismo/classismo.

O quadro pincelado de distância casa-escola, fragmentação da docência em categorias, pobreza, discriminação e necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, ainda hoje são elementos que prejudicam, sobretudo, a escolarização de negros e pobres.

Em 2020, por exemplo, a UNICEF Brasil⁸ realizou estudo acerca do trabalho infantil no município de São Paulo e constatou que, em dois meses de pandemia, o trabalho infantil aumentou em 26% entre crianças e adolescentes vulneráveis, sobretudo os que são parte de famílias chefiadas por mulheres negras.

Ao interseccionarmos os distritos citados com a variável raça, temos um panorama de como a intersecção classe, espaço e raça submete determinada parcela da população à situação de extrema precariedade. Bairros pretiféricos como Guaianases, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista – na zona leste – e Parelheiros e Jardim Ângela – na zona sul – foram os que mais sofreram com o aumento do trabalho infantil durante a pandemia. São neles que as famílias matriarcais negras experimentaram a precarização da pobreza, violência de gênero e incerteza.

Não estando descolada da materialidade sociorracial, as escolas de tempo integral também são reveladoras de desigualdades seculares. Pesquisas da Rede Escola Pública e Universidade (REPU) e Girotto (2018) demonstram que as escolas PEI-modelo, implementadas antes da pandemia de COVID-19, concentram-se no centro expandido, caracterizado por baixa vulnerabilidade social e menor percentual de população negra. Além disso, evidenciam redução de turnos, turmas e

8. Ver: UNICEF (2020).

matrículas tanto na primeira quanto na segunda fase⁹ de implementação, sobretudo no ensino noturno e na modalidade EJA.

Em análise mais recente, referente ao quadriênio 2020-2023, a REPU (2024) constatou que escolas que aderiram ao PEI tiveram redução de -84,5% das matrículas no EJA presencial e -50,9% no ensino noturno. Isso significa que, por meio de uma espécie de “reorganização escolar silenciosa”, a Secretaria da Educação de São Paulo (SEDUC) repõe entraves à escolarização dos que, não podendo permanecer 7 ou 9 horas nas escolas de tempo integral, enxergam no ensino noturno uma possibilidade.

Ademais, não podemos ignorar a intrínseca e histórica relação entre ensino noturno e população negra. O Decreto n 7.031/1878, “que criou os cursos noturnos para livres e libertos no município da Corte e estabeleceu normas de validade nacional” (Passos, 2012, p. 145), deu-se no mesmo período da instituição do *Ventre Livre*. Diante disto, ao longo da década de 1880, diversas províncias reservaram o ensino noturno aos trabalhadores e negros, em alguns casos, até mesmo aos escravizados¹⁰.

Mesmo na República, a raça foi mobilizada para produzir “escolas de negros” e “escolas de brancos”, limitando as possibilidades da população negra, como nos diz Souza (2015, p. 267): “Para os negros, no máximo, mesmo na República, era imaginada a escola noturna, de preferência rural.” Mesmo no século XXI, o ensino noturno/EJA é marcadamente negro. Segundo o Censo Escolar de 2021, os negros representam 76,7% da EJA Fundamental e 69,1% no EJA Ensino Médio.

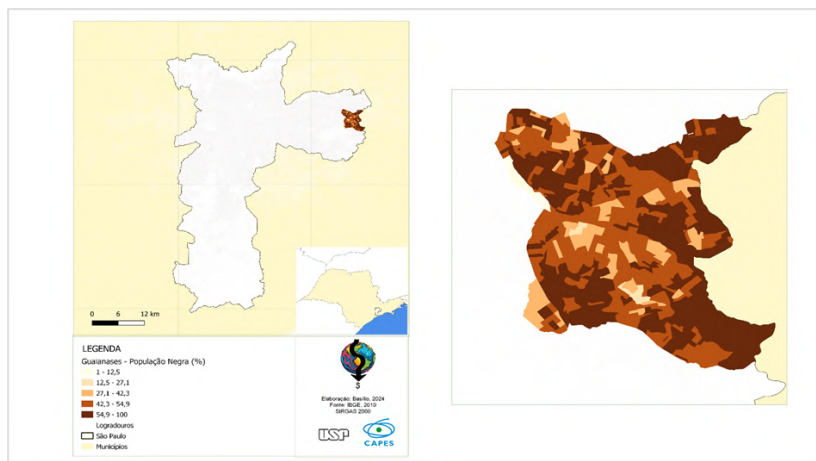
Debruçando-nos sobre as escolas que ofertam Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) e Ensino Médio (EM) da Subprefeitura de

9. A implementação do Programa Ensino Integral (PEI) é dividido em duas fases: a primeira corresponde ao Governo Geraldo Alckimin, entre 2012-2018; a segunda, ao Governo João Dória, entre 2019-2022.

10. Segundo Barros (2016), na Província de São Paulo o Regulamento de 1887 retirou a proibição de escravos nas escolas públicas, contanto tivessem consentimento dos senhores (§5).

Guaianases — uma das regiões mais enegrecidas da metrópole¹¹ — percebe-se a continuidade das contradições e suas marcas raciais.

Mapa 1: Subprefeitura de Guaianases segundo distribuição percentual da população negra



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Basílio, 2024

Se a primeira fase de implementação do PEI foi marcada pela produção de “escolas-modelo”, selecionadas a dedo conforme a localização das unidades escolares e características socioeconômicas dos estudantes; a segunda caracterizou-se pelo uso político da morte e a não efetivação de investimentos em infraestrutura e formação dos professores.

Valendo-se da pandemia de COVID-19, que impossibilitou mobilização das comunidades escolares, o governo expandiu o Programa por todo o Estado de São Paulo. Não por acaso, 82% das escolas atualmente

11. Segundo o Mapa da Desigualdade 2023, a Subprefeitura de Guaianases é formada pelos distritos de Guaianases e Lajeado. Ambos estão entre os dez distritos com maior percentual de população autodeclarada negra, correspondendo a 51,5% e 56,2%, respectivamente. Ver: Rede Nossa São Paulo (2023).

vinculadas ao PEI ingressaram a partir de 2020. É nesse contexto que a zona leste sofre um *boom* de escolas de tempo integral chegando, em 2022, a 41% das escolas PEI do município de São Paulo.

Ao analisar a queda de matrículas na zona leste, especificamente nas DEs Leste 2 e Leste 3, identifica-se o mesmo movimento do Estado. No quadriênio 2019-2022, houve perda de -2.589 matrículas, correspondendo a -97% na Diretoria de Ensino Leste 2. Já na Leste 3, ao fim do quadriênio, nenhuma das escolas ofertavam ensino noturno.

Tabela 1: Variação das matrículas no ensino noturno das escolas que aderiram ao PEI

Diretoria de Ensino	2019	2020	2021	2022	Variação	
					Abs.	(%)
Leste 2	2674	2199	1264	85	-2589	-97
Leste 3	1355	533	0	0	-1355	-100

Fonte: Censo Escolar. Elaboração: Basílio, 2024

Tabela 2: Variação das matrículas no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) das escolas que aderiram ao PEI

Diretoria de Ensino	2019	2020	2021	2022	Variação	
					Abs.	(%)
Leste 2	833	869	236	76	-757	-91
Leste 3	523	263	0	0	-523	-100

Fonte: Censo Escolar. Elaboração: Basílio, 2024

Igualmente, a oferta de EJA presencial para o EM sofreu quedas no período. Na Leste 2, a perda foi de -91%, equivalente a -757 matrículas. Acompanhando o mesmo movimento do ensino noturno regular, em 2022, a Leste 3 não possuía matrículas na EJA.

Diante do quadro, e considerando a condição espacial e socioracial de Guaianases, que a caracteriza como uma pretiferia, pode-se inferir que o PEI repõe barreiras à escolarização dos corpos pretiféricos.

Quando falamos do “sumiço” de matrículas na rede, olhando com sensibilidade e profundidade para as marcas corpóreas que produzem as escolas paulistas, estamos dizendo que a negação de oportunidade de estudo afeta corpos específicos: jovens e adultos trabalhadores forçados a administrar o estudo com a sobrevivência; periféricos que, diante do fechamento e sucateamento de suas escolas, migram em busca de vagas pela cidade; e negros, que secularmente lutam por acessar, se identificar e permanecer nas instituições de ensino.

Se como vimos, o ensino noturno e o EJA têm cor e classe, destruí-los significa mobilizar um projeto de educação anti-pretiféricos. Significa prejudicar não apenas o acesso à educação básica, mas os projetos de futuro.

Como esses jovens, “matrículas que somem”, poderão, se assim desejarem, ingressar no ensino superior? Como acessarão postos de trabalho qualificados? Como se identificarão com um mundo no qual, quando se aproximam da linha de chegada, as forças hegemônicas a afastam?

O exposto, longe de ser respostas prontas, nos dá pistas para pensar a complexidade da escola de tempo integral na cidade de São Paulo e, especificamente, em Guaianases. Dialogar com os corpos pretiféricos possibilita-nos compreender as tramas e dramas da instituição e transformação da escola pública paulistana, que na figura do Programa Ensino Integral, revela o requinte e requente de um projeto de crise educacional alicerçado no racismo, classismo e machismo. Também, ao olhar para essas marcas corpóreas, poder-se-á vislumbrar, como propõe a filosofia lefebvriana: o devir.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [2009].

- ARAÚJO, M. L. P.. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013.
- AZANHA, J. M. P. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: Edusp, 2011.
- BARROS, S. P. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BARROS, S. P. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Constituição Política do Império Do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 28 de out. de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **YouTube**, 13 de abr. de 2018. Disponível em: <http://youtube.com/watch?v=Fbz-cpct1W4&t=4s>. Acesso em: 28 de out. de 2024.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CAVALCANTE, S.; BARROS, B. Enem 2024: Estudantes empurram ônibus atolado para conseguir chegar a local de prova. **G1 Tocantis; TV Anhanguera**, Tocantins, 03 de nov. de 2024. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/11/03/enem-2024-estudantes-empurram-onibus-atolado-para-conseguir-chegar-em-local-de-prova.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2024.

- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GIROTTO, E. D. (Org.). **Atlas da rede estadual de educação de São Paulo**. Curitiba: CRV, 2018.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- LAPA, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da COVID-19: análise dos dados da PNAD COVID-19/IBGE. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S (orgs.). **Impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4/capitulo13<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4/capitulo13>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].
- MARCÍLIO, M. L. **História da escola de São Paulo e do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2014.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 2 ed. São Paulo: N-1 Edições, 2022.
- NERY, C. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. **Agência IBGE Notícias**, 17 de mai. de 2024. Disponível em: <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=As%20taxas%20de%20analfabetismo%20de,%C3%A9%20quase%20quatro%20vezes%20maior>. Acesso em: 2 de nov. de 2024.

- PASSOS, J. C. dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **EJA em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, nov. de 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: <http://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 01 de nov. de 2024.
- REPU; GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA. **Primeira geração de concluintes avalia o “Novo Ensino Médio”** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU/Gepud, 20 mar. 2024. Disponível em: <http://www.repu.com.br/notastecnicas>.
- REPU. **Nota Técnica sobre o Programa Ensino Integral (PEI)** [Nota Técnica]. 2 edição. São Paulo: REPU, 17 jun. 2021. Disponível em: <http://repu.com.br/notas-tecnicas>. Acesso em: 9 dez. 2023.
- REPU. **Redução na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do ensino noturno na rede estadual de São Paulo, 2020-2023** [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 23 jul. 2024. Disponível em: <http://www.repu.com.br/notas-tecnicas>.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Veneta, 2020.
- SOUZA, M. C. C. C.. O medo de que os negros entrem na escola – preconceito racial e a recusa ao direito à educação no Brasil. In: AMARAL, M. do; CARRIL, L. **O hip hop e as diásporas africanas na modernidade: uma discussão contemporânea sobre cultura e educação**. São Paulo: Alameda, 2015, p. 63-77.
- UNICEF alerta para aumento de incidência do trabalho infantil durante a pandemia em São Paulo. **UNICEF Brasil**, 18 de ago. de 2020. Disponível em: <http://unicef.org/brazil/comunicados-d>

e-imprensa/unicef-alerta-para-aumento-de-incidenci
a-do-trabalho-infantil-durante-pandemia-em-sao-paulo.
Acesso em: 28 out. 2024.

UOL. Menina anda com água nos joelhos para ir à escola no Rio: “Não tem por onde fugir”, diz babá. **UOL: Cotidiano**, Brasília, 24 de jan. de 2018. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/24/com-alagamentos-recorrentes-menina-anda-em-rua-com-agua-nos-jelhos-para-ir-a-escola-no-rio.htm>. Acesso em: 28 de out. de 2024.

(In)Justiça espacial e oferta do Ensino Médio na Amazônia paraense

Felipe Garcia Passos

Introdução

O problema desta pesquisa tem origem nas lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) e do Fórum Paraense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (FPEC), os quais congregam diversos assentamentos e comunidades do campo distribuídas ao longo do território paraense e denunciam a oferta insuficiente de educação no e do campo no Pará. As denúncias apontam não apenas para a rarefação de escolas, mas também para as condições da oferta, que em geral não dialogam com os modos de vida do público-alvo – comunidades ribeirinhas, agricultores familiares, extrativistas e quilombolas – que caracterizam a Amazônia paraense.

Para investigar tais denúncias no que tange à oferta do ensino médio público, partimos do contexto com um contínuo e lento histórico de ampliação do acesso à etapa ainda não universalizada no Brasil, processo este que expande modelos existentes ou implementa novos programas de ensino. Frequentemente, contudo, estas iniciativas servem como alertas, pois os programas, novos ou não, carregam características e mecanismos os quais não têm de fato enfrentado as injustiças não apenas históricas, mas também espaciais. Salvo experiências pontuais, a expansão do ensino no país, especialmente da etapa média, tem sido feita de modo a repor formas de distribuição da oferta e programas educativos que perpetuam desigualdades econômicas, raciais e geográficas (Brito, 2017).

Esta temática se torna particularmente importante por termos hoje um aumento do acesso de populações cronicamente excluídas

– pobre, negra e rural –, forjando uma expectativa de igualdade na experiência da escolarização. Em oposição à prospecção de igualdade, este trabalho demonstra como a oferta de programas alternativos de ensino médio feita pela Secretaria de Educação do Pará (SEDUC-PA) não aponta necessariamente para a criação de novas oportunidades de mobilidade social, mas induz a inserção e intensificação, junto a populações do campo da Amazônia, de um processo de marginalização delas por meio de uma injustiça espacial que provoca, estrategicamente ao longo do território, exclusão escolar, estratificação de classes e intensificação da lógica de mercado, exigindo intensa mobilização de capital espacial dessa população para acessar a escola.

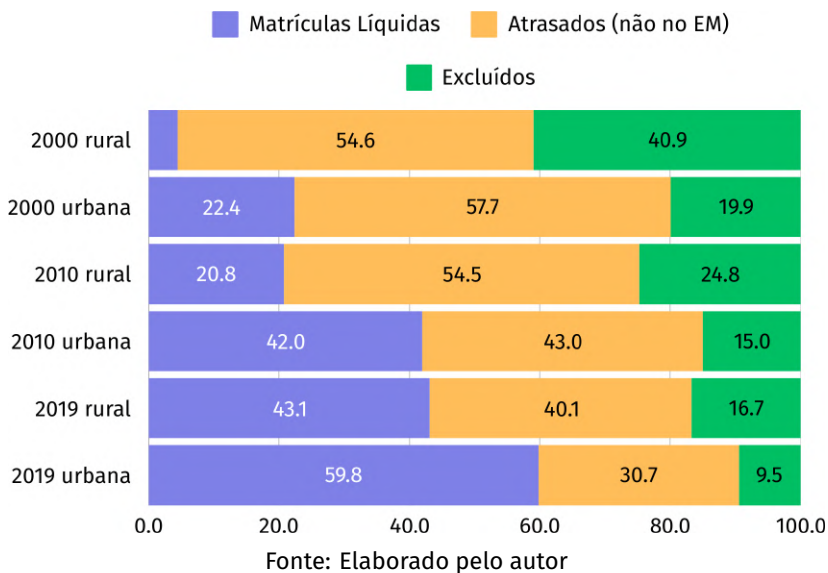
Neste trabalho, portanto, procuraremos traçar aproximações de como as políticas públicas educacionais, promovidas pela SEDUC-PA, produzem um território educacional por meio da distribuição de escolas e de programas do ensino médio nos espaços rurais que contrasta com a oferta no urbano. A partir dessa oferta do ensino médio, a qual levantaremos a seguir, serão mobilizados os conceitos de justiça, capital e práticas espaciais para compreender também como reagem famílias e estudantes que estão diretamente implicadas nas condições de acesso, permanência e emancipação geradas pelas políticas.

Para realizar tal análise, além das denúncias em atos e de manifestos dos movimentos sociais populares, esta pesquisa se baseia na literatura relacionada, documentos de órgãos oficiais, dados dos censos Escolar e Demográfico e pesquisa de campo, na qual foram feitas cerca de 15 entrevistas com a comunidade escolar de uma comunidade rural no estado, incluindo coordenação, professores e egressos de escolas públicas que dispõe de ensino médio.

A oferta do ensino médio no Pará

Como demonstra o Gráfico 1¹, o lento avanço nas taxas de matrícula líquida, de atraso de etapa e de exclusão da escola nas duas últimas décadas ainda exclui mais de 10% dos jovens entre 15 e 17 anos da escola, sendo este número o dobro da média nacional, e mantém uma desigualdade crônica entre as áreas rurais e urbanas, estando a inclusão no campo atrasada cerca de 10 anos em comparação com a citadina no estado.

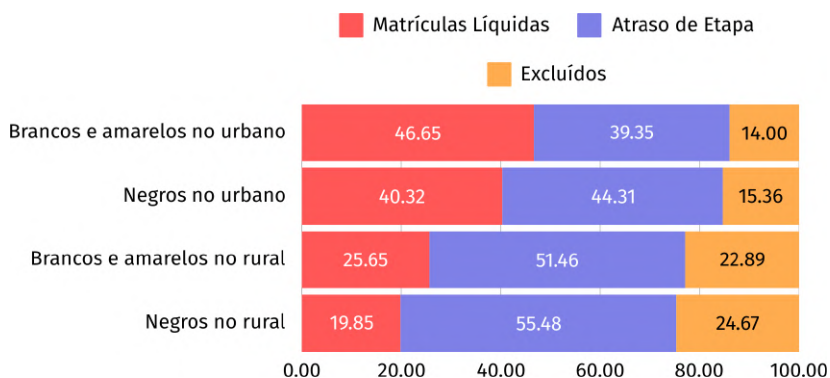
Gráfico 1: Evolução das matrículas líquidas, do atraso de etapa e da exclusão dos jovens entre 15 e 17 anos por localização (Pará, 2000-2019)



1. A “matrícula líquida” inclui os jovens da faixa etária matriculados no ensino médio e que já concluíram a etapa. Os dados de 2019 são os últimos divulgados antes do período pandêmico, contexto não abrangido neste estudo.

No Gráfico 2 consta outra estatística que contribui para a compreensão da dimensão da exclusão escolar da população do campo no estado. Os dados de agora interseccionam localização (urbano/rural) e raça (brancos e amarelos/pretos e pardos) em 2010 (IBGE), último dado oficial que permite esse cruzamento, e demonstram que brancos e amarelos estão mais excluídos no campo que negros na cidade e evidenciando que a segregação espacial é mais profunda que a racial nessa escala de análise.

Gráfico 2: Evolução das matrículas líquidas, do atraso de etapa e da exclusão dos jovens entre 15 e 17 anos pela interseção entre localização e raça (Pará, 2010)



Fonte: Elaborado pelo autor

As taxas dos dois grupos raciais se aproximam na mesma área e se afastam quando mudamos a localização. A diferenciação pelo tipo de espaço, portanto, se torna aqui um critério mais excludente que a raça. Isso ocorre mesmo com grupos raciais historicamente bastante diferenciados em termos de tratamento da lei e de políticas de Estado de uma forma geral. É verdade que o campo é proporcionalmente mais pobre e negro, realidade também resultante da formação espacial brasileira que ajuda a entender a histórica desigualdade entre as áreas e nos lança uma segunda questão: não abdicando da dialética entre

os fatores, seria então a maior pobreza no campo o principal fator da desigualdade no acesso à escola ou há uma distinção da oferta de educação no campo que pode se impõe?

A fim de responder a esta questão e tendo ciência das denúncias dos movimentos sociais populares de falta de estrutura escolar no campo, passamos para análise da distribuição de escolas estaduais de ensino médio no território paraense. Ao olhar para a disposição da oferta de educação no campo no Mapa 2, notamos que 93 dos 144 municípios do Pará não dispõem escolas estaduais em áreas rurais, mesmo o estado tendo mais de um terço da sua população residindo nessas áreas (IBGE, 2010).

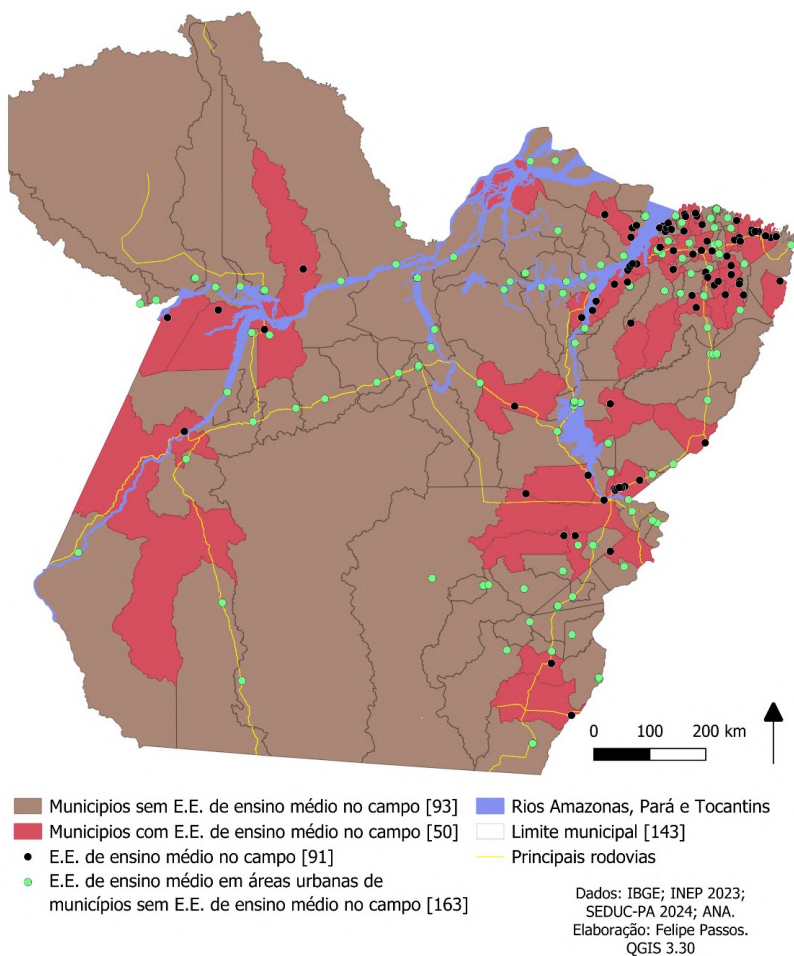
O mapa mostra também que nesses mesmos municípios sem oferta no campo existem 163 escolas de ensino médio nas zonas urbanas. O contraste de oferta entre cidade e campo ocorre apesar de as comunidades rurais serem distribuídas esparsamente ao longo do território, demandando maior número de escolas, mesmo que para um número menor de estudantes.

Pressionada pelas leis e pelos movimentos sociais a expandir a oferta no campo, nas águas e nas florestas, a SEDUC-PA lança mão de dois programas alternativos exclusivos para o campo que prescindem de escola própria e muitas vezes de professores para todas as disciplinas, tratam-se do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e do Centro de Mídias da Educação Paraense (CEMEP). A secretaria expandiu o SOME nas duas últimas décadas, e concebeu e colocou em prática o Sistema Educacional Interativo (SEI) em 2018, nome alterado recentemente para CEMEP. Como podemos notar no Mapa 1², a distribuição deste programa ocorre em áreas onde não há escolas estaduais de ensino médio³.

2. No mapa constam a atuação do CEMEP em 248 comunidades, a SEDUC-PA projeta 314 até 2025 (PARÁ, 2024).

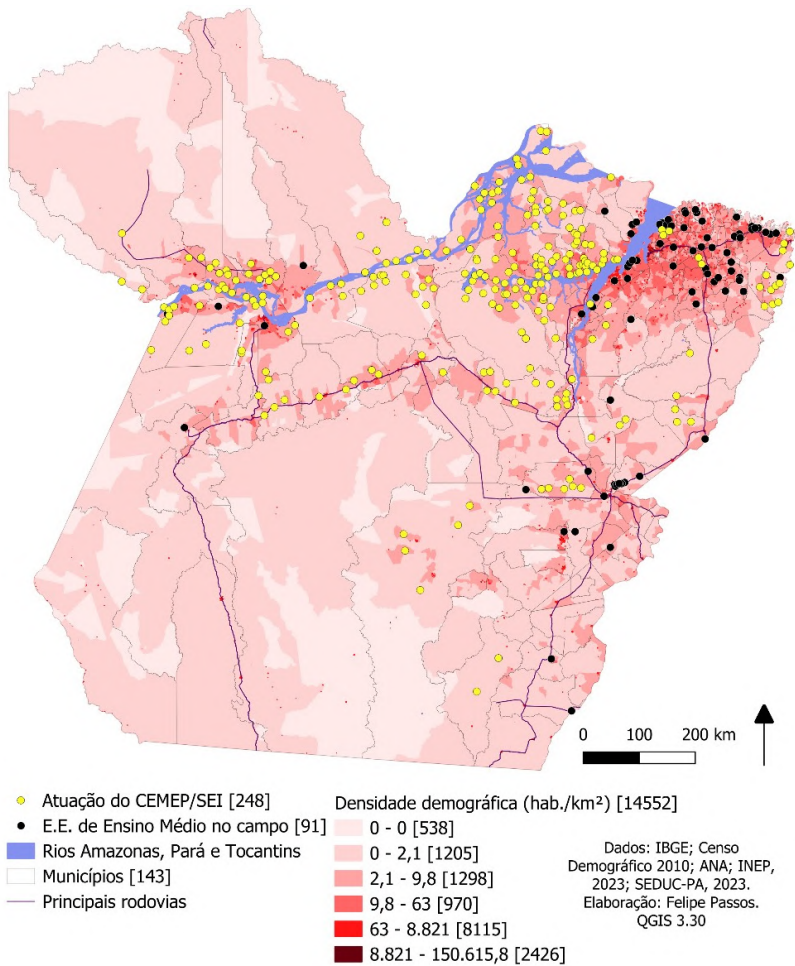
3. A SEDUC-PA não disponibilizou dados de localização da atuação do SOME em demanda pela Lei de Acesso à Informação.

Mapa 1: Municípios com e sem escola estadual de ensino médio no campo no Pará (2023)



Fonte: Elaboração própria

Mapa 2: Distribuição de atuação do CEMEP e das escolas estaduais no campo sobre densidade demográfica do Pará



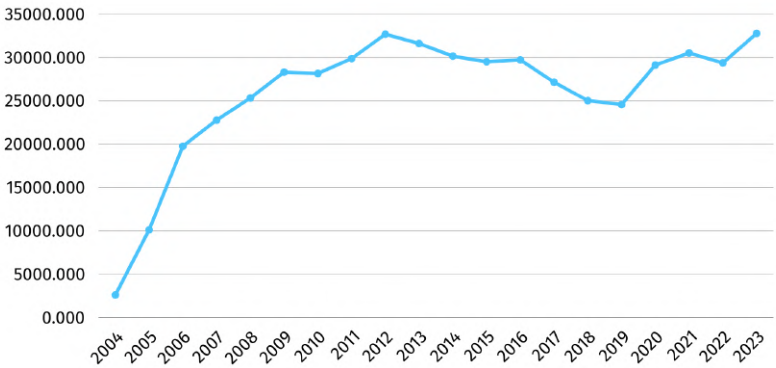
Fonte: Elaboração própria

Inspirado na metodologia de telecurso, transmitindo aulas ao vivo a partir de um estúdio de gravação em Belém, o CEMEP é defendido pela Secretaria por permitir alcançar comunidades dos interiores ainda desassistidas. Os alunos de centenas de comunidades assistem às transmissões em salas de escolas municipais, a partir de parceria firmada em contrato entre a Secretaria e os municípios, e têm o auxílio presencial de um professor-monitor contratado para cada turma. Currículo e cronograma de aula são únicos. Desta forma, o Governo alcança também a educação mais barata possível, investindo apenas em equipamentos eletrônicos (antenas de internet, televisão e aparelhos de som), pois abre mão dos dois principais elementos que constituem a educação formal: as materialidades da escola com corpo administrativo e do professor. Este programa passará a atender 11,6 mil jovens em 314 localidades até 2025, com a aquisição de 1.650 novas antenas da *Starlink* por 340 milhões de reais (PARÁ, 2024), superando em mais de três vezes o número de escolas de ensino médio (91), numa mensagem clara de que não pretende suprir a demanda com a construção de escolas.

Em plena expansão, o CEMEP surge como ameaça de substituição do SOME, o que tem ocorrido em algumas comunidades. O SOME atende hoje mais de 32 mil estudantes (ver Gráfico 3). Apesar de levar aulas presenciais até as comunidades em quatro módulos anuais, o programa também sofre críticas. As principais críticas são: não propor o ensino constante ao longo do ano, uma vez que não ocorre em Pedagogia da Alternância; ter currículo desarticulado das realidades dos povos; e também por não demandar escolas e corpo de funcionários para o seu funcionamento, ausências que geram problemas em sua execução – aulas em locais improvisados, professores despreparados para lidar com as diferentes territorialidades, falta de material escolar e apoio administrativo (Brayner, 2013; Rodrigues, 2016).

A manutenção e expansão do SOME, assim como a implementação e fortalecimento do CEMEP, evidenciam políticas pautadas nos

Gráfico 3: Evolução do número de matrículas no SOME (Pará, 2004-2023)



Fonte: Lei de Acesso à Informação, SEDUC-PA, 2023. Elaboração própria

princípios neoliberais da Nova Gestão Pública (NGP)⁴. Com foco no corte de gastos e na produção de índices pelos quais medem a educação, os programas da rede estadual de educação evoluem na contramão da universalização do acesso à escola gratuita e de qualidade no estado, precarizando a carreira docente, não construindo escolas e criando dualismos dentro da própria rede pública.

Tão importante quanto a clara diferenciação de estrutura dos dois programas alternativos em relação ao ensino regular ofertado nas áreas

4. No contexto da atual crise do capitalismo, a NGP se constitui numa proposta de reforma do setor público que introduz mecanismos de gestão empresarial em busca de maior eficácia dos serviços que passam então a ser avaliados por meio de dados tangíveis (Verger; Normand, 2015).

urbanas (com aulas regulares, estrutura, funcionários e professores próprios) é a opção por um currículo padronizado que é elaborado por agentes externos às comunidades, intensificando lógicas do mundo urbano e mercantil no campo em contraposição aos princípios da Educação do Campo; estes experienciados em programas desvalorizados pela SEDUC-PA, como nas 24 escolas comunitárias da Associação das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR-PA). As políticas implementadas não apenas induzem a uma re-produção de classes sociais, mas alienam os moradores de suas próprias culturas e modos de vida no campo.

Diante dos dados, mapas e características dos programas, podemos dizer que há uma evidente distinção entre os espaços urbano e rural, tanto no que diz respeito à presença da escola quanto às características dos programas. Se há uma desigualdade histórica entre o rural e o urbano, consequente dos processos de formação espacial do Brasil (Moreira, 2012; Santos, 2013), ela é ser reiterada também hoje em termos de acesso e permanência pelas políticas de educação implementadas pela SEDUC-PA.

A rarefação de escolas regulares no campo e a oferta de programas alternativos que promovem experiências escolares desiguais se desdobram em um cenário de injustiça espacial, em parte demonstrada nos dados de acesso e permanência já expostos, mas que, dentro das áreas rurais do estado, toma a forma perversa de uma hierarquização de oportunidades educacionais mediada pelo espaço e notada pela comunidade escolar – família e estudantes –que mobilizam seu capital espacial para pôr em práticas a chance de frequentar uma escola melhor.

Hierarquização da oferta e práticas espaciais das famílias

Para a análise das práticas espaciais das famílias, utilizaremos aqui trechos de algumas das 15 entrevistas realizadas com coordenação, professores e egressos dos programas regular, CEMEP e SOME, tanto na zona rural quanto urbana de um município onde há oferta

de ensino médio regular de uma escola na sede do município e, no campo, apenas do CEMEP e do SOME, portanto com a disposição de ensino médio comum à maioria dos municípios do estado. Nomes das localidades, assim como das pessoas entrevistadas, não serão revelados para preservar suas identidades.

O conceito de justiça espacial usada para a análise tem origem no processo teórico-metodológico chamado *virada espacial*, ocorrido ao longo do século XX nas ciências sociais, que requalificou a concepção de espaço, propondo-o como uma dimensão ativa da realidade, trazendo para o primeiro plano de investigação tanto a sua produção histórica, econômica e política quanto as suas determinações sociais (Soja, 2010). Nesse sentido, pensar o espaço como um produto e como produtor social nos coloca a tarefa de investigar qual tem sido a sua reprodução e as implicações para a população, assim como buscar compreender como ela tem dialetizado essa relação. Assim, para operacionalizar a dimensão espacial a fim de estabelecer uma avaliação de justiça espacial acerca das políticas educacionais em questão, serão mobilizados os conceitos de capital e prática espacial.

O uso neste trabalho de prática e capital espaciais derivam da interpretação da obra de Bourdieu feita por Ramos (2024), e também das definições de Lévy e Lussault (2003). Capital espacial pode ser considerado como um poder na relação com o espaço, mobilizado a partir de recursos (dinheiro, propriedades, mobilidade física), conhecimentos (orientação espacial, conhecimento local), rede social (relações que trazem possibilidades) e localização (proximidade, centralidade, distância), elementos estes sempre relacionados a outras dimensões sociais (jurídica, econômica, educacional, de lazer etc.), e que se efetiva por meio de práticas espaciais.

Ainda com base nos autores, a prática espacial, por sua vez, pode ser entendida como um movimento ou decisão que se efetiva no e/ou pelo espaço e que, portanto, em alguma escala tem efeito social. Assim, essas práticas são obviamente sociais e carregadas de elementos históricos e condicionamentos materiais e simbólicos dentro de um

tecido contextual do agente, seja ele um sujeito (estudante) ou uma estrutura (Secretaria de educação).

Partindo para as narrativas presentes nas entrevistas, um primeiro ponto estruturante presente nas falas da comunidade escolar é o entendimento que há uma hierarquia de qualidade entre os programas de ensino médio, sendo o regular aquele com maior prestígio, o SOME com algum prestígio e o CEMEP o mais criticado, apesar deste apresentar, segundo os entrevistados, algumas vantagens em relação ao programa modular.

[Eu gostaria de ter estudado] No Some ou em alguma escola particular, pública, fora do interior. Seria mais acessível pelo fato de eu já estar nos últimos três anos da minha vida de estudo. Poderia ter me ajudado a estar agora, digamos assim, em uma faculdade até. (Egresso CEMEP).

Com certeza, não foi proveitoso como deveria ter sido se eu tivesse estudado [no] regular, porque era tudo muito intenso. A gente tinha que ter uma dedicação muito maior. Eu ainda consegui ter uma certa aprendizagem porque eu me esforçava muito. Mas havia colegas que não conseguiam, que ficavam de recuperação. Então, eles só poderiam pagar no ano que vem, quando esse professor voltasse. Mas, eu ainda consegui. Tem coisas que eu aprendi que ficaram em mim, na minha mente. Mas, eu sei que eu poderia ter aprendido muito mais, com muito mais calma. (Egressa SOME).

Olha, não tenho nem o que reclamar do SOME. Foi uma das épocas muito boas para a gente, porque a gente tinha o contato com os professores, e hoje em dia não tem esse contato, eles não chegam a ter esse contato como a gente tinha antes. A gente aprendia mais rápido, a gente não tinha dificuldade em não aprender, a gente queria aprender mesmo, e tendo contato com eles era mais fácil o aprendizado. (Egresso SOME).

Esse ano os alunos daqui pediram transferência para outro município que fica aqui em frente, para estudar o SOME. Lá tiveram que fechar a matrícula, não abriram mais vaga.

Tem turma de 60 alunos para estudar no SOME lá, que é só atravessar o rio e chegar lá. Lá eles não querem mais SEL. Os alunos que estão aqui, não estão lá porque não conseguiram vaga. (Coordenador de EMEF no campo com oferta de SEI/CEMEP).

A partir dos relatos, depreende-se que a atribuição de prestígio aos programas tem, na presença física das aulas e de um professor por disciplina, o principal fator positivo, contrastando com o CEMEP, que dispõe presencialmente apenas de um professor-monitor por turma. Um segundo aspecto relevante é atribuído à regularidade das aulas (de segunda a sexta-feira), trazendo uma vantagem para o CEMEP em relação ao SOME e também tornando o ensino médio regular, presente apenas na área urbana do município, o programa mais valorizado, como é evidenciado no seguinte trecho:

Sim, nós tivemos alguns alunos que se mudaram pra área urbana do município justamente para estudar no regular, e quando o pai tem condições ele manda para Belém. Perdemos alunos também para a cidade vizinha, que lá também é regular. Lá tem o colégio XXX que é do Estado. Então a gente perde muitos alunos para lá e para a cidade aqui do município mesmo e para Belém. Para Belém é o que mais vai. (Coordenadora da EMEF no campo com oferta de CEMEP)

Como menciona o trecho em destaque, existe também uma diferenciação entre as escolas regulares, sendo aquelas da capital Belém consideradas melhores que a da sede do município. Um critério – qualificação dos professores – para eleger as escolas regulares de Belém como melhor opção aparece na fala da mãe e professora do CEMEP:

Com toda sinceridade, se eu tiver condições para poder colocar os meus filhos para fazer o ensino médio em Belém, que são dois, eu vou fazer isso. Mesmo tendo a escola regular na sede do município. [...] Eu tenho a teoria de

que as escolas públicas de Belém, os professores são bem mais qualificados do que da escola pública da sede aqui. Principalmente porque a gente vai encontrar nas escolas públicas de Belém mestres e doutores. E se eles já estão nesse patamar da vida profissional, eles certamente já têm bastante conhecimento, né? Para que eles possam passar o melhor para os meus filhos. Então, por conta disso, pela qualificação, formação do quadro de professores das escolas públicas de Belém, que não é o caso da escola pública da sede daqui, é que eu penso que o ensino de Belém é melhor do que da escola urbana daqui. (Professora do CEMEP).

Este trecho completa um quadro em que as ofertas públicas de ensino médio melhoram conforme se distanciam da comunidade rural das pessoas entrevistadas. Do CEMEP, oferecido localmente, até as escolas regulares de Belém, aumenta-se a expectativa de uma boa educação, assim como o capital espacial a ser mobilizado pelas famílias para o acesso a ela. Essa *hierarquia espacial* da qualidade da educação duplica a pressão por deslocamentos espaciais dos estudantes cujas famílias decidem por frequentar a etapa em um programa considerado melhor. Duplica porque a baixa densidade da oferta da etapa no campo, como demonstrado anteriormente, já tende a exigir o empenho de capitais sociais, econômicos e espaciais para se evitar a exclusão escolar.

A seguir são destacados três trechos em que são relatados cenários distintos em termos de capital espacial de famílias, que têm como desdobramento possibilidades desiguais de práticas espaciais num contexto de *corrida espacial* para o acesso a programas de ensino médio.

[Não podia me mudar] Pra ajudar eles [avós] e me ajudar. Porque eles não têm condições. E uma vida lá [sede do município], a gente sabe que é gasto, né? Tipo, pra se manter, pra alimentação, transporte. Muitos não vão ter casa lá, vão ter que alugar. Outros não, outros a família ajuda, tem como ajudar. Nem precisam trabalhar, né? Só estudar. (Egressa SOME e CEMEP no campo).

No considerado normal era eu sair de casa ali por volta de quatro e trinta. E aí, me deslocava de casa até o ponto onde o transporte escolar passava. O ponto onde o barco passava até a sede do município ainda tinha ali uma hora e vinte de trajeto. Então, eu demorava em torno de umas duas horas e meia de viagem até chegar no porto da cidade. [...] Depois, a parte final pra chegar na escola era ônibus. O percurso de volta era basicamente a mesma coisa. Então, eu saía de casa aí por volta de quatro da manhã, conseguia retornar por volta de uma e trinta até duas horas. Era bem cansativo, mas era essa a rotina. (Egresso de escola regular na sede do município).

Bem, dos poucos alunos que vão para Belém, que os pais realmente querem investir nos filhos, eles veem uma oportunidade de colocar numa escola regular, pública mesmo, mas também a possibilidade de pagar uns cursos à parte, por exemplo, de redação, de matemática, de língua inglesa ou de espanhol, para eles poderem aprimorar, vendo que o ENEM hoje é a única porta de entrada maior para a universidade. (Coordenador de EMEF no campo com oferta de CEMEP).

Nesses trechos, as famílias, cientes da disposição espacial da hierarquia educacional dos programas, lidam com uma *estrutura territorial escolar* que demanda agenciamentos de capitais particulares para traçarem um trajeto no contrafluxo espacial que a própria política pública imprime. No primeiro trecho, houve a impossibilidade de mudar-se para a sede do município devido à condição familiar da egressa, que trabalhava como costureira com a avó para prover a casa. No segundo, há a mobilização do pai que levava de barco de madrugada o filho até o ponto onde passava o barco escola. E, no terceiro, as famílias com maior concentração de capitais, normalmente funcionários públicos da saúde que residem no interior ou comerciantes locais, conseguem não apenas bancar a mudança dos filhos para Belém, mas por vezes também pagar cursos extracurriculares.

Desta forma, as ações da SEDUC-PA promovem no campo paraense uma espécie de corrida pela educação que é mediada sobretudo pelo capital espacial das famílias, invertendo a lógica de responsabilização pelo sucesso dos jovens na trajetória escolar e social em uma realidade já bastante assimétrica pelas ações históricas do próprio Estado. Configura-se um território educacional de reforço das desigualdades sociais e potencial estratificação de classes.

Considerações Finais

A análise de dados estatísticos, dos mapas, da literatura e das entrevistas realizadas em campo nos revelam uma distribuição de escolas estaduais que atrasam o acesso à parte final da educação básica em 10 anos no campo em relação às cidades do Pará. Além da exclusão e do atraso, a oferta do ensino médio público também cria um território educacional com a diferenciação de programas cuja estrutura e prestígio diminuem conforme se distancia das cidades, impondo às famílias do campo uma lógica perversa de exclusão e marginalização.

Nesse contexto da oferta coordenada pela SEDUC-PA, as famílias se tornam responsáveis pelo acesso à educação, tendo que mobilizar seu capital espacial, econômico e social a fim de empreender práticas espaciais que atuem contra a lógica da marginalização induzida pela hierarquia espacial da qualidade dos programas de ensino médio disposta estrategicamente no território.

Essa corrida espacial pela educação implica em esforços de responsáveis e de estudantes, a depender das condições que variam em diversos aspectos: plano familiar de formação do estudante, dispensa da ajuda do dependente em afazeres domésticos e em trabalho familiar, rotina de madrugada necessária para trajetos mais longos de barco, disposição financeira para custeios de gasolina para trajetos ou para aluguel de casa em localidade mais próxima ou em outro município, mobilização de parentes em outras localidades em caso de mudança ou migração para outro município e separação entre responsáveis e dependentes quando estes migram.

Este cenário gerado pelas políticas de ensino médio da SEDUC-PA foi intensificado pela implementação do SEI/CEMEP em 2017/2018 a partir da flexibilização das normas trazida pela Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), baseada em princípios empresariais da NGP (Verger; Normand, 2015), que introduzem na educação mecanismos focalizados apenas na diminuição de custos e melhoria de estatísticas, empobrecendo os processos formativos e induzindo de três formas sobrepostas a crônica migração do campo para a cidade, formando novos pobres urbanos: pela insuficiente presença da oferta, pelo currículo desenraizado e pela hierarquia dos programas.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2000**. Brasília: INEP, 2001.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2010**. Brasília: INEP, 2011.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n 13.415**, 2017.
- BRAYNER, C. N. M. **Um estudo avaliativo do Ensino Médio modular a partir das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo no Pará**. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Estado do Pará, 2013.

- BRITO, M. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 224-263, jan.-mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/9gvNBCMDBvcjDzr4h8dRkMP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: abr. 2024.
- LÉVY, J.; LUSSAULT, M. **Dictionnaire de la géographie**. Paris: Belin, 2003.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos da geografia brasileira do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.
- PARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Pará. **Governo garante conectividade e internet de qualidade em todas as escolas estaduais do Pará**. Portal SEDUC-PA. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13233-governo-garante-conectividade-e-internet-de-qualidade-em-todas-as-escolas-estaduais-do-para>. Acesso em: jun. de 2024.
- RAMOS, E. A contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu para perspectiva socioespacial em geografia: espaço, práticas espaciais e capital espacial. **Geousp**, v. 28, n. 2, p. e213809. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.213809pt>. Acesso em: out. de 2024.
- RODRIGUES, J. M. P. **No espelho do rio o que reflete e o que “SOME”?: O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de jovens egressos no município de Breves-Pará**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8585>.
- SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 3 ed., 2013.
- SOJA, E. **Seeking for spatial justice**. Minneapolis: University of Minesota Press, 2010.
- VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo

de reforma educativa global. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul.-set., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fQMzP4tSXyBjFKrwMHZsVYB/>. Acesso em: abr. 2024.

Currículo Paulista e Currículo Em Ação: Controle da atividade docente e esvaziamento das dinâmicas raciais no espaço

Renata Rodrigues da Silva

Introdução

A formulação do currículo pelas secretarias de educação ou pelo Ministério da Educação pode acontecer de forma a permitir a participação de diversos setores da sociedade relacionados à Educação nesta produção ou pode simplesmente contar com a participação de um ou outro setor. Quando os currículos são elaborados de forma democrática, eles trazem a possibilidade de serem planejados para o estudo e compreensão dos desafios das realidades vividas pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento. Mas quando são prescritos, o planejamento que os orienta tem mais afinidades com os interesses daqueles que os prescreveram do que daqueles envolvidos no processo pedagógico. Nesse sentido, Apple (2011, p. 71) afirma:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de um grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Deste modo, tanto quando o currículo é produzido de forma democrática como quando é prescrito por secretarias governamentais, ele resulta “da visão de um grupo acerca do que seja conhecimento

legítimo”. Contudo, sendo democrática, essa visão pode atender aos interesses dos sujeitos engajados na sua produção. Mas, sendo prescrito por tais secretarias, tal visão pode atender a interesses de grupos específicos dentro da sociedade com poder o bastante para pautar a produção de tal currículo.

No entanto, se o currículo pode ser disputado, atualmente, o capitalismo neoliberal vem apostando na educação como um nicho de mercado não apenas para auferir lucros com a venda de pacotes educacionais, mas como uma área em que se pode “ensinar” um modo de pensar para estar no capitalismo neoliberal e, assim, o currículo é disputado por este setor para que seja um aliado nesse projeto. Andrade (2022) relata que, sob o neoliberalismo, os sistemas educacionais dos países, especialmente os da periferia do capitalismo mundial, passam a seguir orientações encaminhadas pelo Banco Mundial para organizar os documentos curriculares e o processo pedagógico das instituições de ensino de suas nações.

É devido a tais transformações no cenário mundial que, na década de 1990, vai aparecer a proposta de formulação de um currículo nacional no Brasil, dando origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, mais recentemente, à formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta última com um aceno mais acentuado para as políticas neoliberais.

No ano de 2019, no estado de São Paulo, sob o governo de João Dória, entra em vigor o novo *Currículo Paulista*. Como ele está totalmente alinhado com a BNCC, a sua organização está pautada pelas habilidades gerais que este documento propõe. O currículo do estado de São Paulo insere, como propõe a BNCC, em tais habilidades e competências, referências à história e cultura da população negra e indígena no Brasil, conforme recomenda a Lei 10.639/03 e a lei 11.645/08. Esta recomendação está presente nestes documentos devido à luta do Movimento Negro e do Movimento Indígena para que a educação se desenvolvesse de modo a considerar tais dimensões da realidade brasileira, já que historicamente, os currículos no Brasil foram elaborados

para favorecer a história e cultura da branquitude eurocêntrica. De acordo com Silva (2015, p. 102):

O texto curricular, entendido aqui de forma ampla [...] está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um “tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão como seres sociais.

Pelo exposto, fica evidente a importância da conquista do Movimento Negro e Indígena com a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, uma vez que elas oferecem a possibilidade de desconstruir as “marcas da herança colonial” por meio das atividades pedagógicas e propor um conhecimento que rompa com a hierarquização das raças na sociedade. Portanto, é importante que o *Currículo Paulista* conte com habilidades relacionadas à temática racial.

Para a implementação desse documento, o estado de São Paulo elaborou o *Currículo em Ação*, que é material didático produzido para cada uma das disciplinas oferecidas pela Educação Básica. Este documento tem duas versões: a) o caderno do professor – para orientar as aulas dos professores com “situações de aprendizagem” prontas para serem desenvolvidas ao longo do ano letivo – e b) o caderno do aluno – com atividades que devem ser feitas pelos estudantes acessando QR Code para perguntas, imagens e textos que os professores deverão orientar os alunos para sua realização. Este material pedagógico retira do professor a autoria e autonomia para elaboração do planejamento das atividades pedagógicas, deixando a este profissional apenas a execução destas (Albuquerque *et al.*, 2021). Ou seja, ele acentua ainda mais o

caráter antidemocrático do currículo, pois além de prescrever os conteúdos a serem ministrados na aula, prescrevem também as atividades e a forma como tais atividades serão ministradas, portanto, ele homogeneiza todo o processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento, já que todos os estudantes terão acesso ao mesmo material pedagógico, além de ter grande potencial para controlar a atividade pedagógica do professor.

Pela proposta que este documento traz, consideramos ser possível entender qual a abordagem do *Currículo Paulista* para o tratamento da temática das relações étnico-raciais na aula de Geografia. Neste artigo, vamos analisar a forma como o *Currículo Paulista* e o material didático *Currículo em Ação* para o sexto ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, produzido sob orientação do primeiro, abordam a temática das relações étnico-raciais ao desenvolver atividade relacionada às paisagens de quilombos e de comunidades dos povos originários.

Recentemente, o tema da valorização da história e cultura negra e indígena tem ocupado maior espaço nos currículos e materiais didáticos oficiais de estados e municípios, já que a BNCC recomenda a observação das leis 10.639/03 e 11.645/08 para a elaboração do currículo por estes níveis de poder. Segundo Cirqueira et al. (2024, p. 1):

[...] por meio das políticas curriculares, a Lei insta ao reconhecimento da contribuição dos povos negro-africanos e indígenas na formação da cultura e sociedade brasileira. Do mesmo modo, talvez pouco explicitado, propicia aberturas para mudar os imaginários e nossa percepção sobre a presença negra-africana e indígena no Brasil para além de estereótipos racistas e das narrativas coloniais reducionistas.

Assim, tais documentos são propostas interessantes para superar o eurocentrismo da branquitude. Mas como isto tem sido feito nos currículos? Consideramos que as relações raciais, como aponta Santos (2009), marcam o espaço de forma desigual, já que, sendo o racismo um elemento estrutural das relações sociais no Brasil, ele define um lugar

socioespacial para a população de acordo com a raça. Como afirma Santos (2009, p. 31):

A reprodução de barreiras sociais, baseadas em raça, torna o racismo, nesta perspectiva, um dos principais mecanismos produtores da brutal concentração de renda e de riquezas que caracteriza a sociedade brasileira, na medida em que ele consegue, através de complexos processos de discriminação com impedimentos e favorecimentos ao longo da trajetória dos indivíduos (no acesso à educação, no acesso ao emprego etc.), impedir e/ou dificultar o acesso de significativa camada da população a essas riquezas que o país produz. Se o Brasil atualmente figura entre os cinco países de pior distribuição de renda do planeta [...], um dos mecanismos que contribuem decisivamente para tal fato é o racismo, por operar como mais um fator de desvalorização de parte significativa da força de trabalho nacional.

Ao mesmo tempo que o racismo opera para impor desvantagens para a população racializada, garante privilégios para a branquitude, como vimos na citação anterior. Assim, para entendermos as relações sociorraciais estabelecidas no espaço brasileiro, é fundamental compreender como as categorias conceituais de raça, relações raciais, racismo e branquitude se inserem na dinâmica da produção socioeconômica do espaço. O *Currículo Paulista*, assim como o material didático oferecido pelo estado de São Paulo, ao abordar os conteúdos relacionados à história e cultura negra e indígena, considera tais dimensões? Por eles, é possível que os estudantes percebam as dimensões tensas e conflituosas das relações de raça, ou seja, que não vivemos uma democracia racial? Quando consideramos a tradição no Brasil de um discurso afirmando o mito da democracia racial – mito que se reproduz, por um lado, para negar a agência da população negra na luta por seu direito de ser gente e não coisa passível de uso na economia capitalista e, por outro lado, para anular as lutas pelo fim do racismo – vemos na disciplina geográfica potencial para desconstruir tal mito a partir da abordagem dos territórios quilombolas como conteúdo nas aulas

de Geografia. Mas a abordagem deste conteúdo, no material didático produzido pelo estado de São Paulo, tem trazido à tona essa faceta do conflito e da luta tão inerente aos territórios quilombolas e indígenas?

Os estudantes percebem, a partir do *Currículo em Ação*, o resultado da dinâmica das relações raciais no espaço ou os conteúdos em torno dessa temática apontam apenas para as dimensões da diversidade destas relações, esvaziadas das tensões e conflitos sociorraciais que organizam a economia no território brasileiro? Será em torno destas questões que nos deteremos neste artigo.

O Currículo Paulista e a adaptação dos sujeitos à realidade capitalista

Como já mencionamos anteriormente, no ano de 2019, no estado de São Paulo, sob o governo de João Dória, entra em vigor o *Currículo Paulista*. Como ele está totalmente alinhado com a BNCC, sua organização está pautada pelas competências gerais que este documento propõe, assim, dá ênfase na aprendizagem de competências e habilidades, adota as metodologias ativas como concepção metodológica para orientar a prática dos docentes, coloca o estudante, e não o processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento, no centro das atividades pedagógicas e define o professor como um tutor nesse processo. A isto se deve o fato de o governo em questão elaborar o *Currículo em Ação*, ele diminui o papel do professor no processo pedagógico. Ao dar ênfase a tais dimensões, o *Currículo Paulista* negligencia o ensino e sublinha a aprendizagem, apostando mais na capacidade dos estudantes de autonomamente desenvolverem suas atividades e menos no desenvolvimento de um processo voltado para a socialização dos conhecimentos socialmente produzidos.

Apesar de o currículo em questão considerar as questões étnico-raciais, como sugere a lei, ao examinarmos esse documento não encontramos nele — nem em sua apresentação e orientações, nem nas habilidades — menção aos conceitos de raça e racismo. A palavra étnico-racial aparece na apresentação geral do currículo, mas esva-

ziada da dimensão tensa e conflituosa que caracteriza a sociedade brasileira. O que aparece vezes repetidas nesse documento são orientações em relação ao respeito à diversidade e à diferença. Como no trecho a seguir, em que é apresentada uma das questões preconizadas pelo *Currículo Paulista*: “O acolhimento das pessoas em suas singularidades e diversidades, o combate à discriminação e ao preconceito em todas as suas expressões, bem como a afirmação do respeito às diferenças sociais, pessoais, históricas, linguísticas, culturais;” (São Paulo, 2019, p.33). É importante destacar que neste trecho se fala de acolhimento e respeito à diversidade, mas ao mencionar o que deve ser combatido, o racismo não aparece; em seu lugar, são colocadas as palavras “discriminação” e “preconceito”. Estas são palavras ligadas a comportamentos de indivíduos, mas quando tratamos de racismo, trata-se de algo que, apesar de passar pelo comportamento individual, diz respeito à estrutura social. Como colocado anteriormente por Santos (2009, p.31), o racismo é “um dos principais mecanismos produtores da brutal concentração de renda e de riquezas”, acrescentamos, para a branquitude, por isso diz-se que ele é estrutural, já que, sem ele, essa concentração não ocorreria no Brasil. Assim, a escolha das palavras “discriminação” e “preconceito” reduz a questão a um comportamento e a retira do âmbito estrutural, ao mesmo tempo em que apaga o papel da branquitude na produção da desigualdade.

Além disso, a organização do currículo por habilidades torna a abordagem das questões referentes à raça, racismo, relações étnico-raciais e branquitude descontextualizada e pontual. Com isso, se aposta mais em uma abordagem que toma as relações étnico-raciais como uma questão comportamental e que, para efetivá-la, basta apostar na transformação do indivíduo. Mas o que sustenta o racismo são as estruturas sociais, portanto, não é suficiente falar em mudanças de comportamentos, apesar de elas serem importantes. É também fundamental entender como as instituições e as estruturas sociais criam e reproduzem espaços racializados. Falar em raça é fundamental porque é com este conceito que se hierarquizam as sociedades e seus respecti-

vos espaços. Taylor (2022) nos lembra que a inferiorização dos sujeitos negros foi fundamental para a ação bárbara de sequestro dos africanos em seu continente, assim como do tráfico negreiro e da escravidão nas colônias. Sem estes acontecimentos, a acumulação primitiva não teria se processado. Nos lembra, do mesmo modo, que sem essa inferiorização dificilmente a classe burguesa branca conseguiria controlar a classe trabalhadora, ou seja, o racismo garante uma divisão desta classe e isto a torna mais fácil de ser controlada pelo capital. Além disso, é a partir do racismo que o capitalismo coloca as pessoas não brancas em posições subalternas e opressivas e as brancas em posições privilegiadas. Portanto, o racismo é fundamental para a reprodução do capitalismo.

Quanto à parte do documento curricular relativa ao conteúdo de Geografia, é na seção referente ao organizador curricular, onde encontramos as habilidades propostas do *Currículo Paulista*, que existem algumas referências às relações raciais. Neste item, quando é abordada a formação do território brasileiro, não deixa explícita a produção e a organização deste território como produção das desigualdades sociorraciais no espaço brasileiro, como uma produção do racismo estrutural que coloca os sujeitos racializados, cada um, em uma posição desigual neste território. Isto é, enquanto brancos, descendentes de europeus, ocupam os espaços que concentram a infraestrutura, a riqueza, o conforto, negros e indígenas ocupam os espaços que sobram, como afirma Carolina Maria de Jesus (2014), o quarto de despejo. Não se pode dizer que não há nada lá, pois um quarto de despejo é o lugar daquilo que não se deseja à vista. Mas a infraestrutura está presente apenas de forma precária, a riqueza apenas cultural, conforto de forma residual. É um espaço em que não se encontra o produto do trabalhador brasileiro, mas se encontra este trabalhador. Ou seja, ao não mencionar tais questões, o currículo apaga as marcas das tensões e conflitos sociorraciais que a formação do território brasileiro carrega.

Não é possível para a escola estar de acordo com a lei 10.639/03 apenas abordando a diversidade da cultura afro-brasileira, sem debater

o racismo e sua produção no Brasil, como o *Currículo Paulista* faz. É impossível entender o Brasil sem debater o racismo desta sociedade.

O que podemos perceber, portanto, do *Currículo Paulista* é que ele cede à luta do Movimento Negro por uma educação em que o negro, sua história e sua cultura estejam presentes no currículo, e são inseridas habilidades referentes à história e cultura da população negra-africana neste documento. No entanto, ao optar por um currículo que privilegia as competências e habilidades, essa história e cultura negra aparecem em pedacinhos, permeados por uma concepção pedagógica tecnicista e pragmática, que não vislumbra outras possibilidades, em cujo horizonte não está presente a transformação da realidade, que não oferece elementos para pensar os privilégios da branquitude.

Assim, a abordagem do *Currículo Paulista* para os anos finais do Ensino Fundamental não reflete sobre transformações substantivas da realidade social. Entendemos que o Currículo propõe uma educação para a adequação dos sujeitos à ordem social capitalista atual, lhes propondo que a responsabilidade por seu fracasso ou sucesso é inteiramente deles, pois não têm aptidão para o desenvolvimento de competências e habilidades. Tal currículo não interessa à sociedade como um todo, mas às grandes corporações capitalistas e seus parceiros. Para que a luta do Movimento Negro não seja cooptada pelo capital, o professor precisa disputar esse currículo, debatê-lo e trazer para esse debate as questões sobre raça, racismo e branquitude como mecanismos de produção de desigualdades, de exclusão e de privilégios para o branco dentro do capitalismo.

Currículo em Ação

Além de elaborar o *Currículo Paulista*, o estado de São Paulo elaborou, também, outro documento cujo título é *Currículo em Ação*. Este tem duas versões: a) caderno do professor para orientar as aulas dos professores com situações de aprendizagem a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo e b) caderno do aluno com QR Code para as atividades, imagens e textos que os professores deverão orientar os

estudantes para sua realização. Nem todas as atividades, imagens e textos precisam de QR Code para acessar, mas muitas precisam. Nesta seção iremos analisar a situação de aprendizagem de “*Diferentes grupos sociais na produção da paisagem*” do sexto ano que aparecem no *Currículo em Ação* de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental, as versões de 2021 e 2022.

No caderno do professor, existem orientações sobre como o professor deve iniciar a aula, quais perguntas deve fazer aos alunos, indicação dos textos, imagens, mapas que deverão ser utilizados nas aulas, matérias e artigos de jornais que podem complementar a atividade em aula, textos e sites que aprofundarão a abordagem sobre a temática desenvolvida pelo professor. Mas há poucas imagens, mapas e textos que serão usados pelos estudantes, e muitas indicações que devem ser acessadas por QR Code. No caderno dos alunos, também não aparecem muitos dos materiais propostos para a atividade a ser desenvolvida, o acesso a eles deve ser feito por meio de pesquisa digital.

Nesta seção pretendemos analisar o caderno do professor, mas isso deve ser feito com o apoio do caderno do aluno, pois é neste que existe o material de estudo do aluno, como citado anteriormente. Analisaremos apenas uma das situações de aprendizagem do caderno do professor em que verificamos relação com a temática da educação das relações étnico-raciais.

Na seção referente ao sexto ano do *Currículo em Ação*, a situação de aprendizagem dois, cujo título é *Diferentes grupos sociais na produção da paisagem*, as habilidades do Currículo Paulista de Geografia desenvolvidas são:

(EF06GE02) Analisar e comparar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedades, com destaque para os povos originários e comunidades tradicionais em diferentes lugares.

(EF06GE14*) Analisar o papel de grupos sociais com destaque para quilombolas, indígenas entre outros na produção da paisagem, do lugar e do espaço geográfico em diferentes tempos (São Paulo, 2019, p.426).

Essas habilidades são desenvolvidas a partir da unidade temática *O sujeito e seu lugar no mundo* e o objeto de conhecimento é *Identidade sociocultural*. Como é possível perceber, nesta situação de aprendizagem aparece a possibilidade do trabalho com os povos originários e as comunidades quilombolas. Em todo este material didático oferecido pelo estado de São Paulo, esta é a primeira e a última vez que esta temática aparece no sexto ano. Esta abordagem étnico-racial é feita de forma marginal, já que o principal objetivo da situação de aprendizagem é *Analisar e comparar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedades*, e pontual, ou seja, não há ao longo do ano letivo do sexto ano nenhuma outra vez em que se abordam questões referentes aos povos originários ou às comunidades quilombolas. Além de ser uma abordagem fragmentada, pois não contextualiza a temática, o que pode ser percebido porque sequer há uma definição do que significa o termo “povos originários”.

No desenvolver da situação de aprendizagem é possível desconstruir alguns estereótipos em torno do que os estudantes compreendem sobre os povos originários, pois as atividades fornecem elementos para que os estudantes façam isso. Por exemplo: os alunos são levados a perceber que os povos originários já estavam no território que hoje chamamos de território brasileiro e que já produziam modificações em seus territórios, transformando as paisagens nas quais vivem para produzir seus alimentos, suas moradias etc.. Assim, os estudantes já têm elementos para perceber que não é possível dizer que o Brasil foi descoberto; também não é possível imaginar que os povos originários são homogêneos, já que as paisagens das figuras retratam diferentes formas de transformar a paisagem. Ao mesmo tempo, não é possível considerar que estes são povos sem conhecimento, pois inclusive eles tinham técnicas para se defender e melhorar o plantio de alimentos. Essas são questões possíveis de perceber a partir das imagens, textos e questões colocadas para os alunos.

Pelo exposto acima, vemos que o *Currículo em Ação* está preocupado em promover a valorização e a representação da cultura dos

povos originários. Isso é muito importante para que se possa construir uma autoestima positiva nos estudantes descendentes destas populações e para que possam conhecer a sua própria história/cultura, a história/cultura dos seus ancestrais, já que, como nos lembra Munanga (2015), a partir da obra de Hegel se difundiu a ideia nas Ciências Humanas de que as populações africanas faziam parte de povos primitivos, sem história e, como nos lembra Castro e Abramovay (2006), as crianças negras têm frequentemente sofrido com ataques à sua autoestima pela violência racista que sofrem dentro da escola, seja por meio de um currículo que ignora e inferioriza sua história e sua cultura, seja por meio de comportamentos racistas (xingamentos, agressões físicas, “piadas/brincadeiras”) por parte de outros estudantes e por parte de docentes, gestão e funcionários da escola. No entanto, é preciso compreender essa história, também a partir da sua dimensão estrutural. E isto não está presente da mesma forma que a dimensão cultural. É possível perceber isso a partir da seguinte atividade proposta aos alunos:

Desde 1500 até a década de 1970, a população indígena brasileira foi diminuindo, e muitos povos foram extintos. Aos poucos, esse cenário começou a dar sinais de mudança, e a população indígena voltou a crescer. O que pode ser feito para que a população brasileira reconheça e valorize os povos indígenas? (São Paulo, 2022b, p. 79).

Na questão lê-se que “muitos povos [indígenas] foram extintos” e a pergunta formulada é: “O que pode ser feito para que a população brasileira reconheça e valorize os povos indígenas?”. Ela nos induz a imaginar que os responsáveis por essa extinção foi “a população brasileira” de forma genérica, abstrata. Além disso, ela nos induz a imaginar que o reconhecimento e a valorização dos povos indígenas pela população brasileira é o bastante para dar fim ao processo que coloca em extinção tais povos no Brasil. E se, ao invés de perguntar “o que”, perguntássemos: por que a população indígena segue sob

ameaça? Desde a chegada dos portugueses neste território que chamamos de Brasil, os povos originários têm sido violentados, assassinados, roubados para que as grandes fortunas pudessem ser acumuladas pelos brancos, para que suas terras fossem tomadas e exploradas pelos europeus e seus descendentes, além do fato de que tais ações proporcionaram a acumulação primitiva de capital e o desenvolvimento das atividades capitalistas. Foi por isso que se construiu essa imagem, esse imaginário negativo dos povos indígenas, para justificar que eles não precisavam de terras e podiam sofrer toda violência que sofreram e ainda sofrem. Primeiro veio o roubo, a violência, o assassinato e, em seguida, sua justificativa: o racismo, na forma de desqualificação destas populações.

Assim, se quisermos romper com isso, é importante perceber que o que ameaça os povos indígenas não é a população brasileira de forma abstrata, são as atividades capitalistas (monocultura, pecuária, extrativismo da madeira, mineração) que avançam sobre suas terras e promovem todo tipo de violência contra esses povos. Mas esta discussão está ausente no *Currículo em Ação*. Deixar de lado essa questão impede que se compreenda o racismo no Brasil e que se busque uma solução efetiva, pois reconhecer a existência e o valor dos povos originários não será suficiente para livrá-los da ameaça dos pecuaristas, dos agricultores, dos mineradores e dos extrativistas ansiosos por expropriar as terras dessas populações e promover aquilo que Harvey (2011) chama de acumulação por despossessão, ou seja, o capitalista aumenta seu capital expropriando os indígenas, neste caso, de suas terras, tomando-as para si.

Sobre as comunidades quilombolas, são poucas as atividades propostas aos estudantes. A conceituação feita deste termo no caderno do professor exclui a dimensão histórica da luta e da resistência da população negra por liberdade (nos tempos da escravidão) e por sobrevivência atualmente.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou

urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. (São Paulo, 2022, p. 125).

Como é possível observar, não aparece na definição de comunidades quilombolas sua origem na escravidão, como territórios de resistência, como nos lembra Clóvis Moura:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. [...] Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (Moura, 2020, p. 159).

Conforme vemos na definição dada pelo autor, o quilombo já nasce como território de resistência e luta e assim permanece até hoje. Atualmente já não luta contra o senhor de escravo, mas pela posse da sua terra, pelo direito à sua existência de acordo com seus próprios paradigmas. Deixar de fora essa origem é perpetuar a ideia de um território do passado que nada mais oferece para debater o mundo atual. No entanto, a existência dos quilombos e das comunidades quilombolas nos permite pensar que outro mundo é possível, que outra racionalidade para organizarmos nossas existências, nossos territórios, é possível, que lutar e resistir é possível. Assim, essa dimensão da luta e da resistência é fundamental para compreensão da história do povo negro no Brasil e para reflexão sobre nossas possibilidades de transformação da realidade social que é perversa especialmente para as populações negras.

Portanto, de modo geral, o *Currículo em Ação* para o sexto ano mobiliza um conceito de povos originários e de quilombolas que não traz a dimensão histórica das lutas destas populações por seus territórios, por seus modos de vida, pelo fim da matança a que são alvo em

nossa sociedade. E isto reforça a ideia de que não é possível lutar por transformações. Porém, esta é uma noção equivocada sobre essas populações, pois elas, em sua maioria, permanecem lutando e resistindo à opressão, à violência, à tentativa de extermínio de suas vidas.

Da mesma forma, de modo geral, o *Currículo em Ação* também é excludente, pois é produzido para um estudante que tem um bom acesso a equipamentos tecnológicos e não disponibiliza esse acesso aos demais. Se refletirmos que, em muitos espaços das periferias urbanas, não há sequer sinal de internet de qualidade, pedir aos estudantes que acessem um material (imagem, texto, reportagem, vídeo) por meio de um código que necessita de equipamentos tecnológicos é produzir uma educação desigual e excludente.

Considerações Finais

Como procuramos demonstrar, o *Currículo Paulista*, assim como o material didático *Currículo em Ação* a ele atrelado, ao atender o imperativo do capitalismo neoliberal que tem interferido na produção dos documentos curriculares nos países da periferia do capitalismo, homogeneiza ainda mais as atividades pedagógicas, pois já traz um material pronto e acabado para todos os estudantes. Retira da prática pedagógica o planejamento e a elaboração da aula – pelo mesmo motivo anteriormente exposto – e com isso transforma o professor em mero executor de situações de aprendizagens.

Tais documentos não aprofundam criticamente as relações sociorraciais que marcam o espaço brasileiro, já que defendem a necessidade de respeito à diferença, à diversidade, mas não apontam para o debate em torno das questões estruturais que envolvem o racismo; aliás, tal termo sequer aparece nesses documentos.

Ao ser organizado por meio de habilidades e competências, eles dão pouca atenção ao desenvolvimento de conteúdos conceituais que possibilitariam uma compreensão da totalidade que envolve as relações sociorraciais que produzem o espaço e abordam tais questões de forma descontextualizada. Além disso, essa estratégia de produzir materiais

que ditam, inclusive, as perguntas que o docente fará aos estudantes, procura reduzir a atividade docente e controlá-la justamente para que não saia do roteiro de conteúdos que giram mais em torno da construção de habilidades técnicas e menos da compreensão crítica da realidade.

Apesar de os conteúdos relacionados à temática racial aparecerem nas habilidades propostas por tais materiais, a escolha por apresentar a temática apenas sob a perspectiva da “valorização da identidade” das populações racializadas deixa de lado a denúncia da presença do racismo na produção de espaços desiguais, deixa de lado o aprisionamento da população negra nas posições sociais inferiores e os privilégios da branquitude. A situação de aprendizagem por nós analisada oferece amplas possibilidades para que seja possível debater a histórica concentração de terras nas mãos dos latifundiários, a violência no campo transformando paisagens quilombolas e indígenas em campos de morte e expropriação dessas populações; no entanto, o material apenas apresentou tais paisagens sem problematizá-las em seus conflitos e tensões com as atividades agropecuárias, mineradoras ou extrativistas.

Vemos que tais documentos curriculares persistem desenvolvendo um conhecimento que propõe transformações tímidas, pois não afetam as estruturas que alimentam e reproduzem o racismo para conceder privilégios aos brancos em nossa sociedade, já que não consideram as dimensões estruturais da cultura e da história negra e indígena no território brasileiro.

Os estudantes não percebem, a partir da situação de aprendizagem presente no *Currículo em Ação*, o resultado da dinâmica das relações raciais no espaço, pois os conteúdos em torno dessa temática apontam apenas para as dimensões da diversidade destas relações, esvaziadas das tensões e conflitos sociorraciais que organizam a economia no território brasileiro. Com isso, são muito favoráveis ao capitalismo neoliberal que condena a população negra, principalmente, a situações de desvantagens no território brasileiro. Portanto, recen-

temente, o currículo tem um caráter democrático muito frágil, está alinhado aos interesses do mercado e distante de oferecer a possibilidade de crítica à realidade vivenciada pelos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, M. A. M. et al. **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação; prólogo do ensino de geografia**. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, v. I, 2021.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRADE, C. **A ofensiva burguesa na educação: do enfrentamento à implementação do projeto empresarial pelo PT**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.
- APPLE, M. W. A Política do Conhecimento Oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (Orgs.) **Cultura, Currículo e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 3, p. 71-106.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20-31, dez. de 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?format=pdf&lang=pt>.
- SANTOS, R. E. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: SANTOS, R. E. (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009, p. 21-40.
- SILVA, R. R. **A Produção de saberes geográficos antirracistas por professores de Geografia**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) — USP, São Paulo, 2024.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**. São Paulo: SEDUC/SP, 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Currículo em Ação, 2021-2022**. São Paulo: EFAPE, 2022. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/01/WEB_00_49734011_SPFE-6-ano-EF-MIOL0_5P.pdf. Acesso em: 19 jun 2024.

Currículo hegemônico e contra-hegemônico: A contribuição de Paulo Freire

Leandro Mendes Nogueira

Introdução

Um dos problemas relacionados ao estudo do currículo, segundo Goodson (2008, p.67), “[...] é que se trata de um conceito multifacetado, construído, negociado, renegociado em vários níveis e campos”. Este aspecto do currículo tem contribuído não apenas para o desenvolvimento de perspectivas teóricas mais críticas, como a de Freire, mas também para o surgimento de perspectivas mais técnicas ou científicas. Desse modo, Goodson argumenta que é preciso avançar na análise do currículo para longe dos modelos de administração técnicos, racionais ou científicos; e também abandonar o enfoque único posto sobre o currículo como prescrição. “Isto significa que devemos adotar plenamente o conceito de currículo como construção social, primeiramente em nível da própria prescrição, mas depois também em nível de processo e prática”.

Nesse sentido, conforme Silva (2023, p. 14), a definição do currículo não nos revela sua essência, mas sim o que uma determinada teoria entende por currículo. “A abordagem aqui é muito menos ontológica (qual é o verdadeiro “ser” do currículo) e muito mais histórica (como, em diferentes momentos, em diferentes teorias, o currículo tem sido definido?)”. De maneira semelhante, Lopes & Macedo (2011, p. 19) afirmam que não é possível responder o que é currículo apontando para algo intrinsecamente característico, pois os estudos curriculares têm definido currículo de diversas formas, e cada nova definição “[...] não é apenas uma nova forma de descrever o objeto currículo, mas parte de um argumento mais amplo no qual a definição se insere”.

Nessa perspectiva, o currículo é considerado artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (Moreira; Silva, 2005, p.7).

O conceito de currículo como “construção social” evidencia a necessidade de salientar seu caráter histórico e as relações de poder que o permeiam. Diante desse quadro, o currículo é disputado por diversos sujeitos e grupos sociais (professores, escolas, gestores, instituições, empresas etc.) numa correlação de forças culturais, sociais e políticas. Tantas disputas em torno do currículo nos ajudam a entender sua centralidade na escola.

Na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola. Por causa disso, é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado. Um indicador é a quantidade de diretrizes curriculares [...]. Quando se pensa em toda essa diversidade de currículos sempre se pensa em suas diretrizes, grades, estruturas, núcleos, carga horária; uma configuração política do poder (Arroyo, 2013, p.13).

Buscando compreender a centralidade do currículo como um território em disputa, esse trabalho se propõe a fazer uma reflexão teórica e crítica acerca dos principais paradigmas que fundamentaram os estudos sobre o currículo e que influenciaram diretamente em sua formulação no período de redemocratização do Estado brasileiro, conforme apontam Lopes & Macedo (2011) e Silva (2023). Nossa análise

privilegia o embate entre as teorias tradicionais e as críticas, presentes na época, articulando-as à contradição existente entre a pedagogia bancária (tradicional) e a pedagogia da libertação (crítica) proposta por Paulo Freire.

Nos anos 1960, Freire realiza uma das principais críticas à perspectiva tradicional de educação e à sua prática bancária. Embora suas ideias tenham alcançado diferentes partes do mundo nas décadas seguintes, prevaleceu no Brasil uma hegemonia curricular influenciada pelo paradigma tradicional, sobretudo durante o regime militar, quando a escola e o currículo estavam fundamentalmente sobre o controle de um Estado autoritário. Com a redemocratização e o retorno de Freire do exílio, suas ideias passam a circular com mais força, na medida em que a abertura política possibilitava uma resistência à hegemonia até então dominante. Ganham forças as hegemonias populares ou contra-hegemônica que emergem no campo curricular.

Nessa perspectiva contra-hegemônica, nossa pretensão é compreender a influência de Paulo Freire no campo do currículo, analisando principalmente sua obra “Pedagogia do Oprimido” e como essa perspectiva dialoga e conflita com as teorias curriculares tradicionais tão presentes no Brasil.

O currículo hegemônico: a pedagogia bancária

Em 1949, Ralph Tyler produziu uma das obras que mais influenciaria nas décadas posteriores o campo dos estudos sobre o currículo nos Estados Unidos, mas também em outros países, incluindo o Brasil (Lopes; Macedo, 2011). Na obra, “Princípios básicos de currículo e ensino”, Tyler (1973) considerava que os princípios centrais que deveriam nortear o processo de elaboração do currículo deviam levar em conta: 1) os objetivos educacionais que a escola procura atingir; 2) as experiências educacionais que possibilitam atingir tais objetivos; 3) como essas experiências educacionais devem ser organizadas de forma eficiente e, por último, 4) como podemos determinar se os objetivos serão alcançados. Nessas quatro fases, a primeira é considerada a

mais crucial, porque todas as outras se fundamentam nos objetivos educacionais inicialmente definidos. Assim, para o autor, a elaboração de um currículo eficaz depende de uma boa definição dos objetivos educacionais.

Para isso, Tyler (1973) considerou como fontes para definição dos objetivos educacionais: o estudo dos educandos, o estudo da vida contemporânea fora da escola e a participação dos especialistas sobre a organização do conhecimento. Nesse sentido, a elaboração do currículo dependia da análise da realidade para o qual estava sendo produzido e da contribuição dos diferentes especialistas para a educação de um jovem que não se especializaria na área do conhecimento.

A partir dessas fontes, Tyler buscou integrar diferentes modelos de planejamento curricular, ora centrado no educando ora no adulto socialmente inserido que ele se tornaria, considerando também a participação dos professores. Para Tyler, professores e alunos podem ou devem participar em diferentes momentos do processo de construção curricular. Porém, há um elemento comum nesses autores no que tange à definição de currículo, ao enfatizar seu caráter prescritivo (Lopes; Macedo, 2011). Nessa perspectiva:

[...] há um nível de decisão curricular anterior a tal participação que já ocorre numa fase de implementação do currículo, quando o que é prescrito passa a ser “usado” nas escolas. A dinâmica curricular envolve, então, dois momentos integrados, mas distintos: a produção e a implementação do currículo. Admitindo-se o caráter científico de sua elaboração, os insucessos são, com frequência, descritos como problemas de implementação e recaem sobre as escolas e os docentes (Lopes; Macedo, 2011, p. 26).

Ainda que considerassem a participação de educadores e educandos na construção curricular, a ênfase que esses autores davam ao caráter prescritivo, visto como um planejamento com critérios objetivos bem definidos, dificultavam ou mesmo impediam que o currículo incorporasse a rica diversidade de sujeitos, de experiências sociais

e saberes na construção do conhecimento, pois ocorria uma divisão tecnicista entre a concepção e a execução do currículo.

Além disso, Tyler, ao estabelecer um vínculo entre currículo e avaliação, propôs que a eficiência da implementação dos currículos fosse deduzida pelos resultados do rendimento dos alunos, o que permite compreender que a avaliação seria um claro instrumento que visa determinar em que medida os objetivos educacionais de ensino foram atingidos. De certo modo, esse percurso colabora para um controle do trabalho pedagógico que se realiza nas escolas. Embora a avaliação seja guiada pelos objetivos e centrada no aluno, o foco é o currículo e “[...] fornecer informações sobre a eficácia das experiências de aprendizagem na modificação dos comportamentos dos alunos” (Lopes; Macedo, 2023, p.49).

Apesar de considerar a filosofia social e educacional e a psicologia da aprendizagem como possíveis filtros na adequação dos objetivos, “[...] o paradigma formulado por Tyler centra-se em questões de organização e desenvolvimento. Tal como no modelo de Bobbitt, o currículo é, aqui essencialmente, uma questão técnica” (Silva, 2023, p. 25).

Nesse sentido, é possível notar que há uma preocupação de ajustar a escola às novas necessidades da economia industrial e, assim, tornou-se indispensável organizar o currículo e conferir-lhe características de ordem, racionalidade e eficiência. “A escola foi, então, vista como capaz de desempenhar papel de relevo no cumprimento de tais funções e facilitar a adaptação das novas gerações às transformações econômicas, sociais e culturais que ocorriam”. Assim, considerou-se o currículo como o instrumento por excelência de controle social (Moreira; Silva, 2005, p.10).

Seguido essa lógica de currículo, o conhecimento na perspectiva tradicional tem como principal referência a razão instrumental, que busca sua legitimação por meio da eficiência no alcance de objetivos específicos, sem questionar ou refletir criticamente sobre os processos que conduzem a esses fins. Assim, o conhecimento se reduz a um

simples instrumento subordinado às exigências do processo econômico (Lopes; Macedo, 2011).

Nesse ponto de vista pragmático e instrumental, o conhecimento a ser ensinado na escola é tido como uma ferramenta central para preparar os indivíduos para suas funções sociais e econômicas. Essa perspectiva reflete uma visão do conhecimento como um sistema fragmentado, onde o conhecimento é um meio para atingir fins previamente definidos e avaliados através de critérios de eficiência e produtividade. Ao subordinar o conhecimento às exigências do sistema econômico vigente, outros saberes que não são classificados como conhecimento são deslegitimados.

Essa perspectiva corrobora com o que Paulo Freire conceituou de “pedagogia bancária”. Freire compara esse tipo de educação a uma transação bancária, onde o professor deposita informações (conteúdos/comunicados) nos estudantes, que são vistos como recipientes vazios, à espera de serem preenchidos. Ele critica essa abordagem por desumanizar os sujeitos, uma vez que transforma os educandos em objetos, retirando deles o poder de ação e reflexão. Nesse sentido, Freire denuncia a pedagogia bancária como uma prática antidialógica e opressora, que serve aos interesses dos que detêm o poder, perpetuando a manutenção das estruturas sociais vigentes.

As políticas e práticas curriculares que seguem a lógica do paradigma tecnicista compreendem o currículo como um processo de racionalização dos resultados educacionais, com objetivos rigorosamente definidos, reduzindo-os, assim, a uma abordagem técnica, mecânica e burocrática. Essa visão tecnicista do currículo corresponde, na pedagogia bancária, ao que Freire chamou de verticalidade da programação, em que o conteúdo programático é imposto de cima para baixo, sem espaço para a construção coletiva e dialógica do conhecimento, tanto dos alunos quanto dos professores presentes nas escolas. Como aponta Freire, um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos (educadores-educandos) na educação bancária é a prescrição.

Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isso, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores (Freire, 2019, p.46).

O currículo tradicional e tecnicista, ao enfatizar o prescrito, separando a concepção e a implementação do currículo, entre os que pensam e planejam e os que executam, impõe uma clara divisão do trabalho, que visa instrumentalizar os objetivos educacionais aos interesses dos opressores na sociedade de classes. A escola e o currículo, nessa perspectiva, são aparatos de controle social, na medida em que a prescrição e seus realizadores partem de uma visão pessoal da realidade (a pauta dos opressores). Por fim, há uma estreita relação desse campo curricular com a chamada pedagogia bancária.

É possível pensar em alguns desdobramentos da racionalidade tyleriana dos “objetivos” para as atuais “competências” tão presentes nas políticas curriculares no Brasil. Trata-se, para Lopes & Macedo (2011, p.57), de uma “[...] tradição que veio se deslocando no tempo e no espaço e, se presente hoje nas políticas curriculares, só o é como fragmentos reterritorializados e ressincronizados num mundo no qual as formas de saber e produzir já não são as mesmas”.

Se os objetivos comportamentais de Tyler respondiam, entre outras, às demandas de uma industrialização em ascensão, as competências tal como aparecem nas recentes políticas curriculares respondem a uma demanda por trabalhadores polivalentes para um mercado em constante transição. São, portanto, outra e a mesma coisa. Vão no esteio da racionalidade tyleriana (e eficientista) ao estabelecerem para a escola a função de preparar para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, dela se afastam propondo competências gerais, na medida em que as necessidades desse

mercado não mais podem ser precisadas (Lopes; Macedo, 2011, p. 57).

Para essas autoras, até meados dos anos 1980, no Brasil, “[...] praticamente todas as propostas curriculares são elaboradas segundo o modelo de elaboração curricular de Tyler”. Havia, no período da ditadura militar no Brasil, no campo da educação, uma forte valorização do tecnicismo e, no currículo, influências derivadas da racionalidade tyleriana (Lopes; Macedo, 2011, p.43). De um modo geral, historicamente, os currículos oficiais de ensino na educação brasileira têm se caracterizado por produções elaboradas de forma centralizada por uma equipe técnica de especialistas que define, prévia e rigidamente, um conjunto padronizado de diretrizes e metas curriculares que devem ser trabalhadas por professores e alunos nas escolas. Esses programas influenciaram profundamente o trabalho pedagógico das escolas brasileiras e estabeleceram a ideia de um currículo comum, que relega o educador ao papel de mero executor desses programas (Pontuschka, 1999).

O currículo na pedagogia do oprimido de Paulo Freire

A obra “Pedagogia do Oprimido”, escrita por Paulo Freire em 1968 e publicada originalmente em 1970, é a obra mais conhecida e fundamental do autor, onde ele apresenta os pilares do seu pensamento, e uma das principais referências no campo da educação crítica e libertadora. Assim, a obra é central para entendermos seu pensamento e como ele dialoga com o tema “currículo”.

A pedagogia do oprimido começa com a compreensão do problema da desumanização, que Freire identifica como um fato concreto na história, resultado de uma ordem social e econômica injusta e violenta. A desumanização é uma distorção da vocação do “ser mais”, mas não é uma vocação histórica, como argumenta o autor. “Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”. Freire afirma: “A desumanização, que não

é uma vocação ontológica, mas uma distorção da vocação do ser mais, se dá em todas as formas de opressão” (Freire, 2019, p. 40).

A contradição opressores-oprimidos é um processo que desumaniza tanto os oprimidos quanto os opressores. Os oprimidos, ao serem reduzidos a objetos na sociedade, perdem sua humanidade, enquanto os opressores, ao subjugar os outros, perdem também sua capacidade de reconhecer a humanidade no outro. A pedagogia do oprimido busca reverter esse processo, promovendo a humanização como um ato de resistência e superação da contradição opressores-oprimidos. Contradição que só poderá ser rompida pela luta histórica dos oprimidos, o de libertar-se a si e aos opressores. A preocupação de Freire na obra é apresentar alguns aspectos do que parece constituir a pedagogia do oprimido:

[...] aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (Freire, 2019, p. 43).

Um dos fundamentos centrais para a justificativa dessa pedagogia é a conscientização, ou seja, a necessidade de desenvolver nos oprimidos uma percepção crítica sobre sua situação e as forças que a sustentam. Freire destaca que a conscientização é um processo pelo qual os indivíduos percebem a realidade de forma crítica, identificando as contradições sociais e agindo sobre elas. A educação tradicional, ao não promover essa consciência, limita-se a reproduzir a opressão. Freire argumenta que “[...] sem uma percepção crítica da situação, esta jamais se desvela como realidade a ser transformada” (Freire, 2019, p. 85).

A pedagogia do oprimido é justificada também pela ênfase na práxis, que é entendida como a união de reflexão e ação na transformação do mundo. Freire defende que os oprimidos não podem se

contentar com a adaptação ao mundo tal como ele é, mas devem buscar transformá-lo através de uma práxis que integra a teoria crítica e a ação prática. Essa práxis é central para a pedagogia do oprimido, pois ela permite que a educação seja não apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas um processo de emancipação: “Transformar a realidade opressora é uma tarefa histórica, um esforço de práxis crítica e transformadora” (Freire, 2019, p. 104).

O diálogo é outro elemento essencial na pedagogia do oprimido. O diálogo é o meio pelo qual a educação pode tornar-se um ato de liberdade, pois ele permite uma troca de saberes entre educador e educando, rompendo com a relação autoritária da educação bancária. O diálogo, para Freire, não é apenas uma técnica pedagógica, mas uma condição fundamental para a sua humanização, uma exigência existencial. “O diálogo é a essência da educação como prática da liberdade” (Freire, 2019, p. 97).

Através do diálogo, os oprimidos podem desenvolver uma consciência crítica e agir coletivamente para mudar sua situação. Desse modo, Freire propõe uma pedagogia que busca a emancipação dos oprimidos, permitindo-lhes desenvolver uma consciência crítica sobre sua realidade e, a partir disso, agir para transformá-la.

Embora não tenha elaborado uma teorização específica sobre o currículo, Paulo Freire abordou em seus estudos diversas questões que se entrelaçam com as temáticas centrais das teorias curriculares. Em *Pedagogia do Oprimido*, por exemplo, ele não utiliza o conceito de currículo, e sim expressões como “conteúdos” e “conteúdos programáticos”, o que de certo modo se refere ao que compreendemos como currículo. Segundo Silva, Freire está bem consciente, entretanto:

[...] da necessidade de um desenvolvimento de um currículo que esteja de acordo com sua concepção de educação e pedagogia. A diferença relativamente às perspectivas tradicionais de currículo está na forma como se constroem esses “conteúdos programáticos”. (Silva, 2023, p. 60)

A crítica de Freire ao currículo tradicional está sintetizada no conceito de “educação bancária”, como tratamos anteriormente, que se expressa numa visão epistemológica que concebe o conhecimento como sendo construído de informações e fatos a serem transferidos dos professores aos alunos. Nessa ótica, privilegia-se uma visão tradicional do currículo como um mero receptáculo de conteúdos pré-determinados e descontextualizados, que se limita à mera transmissão de conhecimentos.

Desse modo, a pedagogia bancária alinha-se com o currículo tradicional e hegemônico ao perpetuar um modelo educacional que privilegia a transmissão passiva de conhecimento. Esse modelo corresponde ao currículo prescrito, que se baseia em objetivos previamente definidos e na eficiência na transmissão de conteúdos, reforçando a ideia de que a educação é um processo técnico e linear de aquisição de habilidades necessárias para a vida adulta e o mercado de trabalho, como defendido por Tyler. Este autor propõem currículos que têm como foco a preparação dos estudantes para desempenhar papéis sociais específicos, seguindo um plano estruturado e guiado por objetivos comportamentais.

Essa visão tecnicista do currículo é criticada por Freire por não considerar as realidades e experiências dos educandos, tratando-os como objetos passivos no processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem reifica a estrutura de poder existente e legitima a opressão, ao passo que o currículo tradicional visa à adaptação do educando à ordem social vigente, sem espaço para questionamento crítico ou transformação. Nesse contexto, a ação antidialógica é indispensável e sua necessidade de conquista é uma das suas características.

O antidialógico se impõe ao opressor, na situação objetiva de opressão, para, pela conquista, oprimir mais, não só economicamente, mas culturalmente, roubando ao oprimido conquistado sua palavra também, sua expressividade, sua cultura (Freire, 2019, p. 186).

Em contraste, a pedagogia problematizadora é libertadora, pois visa tornar os oprimidos sujeitos de mudança. Freire afirma: “A missão de uma pedagogia do oprimido é a de libertar, com os oprimidos e não para eles, os opressores, assim como os oprimidos” (Freire, 2019, p. 47). A educação, nessa perspectiva, deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente, questionar a realidade e intervir nela, portanto se fundamenta na ação dialógica.

A prática dialógica é a condição fundamental para uma real humanização e também o eixo fundamental para a construção de uma educação crítica e libertadora – de uma dialogia que está presente em todos os momentos da escola, da elaboração do currículo às práticas pedagógicas. A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade, se inicia na busca do conteúdo programático da educação. Esse conteúdo deve ser buscado na realidade mediatizadora e na consciência que os educandos têm dela, no momento em que se realiza a investigação do que Freire conceituou como “temas geradores”. Nesse contexto teórico, a realidade concreta dos alunos, antes distante do conteúdo, passa a ser ponto de partida para uma investigação coletiva, com problematizações, construção e reconstrução dos saberes. São esses temas que, segundo ele, guiarão a formulação de um currículo interdisciplinar capaz de “ler o mundo” em sua complexidade e contradições (Freire, 2019).

O conceito de “tema gerador”, fundamental para entendermos o currículo na pedagogia freiriana, baseia-se em situações da vida real, nos problemas individuais, comunitários e sociais da realidade do educando, que podem ser desde questões de relacionamento dentro da escola até problemas de moradia e mobilidade urbana. A propósito, “[...] o que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão de mundo, em que se encontram envolvidos seus temas geradores” (Freire, 2019, p. 121). Uma vez encontrados, os temas geradores tornam-se a base para a formulação de um currículo interdisciplinar

e “[...] cada área de conhecimento, por seu turno, contribui para o processo de aprendizagem com tópicos específicos que têm a ver com o tema gerador descoberto no entendimento da realidade pela própria comunidade” (Torres; O’Cadiz; Wong, 2002, p. 116).

Ana Maria Saul, uma das principais estudiosas das contribuições de Freire para as políticas curriculares, enfatiza que a escolha de temas geradores possibilita a construção de um currículo flexível e dinâmico, que se adapta às necessidades e interesses dos educandos, ao mesmo tempo em que os desafia a pensar criticamente sobre sua realidade. Segundo a autora, o currículo na perspectiva da “racionalidade crítico-emancipatória” implica uma ruptura com o “currículo técnico-linear”, que desconsidera as condições concretas dos sujeitos e impõe um conhecimento descontextualizado. “A prática curricular baseada nessa racionalidade deve partir da realidade vivida pelos sujeitos e promover uma reflexão crítica sobre as condições de opressão e exclusão que caracterizam a sociedade” (Saul, 1998, p. 216).

Saul (1998) argumenta que a prática curricular freiriana está assentada em uma “racionalidade crítico-emancipatória”. O conceito de temas geradores reflete essa racionalidade ao propor que os conteúdos curriculares não sejam impostos de cima para baixo, mas que emergem da realidade concreta dos educandos. Nesse sentido, o currículo é um processo vivo, em constante adaptação e construção, que possibilita a participação ativa dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem.

Em sua análise, a autora destaca que o legado de Freire para as políticas curriculares “[...] não se restringe à introdução de novos conteúdos ou metodologias, mas implica uma redefinição da própria finalidade da educação, que passa a ser compreendida como um processo de libertação” (Saul, 1998, p.56). Nesse sentido, o currículo precisa estar a serviço da transformação social e da construção de uma sociedade democrática, onde todos tenham voz e possam participar ativamente dos processos de tomada de decisão.

A concepção freiriana de currículo, portanto, é diretamente relacionada à prática social, de modo que “[...] a construção do currículo

precisa ser entendida como parte de um movimento mais amplo de transformação social” (Silva, 2004, p.128). Isso significa que o currículo, longe de ser um simples conjunto de conteúdos a serem transmitidos, deve ser um espaço de construção coletiva, onde educadores e educandos possam atuar como sujeitos da história. Nessa concepção, a realidade dos educandos ocupa um papel central na definição dos conteúdos curriculares, e a problematização dessa realidade é vista como uma ferramenta essencial para a emancipação dos sujeitos. O paradigma crítico-emancipatório, desse modo, propõe a superação da lógica tecnicista, que desumaniza, oferecendo um caminho para a construção de um currículo comprometido com a humanização.

Assim, Paulo Freire rompe com a visão dominante de concepções não dialéticas que norteiam a construção curricular, ao estabelecer uma relação dialética entre realidade e conhecimento numa perspectiva crítica e emancipadora. Isso significa defender que todos os sujeitos envolvidos com a escola tenham voz na definição e prática de políticas de currículo. É preciso, no entanto, “[...] compreender, com Freire, que esses sujeitos que estão na escola ou em seu entorno, têm contribuições de natureza diferente nas políticas de currículo e que cabe, ainda, à escola, potencializar essas diferentes participações nas decisões e ações sobre o currículo” (Saul, 1998, p.50)¹.

Considerações Finais

Para Freire (2019), não podemos esperar resultados positivos de um programa, seja educativo ou de ação política, que desrespeita a visão de mundo que esteja tendo o povo, ainda que com a melhor das intenções, porque isso se constitui numa espécie de invasão cultural. Nas escolas esta invasão ocorre, entre outras formas, através da organização programática dos conteúdos.

1. Como foi dito, apesar de Freire não elaborar uma teorização específica sobre currículo, sua obra influenciou profundamente autores e autoras que se dedicaram ao desenvolvimento de perspectivas curriculares mais propriamente ditas (Silva, 2023).

O problema fundamental, de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra quê. Qual o papel que cabe aos educandos na organização programática dos conteúdos; qual o papel, em níveis diferentes, daqueles e daquelas que, nas bases, cozinheiras, zeladores, vigias, se acham envolvidos na prática educativa da escola; qual o papel das famílias, das organizações sociais, da comunidade escolar? (Freire, 2021, p.152).

Por isso, a necessidade de uma reforma curricular que seja baseada numa proposta político-pedagógica de natureza crítica e libertadora, que tem como essência a dialogicidade, como defendeu Freire e, ao invés de servir aos interesses das classes dominantes, seja capaz de engendrar um projeto curricular que atenda aos interesses das classes populares e das diferentes culturas presentes na sociedade.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOREIRA, A. F. B. & SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. **Currículo, cultura e sociedade**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PONTUSCHKA, N. N. Parâmetros Curriculares Nacionais: tensão entre Estado e Escola. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de.

Reforma no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

SAUL, A. M. A construção do currículo na teoria e prática de Paulo Freire. In: APPLE, M. e NÓVOA, A. (Org.). **Paulo Freire política e pedagogia.** Porto: Porto Editora, 1998.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

TORRES, C. A.; O'CADIZ, M. Del P. & WONG, P. L. **Educação e democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo.** São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002.

TYLER, R. W. **Principios básicos del currículo.** Buenos Aires: Editora Troquel, 1973.

Expansão da Rede Federal: Uma análise do atendimento aos critérios regionais

Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo

Introdução

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades, que se expressam em numerosas áreas, como a educação. Uma das formas desse tipo de desigualdade é a concentração, em poucos lugares do território, do acesso a uma educação pública e de qualidade, em especial nos níveis técnico e superior. A intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, é fundamental para atenuar as desigualdades, de modo a ampliar o ingresso e a garantir a permanência nesses níveis de ensino, notadamente para as camadas populacionais menos favorecidas, dos pontos de vista econômico, social, racial, de gênero etc.. Até o início dos anos 2000, a oferta de vagas de cursos técnicos e superiores era concentrada predominantemente em grandes cidades. Políticas públicas foram então implementadas com o objetivo de ampliar a quantidade de cidades e regiões atendidas por equipamentos educacionais com essa proposta, beneficiando pequenas e médias cidades, no interior do país e distantes dos grandes centros urbanos. Vários programas foram idealizados na década de 2000 para atingir esse objetivo da interiorização, como a expansão de universidades federais¹, a criação da Universidade Aberta do Brasil² e a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (denominada Rede Federal), em 2008,

1. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, por meio do Decreto Nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007b).

2. O Sistema Universidade Aberta do Brasil foi um programa voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, instituído pelo Decreto Nº 5.800/2006 (BRASIL, 2006).

por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). O foco do capítulo girará em torno da análise da expansão da Rede Federal, em especial, de que modo se deu a cobertura das diferentes meso e microrregiões brasileiras, como se explicita a seguir.

A expansão e interiorização da Rede Federal foi focada principalmente nos Institutos Federais (IFs), que é o tipo de instituição que apresenta maior capilaridade e quantidade de campi no país (cerca de 90 da Rede Federal), conforme se pode observar na Tabela 1, cujos dados foram levantados no portal do MEC e no site de cada uma das instituições, para a confirmação dos campi ou unidades³ que estavam em funcionamento.

Esse processo de expansão, portanto, alcançou a integralidade dos Estados brasileiros, ampliando a quantidade de cidades e regiões que receberam um campus, além dos investimentos que ocorreram nos campi que já existiam, que permitiram a ampliação de vagas oferecidas por essas unidades. Após o auge desse processo, ocorrido no período dos 3 governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro (2016-2022) houve uma forte diminuição no ritmo de criação de unidades, situação que se alterou com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, com um novo plano de expansão, dessa vez para a construção de 100 novos campi de IFs (Brasil, 2024a).

Considerando que essa política pública foi permanentemente defendida como uma ferramenta de diminuição das desigualdades sociais e regionais, com os campi servindo como vetores de desenvolvimento local e regional, desde o primeiro documento lançado pelo MEC em Brasil (2005b) até a mais recente proposta citada (Brasil, 2024b), parte-se então dos seguintes questionamentos: quais critérios foram estabeleci-

3. O termo unidades é o mais abrangente, pois contempla todos os tipos de instituições que compõem a Rede Federal, mas cabe destacar que a diferença em relação a campus se dá por conta das ETVs, que como o próprio nome sugere, são vinculadas às Universidades Federais e não têm status de um campus dessas instituições, enquanto o termo campus define as unidades autônomas dos CEFETs, do CPII, da UTFPR e dos IFs.

Tabela 1: Composição das Instituições da Rede Federal em 2024

Tipo de Instituição	Quantidade de instituições	Quantidade de unidades	Nº de UF contemplados
Centros Federais de Educação Tecnológica			
Celso Suckow da Fonseca (CEFET)	2	19	2
Colégio Pedro II (CPII)	1	15	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	1	13	1
Escolas Técnicas Vinculadas às			
Universidades Federais (ETVs)	23	23	11
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)	38	593	27
Total	65	663	27

Fonte: MEC (2018a) e sites das instituições

dos pelo Ministério da Educação (MEC), ao longo das últimas décadas, para definir as cidades e regiões que deveriam receber novos campi? O processo de interiorização contribuiu para diminuir as desigualdades regionais de cobertura desses equipamentos educacionais?

É relevante analisar os critérios adotados pelo MEC para a compreender a distribuição, na prática, dessas unidades pelo Brasil, quais micro e mesorregiões foram contempladas e quais ainda permanecem desprovidas desses equipamentos. Como nos lembram Santos; Silveira (2000), a história da educação no território nacional pode ser contada como história de ausências e presenças do Estado e demais atores que estão à frente dessa atividade educacional (eles se referiam especificamente ao ensino superior, mas o sentido pode ser transposto para a Rede Federal).

A próxima seção se destina a apresentar um breve contexto da Rede Federal e uma discussão sobre os critérios nas diferentes fases da expansão. Na sequência, objetivando verificar o atendimento de alguns dos critérios da expansão, utilizou-se a linguagem cartográfica como um complemento do texto, de modo a transmitir uma mensagem que o texto sozinho não permite. O capítulo se encerra com as considerações finais. A pesquisa foi baseada na análise documental da referida política pública.

Rede Federal: contexto e critérios

A Rede Federal, como foi mencionado, foi institucionalizada em 2008, mas a sua origem, enquanto um conjunto de instituições, pode ser considerada com a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, de 1909 (BRASIL, 1909), sob a presidência de Nilo Peçanha, no início do período republicano. Por não ser o foco desse trabalho, não se detalha esse histórico da Rede Federal, no período de pouco mais de 100 anos de existência, o que foi realizado por inúmeros autores, como Silva (2017). O que vale destacar é que até o início dos anos 2000, a criação de unidades pelo Governo Federal foi gradativa, inexistindo programas de vulto para ampliar as vagas públicas para formação profissional no Brasil.

Esse quadro começa a se modificar em 2005, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a publicação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (BRASIL, 2005b), se consolidando com o avanço das fases da expansão nos anos seguintes (MEC, 2018b). Antes disso, a criação de campi era praticamente inviável, pois a União deveria, obrigatoriamente, promover parcerias com outros entes federativos, setor produtivo ou organizações não governamentais. Essa situação foi alterada com a promulgação da Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005a), que retirou o caráter obrigatório das referidas parcerias, passando a ser preferenciais, o que abriu caminho para a efetividade da expansão.

Antes da expansão, havia no país 161 unidades e 122 municípios atendidos pela Rede Federal⁴, conforme Tabela 2, situação que mudou substancialmente após 2005, com crescimento considerável em todas as regiões brasileiras, com destaque para aquelas historicamente mais desprovidas de equipamentos educacionais, notadamente públicos, como Norte e Centro-Oeste. A Região Nordeste é a que apresenta a maior quantidade de unidades e de municípios, quer dizer, o maior número absoluto, o que vai de encontro com a prioridade prevista para essa região, de contribuir com a redução da pobreza extrema (BRASIL, 2011). Além disso, a tabela considerou o mais novo plano de construir 100 novos campi, que foram somados a 6 unidades que estão em implantação, motivo pelo qual não foram consideradas como consolidadas.

Tabela 2: Número de unidades e municípios atendidos pela Rede Federal nas diferentes etapas.

Região	Preexistentes		Após a Expansão (De 2005 a 2023, aproximadamente)		Projeção 2024 e em implantação	
	Unidades	Municípios	Unidades	Municípios	Unidades	Municípios
Norte	16	11	75	66	12	12
Nordeste	51	41	221	200	40	39
Centro-Oeste	9	9	65	54	10	9
Sudeste	57	36	182	152	31	29
Sul	28	25	120	113	13	13
Total	161	122	663	585	106	102

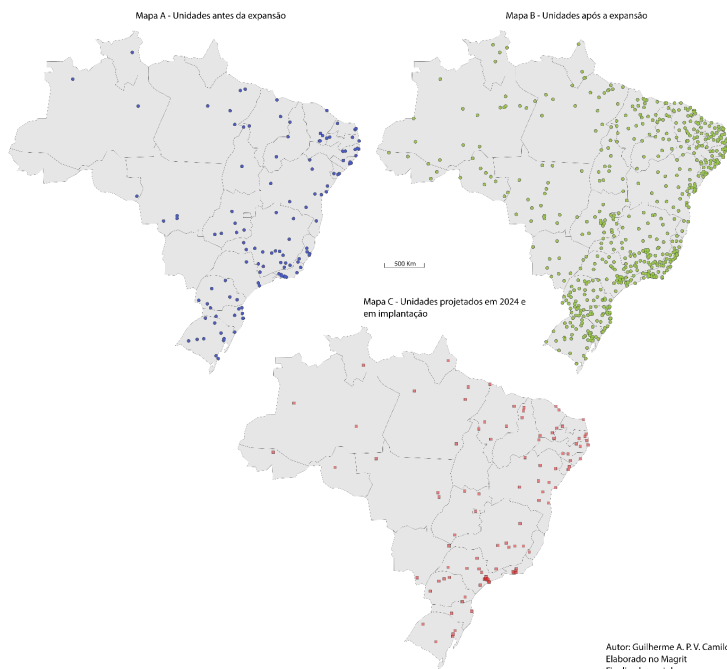
Fonte: MEC (2018a); Brasil (2024a) e sites das instituições.

A localização e distribuição dos municípios atendidos e apontados na tabela encontram-se no Mapa 1. Antes da expansão (Mapa A),

4. Conforme a lei de criação da Rede Federal (BRASIL, 2008), as ETVs e o CPII passaram a compor a Rede Federal em 2012, o que levou a considerar as suas unidades e, consequentemente, os municípios onde estão instalados, como se fossem preexistentes à expansão, já que eles não fizeram parte dos planos de expansão.

as unidades eram bastante dispersas, com várias UFs sem nenhuma instituição, como Amapá, Mato Grosso do Sul, Acre e Distrito Federal, ao mesmo tempo em que existia uma concentração principalmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Essa situação se altera substancialmente após a expansão (Mapa B), com ampla distribuição por todo o país, enquanto a projeção de 2024 (Mapa C), se apresenta mais dispersa e interiorizada nas regiões Norte e Nordeste e se concentra em torno de regiões metropolitanas no Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Mapa 1: Mapas com a distribuição das unidades da Rede Federal nas diferentes etapas.



Fonte: MEC (2018a); BRASIL (2024a) e sites das instituições.

Tratando agora dos critérios da expansão, é relevante destacar que eles constam inicialmente em três documentos elaborados pelo MEC: o primeiro, o citado Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, de 2005, que se convencionou posteriormente chamar de Fase I da expansão; em seguida, em 2007, foi lançada a Chamada Pública de Propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal – Fase II, para receber propostas de municípios escolhidos para receber um campus da Rede Federal; e por fim, já no mandato da presidenta Dilma Rousseff, o terceiro e último plano do MEC para a expansão, o Pronatec – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional – Metodologia para definição de municípios (2011 a 2014) – Fase III, em 2011. No Quadro ??, apresenta-se uma síntese desses documentos.

Após 13 anos do último plano, foi lançado pelo Governo Federal, um planejamento para implantação de 100 novos campi de Institutos Federais no país, com investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, feitos por meio do novo Programa da Aceleração do Crescimento (Novo PAC), tendo como critérios: “O atendimento de regiões que ainda não possuem unidades ou que registrem número baixo de matrículas em cursos técnicos de nível médio, em relação à população da região (Brasil, 2024a, p. 1, grifo nosso)”.

O que chama a atenção nesses documentos é a multiplicidade e a variedade dos critérios, de caráter geográfico, econômico, demográfico e social, que exigiram ampla articulação política, principalmente com outros entes públicos e privados, para viabilizar com municípios, estados e mesmo com a iniciativa privada, a construção de unidades educacionais em todo o Brasil. Como foi possível constatar, os critérios se alteraram e se incrementaram com o passar do tempo, mas destaca-se a ideia de que cada campus/unidade deveria atender uma região, seja ela a micro ou a mesorregião e que a cidade escolhida deveria ter essa centralidade regional, com potencial de atender um público maior e mais diverso, em virtude da ampliação do raio e do escopo de formação dessas instituições, que conforme Lemos; Straforini; Teramatsu (2018) abrangem desde os cursos técnicos integrados ao ensino médio,

Quadro 1: Critérios para escolha dos municípios para receber unidades nas 3 fases da expansão

Fases	Objetivos	Critérios de escolha de municípios/regiões presentes no documento	Observações importantes
Fase I	Ampliar a atuação da Rede, criando 42 unidades entre Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Unidades de Ensino Descentralizadas.	Implantar as Escolas Federais: • nos estados ainda desprovidos dessas instituições; • Preferencialmente: – em periferias de grandes centros urbanos; – em municípios interioranos, distantes de centros urbanos.	Cursos articulados com as potencialidades locais ou mercado de trabalho.
Fase II	Implantar, nos anos seguintes, 150 novas unidades na Rede Federal de Educação Tecnológica – “Uma escola técnica em cada cidade polo do país”.	1. distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; 2. cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação; 3. proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento; 4. interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; 5. redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos; 6. aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; 7. identificação de potenciais parceiros.	Doação à União, pelas prefeituras das 150 cidades escolhidas, da área física, seja terreno ou edificação construída.
Fase III	Criação de novas 208 unidades no período entre 2011 e 2014, totalizando 562 unidades da Rede Federal.	1. Inscrição no Programa Território da Cidadania, de modo que haja pelo menos uma unidade da Rede Federal em cada um desses Territórios; 2. Prioridade aos municípios que compõem os 100 cidades com mais de 80.000 habitantes e que possuem receita per capita inferior a R\$ 1.000,00, o chamado G100; 3. Abrangência de um maior número possível das microrregiões, garantindo que em todas as mesorregiões, haja uma ou mais unidades da Rede Federal; 4. Para selecionar os municípios prioritários das microrregiões de todo o país, o critério utilizado foi o número de habitantes, preferencialmente, os que tenham mais de 50.000; 5. As localidades que receberam investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC serão consideradas na escolha dos municípios; 6. Os arranjos produtivos locais.	Fundado em prioridades que visam reduzir a desigualdade de acesso à educação, priorizando as regiões Norte e Nordeste.

Fonte: Brasil (2005b, p.4); Brasil (2007a, p. 1-2); Brasil (2011, p. 5-6)

pesquisas aplicadas e atividades de extensão, além da tecnólogos de

nível superior, bacharelados, licenciaturas, atingindo até mesmo os cursos de mestrado e doutorado.

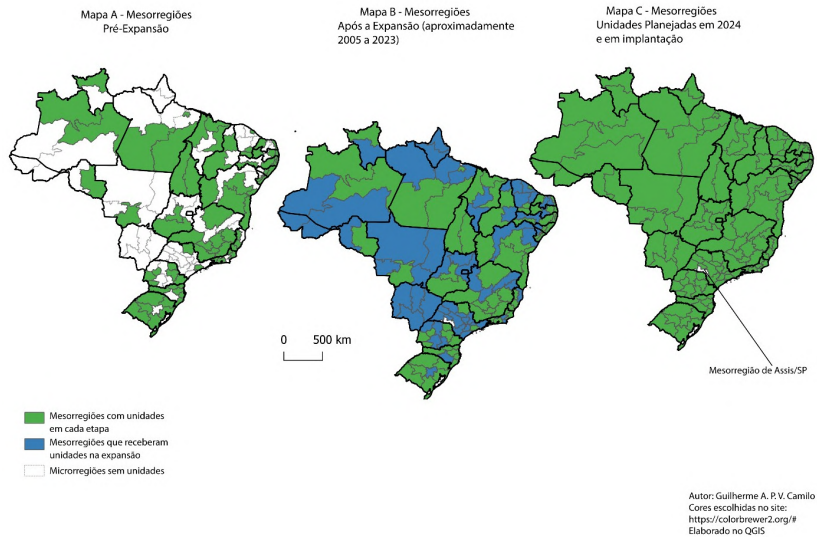
Nesse sentido, a próxima seção será dedicada à análise do atendimento de critérios ligados às regiões: cobertura do maior número possível de mesorregiões e abrangência de um maior número possível das microrregiões, considerando que em todas as mesorregiões houvesse uma ou mais unidades da Rede Federal.

Atendimento das regiões pela expansão efetivada e projetada

Começando com o critério de maior número possível de mesorregiões (Brasil, 2007a), conforme se observa no Erro: Origem da referência não encontrada, houve o atendimento praticamente integral do critério, com uma única exceção: a mesorregião de Assis, no estado de São Paulo, não contemplada nem mesmo na projeção de 2024. Mesmo assim, sem contar as UF's onde não existia nenhuma unidade (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), o estado de São Paulo, que no período pré-expansão contava com unidades em apenas 2 mesorregiões, passou para 14, de um total de 15 mesorregiões. Em termos quantitativos, antes da expansão havia 72 mesorregiões atendidas no Brasil, o que correspondia a cerca de 52 mesorregiões existentes.

Com relação ao critério “abrangência do maior número possível de microrregiões” (BRASIL, 2011), apresenta-se a Figura 3. Nesse caso, a cobertura era ainda menor que a das mesorregiões antes da expansão. Após a expansão, pode-se dizer que, das microrregiões ainda não contempladas, a maioria se encontra no estado de São Paulo e pontualmente em outros estados, como Minas Gerais, Pará e Mato Grosso. As unidades projetadas em 2024 e as em implantação avançam em 42 novas microrregiões, com uma abrangência completa ou quase completa em alguns estados, como Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso do Sul, que partiram praticamente do “zero” antes da expansão, ao mesmo tempo em que alguns estados, mesmo com avanços, ainda estão distantes da cobertura integral, como São Paulo e Minas Gerais.

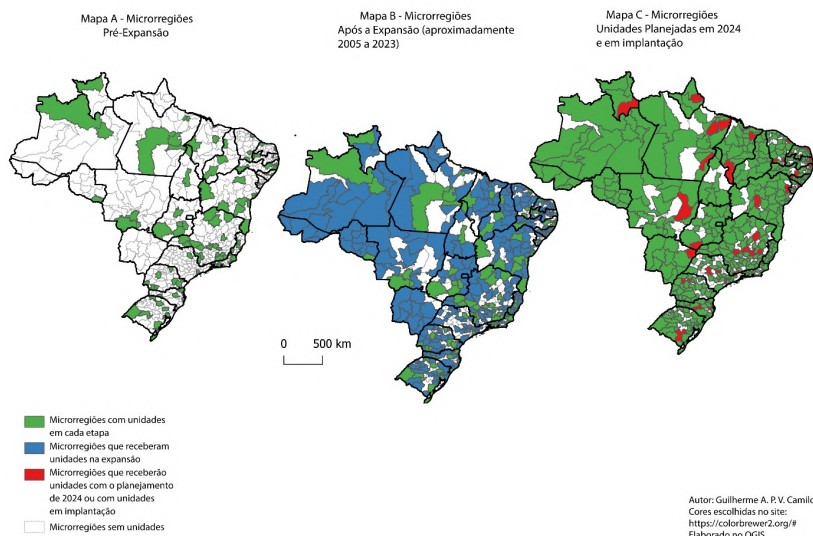
Mapa 2: Mapas com a distribuição das unidades da Rede Federal nas diferentes etapas.



Fonte: MEC (2018a) e sites das instituições.

Em termos quantitativos, no período de expansão verificou-se que o número de microrregiões atendidas quase quadruplicou, partindo de 106 e chegando em 393, o que corresponde a cerca de 70a projeção de 2024 e as unidades em implantação, a soma chegará a 435 microrregiões atendidas ou cerca de 78significativo num país de dimensões continentais como o Brasil.

Mapa 3: Mapas com a cobertura de Unidades da Rede Federal por microrregiões nas diferentes etapas.



Fonte: MEC (2018a); BRASIL (2024a) e sites das instituições.

Considerações Finais

Em suma, ao analisar os critérios de expansão da Rede Federal referentes ao atendimento das meso e microrregiões, verificou-se, com o auxílio dos mapas, como a interiorização se desenvolveu durante as duas últimas décadas. Pode-se afirmar que, estritamente do ponto de vista da abrangência territorial, essa política pública foi bem-sucedida na tentativa de diminuir desigualdades regionais, uma vez que regiões historicamente mais vulneráveis e desiguais, como Norte e Nordeste, tiveram um incremento substancial na oferta desses equipamentos educacionais, sem contar que o Centro-Oeste tinha duas UFs sem qualquer unidade, o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, e também

foi bastante beneficiado com a expansão. As regiões Sul e Sudeste, que são mais dinâmicas, do ponto de vista econômico e consequentemente, educacional, igualmente avançaram, mas ainda guardam desigualdades internas, principalmente no estado de São Paulo, que mesmo com o novo projeto de expansão de 2024, conta com a única mesorregião não atendida no país, Assis.

Por fim, cabe destacar que o planejamento mais recente focou menos na expansão para microrregiões não atendidas e mais no reforço de áreas já contempladas, na medida em que dos 100 novos campi planejados em 2024, apenas 40 se localizam em novas microrregiões. Considerando as 6 unidades que estão em implantação, são 2 novas microrregiões. Isso deixou algumas porções do território ainda desabastecidas, como é o caso do estado de São Paulo, que ainda tem muitas cidades médias sem campi. Por outro lado, não se pode negligenciar que muitas das unidades novas foram alocadas em regiões metropolitanas, como São Paulo e Rio de Janeiro, com o potencial de atendimento a um público muito maior do que o caso de cidades pequenas localizadas em microrregiões também pouco populosas. São os desafios postos para uma política pública de tamanha envergadura e complexidade, que se constitui num campo de investigações instigante para os estudos geográficos.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **100 Novos Institutos Federais**. Brasília: 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/100-novos-ifs>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Departamento de Políticas e Articulação Institucional. **Chamada pública MEC/SeTec n. 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de educação tecnológica-fase II. Brasília: MEC/SETEC, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96271-2-chama

da-publica-plano-expansao-rede-federal-fase-ii&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 de out. de 2024

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 28 de out. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Presidência da República, 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Institutos Federais, a cara do Brasil.** Brasília: 2024b.

BRASIL. **Lei Nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília: Presidência da República, 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_a

to2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 de out. de 2024.

BRASIL. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (Fase I)**. Brasília: 2005b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 de out. de 2024.

BRASIL. **Pronatec: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Metodologia aplicada para definição de municípios no período de 2011-2014**. Brasília, 2011.

LEMONS, L. M.; STRAFORINI, R; TERAMATSU, G. Os Institutos Federais de Educação e seu sentido discursivo provisório de desenvolvimento local-regional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA REDE LATINO-AMERICANA DE INVESTIGADORES DE DIDÁTICA DE GEOGRAFIA, 5., 2018. **Anais...** Goiânia, 2018.

MEC. **Expansão da Rede Federal**. 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 out. 2024.

MEC. **Instituições da Rede Federal**. 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SILVA, J. G. **A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Eu sou a continuação de um sonho: Ontem, o chão da escola e as suas possibilidades e hoje, da negação dos corpos ao pertencimento

Juliane Ribeiro

Introdução

Esse texto é um conjunto de ideias que borbulham em minha cabeça, formas de seguir e pensar novas trajetórias na pesquisa. São inquietações que me atravessam, coisas que penso da escola e das pessoas que estão por lá, o papel delas e ideias de continuidade após meu mestrado.

Então, esse escrito é uma retomada, a “continuação de um sonho” citando o rapper Abebe Bikila (BK). Retomada da professora Juliane, agora Mestra em Geografia, mas, novamente, essa continuação de um sonho tem a ver só comigo? Continuarei pelos mesmos trajetos e/ou quais caminhos irei seguir?

Sim, esse texto é uma retomada que reconhece a minha tomada de posse na escrita da dissertação e um sentimento de pertencimento com o chão da escola. Entretanto, se antes estava implicada na pesquisa e falei das minhas experiências, hoje, desejo falar desse pertencimento em outros lugares, em outros territórios escolares desse Brasil afora, observando outras mulheres negras e entendendo como elas estão construindo suas Geografias Negras através dessas raízes e desse pertencimento com o lugar, com o território escolar.

E como irei me organizar para construir tudo isso?

Acredito que o primeiro ponto é reforçar o meu modelo de escrita e manter a escrevivência de Conceição Evaristo, porque entendo que é uma característica do meu texto e faz sentido trazer essa riqueza,

esse detalhamento para as trajetórias, vivências e geografias negras de outras professoras. Para Evaristo (2017):

[...] escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas.

Foi através desse método que consegui transmitir para os leitores e leitoras a simplicidade e potência da minha Geografia Negra, de modo que outros professores/as pudessem se sentir confortáveis para ler minha pesquisa, se identificar e se inspirar para construir também. Escrever me colocou num lugar de fortalecer a minha ideia sobre escrita, e continuarei escrevendo sobre outras professoras negras que lecionam Geografia.

[...] uma escrita que é profundamente comprometida com a vida. É profundamente comprometida com a vivência. Mesmo num processo de ficcionalização, eu vou ficcionalizar a partir de fatos e situações reais que podem ser da minha vivência ou não. Que podem ser inclusive da minha história particular, como pode ser da minha história coletiva. Sempre uma escrita marcada pela minha condição, pela minha vivência de mulher negra na sociedade brasileira. (Evaristo, 2017)

Eu quero escrever e buscar pelo Brasil, em diferentes lugares, esses corpos negros que também disputam o currículo, que criaram raízes tão profundas e no subterrâneo constroem difíceis, mas importantes, caminhos para um ensino de Geografia Antirracista e preocupado com a aplicação da Lei n. 10.639/2003.

Mas onde estão essas professoras? Em quais territórios-escola atuam? Um objetivo dessa retomada é analisar e transitar por esse

território-escola, é poder vivenciar o dia a dia e as práticas que são construídas por ali. Será o momento de revisitar memórias dessas professoras e, como diz Evaristo (2017) em *Becos da Memória* [...] “perseguir uma escrevivência. Por isso também busco a primeira narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar à minha” (p. 13). Eu busco essas vozes, dar luz a essas vozes e que elas se misturem com a minha escrita. Se nesse livro Evaristo (2017) diz que “inventa sim e sem o menor pudor”, nesse trabalho não existe essa possibilidade, aqui será feito um exercício de resgatar memórias e contar a realidade.

Entretanto, antes disso, é preciso levantar o que é território-escola e, para isso, uso a passagem de Souza (1995) que: “entende território como todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. É um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN” (Souza, 1995 p. 111).

Esse espaço de poder que é a escola, que precisamos olhar reconhecendo os entraves que existem ali e as disputas que estão sendo travadas. Durante a construção da minha dissertação, falar sobre essas disputas foi uma ênfase na pesquisa. Ali relatei os embates que travei que atravessavam o currículo, disputas que ocorreram no chão da escola, mas apresento possibilidades que foram pensadas fora dela também. Foi ali que mostrei o quanto “a escola é um território definido pelo Estado, pois envolve políticas, mas também apresenta elementos e circunstâncias que fogem da lógica do Estado” (Silva et al, 2019, p. 56).

Fugir da lógica, atuar nas brechas ou nos subterrâneos. São nesses subterrâneos que atuamos, que fincamos raízes firmes. Por exemplo, acho interessante contar histórias como a da professora Ludmylla Gonçalves, gonçalense, que todos os dias mostra na sua rede social seu transitar na ponte Rio-Niterói para chegar até o Rio de Janeiro e lecionar. Lud, como é carinhosamente chamada no Instagram, criou o “bonde da 5h da manhã”, horário que ela deixa sua casa e sai para ministrar aulas na capital. Lud também é funkeira, adora exaltar os

funkeiros da sua cidade, como Claudinho e Buchecha e DJ Malboro, e usar o funk como possibilidade de construção de uma outra Geografia, uma Geografia Negra.

Quero falar sobre a Lud e quero falar sobre outras mulheres desses cantos do Brasil que modificaram suas relações nos territórios-escola, nos seus currículos, que criaram esse pertencimento e, através dele, transformam a relação dos alunos com a escola e com o aprender.

Mas que pertencimento é esse?

Quando falo sobre pertencer, falo sobre as ideias que bell hooks traz no livro “Pertencimento - uma cultura do lugar”. A autora escreve: “quero acordar e saber para onde estou indo” (hooks, 2022, p.21) e fico pensando que me sinto nessa posição. Todos os dias acordo, sei para onde estou indo e sei que não estou perdida, pensando no meu território-escola. Quero perguntar isso para as professoras entrevistadas: “você acordam e sabem para onde estão indo?” Porque é a partir disso que construímos o pertencimento e “enxergamos para onde nossa jornada nos leva” (bell hooks, 2022, p. 21).

A minha jornada me trouxe para essa escrita. Depois de contar as minhas vivências, nessa ocasião posso contar a história de outras que tem senso de lugar e do quanto podem transformá-los. Para hooks, com “o senso de lugar andamos com uma intenção definida: a vontade de manter raízes no solo familiar e a certeza de saber o seu lugar” (hooks, 2022, p. 22).

Ainda nesse processo de investigação, fiquei pensando o quanto seria interessante construir junto com essas professoras uma lista que envolva informações sobre o nosso lugar de pertencimento. Hooks (2022) fala sobre “a sensação de estar ligada a um local, nessa procura por um lugar de pertencimento, fiz uma lista do que precisarei para fincar raízes” (p. 22).

Para compor a minha lista, fiquei pensando sobre o tempo como primeiro item. A gente precisa de tempo para fincar raízes, ao longo dos próximos anos construirei minha lista e quero aplicar isso para as professoras que irão construir esse trabalho junto comigo.

Fiquei pensando em “posicionamento” como segundo quesito para compor a lista e o quanto fortaleci o meu ao longo desses dez anos na EE. Prof Marina Cintra, onde construo a minha Geografia Negra. A menina acuada, que tinha receio de se posicionar quando acessou a escola em 2014 e que agora parece uma tempestade. Não que eu gostasse de ser o tempo inteiro assim, mas a escola, as ações e os diálogos que estabelecemos por lá me fazem estar nesse lugar de sempre ter que me posicionar, “*a peteca não pode cair*” e me vejo sozinha, me posicionando sobre as questões raciais e notando que avançamos, mas muita coisa continua do mesmo jeito.

No ano passado, criei uma aula intitulada “*Agora não tem mais essas coisas, estamos todos juntos e misturados*” e aqui discuto o sistema carcerário brasileiro, seletividade penal, casos como o de Rafael Braga¹, dados estatísticos do Anuário de Segurança Pública, reportagens e uso letras de rap, como: “*Boca de Lobo*” do Criolo e “*Ra um Nefer*” do Zudizilla. Aqui, mais uma vez crio o meu repertório para pontuar uma discussão importante naquela semana que o STF (Supremo Tribunal Federal) votou a descriminalização do porte de drogas², e o governo do estado anunciava o abandono do Programa Nacional do Livro Didático e apenas a utilização de materiais didáticos digitais. Realmente está tudo junto e misturado, sendo bem irônica.

E por que essa aula? Ela foi criada após um diálogo tenso na tóxica sala dos professores. Estava lá com mais 5 professores, desses 5 docentes, 4 eram negros. Passamos quase 20 minutos ouvindo falas preconceituosas de uma professora não negra da alfabetização que construiu a frase citada acima. A conversa terminou com a Juliane mais uma vez tendo que se posicionar, e a maioria dos professores não

1. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/simbolo-da-seletividade-penal-caso-rafael-braga-completa-cinco-anos/> Acesso em 04/11/24 às 21h10.

2. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moraes-vota-para-descriminalizar-porte-de-maconha-para-uso-pessoal-stf-encerra-sessa-o-sem-data-para-retomada/> acesso 03/11/23 às 16:01.

abriu a boca, o único que se manifestou foi o professor de História, um homem branco.

Nem sempre é a gente, mas parece que é só a gente. Continuo me cansando dessa história, mas continuo fazendo. Como citou Gonzales (1984), continuo me sentindo “a neguinha que estava sentada com a gente, deu uma de atrevida” (p. 223) e para mim não é mais um problema, mas cansa.

Os elementos que constam nesse trecho atravessam essas professoras que quero entrevistar? No fundo, essas raízes que citei na escrita nos conectam em todos os sentidos, nos conectam e nos fortalecem para seguir se posicionando, transformando, criando possibilidades e sonhando junto com os meninos e meninas que aprendem a nossa Geografia Negra.

Terminei essa aula em um dos nonos anos e lembro do aluno M., um jovem de pele bem retinta, ir a outra sala e falar para o aluno C.: “Essa aula é da hora e você vai entender” (apontando para a sua pele).

A gente constrói tantos significados e isso tem a ver com quem a gente é. Ao longo do tempo, isso só vai se aperfeiçoando. Paro minha lista por aqui e espero voltar com essa composição nessa retomada.

Ainda inspirada em hooks, quero questionar essas professoras sobre a mistura do passado e presente. Como elas chegaram nessas escolas e como elas se veem agora. Aqui passearemos pelo pessoal e profissional, reforçando a ideia do Nóvoa usada no texto da dissertação:

É impossível separar as dimensões pessoais e profissionais. Que ensinamos aquilo que somos e que, naquilo que somos, se encontra muito daquilo que ensinamos. Que importa, por isso, que os professores se preparem para um trabalho sobre si próprios, para um trabalho de autorreflexão e de autoanálise. (Nóvoa, 2009, p. 38)

Nóvoa continua sendo inspiração, mas em conversas com os colegas do grupo de pesquisa que integro, tive contato com outros conceitos que serão importantes para voltar a construir esse trabalho.

Se antes escrevi sobre “pessoal e profissional”, hoje posso usar trajetória docente para entender e explicar esse pertencer.

As segundas intenções do manual prático

Pertencer, para hooks, “envolve criatividade, estética e processo imaginativo”, (2022, p. 25) e como isso é visto por essas professoras. Esse é um momento muito importante para essa retomada, eu diria o mais fundamental para a sua consolidação, pois o “As Segundas Intenções do Manual Prático” surgirá a partir delas. Essas mulheres terão que olhar o passado como um ponto de partida para que “revisemos e renovemos nosso compromisso com o presente, com a criação de um mundo no qual todas as pessoas possam viver de forma plena e satisfatória, no qual todos tenham a sensação de pertencimento” (hooks, 2022, p. 26). Tenho certeza de que essas professoras têm essa sensação e criam isso com seus alunos/as.

Eu falei sobre o “As Segundas Intenções do Manual Prático”, porque esse é o nome do álbum de Ed Motta lançado em 2000. Durante o mestrado, me inspirei no álbum “Manual Prático para Festas, Bailes e Afins”, criado em 1997, e a partir dele criei o “Manual Prático para Aulas, Geografias Negras e Afins”. É lá que eu divido minhas práticas, o relato de meus alunos e alunas, a minha Geografia Negra.

O nome desse álbum que sempre me chamou muita atenção, virou nome do pequeno “manual” que será criado para ajudar os leitores e as leitoras na construção e inspiração de práticas que promovam uma Geografia Negra. Esse repertório conta com práticas que já foram construídas na sala de aula e fora dela com os meninos e meninas; são práticas de um corpo inquieto que entende o quanto é importante professoras e professores serem criativos/as e promoverem discussões que tenham um caráter antirracista e isso pode acontecer no chão da escola e ao redor dela também. (Ribeiro, 2021, p. 70)

Abaixo, continuo mostrando a importância do “manual”:

Esse manual não pode ser copiado, ele foge desse lugar comum, esse manual é reflexivo, é partilhar e trazer ideias que não serão aplicadas de forma idêntica, mas poderá inspirar ou contribuir para o despertar da criatividade e construir Geografias Negras. Aqui tem uma professora que se colocou como autora, diferente da ideia gerencialista que o Governo do Estado pensa [...] me coloco como autora, construindo saberes que me faz refletir sobre que currículo quero construir, como estou construindo o ensino de geografia e que tudo isso está em disputa [...] isso é disputa e essa é a minha disputa! (Ribeiro, 2021, p. 167)

Quero continuar esse embalo e que dessas melodias outras histórias possam nos emocionar. Sei que meu primeiro trabalho teve esse lugar e vou continuar esse sonho. No fundo, ele não é só meu.

“Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe, do meu pai, todos que vieram antes
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô, quem sangrou pra gente poder
sorrir
Eu sou a continuação.”
(Continuação do sonho – BK)

Seguimos!

Reconhecendo a negação dos corpos e construindo diferentes estratégias nas escolas

Por muito tempo, e talvez ainda hoje, questionam-se os saberes construídos por professores/as. Sem dúvidas, construímos muitos desses saberes e uma parte deles fica nos subterrâneos. Penso que a minha dissertação foi essa prova, ela trouxe à tona essa potência que existe e pouco vezes é dividida.

Porém, é preciso questionar e reforçar se realmente existe esses saberes que estão sendo produzidos nos subterrâneos. Esses saberes que ficam raízes é só da professora Juliane? Essas táticas que constroem

Geografias Negras estão sendo construídas por outras professoras? Se sim, quais são essas diferentes táticas?

Não posso ser ingênua e olhar mais uma vez só para mim, preciso ir além e, para esse trabalho, ir além significa pensar nessas outras professoras que estão construindo diferentes estratégias.

Estratégias que consideram e entendem que existe uma negação de corpos, e isso ocorre por parte dos currículos, de docentes e demais profissionais que estão nas escolas.

Já citei que durante a minha dissertação construí o Manual prático para aulas, Geografias Negras e afins e naquele capítulo, através de depoimentos de alunos/as, mostrei como era construída essa Geografia Negra (as práticas) e qual a percepção dos alunos/as, através de relatos.

Hoje, quero mostrar que em outras escolas estão acontecendo diversas práticas e mulheres, principalmente mulheres negras, estão construindo essa Geografia Negra.

Isso se dá porque a percepção dessas mulheres para o território-escola e todos os corpos que estão lá vai de encontro com rompimentos, porque elas identificam o quanto esses corpos são negados de diferentes formas no currículo, nas escolas e em qualquer lugar. É como se as nossas vidas não merecessem o melhor, nossas e dos nossos alunos/as.

Judith Butler, em *Quadros de Guerra* (2018, p. 13), diz que

se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.

Li esse trecho logo na semana em que o adolescente Thiago Menezes³, de 13 anos, foi morto na Cidade de Deus e, junto disso,

3. Segundo a família, o adolescente foi executado pela polícia quando transitava na garupa de uma moto na noite do dia 07 de agosto de 2023, na Cidade de Deus/RJ. Disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/nossa-est-rela-diz-tia-de-adolescente-assassinado-por-policiais-na-cidade-de-deus/> Acesso em 03/11/2024 15:25.

vieram à cabeça entrevistas de familiares que sempre citaram a escola: “Ele era um ótimo aluno, a diretora da escola até ligou pra gente.”

Se para todo um sistema nossos corpos podem ser perdidos e não têm significado, no território-escola e em tudo que cerca esse lugar não é diferente. Mas o corpo precário da diretora e das professoras não esquecem esse corpo que foi negado pelo Estado e tão cedo teve sua vida ceifada. Para Butler (2018), “o ‘ser’ do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros.” (p. 15)

Durante o mestrado, discuti a escala do corpo, o corpo como luta política, lutando para disputar o currículo, mas antes me olhando para entender por que estava travando essas disputas e ali falava do meu corpo e do corpo dos meninos e meninas.

A escola “como lugar da luta política” me traz consciência de que, antes de olhar Frank, outros alunos e outras alunas, preciso pensar na escala do meu corpo e me questionar:
 Quem é essa professora? De onde ela vem?
 Quais outros recortes estão arraigados nesse corpo?
 O que ela ensina? De que forma ela ensina?
 Quais as relações estabelecidas?
 Quais os embates e tensões por habitá-lo? (Ribeiro, 2021, p. 24)

Quem são as professoras que pelo Brasil estão nesse mesmo lugar? Hoje, também vejo o corpo na perspectiva da precariedade e quero comprovar que esses corpos precários que promovem diversas movimentações no território-escola estão pelo Brasil afora.

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva

e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico. (Butler, 2018, p. 30)

E educação!

Alunos e alunos estão vivendo uma precariedade de diferentes formas, seja com o Novo Ensino Médio⁴, essa semana com a diminuição das aulas de Geografia⁵ ou, como citei anteriormente, com a negação do PNLD em 2023 e utilização de materiais digitais pelo governo do estado de São Paulo⁶. Professoras/es estão vivendo a precariedade na carreira docente e nas relações estabelecidas dentro das escolas.

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. (Butler, 2018, p. 31)

Nossos alunos estão sendo negados, mas nossos corpos precários têm promovido outras possibilidades e é nisso que quero mergulhar.

4. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-04/educadores-dizem-que-novo-ensino-medio-amplia-desigualdades> Acesso 03/11/24 às 15:20

5. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/11/02/governo-de-sp-reduz-em-15-minutos-total-diario-de-aulas-nas-escolas-e-staduais-carga-de-matematica-e-ampliada-e-de-geografia-reduzida.ghtml> Acesso em 03/11/24 às 19h40

6. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/01/governo-de-sp-nao-adere-livros-didaticos-do-mec-para-2024-e-diz-que-usara-material-proprio-e-100percent-digital-a-partir-do-6oano.ghtml> Acesso 03/11/24 às 15:40

Nossos alunos/as estão “nas mãos dos outros”, como afirma Butler (2018), mas quero mostrar como eles estão nas nossas mãos.

Em boas mãos!

Referências Bibliográficas

- BK. **Continuação de um sonho**. Rio de Janeiro. 2022. Gigantes. 3:26
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- EVARISTO, C. **Becos da memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- EVARISTO, C. Não nasci rodeada de livros, mas de palavras, através da literatura oral. [Entrevista em vídeo] **El País**, Paraty, 3 de jul. de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/29/cultura/1501282581_629505.html. Acesso em: 22 de nov. de 2021.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- HOOKS, B. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022
- NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.
- RACISMO é o principal gerador de desigualdades na opinião da população brasileira, revela pesquisa do Instituto Peregum e do Projeto SETA. **Act!onaid**, 27 de jul. de 2023. Disponível em https://actionaid.org.br/na_midia/racismo-e-o-principal-fator-gerador-de-desigualdades-na-opinio-da-populacao-brasileira-revela-pesquisa-do-instituto-peregum-e-do-projeto-seta/. Acesso em 30 de jul. de 2023.
- RIBEIRO, J. S. **O chão da escola e as suas possibilidades: a disputa do currículo e a construção de uma Geografia Negra**. 2022. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

- SILVA, A. D. P.; AZEVEDO, S. D. C. A escola como território: relações de poder e políticas educacionais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, ed. esp., p. 55-69, 2019.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

Perspectivas dialógicas no ensino de geografia para estudantes do fundamental – anos finais (2020-2021)¹

Rosana Silvestre de Lima

Introdução

A escola do século XXI reúne disparidades inerentes ao modo de produção social capitalista, tendo em vista que ele atua diretamente nas esferas da vida social desde a estruturação da modernidade (Lefebvre 1969 [1962]). Os ideais iluministas do século XVIII, desejosos de igualdade no acesso ao conhecimento, tiveram influência sobre as instituições de ensino do século XIX, mas, historicamente, não puderam levar a cabo uma transformação radical na direção de sujeitos autônomos e livres. As crenças de domínio humano sobre a natureza e de alcance ilimitado do desenvolvimento científico e tecnológico foram fortemente utilizadas para o avanço do capitalismo, tornando-se valorações sociais das classes dominantes, que chegaram aos dias atuais e compõem o meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008).

Do ponto de vista estrutural, a escola tem sido direcionada a atender as demandas do setor econômico, tornando-se um objeto ideológico do poder dominante, adequando concepções, práticas e linguagem. No entanto, ela é atravessada por contradições, afinal, por meio dela também se pode conhecer as expressões sociais de poder.

1. Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado em andamento (2019-atual), a partir da análise de dados obtidos com o questionário de caracterização aplicado no ano de 2021 aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6, 7 e 8 anos) e proposta didática desenvolvida em 2020 na EMEF Prof. Maria Aparecida Magnanelli Fernandes, São Paulo/SP. A autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento de pesquisa de doutorado (n. do processo: 141685/2024-7).

A escola é um espaço social e concreto e, sob esse entendimento, ela pode explicitar os limites da modernidade no alcance do desenvolvimento dos cidadãos. É em sua materialidade que as contradições se tornam visíveis, o que nos revela uma qualidade espacial em seu potencial para encaminhar contradiscursos à modernidade.

Lefebvre (1991 [1968]) explica que, na modernidade, o discurso dominante invade o cotidiano e busca encobrir as contradições e as tensões. O autor explicita que esse processo tem origem na filosofia clássica, com a separação entre sujeito e objeto, o que permitiu um uso da linguagem cada vez mais autônomo e técnico. Dessa forma, entendemos que o espaço concreto ganha centralidade, pois, em sua materialidade, as contraposições podem se tornar aparentes, permitindo uma criação discursiva nova, com base na compreensão da unidade espaço-tempo que o constitui.

Dada a importância das noções de espaço e tempo para o desvelamento das tensões sociais, nossa pesquisa objetivou articulá-las para o centro do trabalho pedagógico. De outra forma, elas se destacam no método da Geografia (Santos, 2008) e nas filosofias da linguagem (Bakhtin, 2017 [1924]; Volóchinov, 2018 [1929]); da produção do espaço (Lefebvre 2006 [2000]) e da ciência (Wolff, 2012). Por fim, são bases fundantes de vários processos cognitivos (Feuerstein, 1980). Assim, ao trazê-las para o interior da prática pedagógica, intencionamos elevar o potencial de aprendizagem e estimular uma racionalidade crítica, de base relacional, capaz de ultrapassar os objetos em si.

Em nossa pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que, sendo as noções de espaço e tempo comuns à produção dos conhecimentos geográficos, da ciência da linguagem e da cognição, elas devem reger as propostas didáticas para o ensino de geografia, tendo em vista a ampliação do desenvolvimento cognitivo e da racionalidade crítica.

Para testar nossa hipótese, desenvolvemos duas propostas didáticas (2020 e 2021) envolvendo estudantes do 6, 7 e 8 anos da EMEF Prof. Maria Aparecida Magnanelli Fernandes, localizada em Cidade Tiradentes (São Paulo/SP). As atividades foram produzidas visando o

desenvolvimento da função cognitiva de orientação espaço-temporal (Feuerstein, 1980). Parte dos dados coletados é composta pelas produções cartográficas de uso do solo do entorno da escola (6s anos); análises comparativas de mapas temáticos do município de São Paulo/SP, a respeito do número de mortes por Covid-19, considerando dados por distrito e raça (7s anos); e produção de censos raciais por turma e gráficos populacionais (8s anos). De forma complementar, realizamos uma pesquisa qualiquantitativa (2020 e 2021) com base em um questionário de caracterização², buscando conhecer os sujeitos pesquisados/as, o modo como se relacionam com a família, com a escola, com os meios digitais, e o que pensam sobre uma possível profissão futura.

O objetivo deste trabalho é explicitar como esse conjunto teórico-metodológico mencionado se desdobrou para uma proposta pedagógica de ensino de geografia nos anos finais do fundamental, tendo como inspiração instrumental a experiência da aprendizagem mediada (EAM) de Feuerstein (1980).

Na seção de desenvolvimento, apresentamos os resultados parciais, considerando as etapas qualiquantitativa e qualitativa, em que analisamos, respectivamente, o discurso dos/as estudantes em comparação àquele que identificamos como dominante na escola moderna; e a proposta didática desenvolvida junto aos/às estudantes de quatro turmas de 6s anos do ensino fundamental, em seus anos finais.

Na primeira etapa, partimos da coleta de dados do questionário de caracterização, aplicado em 2021. A análise do discurso que realizamos tem como base as tensões sociais, que são de valor único no espaço-tempo em que se formam, explicitando as diferenças entre o que se estabelece na vida cotidiana e o que se apresenta no discurso dominante. Para isso, mobilizamos o conceito de ideologia do cotidiano a partir do círculo bakhtiniano (Volóchinov, 2018 [1929]), o que nos ajudou a

2. O formulário foi elaborado pelo Projeto de Pesquisa: *A contribuição das figuras de Wolff e das concepções de mediação para repensar o ensino e a aprendizagem de geografia no contexto contemporâneo de conectividade e informação* (2016). Prof. Coordenadora Dra. Maria Eliza Miranda. Depto de Geografia – FFLCH – USP.

compreender o posicionamento dos/as estudantes em face do modelo escolar hegemônico.

Na sequência, apresentamos os dados obtidos a partir do desenvolvimento da proposta didática (2020), que contou com 8 horas-aula (45min.) no regime de ensino emergencial remoto, em razão da pandemia por Covid-19. As aulas foram realizadas na modalidade síncrona entre os meses de novembro e dezembro de 2020. A proposta didática buscou uma sistematização intencionada a respeito do desenvolvimento cognitivo da função de orientação espaço-temporal, apoiada no instrumento de organização de pontos de Feuerstein (1980) e nos seus critérios para a Experiência da Aprendizagem Mediada (EAM): (1) mediação da intencionalidade e reciprocidade; (2) mediação do significado e (3) mediação da transcendência (Feuerstein, 1980).

Na terceira e última parte deste texto, trazemos as considerações finais, apontando aspectos relevantes acerca da experiência da prática dialógica pautada nos referenciais teórico-metodológicos propostos, bem como de sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem dos/as estudantes.

Espaço, tempo e linguagem no ensino de geografia

O contexto histórico constituinte da escola contemporânea no Brasil é marcado ideologicamente pelo discurso de reparação social. O país, no início do século XX, apresentava diversos problemas sociais e urbanos relacionados com o fim da escravidão. A solução encaminhada por parte da elite brasileira foi a de retirar o debate da esfera política, transferindo-o para a pedagógica, delegando à educação formal a “correção” da marginalidade e a equalização social (Anselmo, 2002). Assim, ao conceber a escola como um local de eliminação das mazelas sociais, a elite estabeleceu uma estratégia ideológica por meio de um discurso monológico, ou seja, autoritário (Bakhtin, 2010 [1979]). Isso trouxe ao povo nada além de soluções contingenciais. Por outro lado, a mesma ação estabeleceu ressonância com uma formação escolar

voltada à qualificação de mão-de-obra para o capitalismo industrial, favorecendo o mesmo grupo dominante.

Desde então, o sistema ideológico dominante, que atua sobre o significado da escola e do que deve ser transmitido por ela, se mantém presente no século XXI e influencia a ideologia do cotidiano (Volóchinov, 2018 [1929]). De todo modo, essa última também exerce influência sobre o primeiro, no sentido de mantê-lo ou não.

A todo o conjunto de vivências da vida e expressões externas ligadas diretamente a elas chamaremos, diferentemente dos sistemas ideológicos formados – a arte, a moral, o direito –, de ideologia do cotidiano [...].

[...] Os sistemas ideológicos formados – a moral social, a ciência, a arte e a religião – cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano e, por sua vez, exercem sobre ela uma forte influência inversa e costumam dar-lhe o tom. Todavia, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos formados preservam constantemente a mais viva ligação orgânica com a ideologia do cotidiano, nutrem-se da sua seiva e fora dela estão mortos [...]. (Volóchinov, 2018 [1929], p. 213)

Em nossa análise, buscamos direcionar o olhar a respeito da dinâmica entre a ideologia dominante e a do cotidiano, seja em sua potência positiva ou negativa. Iniciamos essa observação a partir do questionário de caracterização, quando foi perguntado aos/às estudantes que profissão gostariam de ter para serem felizes.

As respostas demonstraram certa correspondência entre os estudos, o desejo de ascensão social e à possibilidade de realização na vida (Quadro 1).

Quadro 1: Respostas dos/as estudantes por série/ano (2021)

Questão realizada aos/às estudantes: Em qual profissão você poderia ser feliz? Por quê?		
6ºs anos	7ºs anos	8ºs anos
Médico, porque eu estou pensando em fazer doutorado. (Reino Unido, 2021).	Eu poderia ser feliz na profissão de dentista, eu gosto muito dessa profissão e me vejo nela. Admiro muito quem é dentista. (Angola, 2021).	Ser chefe de cozinha. Porque eu estou aprendendo a fazer algumas receitas e acho muito legal. Também dá para viajar para alguns países. (Diamantina, 2021).
Eu ainda estou em dúvida, mas gostaria de ser veterinária. Veterinário ganha bem e adoro animais. (Marrocos, 2021).	Maquinista de trem, engenheiro. Não sei por quê, mas desde minha infância gosto de estudar sobre locomotivas, elétrica e engenharia. Eu ficaria bem feliz se eu trabalhasse nessa área. (Japão, 2021).	Veterinária, dentista, médica. (Butantã, 2021).
Professora. Porque ensino e posso aprender mais. (Finlândia, 2021).	Polícia, porque já fiz um curso e achei bem legal. (Nova Iorque, 2021).	Influenciador/a digital, porque eu acho que descobriria mais sobre o mundo e faria amizade com pessoas de novos lugares. Por exemplo, tenho uma amiga russa e a gente se dá muito bem. Às vezes eu não entendo e vou traduzindo o que ela fala. Ela disse que quer muito conhecer o Brasil, por isso acho legal ser influenciador/a digital. 😊 (Fortaleza, 2021).

Fonte: Formulário de Caracterização dos Estudantes, 2021. Org. Lima, R. (2024).

As respostas dos/as estudantes mais novos/as (6ºs ano) corresponderam mais ao sistema ideológico dominante, apontando profissões tradicionalmente valorizadas nos âmbitos acadêmico, econômico e social (medicina, medicina veterinária, professora). Já as dos/as mais velhos/as (7 e 8 anos) trouxeram um repertório ampliado, com profis-

sões que não estão necessariamente restritas ao conjunto valorativo da escola moderna.

Em todos os enunciados é possível verificar a valorização da aprendizagem como instrumento primordial que pode impulsionar uma mudança de vida para melhor (ser feliz profissionalmente). No entanto, os/as adolescentes mais velhos/as dialogaram de forma mais direta com a esfera cultural cotidiana. Uma hipótese a se aferir é que, à medida que os instrumentos da ideologia cotidiana foram sendo apropriados na vivência dos/as estudantes, eles/as puderam também constituir uma contraposição em relação àquela dominante.

A estudante Fortaleza, do 8 ano, destacou as tecnologias digitais como aliadas para a comunicação em rede internacional, identificando nelas uma forma contemporânea do aprender. E mesmo que se faça a ressalva de que as redes precisam passar por regulações para a proteção de seus usuários, sobretudo para menores, elas também têm o potencial de mobilizar algum tipo de aprendizagem na esfera cotidiana. Nesse sentido, a aluna explicitou uma contraposição ao modo de aprender formal, valorizando processos de aprendizagem que não se localizam exatamente na escola, mas sim na interação cultural.

Considerando o caráter hegemônico da sociedade, em que se instala a educação formal, a escola moderna não consegue oferecer as condições de igualdade para que todos/as possam alcançar os mais elevados níveis acadêmicos. Observamos que isso foi capturado pelos/as estudantes ao responderem com seus múltiplos desejos de formas de aprendizagem, revelando as condições de abstração contidas no ensino dentro da ideologia dominante.

A propósito disso, ressaltamos a importância do trabalho dialógico em sala de aula, tendo como base a compreensão do valor social da linguagem (Volóchinov, 2018 [1929]). Ao capturar o concreto e o simbólico, simultaneamente, a linguagem que se observa no cotidiano pode desvelar a abstração contida na ideologia dominante, recuperando a unidade espaço-tempo disposta nos eventos sociais.

Na intenção de concretizar esse interesse, elaboramos uma proposta didática que pudesse contemplar elementos da vida cotidiana, tempo de fala aos/as estudantes e disponibilidade para a mediação de significados ou agenciamento cultural (Feuerstein, 1980). Da mesma forma, foi necessário trazer para a prática pedagógica o conhecimento das humanidades enquanto uma prática discursiva que é mediada por simbolizações que resultam em interpretações, leituras e releituras de pensamentos (Amorim, 2004; Bakhtin, 2010 [1979]).

Nesse sentido, tornou-se central trabalhar junto aos/às estudantes as condições espaço-temporais que organizam as produções nas ciências humanas em geral e, particularmente, na Geografia. Para isso, estabelecemos uma coletânea de textos verbo-visuais (Quadro 2) para iniciar com uma exploração sobre o conceito de representação espacial geográfica, tendo em vista, aspectos históricos, autorais e classificatórios, que atendem a um certo conjunto e organização da vida social – gênero discursivo e esfera de circulação social (Bakhtin, 2010 [1979]).

Quadro 2: Coletânea de textos verbo-visuais de aporte à representação do espaço geográfico.

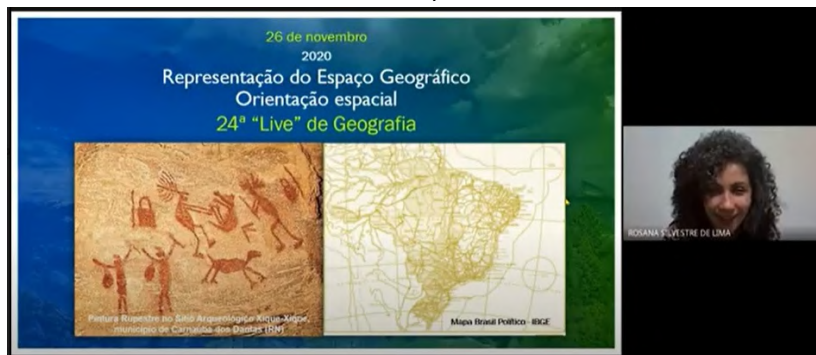
	Texto para leitura	Referência
1	Primeiro registro de São Arcanjoapóstolo Xique-Xique, Carnavales dos Dantas-RN.	Texto de Amador. Didática e Imagem. 2014. In: VESENTINI, J. W.; VLACH, V. Textos e Exercícios Fundamentais de Análise Física. Geografia. São Paulo: Editora Ática, 2018. p. 85.
2	Mapa Brasil Político.	IBGE. <i>Atlas Geográfico Escolar</i> . 7ª edição. Rio de Janeiro, 2016.
3	Pintura O Pasto. Tarsila do Amaral, 1925.	Instituto Moreira Salles. Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Editora Ática, 2022.
4	Pintura Sertanejos. Almeida Júnior, 1896.	Museu de Arte de São Paulo (MASP). Catálogo Online. Disponível em: https://masp.org.br . Acesso em: 10 nov. 2024.
5	Imagem da Constituição Velha.	VESENTINI, J. W.; VLACH, V. Textos e Exercícios Fundamentais de Análise Física. Geografia. São Paulo: Editora Ática, 2018. p. 105.
6	Imagem das 12 Constelações Astrológicas, 2020.	Observatório Nacional. <i>Mapa Celeste</i> . 2023. Disponível em: http://www.on.br/mapaceleste . Acesso em: 15 nov. 2024.
7	Mapa Mundial de Estruturas Geológicas, 2019.	VESENTINI, J. W.; VLACH, V. Textos e Exercícios Fundamentais de Análise Física. Geografia. São Paulo: Editora Ática, 2018. p. 125.
8	Mapa Hidrográfico do Brasil, 1987.	IBGE. <i>Atlas Geográfico Escolar</i> . 7ª edição. Rio de Janeiro, 2016.
9	Atlas geopolítico mundial.	VESENTINI, J. W.; VLACH, V. Textos e Exercícios Fundamentais de Análise Física. Geografia. São Paulo: Editora Ática, 2018. p. 140.
10	Mapa do Habitat Polar, 1999.	VESENTINI, J. W.; VLACH, V. Textos e Exercícios Fundamentais de Análise Física. Geografia. São Paulo: Editora Ática, 2018. p. 144.

Fonte: Org. Lima, R. (2024).

As representações mostradas aos/às estudantes, ora estavam dentro do campo antropológico (figura rupestre), ora dentro da arte moderna brasileira (obras artísticas), ora compondo uma unidade complexa de informações acerca de um território (mapas). O que justifica reuni-las em uma coletânea? Elas mantêm uma característica comum às produções em ciências humanas, que é carregar e expressar impressões próprias (autoria) que se misturam à percepção da realidade observada.

As primeiras imagens projetadas aos/às estudantes já trouxeram um contraste entre sistemas de referência de diferentes contextos espaço-temporais, contendo uma pintura rupestre do Sítio Arqueológico Xique-Xique (Carnaúba dos Dantas/RN) e um mapa do Brasil Político, estilizado (monocromático) (IBGE, 2016. Adaptado, 2020) (Fig. 1). A partir das imagens, pudemos explorar os significados que os autores trouxeram nessas representações e, ao mesmo, tempo diferenciá-las em sua capacidade de comunicar algo, discutindo elementos tecnológicos e o aspecto científico que nossa sociedade atribui à produção cartográfica.

Figura 1: Apresentação da proposta didática: Figura rupestre (RN, s/d) e Mapa Brasil



Fonte: Trecho de arquivo de videoconferência gravada em 26/11/2020. Org. Lima, R., 2020

Ao longo da proposta, a coletânea de textos verbo-visuais permitiu tratarmos da representação espacial geográfica, valorizando os referenciais espaço-temporais que a compõem e demonstrando as transitoriedades históricas e as permanências humanas. Mediante problematizações trazidas, um dos estudantes, de pseudônimo Marrocos, ao observar o mapa da América do Sul de Theodory de Bry (1592) (Fig. 2), perguntou sobre a possibilidade de que, no passado, esse continente tivesse sido maior. A pergunta encaminhou a discussão da aula, considerando a data em que o mapa foi produzido e por quem foi feito, recuperando aspectos das circunstâncias históricas e visão de mundo de quem produziu o mapa.

Figura 2: Apresentação da proposta didática: Mapa de Theodory de Bry (1592)



Fonte: Trecho de arquivo de videoconferência gravada em 26/11/2020. Org. Lima, R., 2020

Em nossa proposta didática, uma das formas de promover o olhar sobre o cotidiano foi a partir das próprias falas que se realizaram em aula, acolhendo o sentido trazido por eles/as e acrescentando instrumentos simbólicos culturais para a análise dos objetos em estudo. Essa

também foi uma forma de garantir que discursos não monológicos estivessem na base da aprendizagem. Para isso, foi necessário integrar perspectivas dialógicas ao ensino.

Ensinar é fundamentalmente uma interação dialógica (Bakhtin, 2010 [1979]) que coloca um outro em evidência para que se desenvolva o processo de humanização. O outro nos permite ouvir, contestar, concordar, acrescentar e compor um conjunto tencionado de disparadores reflexivos que permitem experimentar a vida em comum em termos mais amplos, com repercussões para toda a sociedade, quando podem se encaminhar desdobramentos éticos (Wolff, 1999).

O psicólogo cognitivista e pesquisador Reuven Feuerstein (1980), ao estudar cuidadosamente a aprendizagem de inúmeras crianças na relação com suas mães, identificou que as primeiras não só aprendiam os conteúdos que estivessem diretamente relacionados com a interação estabelecida, mas que, sobretudo, passavam a modificar os seus padrões de pensamento, alcançando maior complexidade no raciocínio em operações analíticas, lógicas, hipotéticas, entre outras. De acordo com Gomes (2002), Feuerstein percebeu que isso derivava de um processo de mediação humana, que se desenvolve e qualifica por meio da linguagem.

Tendo em vista a necessidade de qualificação dessa linguagem para que ocorra a mediação, Feuerstein (1980) chega a três critérios fundantes que estabelecem a experiência da aprendizagem mediada, sendo eles: (1) a intencionalidade por parte do mediador e a reciprocidade por parte do mediado — Mediação da Intencionalidade e reciprocidade; (2) a construção de significados — Mediação dos significados; e (3) a transferência da realidade concreta atual para uma posterior aplicação na compreensão de um fenômeno apreendido em outras situações e contextos — Mediação da transcendência.

A organização das aulas dentro da nossa proposta didática levou em conta esses critérios (Quadro 3). A primeira aula foi marcada pela mediação da intencionalidade e reciprocidade, em que ambos os lados

firmaram interesses e desejos dentro da proposta de ensino apresentada. Foi o momento do contrato pedagógico.

Quadro 3: Organização da proposta didática (2020)

Pesquisa Qualitativa – 2020		
EMEF Prof. Maria Aparecida Magnanelli Fernandes / Cidade Tiradentes – SP		
Turmas: 6ºs anos A, B, C e D do ensino fundamental / anos finais		
Objeto de estudo: a aula de geografia		
2020 – 4º bimestre (nov. - dez.) / 128 estudantes		
Modalidade: On-line – aulas síncronas de 1h30min. e atividades síncronas e assíncronas		
Plataforma digital: Meet e Google Sala de Aula		
Tema	Objetivo	Recursos de Mediação
1 - Representação do Espaço Geográfico	Refletir e compreender a diversidade de representações e sua importância para a orientação espaço-temporal do ser humano.	- Contrato pedagógico; - Problematizações sobre viver no espaço brasileiro; - Problematizações a partir de figura rupestre e pintura de artistas brasileiros; - Problematizações acerca da evolução dos mapas; - O mapa e seus elementos enquanto uma representação do espaço geográfico; - O uso da escala cartográfica.
2 - Projeção de relações virtuais	Discutir as várias possibilidades de representação no mapa.	- Problematizações a partir de atividades cotidianas: observação do céu; - Problematizações a partir do uso das constelações da Ursa Maior e Menor; - Os polígonos das constelações e dos mapas: usos das projeções virtuais.
3 - Os padrões representados nos mapas.	Estimular o reconhecimento de padrões em diferentes espaços.	- Problematizações a respeito do mapeamento do uso do solo em Cidade Tiradentes/SP a partir do Plano Regional (2016); - O uso do Jamboard: como desenhar usando o aplicativo.
4 - Critérios de padronização do uso do solo urbano.	Estimular o reconhecimento dos padrões de uso do solo no entorno da escola e na produção de mapas.	- Problematizações a partir de exemplos de mapeamentos e o uso dos polígonos; - O uso do Jamboard para a produção do mapa de uso do solo no geógrafo da escala.

Fonte: Formulário de Caracterização dos Estudantes, 2021. Org. Lima, R. (2024).

Logo na primeira aula, a mediação de significados foi iniciada com a professora participando ativamente da alteração do padrão perceptivo dos/as estudantes ao problematizar e elucidar aspectos investigativos, relacionais, interacionais e de valores histórico-sociais presentes nos objetos de estudo e que exemplificam o modo com que operam as ciências humanas.

A partir da terceira aula, a professora explorou a mediação da transcendência, quando os/as estudantes foram convidados a explorar criticamente as produções cartográficas presentes no plano regional do subdistrito da Cidade Tiradentes, levando-os a produzirem seu próprio mapeamento de uso do solo do entorno da unidade escolar que frequentavam.

Tanto as produções de mapas e as falas dos/as estudantes analisadas até o momento têm trazido resultados positivos em relação à promoção da complexidade cognitiva e ampliação da racionalidade crítica, o que pôde ser observado no progressivo potencial dos/as estudantes em operarem com a função cognitiva espaço-temporal.

Tal desenvolvimento cognitivo permitiu aos estudantes a recor-rência aos referenciais de espaço e tempo em cada fenômeno observado ao longo das atividades, agindo para a aquisição de uma capacidade de modulação na compreensão contextual. Identificamos também que a mudança na complexidade cognitiva foi obtida em níveis diferentes, mas esteve presente em todos/as estudantes participantes da pesquisa.

Considerações Finais

O devido amparo teórico-metodológico para o desenvolvimento de propostas didáticas dialógicas pode abrir caminhos novos de simbolização e organização da vida estudantil a partir da sala de aula, contrapondo-se à ideologia dominante escolar. Isso é possível à medida em que as relações dialógicas são observadas e tratadas em sua dinâmica social, caracterizando tensões, posicionamentos e releituras que podem ir em direção ao novo. Cabe ao/à professor/a identificar as potencialidades da fala dos/as estudantes, bem como auxiliá-los/as na

abertura de suas perspectivas dialógicas. No ato da fala, cada posição é única dentro das tensões apresentadas, não havendo um mesmo plano para a determinação recíproca das partes. É neste sentido que podemos pensar o devir por meio das relações dialógicas compreendidas dentro da totalidade social e em sua multiplicidade de encontros e trocas.

A proposta didática apresentada buscou por responsividade histórica, rompendo com a tradição epistemológica positivista, calcada em leis gerais e neutralidade científica, ofertando ao estudante uma visão dinâmica e relacional. Dessa forma, ela estabeleceu uma contraposição à ideologia escolar dominante, assumindo compromisso com o processo de investigação em ciências humanas, com o conhecimento geográfico da cartografia e com a vida cotidiana dos/as estudantes.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- ANSELMO, R. C. M. S. A formação do professor de Geografia e o contexto da formação nacional brasileira. In: PONTUSCHKA, N. N., OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 247-253.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Paulo Bezerra (Introdução e Tradução do russo); Prefácio à edição francesa: Tzvetan Todorov. São Paulo: Editora VMW Martins Fontes, 2010 [1979], p. 261-306.
- BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017 [1924].
- FEUERSTEIN, R. **Instrumental Enrichment. An Intervention Program for Cognitive Modifiability**. Glenview, Illinois: Scott, Foresman and Company. Lifelong Learning Division, 1980.
- GOMES, C. M. A. **Feuerstein e a construção mediada do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris. Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991[1968].
- LEFEBVRE, H. **Introdução à modernidade. Prelúdios**. Trad. de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969 [1962].
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Ed. 34, 2018 [1929].
- WOLFF, F. **Dizer o Mundo**. São Paulo: Discursos Editorial, 1999.
- WOLFF, F. **Nossa Humanidade. De Aristóteles às neurociências**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

Grupos de estudos, alienação e instituição

Daniela Dias Marinho

Introdução

A Geografia pode ser pensada ao nível das possibilidades. Na história de seu pensamento, enquanto se firmava como ciência e, nesse processo, se institucionalizava, havia, por um lado, a necessidade de determinar seu objeto e seus conceitos. Por outro lado, a amplidão do objeto sendo definido, espaço e sociedade (na relação entre homem e natureza), impediu que a ciência se fechasse completamente. Ainda que houvesse um movimento de conceber um campo de conhecimento mais particular, através da diferenciação das áreas, desenvolveram-se outras tendências em direção de tudo se incluir nela, num “engordamento” da ciência, e outra na direção da explosão dos limites entre as ciências, tensionando suas fronteiras enquanto ciência. Realizou-se uma cisão entre Geografia Física e Geografia Humana, seguindo a tendência de especialização das ciências e da divisão do trabalho científico. Houve uma institucionalização voltada às necessidades do Estado de construção e afirmação da nacionalidade, mas, também, à necessidade e sistematização do conhecimento, com raízes no pensamento burguês iluminista. A Geografia se acomodou enquanto ciência, mas o pensamento geográfico está em movimento.

A busca pela definição do espaço geográfico trouxe possibilidades para um pensamento que fosse além do espaço matemático, considerando a relação tempo e espaço e a possibilidade de não separar esses conceitos, que muitas vezes aparecem dissociados diante da divisão do trabalho e da alienação. Além da possibilidade de se pensar o espaço através de outras relações, há a possibilidade de se pensar a Geografia dentro de uma perspectiva histórica do desenvolvimento das ciências,

que não desloca as ciências de todos os processos econômicos e sociais e suas conjunturas.

Diante de processos econômicos sociais bastante determinantes, que se generalizam para todas as esferas da vida humana, as separações se agravam em cisões que vão para além da rigidez da divisão do trabalho e especialização das ciências. A alienação do trabalho e a “dança da mercadoria” se ampliam, abraçando instituições, pensamento e até a racionalidade.

A partir do entendimento da alienação, busca-se identificar momentos de desalienação, necessários para manter o movimento dos processos e pode dar sentido a uma superação. Neste momento, vamos trabalhar com a alienação de forma mais tangencial, para abrir espaço ao debate sobre o movimento institucional e suas possibilidades, porém, mantendo foco na reflexão principal: como os processos alienantes fazem parte da Universidade e da construção do pensamento, de forma contraditória, surgindo, também, o outro da alienação, por meio do movimento do instituinte, no trajeto de grupos de estudos.

Ciência e consciência

No prefácio da edição francesa da *Crítica da Razão Dialética*, Sartre diz: “É próprio de uma pesquisa ser indefinida” (Sartre, 1957). Através da dialética, busca-se compreender uma totalização em curso, sendo a história, ainda em curso, um devir.

Ainda conforme Sartre, a filosofia, como método de investigação e explicação, é uma forma pela qual uma classe dominante toma consciência de si, claramente ou confusamente, reproduzindo as certezas da classe que sustenta essa filosofia. Contraditoriamente, Sartre também afirma que a filosofia pode ser instrumento coletivo de emancipação, ao se impregnar nas massas. Há um movimento de compreensão da práxis, que se efetiva contraditoriamente. As criações filosóficas, que são raras e marcadas por pensadores como Descartes, Locke, Kant, Hegel e Marx, só são superadas quando o momento histórico de que são expressão também são superadas. Assim sendo, a filosofia formada

de pensamentos de séculos passados ainda é eficiente devido a continuidade da práxis que a engendrou. Essa filosofia sustenta a sociedade existente, mas também a revela (Sartre, 1957).

As ciências se desenvolvem de acordo com essa filosofia ainda não superada e, à luz dela, a tensiona e, de certa forma, questiona sua coerência. Há, portanto, tendências que caminham no sentido de preservar/conservar, e nesse trajeto podem reiterar mistificações e outras que vão em direção à superação, mas podem aparecer como incoerentes.

Marx, enquanto criador filosófico, pensa que, através da relação do homem com os outros homens e com a natureza, transforma a realidade e transforma a si mesmo, produzindo e reproduzindo sua própria vida, quer dizer, tem potência criadora. Porém, essa criação torna-se alienada diante de um modo de produção historicamente construído: o modo de produção capitalista, que ao expropriar a grande maioria das pessoas dos meios de produzir até mesmo a sua própria subsistência, faz com que o homem não se reconheça como o produtor de riquezas, não se reconhecendo em seu próprio produto e criação.

Essa alienação é inevitavelmente mistificadora. Coerção e ignorância se acompanham. A consciência alienada só pode ser violada. Os atos sociais que eles realizam praticamente escapam aos indivíduos. O conteúdo da consciência permanece, então, tácita e “inconsciente”. A consciência se escapa e se divide. Ela não pode ser imediata e direta: ela só é percebida através dos fetiches. Do fetichismo da mercadoria seguem, então, outros fetichismos: sobretudo aquele das ideias, das Leis ou dos Ritos sociais. A realidade atribuída à entidade abstrata acompanha a realidade atribuída à mercadoria. Os produtos ideológicos, como os produtos econômicos e políticos (instituições), aparecem aos homens sob a forma de realidades não criadas por eles, não somente alheias, mas desconhecidas. O idealismo atingiu formulações precisas. E notamos que não há aqui uma pura ilusão subjetiva. Nessa sociedade, cada homem se torna destino e fatalidade para os outros. Os “pensadores” desse período

não podem representar de outra forma a situação; cada homem é verdadeiramente entregue às forças alheias. Ele apenas existe humanamente ao se alienar inumanamente. Ele vivifica, ele alimenta esse inimigo exterior e íntimo, mais ele do que si mesmo, transplantado sobre a sua vida biológica que ele consome e consome: o fetiche, a alienação. Tudo se passa *como* se o homem alienado pesasse sobre os homens reais a partir do exterior – e como se os produtos existissem “em si”, ricos de “substância” desconhecida e fascinante. (Lefebvre, p. 217 e 218, 1979, tradução nossa).

O modo de produção, voltado para a reprodução ampliada da mercadoria, que se realiza no capital, cria formas de consciência alienadas, reiteradas pela razão, chamada por Heidemann de “razão fetichizada”. Nesse tipo de racionalidade, a crítica se movimenta dentro de categorias da matriz. Inclusive o cotidiano e as pesquisas sobre o cotidiano estariam filtrados por essa matriz historicamente produzida (ex. trabalho, dinheiro, direito, Estado, etc.) e para sair desse determinismo categorial, faz-se necessário a extinção das categorias, intervenção negativa e rebentar as determinações de existência, através de uma “crítica radical ao valor e à cisão das esferas fragmentadas, à autonomização.” (Heidemann, 2010, pp. 26 a 30).

Porém, há uma questão material que se impõe em todos os processos sociais: a necessidade da sobrevivência. Essa necessidade tensiona os meios de reprodução da sociedade, na medida em que a vida se torna dispensável e aparece na consciência, ainda que esta esteja colonizada por formas alienadas e representações exteriores criadas e mantidas por diversas esferas sociais, incluindo a Universidade.

Ritmos, ritmanálise e metatolismo social

Conforme Lefebvre, a filosofia muda diante da mercadoria, há uma dupla filosofia, uma reacionária, que fetichiza a natureza e a vida, e outra revolucionária, que insiste na transformação da natureza e das relações sociais. Porém, nenhuma dessas filosofias descobre os ritmos. Ele vai propor o ritmo como método e teoria, e a ritmanálise como

prática de compreensão do mundo que não separa espaço, tempo e energia, levando-se em consideração o concebido-percebido-vivido. O ritmo apreende o tempo cíclico, mais relacionado à natureza e ao cósmico, e o linear, relacionado à atividade humana e às práticas sociais. O ritmo depende da repetição e da medida, porém não se resume a elas. A repetição tem relação com a diferença, porque há imprevistos e também porque as simples mudanças na ordem do pensar, na estação no ano, na posição do corpo etc., já impedem que uma repetição seja exatamente igual. A repetição engendra a diferença. Também relaciona o quantitativo e o qualitativo, já que os ritmos do corpo (respirar, batimentos cardíacos, fome etc.) se superpõem aos ritmos racionais tanto quantitativos quanto qualitativos. Onde existe ritmo, existe começo, meio e fim, não necessariamente leva à síntese em um movimento dialético. É um movimento de repetição, não numa relação de lógica formal, em que $A=A$ (tautologia), mas numa relação em que a repetição produz suas próprias diferenças, como exemplo, A não é igual a A , porque um aparece em primeiro e o outro em segundo, a repetição faz a diferença. Não há repetição absoluta, idêntica, indefinidamente. Esse movimento dos ritmos é um movimento simultâneo ao do processo dialético que leva à superação. (Lefebvre, 2021).

De certa forma, há uma relação entre a noção de ritmo e a noção de metabolismo social que Marx pensava para compreender o que não era estritamente dialético nas relações, embora ele ainda não houvesse pensado na tríade espaço-tempo-energia, que é o caminho que Lefebvre pensa os ritmos. O metabolismo também não está num movimento de tese-antítese-síntese. É um caminho teórico metodológico para compreensão da energia e do que necessariamente se repete. Toda atividade engendrada por organismos vivos depende de energia para se realizar. O metabolismo é uma reação natural, com processos biossintéticos, acontecendo por uma via metabólica, quer dizer, uma série de reações em que uma depende da outra. Na via metabólica, o processo de catabolismo degrada moléculas mais complexas em outras mais simples e assim produz energia e o anabolismo cria moléculas mais

complexas a partir de outras mais simples, dependendo da energia para acontecer. Essas reações químicas não acontecem espontaneamente, são facilitadas ou catalisadas pela enzima. Usa-se o termo bioenergética para discutir o conceito de fluxo de energia em sistemas vivos. “Energia é definida como a capacidade de realizar trabalho.” (Avisar et al., 2016, tradução nossa). Pode ser energia potencial, quando esta está armazenada em um corpo ou energia livre, que é a que um processo pode utilizar para realizar trabalho.

Marx vai pensar o metabolismo na relação homem-natureza. Através do trabalho retira-se da natureza recursos necessários para sua própria reprodução, numa relação dialética entre natureza e sociedade. Em nossa sociedade, essa relação é de tensionamento com o ecológico, que é a manutenção dos recursos para que se continue existindo esse fluxo de energia. Essa tensão leva a uma falha metabólica, com consequências sociais e ambientais.

A constante reprodução do capital em uma escala cada vez maior, intensificou as demandas metabólicas sobre a natureza, introduzindo novas relações sociais e formas de troca socioecológicas. É aqui que a análise de Marx ilumina as formas complexas e em desenvolvimento de estranhamento e degradação do trabalho[labor]/natureza na economia capitalista. Está baseado, ele nos diz, na alienação da força de trabalho humana (ela mesma um agente natural) e, através disso, em todo metabolismo homem-natureza. (Clark & Foster, 2010, p.126, tradução nossa).

Há um caminho da crítica da alienação através do metabolismo/ritmo do mais concreto. Há algo de irreduzível quando se busca o caminho dos ritmos, sendo que a reprodução do modo de produção capitalista, apesar de parecer automático, depende da sobrevivência, os corpos, da natureza para existir. Porém, essa reprodução das relações sociais capitalistas tem um caráter destrutivo, ao ter como finalidade a ampliação infinita do capital. Essa tensão muitas vezes não é exprimida na forma de consciência, mas aparece nos ritmos (na arritmia que é

um desacordo, um adoecimento dos ritmos), no termo lefebvriano, ou como falha metabólica, no termo marxista. Aparece na própria vida humana, no corpo, que é o mais concreto.

Abstração racional e abstração concreta

Destacamos aqui o procedimento metodológico. Na análise que é proposta, o mais concreto parte de uma abstração, não é um procedimento fenomenológico. Harvey, em *A Companion to Marx's Grundrisse*, elucida os termos “abstração racional” e “abstração concreta”, presentes na obra de Marx, e base do movimento de pensamento proposto por Lefebvre:

Para Marx, o conceito de mercadoria é uma abstração concreta. Vemos inumeráveis trocas materiais envolvendo a compra e venda de todos os tipos de produtos particulares. Não conseguimos considerar os infinitos números e variedades dessas transações materiais, então trazemo-las todas juntas e as consideramos todas como exemplares da troca de mercadoria. Isso é a abstração concreta. (...) – abstração racional – surge da interrogação sobre o conteúdo teórico da troca de mercadorias. Valor, por exemplo, é uma abstração racional, surge do estudo da troca de mercadorias enquanto abstração concreta.” (Harvey, 2023, p. 36, tradução nossa)

O caminho do mais concreto não é através de um individualismo, mas da experiência coletiva que a reprodução das relações sociais e de produção impõem sobre os nossos corpos e a sobrevivência. Ainda que haja uma tendência à homogeneização das experiências, através de práticas que têm como objetivo uma repetição de finalidade, a vida não se resume à produção do capital e força novas criações, que podem ser cooptadas ou não pelo capital. É um caminho que passa da abstração concreta para o mais abstrato até o concreto.

Análise institucional e consciência

A partir daqui, pensaremos a Universidade, centralidade quanto à criação de conhecimentos e lugar da racionalidade. Se a pesquisa tende a ser indefinida, os seus resultados tendem a uma definição que seja validada como uma totalidade explicativa, ainda que seja um recorte, uma parcela. O conhecimento na Universidade é uma verdade totalizante, mas também um produto, assim como toda mercadoria, e precisa manter uma coerência para que a instituição tenha sentido em continuar existindo. Conforme Ardoino & Lourau (2003), a instituição é um objeto virtual, mais do que real, sendo produzido pela análise. Só a compreendemos através da materialidade da organização. A instituição representa a complexidade das práticas sociais, podendo ser algo que já existe ou algo em vias de instituir-se. É um movimento de metamorfose que transforma energia em forma. Para a sua compreensão, é necessário um instrumento analítico que não confunda instituição com organização, sendo essa última definida pelo estabelecimento, pelo que é tangível, visível, os horários, regulamentos, hierarquia etc.

Essa materialidade se forma através de contradições que nem sempre aparecem fenomenologicamente, mas se imprime nos ritmos, nas criações e nos produtos.

A coerência está no nível do instituído, do estático, e o insensato é a aparência do instituinte, que é dinâmico. Para se manter coerente, há uma luta interna à instituição, que contraditoriamente vai contra a indeterminação, num processo que só existe a partir do indeterminado. Todo campo de coerência é dinâmico antes de se institucionalizar. Todo equilíbrio é metaestável, ou seria a morte da instituição (Ardoino & Lourau, 2003).

O objetivo da dialética do instituído-instituinte é provocar a análise, mobilizando todas as pessoas como analistas, num sentido autogestionário. “É esta a razão pela qual a perspectiva de elucidação da AI [análise institucional] está sempre acompanhada de um percurso militante, de uma vontade de transformação daquilo que é.” (Ardoino & Lourau, 2003, p. 26).

Essa é a perspectiva da implicação, que é um procedimento teórico-metodológico, no plano da análise institucional, que considera o pesquisador como parte do objeto de estudo, negando a possível neutralidade das ciências. Dissolve-se a relação sujeito-objeto e contrapõem-se uma relação entre sujeitos. “No sentido de implicar-se, a palavra implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que tenta romper a distância instituída entre ele e seu objeto.” (HESS, 1978, p.199) A implicação exige um pensamento crítico inclusive sobre nós mesmos e a base para a compreensão é o movimento do real. Conforme Baitz (2017), a implicação é um método que reúne, remonta a unidade cindida nas relações sociais. Não se pode isolar certas peculiaridades da pesquisa em si mesmas, o pesquisador faz parte da pesquisa, estando consciente ou não desta condição. Para Ardoino & Lourau (2003), a implicação é um novo campo de coerência, é metaestável e aberto à contradição.

Há momentos em que a História é mais ou menos instituinte, havendo mais ou menos possibilidades para mudança. Ardoino & Lourau (2003), afirmam que logo após 1968 “a regressão tomou lugar das esperanças de transformação inspiradas nos momentos em que a História se afirmava mais instituinte” (p. 35). Essa dialética instituído-instituinte atravessa a temporalidade de forma não linear, sendo que momentos mais instituintes do passado podem afetar momentos no presente e tendências no futuro, assim como momentos mais instituídos se repetem, às vezes como farsa, como já disse Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Há momentos em que a mistificação está mais presente, ainda que formas mistificadas que invadem a consciência sejam apresentadas constantemente na sociedade em que a mercadoria é um fetiche.

A partir de Guterman & Lefebvre (1979), em *A consciência mistificada*, compreendemos que a consciência abrange o possível (como tendência, virtual), o real e o impossível (o que ainda não tem lugar), porém, a consciência e o ato de se tomar consciência não substitui a teoria e o conceito. Há o movimento desses processos (tomar consci-

ência e apreender científico) em que um faz parte do outro, ainda que sua passagem seja difícil e complexa, e nem sempre se chegue da consciência ao conhecimento do real. A consciência se deixa desviar tanto por ideologias (que substituem o conhecimento do real) quanto por representações (das mais concretas às mais abstratas). “Quando essa representação *inverte* o real e subverte o possível, não se pode mais falar de ideologia, nem mesmo de representação, mas de *mistificação*.” (Guterman & Lefebvre, 1979, p.22, nossa tradução). A mistificação é uma forma mais agravada da alienação, englobando a ideologia e se alimentando das formas fetichizadas, representações invertidas da realidade.

Estes autores também apontam para uma “operacionalidade espontânea” da mistificação e da consciência mistificada, através de uma transposição ideológica, que só se mostra através de uma análise detalhada. A consciência é um ato social, compreendendo a vida biológica e a prática coletiva, portanto, não é totalmente passiva, dilacerando-se em conflitos e lutas, dialeticamente. Faz parte da consciência o conteúdo expressado e o conteúdo não expressado (inibido, que ainda não tem vocabulário para se exprimir), sendo que as classes dominantes moldam o vocabulário, não exprimindo toda a realidade. Há uma questão de classe (Guterman & Lefebvre, 1979, p. 175). Há uma forma possível de expressão da consciência, e ela (sua expressão) é a própria consciência que se apresenta, porém, também há uma consciência ausente, para além das representações, que não tem como se exprimir ainda.

Haveria algum caminho para que o conhecimento produzido nas Universidades exprimisse a possibilidade de representações novas? Que não fossem produzidas pelo determinismo do trabalho alienado? Onde está o instituinte?

Longa experiência coletiva provisória na geografia da universidade de São Paulo

A partir do meu trabalho de pesquisa teórica e entrevistas, apresentado em meu relatório de qualificação em abril de 2024, trago as experiências de grupos de estudos na Geografia, mais especificamente os grupos de estudos dos Situacionistas e da Alienação espacial (Marx e os situacionistas, no corpo das formas de alienação) que são parte do LABUR (Laboratório de Geografia Urbana), busca-se o movimento instituinte dentro da Universidade.

É preciso destacar que o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo tem como perspectiva de longa data não sabotar abordagens variadas dentro do campo da Geografia, sendo assim, mesmo em épocas menos instituintes, a possibilidade de pensamentos diversos existe. Houve uma época em que havia um debate entre várias linhas de pensamento, às vezes era violento, mas existia espaço para as diferenças de pensamento. Hoje temos uma cultura de regulação do embate, embate que às vezes acaba nem acontecendo. Somos afeitos a consensos, quando é desejável um movimento de tensionar e preservar. Havendo esse espaço para debates no DG, havia a conjuntura para que se estudasse de diversas formas. O próprio prédio da História/Geografia catalisava e ainda catalisa relações para além da Geografia. Há uma perspectiva arquitetônica de possibilidade das pessoas se encontrarem e conversarem. Conforme a professora Amélia Luisa Damiani disse: “O espaço conta, não é inerte. O prédio é uma grande conversa possível.”

Há uma conjuntura para o aparecimento dos grupos de estudos, que vem desde o costume, na década de 1960, de se estudar em grupo, traduzindo os livros e ajudando um ao outro, até as experiências mais intencionais, na década de 1970, onde o grupo tinha intenção de quebrar com hierarquias em experiências onde se debatia e se aceitava o debate. A ditadura militar trouxe um desafio e uma necessidade de se compreender aquele mundo que se transformava, aprofundando a violência, a exploração e as contradições. Dessa necessidade surge o grupo de estudos, como parte do curso de pós graduação do professor

José de Souza Martins, no departamento de Sociologia, que trouxe a leitura a obra de Marx como uma experiência demarcatória, insistindo nessa base teórica-metodológica a ser lida à luz dos acontecimentos que se passavam. Desse início se desdobrou, para além do curso do professor José de Souza Martins, chegando ao LABUR em forma de novos grupos de estudos, o estudo da obra do Lefebvre, e de forma mais desviada, da obra dos Situacionistas.

Podemos considerar que a formação do grupo de estudos da alienação espacial (Marx-Lefebvre-Situacionistas) é atravessada por essa história da possibilidade do debate, mas também pela violência da institucionalização, fazendo parte da história desse recrudescer de forças políticas e econômicas que atravessam a produção (e incluso, a criação) de conhecimento, havendo a necessidade de se encontrar outros caminhos, menos instituídos, nas ciências.

Enquanto possibilidade dentro da instituição, descrevem-se, na sequência, características que demonstram um movimento instituinte: os grupos de estudos podem ter uma temporalidade mais lenta, indo contra a tendência à fragmentação e especialização extrema das ciências, tendência tal que aparece como demanda de uma sociedade tecnocentrada e capitalista. O tempo lento permite ler as obras como um todo, sem autonomizar partes, sem criar microestruturações. Além do tempo lento, também existe a possibilidade de tempos diversos, cada indivíduo tem seu tempo para os estudos e pesquisas, tempos atravessados pelas próprias questões cotidianas e da vida (o que Lefebvre chama de polirritmia e eurritimia).

Os grupos também apresentam horizontalidade, quer dizer, não existe uma autoridade que tenha mais “voz” que os outros. Apesar de haver pessoas mais frequentes, que acabam guiando os demais, todos podem falar, decidir, alterar coisas etc.

As variadas vivências trazem riqueza para um estudo coletivo, porque o pensamento não se fecha num único pensador. Nos grupos de estudos, cabe explorar as diferentes experiências pessoais sempre

relacionadas com as obras estudadas, numa relação dialética entre o vivido e o concebido. Cabe a pessoa inteira.

Na construção do grupo, aparece a questão do acolhimento, que é uma construção coletiva e necessária, numa organização institucional que muitas vezes aparece como árida e excludente. Essa construção parte do pressuposto de que ninguém é mais importante do que o outro, não importando o grau e instrução ou título, onde o olhar do outro não pode ser de subjugar. Todos estão na condição de estudantes. O ambiente, construído conscientemente pelas pessoas, é tão importante quanto outras metodologias de estudos.

Os grupos de estudos também são um acesso ao voltar a estudar e pesquisar.

O estudo de autores muito complexos é muito difícil de ser feito de forma individual; o estudo coletivo abre caminhos ou traz elementos que demorariam muitos anos para se chegar individualmente. Há a intermediação de pessoas que estudam há décadas, possibilitando a construção do conhecimento de forma coletiva, levando-se em consideração muitos anos de estudos que se juntam, conhecimento que demoraria muitos anos para ser pensado sozinho.

O estudar acaba tensionando o pesquisar e o mundo do trabalho. O grupo de estudos traz a possibilidade de se estudar por prazer, sem preocupação com nota, com a produção. Também tem uma relação prática. Possibilita outros ritmos e caminhos de pesquisa. O tempo de estudo é diferente do tempo de pesquisa. Ele não é instrumentalizável, e isso causa um tensionamento de ritmos entre o estudo e a pesquisa, memo que um invada o outro, havendo uma simultaneidade. Também podemos pensar numa tensão entre estudos e vida cotidiana. Desses conflitos, há um movimento dialético, um movimento de algo que acontece institucionalmente, mas não cabe inteiramente na instituição. Não “conta” no currículo. Aparece como desperdício de tempo, porque não é inteiramente coerente com a instituição. É um dispêndio improdutivo, que muitas vezes se realiza enquanto produto, nos diversos trabalhos acadêmicos concluídos por seus participantes,

mas não sempre, não há a necessidade dessa coincidência. Há um desvio e uma indefinição.

Conclusão

Nossa sociedade, com características próprias, precisa ser analisada sob determinadas categorias e conceitos produzidos nesse processo econômico-social chamado capitalismo. A geografia, enquanto ciência, parte dessa realidade para compreendê-la, mas também é influenciada por esse processo econômico-social enquanto afirma-se como ciência e se repõe para além de sua própria especialidade. Acaba sendo determinada, principalmente por imperativos econômicos, que dizem o que é importante ou não, que delimitam a produção de pensamento dentro de uma ideologia do capital (eterno, universal etc.). Uma ciência que seja crítica, precisa encontrar as vias para um pensamento para além do mundo das equivalências, da tendência ao produtivismo, que não se reproduza na lógica do fetiche da mercadoria. Os grupos de estudos, sendo abertos, horizontalizados e respeitando os diversos tempos que surgem das vivências das pessoas, podem contribuir muito para o pensamento crítico e para a construção de um saber que parta do vivido e retorna a ele, dando novos instrumentos para a expressão da consciência para além das representações automáticas.

Referências Bibliográficas

- ARDOINO, J.; LOURAU, R. **As Pedagogias Institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.
- AVISSAR, Y.; CHOI, J.; DESAIX, J.; JURUKOVSKI, V.; RYE, C.; WISE, R. **Biology**. Houston, Texas: OpenStax, 2016. Disponível em: <https://openstax.org/books/biology/pages/1-introduction>. Acesso em: 28 de out. de 2024.
- BAITZ, R. **A Implicação: Um Novo Sedimento a Se Explorar na Geografia?** *Boletim Paulista de Geografia*, n. 84, p. 25–50, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/bol>

etim-paulista/article/view/726. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

- CLARK, B.; FOSTER, J. B. The dialectic of Social and Ecological Metabolism: Marx, Mészáros, and the Absolute Limits of Capital, Socialism and Democracy. **Socialism and Democracy**, v. 24, n. 2, pp. 124-138, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08854300.2010.481447>. Acesso em 28//10/2024.
- GUTERMAN, N.; LEFEBVRE, H. **La Conscience Mytifiée**. Paris: Le sycomore, 1979.
- HARVEY, D. **A Companions to Marx's Grundrisse**. Londres: Verso, 2023.
- HEIDEMANN, H. D. Deslocamentos populacionais e mobilidade ficção: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: SILVA, S. A. **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010.
- HESS, R. **Centre et Peripherie**. Paris: Edouard Privat, 1978.
- LEFEBVRE, H. **Elementos de Ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- LEFEBVRE, H. **Méthodologie des sciences**. Paris: Anthropos, 2002.
- LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999. MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro III: O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- SARTRE, J.-P. **Questão de Método**. 3 Ed. São Paulo: Difel, 1972.

Parte II

PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB A ÉGIDE DA VIOLÊNCIA E DA HIPEREXPLORAÇÃO

Segregação e periferia na metrópole manauara: Elementos para pensar a nova condição do espaço

Eduardo Henrique Freitas Braga

Introdução

Sob os ditames de uma nova condição do espaço, a metrópole aparece como o lugar privilegiado da reprodução das relações sociais de produção, anunciada como um processo imanente à reprodução geral capitalista e as formas da acumulação. Assim, a metrópole ganha força como potência elucidativa do mundo moderno e como expressão maior da vida urbana que estabelece novas problemáticas quando pensadas a partir do lugar e de como esta é desigualmente produzida a cada tempo, mas mais ainda, cada espaço, atravessando escalas e iluminando as problemáticas das dinâmicas socioespaciais — a generalização da forma-mercadoria e a reificação da propriedade privada. Nesse sentido, o presente texto busca um debate sobre a segregação e a periferia como elementos nucleares para se pensar a metrópole manauara em sua nova condição no interior do processo de urbanização, marcado fortemente pela expansão das ocupações, a reprodução do tecido urbano periférico e seu conteúdo demográfico — a presença de populações caboclas e indígenas migrantes do interior do estado ou de outras localidades da região norte do país. A discussão está segmentada em três momentos: o primeiro, a partir da noção de reprodução da periferia como uma condição da expansão da metrópole, consolidando uma periferia heterogênea e não associada imediatamente às determinações de uma economia urbano-industrial pretérita; o segundo momento se reporta a um breve argumento que mobilize a segregação enquanto conceito que supere sua condição morfológica mistificadora, um movimento que

revela a segregação como fundamento dos processos de reprodução da metrópole; e como terceiro e final momento, o tratamento de uma dimensão particular na constituição de uma metrópole na Amazônia, que, neste caso, tem Manaus como lugar de análise. Assim, é possível construir um pensamento sobre a periferia de uma metrópole periférica, realizando-se como dupla periferia, o que pode sinalizar a vanguarda de dispositivos de violência que constituem o universo da propriedade privada sobre a terra, as expulsões de populações e a desintegração da vida cotidiana na simultaneidade da expansão da metrópole, que hoje supera a produção pela reprodução do espaço. Ainda, considera-se importante este caso em particular, dado o clássico e ao mesmo tempo crescente debate sobre as periferias urbanas brasileiras, fato este que exige a compreensão de realidades que se localizam na periferia do território nacional — expandindo os limites da compreensão e dos valores empíricos nos estudos sociais urbanos.

A reprodução da periferia como condição da metrópole

Sugerimos que o processo de expansão da metrópole e de seu tecido urbano periférico se dá de forma cada vez mais complexa e entremeada por novas paisagens, que desafiam a análise tradicional e potencializam o pensamento crítico a partir do reconhecimento de que a periferia se realiza em movimento, sendo este determinado pelo que chamamos aqui de uma nova condição espacial (Carlos, 2011). A partir, portanto, da produção de uma periferia consolidada no momento de uma economia urbano-industrial, na metade final do século XX, chega-se à reprodução atual de uma periferia heterogênea, marcada por uma expansão de populações já nascentes nesses espaços, que migram mesmo do interior da própria metrópole devido aos processos de expulsão de grandes contingentes a partir das reintegrações de posse ou remoção de moradores habitantes de áreas de risco nos morros ou *beiras* de igarapés da cidade de Manaus. Assim, pensar a periferia hoje requer considerar a emergência de novos sujeitos, novas relações de trabalho e estratégias de reprodução social por parte das populações

habitantes das franjas da cidade, assim como as novas morfologias das comunidades, bairros e ocupações no interior da metrópole manauara. Tais relações se apresentam enquanto um encontro de forças — o homogêneo e o particular — que reproduzem na metrópole manauara uma periferia em plena constituição, que conserva elementos que se associam classicamente à periferia (como a autoconstrução), mas que sinalizam novas determinações.

É neste espaço dialetizado por estas duas forças que se conforma a reprodução das relações de produção, inicialmente pelo assalto às formas pretéritas da urbanização manauara que já se edificava sob um processo crítico de estranhamento da cidade pelo caboclo e pelo indígena, e posteriormente pela produção de uma espacialidade urbano-industrial que rapidamente extrapola e supera a si mesma, reproduzindo-se através — e porque o é — de uma condição periférica (a reprodução da metrópole inevitavelmente pela reprodução de sua periferia). Esse conjunto de cisões provoca o deslocamento das contradições, cuja análise comparada e pormenorizada terá que ser prosseguida (Lefebvre, 1973).

O conceito de reprodução, então, nos parece potente na proposta de iluminar as contradições da metrópole sob novas determinações, que não aquelas deslocadas do tempo histórico ao qual estamos sujeitos. Esta passagem se liga ao argumento central por onde a periferia aparece hoje como lugar da reprodução, reproduzindo-se a partir de si mesma, e não mais como produto da separação do centro, como já acontecido nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Assim, a produção do urbano na metrópole periférica surge como um processo anterior, superado pela reprodução da periferia como condição destes processos de acumulação. A violência e as exigências da modernidade são produtos inerentes a essa transformação. Tal modernização excludente, que antes se dava pela “expulsão dos periféricos” do centro da cidade, agora se realiza pela destituição de um modelo industrial imperativo, que não cumpre suas promessas de realização plena do emprego, como informado por Scherer (2004), que evidencia o processo de absorção desses trabalhadores desempregados pela informalidade do trabalho:

Figura 1: Processo de ocupação da comunidade Nova Vida (Cemitério dos Índios)



Fonte: Google Earth (2024). Elaborado pelo autor.

Na cidade de Manaus, ficar desempregado é, de fato, um dilema complicado para os trabalhadores amazonenses, posto que o DI é o grande empregador. Perder o emprego nessa cidade possui, para os trabalhadores, uma significação muito mais grave do que perder o emprego no Sudeste do país, onde a economia e o próprio parque industrial podem oferecer possibilidades de recolocação dos empregados. Talvez, por isso, os trabalhadores mais jovens, embora admitindo que com a automação dificilmente voltarão às fábricas, peregrinam diariamente pelas largas avenidas do Distrito Industrial em busca de emprego. Outros, raramente por opção, ingressam no setor informal envolvendo-se nos mais diversos tipos de atividades e de trabalho precário (p. 135).

A explosão de periferias em Manaus se realiza, atualmente, nas zonas norte e leste de Manaus, eixo de expansão que se prolonga desde a década de 1980. As ocupações compostas por “migrantes” da própria cidade (como nas áreas de risco de deslizamento), migrantes que encontraram em Manaus a primeira grande metrópole, brasileiros vindos da América do Sul (venezuelanos) e Central (Haitianos); caboclos e indígenas. Parque das Tribos, Nusoken, Nova Vida (Cemitério dos Índios), Kokama, Urukaia, Raio de Sol Nascente... todas estas e mais algumas outras revelam-se como processos constantes na produção da cidade a partir de seus fragmentos estrategicamente hierarquizados — onde o indígena se insere na lógica da reprodução e da acumulação, especialmente quando a propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade “que se realiza enquanto relação de poder, isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseadas no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social” (Carlos, 2011, p. 47). A seguir, na Figura 1, é possível inferir que o processo de formação e expansão da ocupação da Comunidade Nova Vida — popularmente conhecida como Cemitério dos Índios — se dá no período de aprofundamento das contradições desta passagem de década, atravessando a pandemia da Covid-19. Simultânea a ela, o crescimento das ocupações da cidade se verifica de modo acelerado.

A reprodução se situa, então, como um elemento ativo no processo de urbanização contemporânea, “cujos termos se elucidam na reprodução de um espaço mundializado como necessidade de superação dos momentos de crise de acumulação” (Carlos, 2015, p. 54), ao mesmo tempo como chave de interpretação do mundo moderno e das contradições que se atualizam nas periferias das metrópoles. Nesse sentido, a reprodução social crítica, nos termos de Canetti (2023), encontra no urbano sua força motora, onde o trabalho e o cotidiano se constituem precariamente, sob a forma da privação. Não mais nas fábricas, mas na cidade, a reprodução toma a frente do processo, indicando as novas determinações na produção da metrópole periférica.

A segregação na superação de uma lógica-formal sobre a cidade

Enquanto fundamento do processo de reprodução da metrópole, historicamente marcado pelo movimento de implosão-explosão da cidade, a segregação é vivida no cotidiano e produz não apenas parcelas de terra apartadas do centro, mas constitui a reprodução da cidade enquanto exterioridade (Carlos, 2006). O que se busca evidenciar, portanto, é o movimento que produz a segregação enquanto indicativo inevitável da expansão da metrópole, anunciando a fragmentação do espaço como fim último da expropriação capitalista no espaço urbano, ao passo do que Henri Lefebvre desenvolve n’*A produção do espaço*. Assim, a segregação confirma a reprodução enquanto elemento potente para a compreensão do espaço na atualidade, ao mesmo tempo que revela a “passagem da cidade produzida enquanto lugar da vida para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização” (Carlos, 2006, p. 10).

Nesse sentido, a periferia então é mobilizada pelo capital como lugar dessa reprodução, ao mesmo tempo em que ela é produto de uma política expansionista e espoliativa, também apropriada como um elemento central do processo de valorização do espaço que fundamenta a acumulação das economias nacionais a partir do setor imobiliário, prin-

principalmente. O movimento de superação produzido pelo capitalismo aparece, nesse sentido, como um aprofundamento das contradições e a reprodução da periferia como horizonte da metrópole. É preciso, nesse momento, superar o sentido da periferia como lugar de inserção marginal (Pinho, 2023), muito associada a uma leitura consolidada no pensamento social brasileiro sobre a periferia como lócus de reprodução da classe operária. Anuncia-se, porém, como destacado por Santos (2017), que “a fábrica e o momento do trabalho deixam de ser os propositores exclusivos dos termos da tensão social contemporânea. [...] [ao passo que se manifeste o] próprio deslocamento da importância do sistema fabril e das atividades produtivas banais no interior do conjunto das atividades vinculadas à finalidade da acumulação” (p. 623-633).

A segregação aparece, então, como uma noção ideologicamente capturada por um dogma cartesiano, inviabilizando sua elevação ao pensamento crítico-radical próprio a uma geografia urbana marxista-lefebvriana. Parece indispensável, nesse momento, a mobilização da segregação enquanto fundamento da reprodução do espaço, que só é possível por um distanciamento de uma concepção “espelhada” da hierarquia social — onde a cidade é mera extensão da luta de classes. Quando a segregação não se encerra na morfologia, é possível pensar a própria cidade enquanto luta e disputa.

A dimensão particular de uma metrópole na Amazônia

Ao passo que Lefebvre (2016) informa que “as mudanças só podem se completar através da reprodução, [...] nas relações existentes, o ‘real’, [...] ou, inversamente, produzir (inventar ou criar) novas relações” (p. 3), a reprodução se torna objeto teórico e prático inevitável ao desenvolvimento de nossas hipóteses neste ensaio. Sugerimos, por fim, que, neste momento, o que convencionamos a indicar como uma dimensão particular no processo de urbanização crítica sob a forma da reprodução da periferia — orientada pela cidade como negócio — se situa na mediação dialética entre o específico (singular) e o geral

(universal), coexistindo como uma unidade dialética que se tensiona continuamente (Lukacs, 1968). Nos parece caro à análise aqui empreendida, que está clareza se traduza em uma compreensão do processo de reprodução da periferia manauara sob condições próprias do capitalismo periférico, nos termos de Oliveira (1987), onde o arcaico se dá como uma forma condicionante do moderno, e não meramente contrária. A morfologia destes termos não se expressa, portanto, como uma incoerência ou “absurdo lógico” (Lefebvre, 1991, p. 19), mas como a problemática de onde germina a superação, no movimento do terceiro termo de uma morfologia triádica. Sob isto, se dá o movimento da reprodução — e para encontrá-lo, é preciso uma série de reconstituições.

Na cidade de Manaus, como destaca Oliveira (2003), a particularidade se dá pela mediação com a universalidade em uma dimensão histórica, onde o processo é homogêneo, mas não em sua totalidade:

Na produção do espaço urbano da cidade de Manaus, os anacronismos e as defasagens têm que ser considerados a partir das desigualdades socioespaciais que resultam em distorções e “disfunções” numa sociedade na qual os eventos se tornam fatores mal controlados e passam a exercer efeitos diversos e por vezes inversos. Esses eventos são quase sempre impostos, o que não significa que são homogêneos enquanto espacialidades, pois esta (a espacialidade) revela mais as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas defender seus interesses (p. 20).

A reprodução da periferia em Manaus guarda, portanto, os elementos próprios de uma urbanização na Amazônia na passagem do século XX para o XXI, ao mesmo tempo que assume a cidade como negócio¹, como orientação de sua urbanização crítica, reproduzindo-se sob os escombros do seu momento urbano-industrial. A concentração demográfica e econômica da capital em relação aos seus municípios

1. CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (Org.) ; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). **A cidade como negócio**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

(mesmo que) vizinhos não elucida ou mesmo resolve, de modo algum, a problemática que deriva dessa concentração. Apresentar essa ideia evidencia, entretanto, dois movimentos: a) a reprodução da periferia em Manaus se dá sob uma primazia da cidade em relação ao estado onde ela se localiza — o maior da federação — e, portanto, as determinações que produzem este processo são suficientemente particulares a nível nacional; b) a posição de Manaus na economia nacional se dá entre a pujança quantitativa e o aprofundamento da cidade como negócio como lógica que orienta a urbanização da metrópole manauara, tornando-a, assim, um lugar de análise potente para se pensar a periferia do capitalismo e as periferias deste lugar (a dupla periferia).

Estes dados apontam para as consequências demográficas do processo de industrialização tardia e poupadora de mão-de-obra sobre o espaço da cidade, que rapidamente explode e estende seu tecido urbano a regiões antes marcadas apenas pela paisagem da floresta nativa e igarapés que cortam a mata². Aqui, a particularidade diz respeito à velocidade deste processo e à impossibilidade de outra cidade dividir os custos dessa urbanização crítica com a capital, dada a morfologia do território amazonense no entorno da capital³ — a distância de outros municípios como Rio Preto da Eva (a 50 km de Manaus), Presidente Figueiredo (a 107 km de Manaus), Itacoatiara (a 250 km de Manaus), Careiro da Várzea (a 25 km de Manaus, separando-se pelo Rio Negro), Iranduba (a 23 km de Manaus, separando-se pelo Rio Negro) e Manacapuru (a 93 km de Manaus, separando-se pelo Rio Negro).

2. “Em sua mobilização perpétua de transformação a partir da natureza (que o movimento de reprodução retoma), o espaço produzido é condição de nova produção. Portanto, o processo abrange simultaneidade e coexistência, ou, em outras palavras, a natureza primeira e a segunda natureza no movimento da produção-reprodução do espaço” (Carlos, 2011, p. 37).

3. “Há, sem dúvida, uma especificidade na paisagem urbana da cidade de Manaus que deve ser considerada: o fato de a cidade localizar-se no meio da floresta e na confluência de dois rios possibilita uma análise partindo da relação entre o homem e a natureza, tendo como parâmetro o processo de produção” (Oliveira, 2003, p. 35).

Ainda na dimensão do particular, a partir de outro elemento, a presença de populações ribeirinhas (caboclas) e indígenas dão à cidade o que ainda se dá no lugar do exotismo e do idílico, como se a metrópole manauara pudesse, de algum modo, voltar a ser o que nunca foi: um lugar onde os povos tradicionais e originários se encontrassem plenamente realizados em sua cultura. Tal visão, que já sinalizamos anteriormente aqui, rompe e põe uma penumbra à possibilidade de uma compreensão dialética do processo de reprodução da periferia. As palafitas — moradia tradicional dos caboclos ribeirinhos — não se reproduzem em Manaus como um elemento nostálgico ou mesmo de resgate à habitação tradicional destas populações, mas sim como única possibilidade de habitação ao chegar na metrópole, ou mesmo como uma estrutura adaptada ao terreno da cidade, em áreas onde a urgência se fez de fato imediata — na beira dos igarapés e do Rio Negro. As ocas, aldeias e outras formas de organização dos povos indígenas na cidade de Manaus se dão como uma demarcação material dos terrenos ocupados nas periferias — onde, muitas vezes, sofrem com os processos de reintegração de posse violentamente executados pelo poder coercitivo estatal, através das polícias.

O processo pelo qual essas populações (especialmente o das comunidades indígenas) se reproduzem nas periferias, se dá, então, em um movimento que vai da aldeia para a cidade e, na cidade, sempre em direção à periferia destituída de bens e serviços⁴ e onde a vida se realiza de forma precária (Pereira, 2016). Na metrópole manauara, portanto, a presença dessas populações na periferia assimila este espaço como

4. “Em Manaus, os indígenas, habitantes originários desse território, vivem como se não o fossem. É negado a eles o direito à cidade, seja através do local de moradia, nos aglomerados subnormais, seja por não possuírem acesso à educação. A ocupação ocorre em setores de baixo rendimento salarial e frágil regulação trabalhista, elementos fundamentais para transpor as barreiras impostas pela lógica de mercantilização presente no espaço urbano. Ainda que de forma não explícita, além da exclusão do direito à cidade, prerrogativa dos processos inerentes à lógica de mercantilização predominante no espaço urbano, identifica-se uma não aceitação e valorização dos grupos indígenas” (Sousa, 2014, p. 128).

essencialmente heterogêneo, mas submetido ao mesmos fundamentos da reprodução capitalista do espaço que outras metrópoles brasileiras: orientada sob a lógica da cidade como negócio e pela privação do urbano atravessada pelo cotidiano.

Assim, uma via de interpretação sobre a particularidade da metrópole manauara inserida nos processos gerais de reprodução das relações sociais de produção centraliza no habitante da periferia (populações originalmente urbanas ou as populações ribeirinhas ou indígenas migrantes) como um indivíduo que se reconhece sob a égide de um espaço mais amplo, desenraizando-o de sua sociabilidade primeira, assaltada pela modernização periférica. A imposição do homogêneo sobre o que difere (Carlos, 2006) se apresenta como o real estatuto da violência na metrópole, impedindo neste momento — e nestas condições — a passagem de um espaço abstrato ao espaço diferencial. Novas práticas são possíveis, são fundamentais, e podem ser vislumbradas. É preciso, primeiramente e entretanto, que a luta pelo espaço enquanto luta pela cidade seja uma concebida enquanto possibilidade.

Considerações Finais

A recuperação do momento da produção do espaço e da periferia na metrópole manauara sugere um movimento obrigatório para a compreensão de suas novas determinações e, portanto, de uma nova condição. Este movimento sugere, no limite, que se está diante de algo novo, marcado — segundo nossa hipótese — pela reprodução como noção teórica e práxis fundamental deste novo momento. Partindo da ideia de que a reprodução da periferia aparece como condição de reprodução da metrópole na contemporaneidade, a segregação se torna o núcleo dialético das discussões aqui empreendidas, superando sua representação morfológica e ganhando novos níveis a partir do reconhecimento das dimensões particulares de uma metrópole na Amazônia — que não se dissocia, de nenhum modo, das condições gerais da reprodução das relações de produção especificamente capitalistas.

Figura 2: “Nós somos a explosão da city”, grafado em um muro do Conjunto Parque dos Buritis, no extremo norte da metrópole de Manaus

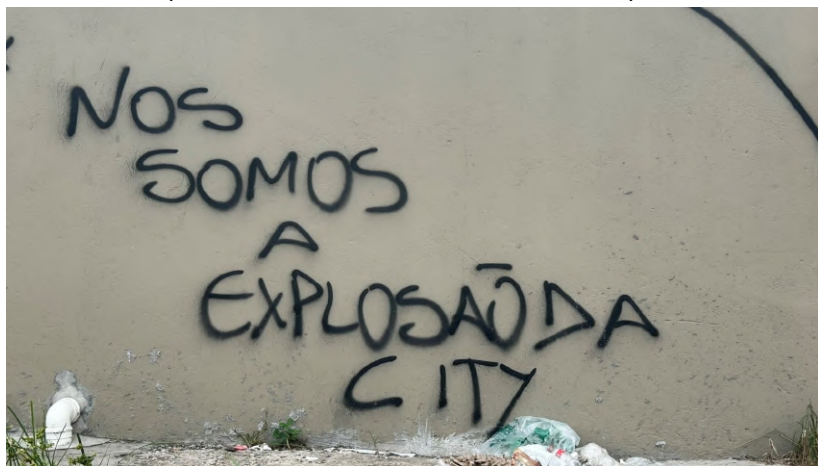


Foto: Eduardo Henrique Freitas Braga (2024)

Referências Bibliográficas

- CANETTIERI, T. Geografias da reprodução social crítica: fraturas e fronteiras em territórios periféricos durante a crise. In: BARBOSA, R. N. C.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Curitiba: CRV Editora, 2023, v. 1, p. 123-148.
- CARLOS, A. F. A. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 47-56.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

- CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- LEFEBVRE, H. Produção e re-produção. **Espaço e Economia**, ano IV, n. 8, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2185>. Acesso em: 5 de nov. de 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2185>.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1987.
- OLIVEIRA, J. A. **Manaus de 1920 a 1967: a cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer, 2003.
- PEREIRA, J. C. M. **Indígenas na metrópole: lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM)**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2018/06/0s-ind?genas-na-cidade-de-Manaus-Vers?o-final.pdf>. Acesso em: 29 de out. de 2024.
- PINHO, R. G. Periferias urbanas e totalidade crítica na metrópole. In: ALFREDO, A. (Org.). **Geografia, Crise e Crítica Social no Capitalismo Periférico**. São Paulo: Igra Kniga, 2023, p. 18-98.
- SANTOS, C. R. S. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. XVII, p. 619-646, 2017.
- SCHERER, E. F. Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, v. 4, n. 1, p. 125-145, 2012. Disponível

em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/213>.

SOUSA, N. M. B. Os indígenas e o direito à cidade: negação e invisibilidade em Manaus. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 34, p. 115-130, 2014.

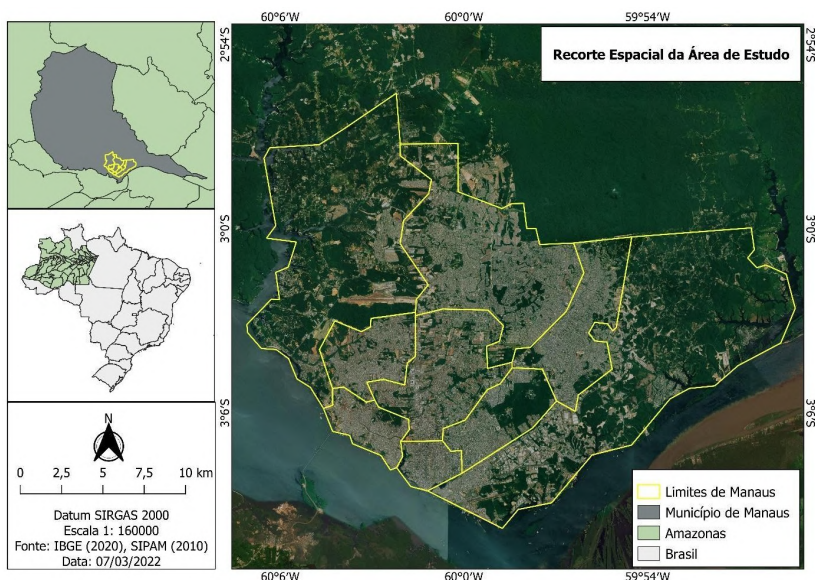
Considerações acerca da reprodução do espaço urbano manauara a partir da mercantilização do espaço

Hellyzabeth Barros

Introdução

Manaus, uma metrópole amazônica (Mapa 1) que possui como elemento fundamental, desde o início da sua produção do espaço urbano, a segregação socioespacial e a negação-aceitação de características amazônicas, vivencia no século XXI, dentre os processos, o da mercantilização do espaço. Atrelado à problemática da moradia urbana, que é uma realidade desafiadora para grande parte da população manauara desde o início da produção do espaço urbano da cidade, o processo de mercantilização do espaço é relacionado ao setor imobiliário, possuindo especificidades enraizadas desde o período da borracha. E com a Zona Franca de Manaus e a implantação do Polo Industrial de Manaus, essa lógica foi intensificada.

Essas especificidades da produção do espaço, comuns a outras cidades localizadas na região Amazônica, estão sujeitas à lógica de produção do sistema capitalista, que para a sua expansão e acumulação, reproduz fenômenos urbanos comuns a várias cidades ao redor do mundo, sendo eles a produção do espaço com os benefícios urbanos concentrados nas áreas centrais em detrimento das outras áreas, que se localizavam nos limites urbanos e possuíam características marcantes que denotam a ausência de saneamento básico, infraestrutura urbana e transporte público, com o adendo da população, segregada da vivência do urbano, obtendo a moradia urbana, em alguns casos, em áreas próximas aos canais urbanos ou áreas de inundação. Com a Zona Franca de Manaus e a industrialização resultante desse movimento, a população

Mapa 1: Mapa da zona urbana de Manaus

Fonte: IBGE (2020); SIPAM (2022). Organizado por: CORREA, Ana Carolina Gomes (2022).

de Manaus cresce de forma acelerada, havendo uma intensa expansão horizontal, que em parte se deve às infraestruturas urbanas produzidas para atender as condições mínimas de reprodução do capital industrial, e também se deve à construção de conjuntos habitacionais a partir do Banco Nacional da Habitação (BNH), que contribuiu a partir das infraestruturas mínimas nos conjuntos habitacionais para ocupações nas áreas vizinhas a esses conjuntos, concentrados principalmente nas zonas norte, leste, oeste e centro-oeste da cidade (Oliveira; Costa, 2007; Oliveira; Schor, 2009; Barbosa, 2009).

A malha urbana expandiu-se para longe das margens do rio Negro, esparramando-se pelos extensos platôs no sentido norte e leste, com a predominância das ocupações espontâ-

neas conhecidas como “invasões”; e no sentido oeste, com a predominância de condomínios fechados e moradias de alto padrão. A “orla da Ponta Negra” é a que reflete de modo mais claro a desigualdade social especializada na estrutura urbana, pois morar nos conjuntos de apartamentos de alto padrão de frente para o rio Negro é inovador em termos de urbanismo. Afinal, na cidade que cresceu de costas para o rio, ter o rio à janela é para poucos que podem pagar um valor que supera as cifras do metro quadrado construído de outras cidades brasileiras (Oliveira; Schor, 2009, p. 84).

Concomitante a isso, os autores Oliveira e Costa (2007, p. 2) já apontam que “[...] antes de considerar as áreas de igarapés, invasões e favelas como subnormais, como aberração na paisagem da cidade, é preciso compreendê-las como parte da lógica de produção da socioespacialidade urbana numa sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe ter possibilidade de pagar por isso”, sendo imprescindível compreender esse lado da produção do espaço urbano não somente como efeito da reprodução capitalista no espaço e na vida cotidiana, mas também como elemento que está inserido no planejamento urbano e é esperado por parte do Estado.

Levando isso em consideração, é de suma importância compreendermos o processo de mercantilização do espaço em Manaus:

A “produção da metrópole como negócio” se situa neste contexto, dando novo conteúdo à urbanização contemporânea, na qual o espaço aparece como condição necessária ao processo de reprodução do capital, isto é, o capital só pode se realizar através da estratégia que torna o espaço um momento do processo produtivo.[...] Trata-se, aqui, do capital concretizando-se na produção específica do espaço sob a forma de empreendimento imobiliário (seja para escritórios ou habitação). Como produção social, sua realização faz parte do núcleo do processo de acumulação que, sob a forma financeira, realiza-se, preferencialmente, através da reprodução do espaço urbano. (Carlos, 2018b, p. 44).

No caso de Manaus, o espaço entra na lógica da mercadoria a partir do setor imobiliário, principalmente no setor de habitação de interesse social (como o Programa Minha Casa, Minha Vida), com o capital financeiro entrando nessa lógica viabilizando as linhas de crédito (Melo, 2020) e os investimentos necessários para o setor imobiliário, a partir da construção civil, para produzir as habitações. Além disso, o processo de mercantilização do espaço se dá também na produção de moradias para as classes de poder aquisitivo média alta e alta, os condomínios de luxo.

É importante salientar que é preciso compreender o movimento dialético desse processo, que ao mesmo tempo que gera a possibilidade de moradia para um grupo social que não possuiria condições financeiras para garantir a casa própria (via Minha Casa, Minha Vida), ele gera a impossibilidade, reproduzindo a desigualdade, fundamento para a reprodução da acumulação do sistema de produção capitalista, atrelado à segregação socioespacial, que é o conteúdo da produção do espaço urbano sob a lógica capitalista (Alvarez, 2018). Diante desse novo momento de acumulação a partir do processo de mercantilização do espaço, centrado na reprodução do espaço, a ação do Estado é essencial para a criação de condições tanto para a reprodução do sistema capitalista, quanto da produção da vida (Carlos, 2018b).

Considerando os elementos apontados acima, o texto em questão busca discorrer sobre o caminho percorrido pela produção de moradias no espaço urbano de Manaus desde o período de urbanização com a implantação da Zona Franca de Manaus, até chegar ao momento em que a produção do espaço urbano passa a ter o processo de mercantilização do espaço agindo unido a produção de moradias de interesse social via Minha Casa, Minha Vida. Para mais, será também explanada a noção de raridade do espaço, atrelada a elementos da paisagem, como por exemplo os elementos naturais que são tidos como raros no espaço urbano e são utilizados no discurso de venda de imóveis próximos ao rio Negro ou ao rio Tarumã.

Os caminhos até a atual lógica do espaço como mercadoria a partir da moradia urbana em Manaus

Numa perspectiva econômica, social e política, assim como em outras cidades brasileiras, o Estado sempre teve papel determinante na produção do espaço urbano da cidade de Manaus, contribuindo diretamente para suas características contemporâneas, principalmente na questão do planejamento urbano e os efeitos dele na questão da moradia, sendo não somente um mediador, mas um aliado dos agentes do capital. Em ambos os principais ciclos econômicos vivenciados por Manaus (o Ciclo da Borracha e a Zona Franca de Manaus), a cidade passou por um processo de apagamento do que não se encaixava como moderno (no velho discurso de progresso para acabar com a desigualdade regional), principalmente das características vinculadas à região Amazônica (a floresta, a relação com o rio, os igarapés) o que serviria de base para a produção e reprodução do espaço urbano na cidade no século XXI.

É importante ressaltar que a cidade não é mero resultado das atuações do Estado e do capital, sendo que na sua paisagem urbana há a materialização da reprodução das relações sociais de seus moradores, amenizando os efeitos hegemônicos da dominação do capital, gerando contrações e modos diversos de produção da cidade a partir dos sujeitos que a compunham (Oliveira; Schor, 2009).

As moradias urbanas em Manaus, a partir do período de industrialização da cidade, em 1969, são mediadas pelo Estado e pela população, o que Oliveira e Schor (2009) vão chamar de ocupação mista, com a expansão das ocupações para as áreas de “terra firme”, que antes se concentravam nas beiras dos canais urbanos das áreas centrais da cidade, ocupação essa que não parou de se expandir mesmo após o crescimento da lógica de ocupação em áreas de terra firme. Segundo Oliveira e Costa (2007, p. 2-3):

Dentre os programas criados pelo BNH, dois se destacam como elementos básicos para a realização dos seus objetivos: o primeiro, o Programa COHAB, criado em 1966, que

tinha como meta a construção de casas em áreas livres, para formação de conjuntos habitacionais servidos de infraestrutura e destinados inicialmente às famílias que possuíam renda de até três salários mínimos, sendo, posteriormente, estendido às famílias com renda de até cinco salários; o segundo, o PROMORAR, criado em 1982, que tinha por objetivo promover a urbanização das áreas carentes de infraestrutura, habitação e equipamentos coletivos de saúde, educação, lazer e segurança. Ambos os programas tiveram importância na configuração do espaço urbano de Manaus, pois através deles se deu a construção de conjuntos habitacionais e a implementação do “Projeto de Urbanização” do bairro do Coroadó, executadas pela COHAB-AM (mais tarde SUHAB – Superintendência Estadual de Habitação), órgão responsável pela política habitacional no Estado.

Esses conjuntos habitacionais condicionaram a produção do espaço não somente a partir de empreendimentos do Estado, mas também por ocupações daqueles que não possuíam condições financeiras de garantir sua moradia por meio desses programas, ocupando as áreas periféricas aos entornos desses conjuntos. Mas é importante alertar que a localização desses conjuntos favorece o processo de valorização urbana ao invés de ocasionar as ocupações, como é o caso do conjunto Castelo Branco, construído no final dos anos sessenta, no bairro Parque 10 (localizado na zona centro-sul da cidade), numa área ocupada inicialmente por chácaras, balneários, clubes e que se tornou, a partir dos anos 2000, uma área visada pelo processo de verticalização residencial (Oliveira; Costa, 2007).

A relação entre o igarapé e a moradia urbana é uma especificidade que deve ser levada em consideração na lógica de produção do espaço urbano manauara, em que nas áreas próximas a foz do igarapé do Mindu, na zona centro-sul da cidade, estão as áreas mais valorizadas, onde ocorre intensa especulação imobiliária e atualmente experiencia o processo de gentrificação do espaço. Quando a ocupação à margem do igarapé é voltada para a população excluída de um cotidiano urbano

vivenciado pelos moradores do Parque 10, por exemplo, como o caso do Igarapé do Quarenta, na zona sul de Manaus, a transformação visa a revitalização da área verde, a partir do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamin), removendo os moradores para alocar seja em conjuntos habitacionais próximo ao igarapé, seja via aluguel social.

Neste caso, a produção do espaço a partir da moradia daqueles que são excluídos, a ausência ou precariedade da moradia é uma paisagem que se materializa à margem dos igarapés (inicialmente na área central e atualmente espalhados pelos igarapés que cortam a zona urbana de Manaus) e nas ocupações ao longo da cidade (Oliveira; Costa, 2007). No caso das moradias urbanas das classes de poder aquisitivo mais altos, eles podem ocupar qualquer área da cidade, sendo margeada por um igarapé ou não.

Atualmente, essa lógica de produção do espaço urbano manauara está atrelada a uma nova lógica de produção de moradias urbanas, aliadas ao processo de mercantilização do espaço, que não é um processo recente:

Ao longo da história, o processo de produção do espaço, enquanto processo civilizatório, traz em si aquilo que o nega, isto é, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço (produção social) torna-se um produto e, nesta condição, revela-se na contradição valor de uso/valor de troca. O espaço, portanto, torna-se, sob o capitalismo, uma mercadoria, como, em tese, todos os produtos do trabalho humano (Carlos, 2018a, p. 26).

Seguindo nessa lógica, o espaço aos poucos vai passando a perpetuar o domínio do valor de troca sobre o valor de uso, com o capital financeiro contribuindo para um novo ciclo de acumulação e expansão de novas atividades, focando no espaço-mercadoria; um fato importante a ser destacado, é que esse circuito atrai capitais que migram de outros setores da economia (principalmente em momentos de crise), visando a acumulação (Carlos, 2018a).

Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma do solo urbano, determina o acesso à vida urbana medida por um preço – como expressão de seu valor. Os fatores se ligarão à formação do preço vinculam-se, principalmente, à inserção de certa área no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, no bairro e, deste, na metrópole), a acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes, circulação, transporte), a privacidade e os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos de construção (Carlos, 2018a, p. 29).

Para se vivenciar o urbano, é necessário habitá-lo, possuir uma moradia. Com o acesso à casa própria cada vez mais restrito ao setor imobiliário, é negada à população que não possui renda financeira o suficiente para fazer parte dessa lógica de produção a oportunidade de viver o cotidiano da vida urbana em sua totalidade, ficando segregada desses espaços privilegiados, sendo que em muitos casos só acessa esses espaços para a reprodução da sua força de trabalho.

No caso de Manaus, até 2009 houve uma atuação exclusiva do Estado na produção de conjuntos habitacionais, o que aos poucos foi passando por uma transição motivada pelo programa Minha Casa, Minha Vida, programa que envolve a instituição financeira Caixa Econômica Federal e construtoras do setor privado, que ganham destaque na produção de habitações de interesse social (Melo, 2020).

A questão do surgimento do chamado segmento econômico da produção imobiliária e o ofuscamento dos limites entre a produção habitacional, promovida pelo Estado e a produção da habitação social de mercado, nos remete atenção em Manaus. O que se manifesta na realidade é

a ação das construtoras que, se apropriando dos moldes financeiros-operacionais trazidos pelo PMCMV, passaram a possuir maiores atividades no que se refere à produção imobiliária habitacional popular em Manaus. É nesse sentido, da efetivação da lógica da produção da habitação social de mercado, que o PMCMV se manifesta como um marco para a produção imobiliária habitacional. (p. 84-85).

Dessa forma, incorporou-se à lógica do mercado não somente o mercado de habitação, mas um público que anteriormente não teria condições de participar da compra de habitações. O PMCMC é um instrumento que contribui para a mercantilização do espaço.

Outra questão de relevância para tratarmos na produção habitacional de segmento econômico é que: o lucro obtido por unidade comercializada é menor por conta dos custos envolvidos na produção e ao preço de comercialização menor do que os produtos imobiliários dos demais segmentos. No entanto, o retorno dos investimentos financeiros realizados no segmento econômico pode vir a ser maior do que os demais segmentos, quando se trata do conjunto das unidades comercializadas (Melo, 2020, p. 85).

Além do mais, Melo (2020, p. 90) afirma que a “produção espacial da cidade de Manaus segue ligada à dinâmica do setor imobiliário habitacional” logo, a lógica da apropriação do espaço urbano e as relações que envolvem a produção do mesmo são dominadas pela dinâmica do setor imobiliário voltado para habitação. Os bairros com maior atuação do setor imobiliário, entre 2016 a 2019 são: Tarumã (zona oeste), Monte das Oliveiras (zona norte), Flores (centro-sul), Colônia Terra Nova (zona norte), Santa Etelvina (zona norte), Lírio do Vale (zona oeste) a Parque Dez (zona centro-sul) e esses bairros estão próximos ou são cortados por vias construídas pelo Estado a partir da década de 2010, como a Avenida das Torres, a Avenida das Flores e o anel viário Rapidão, infraestruturas que visavam um fluxo mais rápido de pessoas e mercadorias (Melo, 2020, p. 88). Segundo Melo

(2020), as principais empresas do setor produtivo envolvidas nesses empreendimentos são: a Direcional Engenharia S.A e a Morar Mais Incorporadora S/A (que é o braço econômico voltado para a produção habitacional do PMCMV), as quais contribuem para a valorização do espaço pelo capital imobiliário, devido às suas atividades se expandirem pelo espaço urbano da cidade.

Por outro lado, Barbosa (2009) aponta para a realidade daqueles que não irão entrar na lógica de compra de casas, mesmo que seja a partir do PMCMV, em que o processo da (re)produção da vida não se esgota em meio a hegemonia da lógica capitalista, que a sociedade se ajusta mediante as situações impostas. Dito isto, é importante deixar claro que:

Em detrimento dessa situação o espaço vai se tornando o lugar dos conflitos entre os que nele consomem mediante a possibilidade de pagar e os que não têm as mesmas condições, propiciando-nos a análise de que no espaço se estabelecem as relações de consumo, sendo sua produção guiada pelo capitalismo precursor das contradições inerentes à sociedade (Barbosa, 2009, p. 34).

Deste modo, pode-se observar as contradições inerentes ao espaço urbano manauara do século XXI, que ainda comporta especificidades que complexificam ainda mais a análise da produção e reprodução do espaço urbano manauara. Tal qual é a especificidade que parte da natureza loteada, o que Bartoli (2011, p. 50) define:

[...] a produção da diferenciação social que simbolicamente demonstra um referencial no espaço a partir da apropriação desigual da natureza, que, produzida e esteticamente adaptada, torna-se sinônimo de status e distinção social por parte dos seus consumidores.

A forma de produção de moradias para as classes de poder aquisitivo médio-alto e alto, parte de uma publicidade que denota os benefícios locacionais (com enfoque na natureza, é claro) e o *status* de morar

num lugar que dispõe de qualidade de vida, infraestrutura e contato com a natureza, um elemento da paisagem tão raro no espaço urbano manauara, um urbano para poucos. Ainda nesse contexto:

A valorização fundiária passa pela apropriação dos investimentos públicos pelos proprietários das áreas mais urbanizadas, se beneficiando da mais-valia-urbana. Esse alto valor dos imóveis e terrenos acaba, aos poucos, transferindo as populações de menor renda para outros locais, além de se apropriar do maior investimento público (Bartoli, 2011, p. 53).

Além da apropriação de elementos da paisagem voltados para a natureza (o rio, a vegetação e a “tranquilidade” imanente a áreas de natureza), essa lógica de produção do espaço expulsa as populações de menor renda, o que gera um processo de homogeneização do espaço. Se no início da produção do espaço urbano manauara, a cidade de Manaus se voltava contra o rio, negando as características amazônicas no urbano, agora os elementos da paisagem amazônica são apropriados pela lógica do mercado no sistema capitalista, visando o consumo dessa natureza que já não é a que propriamente a população manauara um dia possuiu relações socioespaciais.

Tais agentes (incorporadores e construtoras) têm sido capazes de procurar localizações que, ao mesmo tempo, possibilitem fluidez e diminuição do número e da frequência dos deslocamentos intraurbanos, visto que valorizam, em suas escolhas locacionais, a situação geográfica da gleba a ser loteada em relação às vias que propiciam maior velocidade em relação à proximidade dos meios de consumo modernos (Bartoli, 2011, p. 54).

Nesse sentido, o Estado, aliado a empresas da construção civil, media as condições necessárias para a reprodução do sistema capitalista, o que de certa forma é um processo de mercantilização do espaço, na escolha de um espaço específico da cidade para receber melhorias

de infraestrutura urbana, o que envolve geralmente um grande investimento que vai para o setor privado e que, também, propicia a mercantilização do espaço a partir das moradias que irão usufruir dessa infraestrutura. Bartoli (2011) estuda apenas o bairro Tarumã, mas essa lógica de mercantilização do espaço urbano e apropriação da natureza é também realidade no bairro Ponta Negra, na zona oeste da cidade.

O controle do acesso ao rio por parte de alguns loteamentos confere a seus proprietários fundiários e incorporadores um diferencial de extrema importância, vista à exclusividade do uso desse escasso bem na cidade, o rio, como forma de lazer ou como beleza cênica incorporado aos atrativos dos empreendimentos imobiliários (Bartoli, 2011, p. 58).

Assim, entre as camadas da produção do espaço urbano em Manaus, um dos maiores “benefícios” vendidos pelos condomínios de alta renda é o acesso restrito ao rio, gerando uma segregação ainda mais complexa, em que não somente o urbano é negado, mas um bem coletivo. A natureza aqui vendida é simbólica, mercantilizada, o que torna a natureza parte da produção do espaço urbano, não mais vista como um elemento externo a ele (Bartoli, 2011).

Considerações Finais

Dessarte, a produção e reprodução do espaço urbano manauara, a partir da produção de moradias urbanas sob a égide da mercantilização do espaço, possui características únicas vistas aqui, desde a luta pela moradia urbana, a ocupação de igarapés até a resistência a essa relação de consumo do espaço. O que se observa, no século XXI, para além da lógica de produção de moradias partindo unicamente do Estado, é o acesso à moradia urbana se restringindo cada vez mais na cidade de Manaus.

O urbano da cidade de Manaus é cada vez mais ocupado pela lógica de produção de moradias verticalizadas e loteamentos murados, o que nos faz pensar acerca do futuro das relações de reprodução da

vida social na cidade. Será que os espaços públicos se tornarão cada vez mais meros locais de passagem?

Pensar na reprodução do espaço urbano na contemporaneidade é levar em consideração a transformação de conceitos, a exemplo da natureza, que sempre foi vista como externa ao meio urbano – salvo os casos dos parques – e que se torna um dos fundamentos para se pensar na mercantilização do espaço urbano de Manaus, com a natureza sendo um dos atrativos para a venda de imóveis nos bairros do Tarumã e Ponta Negra. Há muito ainda a ser explorado acerca deste processo, principalmente a partir da perspectiva da natureza como elemento da raridade do espaço.

Unido a isso, o papel atual do Estado na produção do espaço urbano, para além de intermediar as condições necessárias, pode ser analisado como um potencializador da noção da cidade como negócio, principalmente a partir dos investimentos voltados para a construção de infraestruturas urbanas, que envolvem o setor privado, a partir de empresas da construção civil, problemática que deve ser explorada em outros trabalhos.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1 ed., 2 reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.
- BARBOSA, T. R. **Ocupações urbanas e a (re)produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroado e loteamento Rio Piorini**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- BARTOLI, E. Apropriação da terra urbana na cidade de Manaus: a natureza loteada no bairro Tarumã. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011, pp. 49-69.

- CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2018a.
- CARLOS, A. F. A. **A tragédia urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.
- MELO, F. M. **A valorização do capital e a produção do espaço urbano: a produção imobiliária habitacional do segmento econômico em Manaus (AM)**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.
- OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova**, v. XI, n. 245. Universidad de Barcelona, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>. Acesso em: 3 de out. de 2024.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 13-39.
- VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. 1 ed., 1 reimpr. São Paulo: Editora Contexto, 2018b.

Notas introdutórias sobre o “urbanismo miliciano”

Mariana dos Santos Nesimi

Introdução

Uma literatura expressiva aponta uma virada de chave no capitalismo a partir do século XX, quando se torna rotina uma ocorrência cíclica de crises em seu sistema, que muitas vezes foram mediadas pelo uso progressivo e permanente da violência. A década de 1970 ilustra bem a situação: através do rompimento com o entusiasmo presente durante o período fordista, por intermédio das transformações e renovações ocorridas no sistema capitalista, há o surgimento de uma parcela da população que não tem mais espaço nas dinâmicas econômicas. Com o tempo, essa massa, encarada como supérflua, se transforma num exército de descartáveis, que passa a ser incorporado no espaço urbano e, conseqüentemente, lidos enquanto um problema a ser neutralizado.

Os elementos apresentados em linhas gerais corroboram com a formação de uma crise urbana em que se percebe o uso irrestrito da violência como forma de gestão de um espaço desigual. Outro desdobramento eloquente da crise urbana, relevante ao trabalho, é o fato de existir, além de um Estado repressor que parece não conseguir mais mediar os conflitos existentes e gradativamente tem sua legitimidade posta à prova, grupos criminosos armados com domínio de território (Silva; Fernandes; Braga, 2008), como as milícias, que disputam o controle político, econômico e social e são responsáveis por impactar diretamente no modelo de gestão das cidades, seja de forma indireta ou direta. As ações utilizadas para tal, com o tempo, passaram por

uma sofisticação que ratifica a expressividade que esses grupos têm desempenhado.

A mencionada expressividade, há algum tempo, é tema de intensos debates que confirmam a urgência do fenômeno. Discussões que podem ser observadas, respeitando os limites e características específicas, em diversos estados do Brasil, embora seja inegável a relação desses grupos com as metrópoles. Assim, admitindo que a produção do espaço é “condição, meio e produto da reprodução social” (Carlos, 2015), seu estudo, como o caso do Rio de Janeiro, impulsiona uma relação direta entre a acumulação do capital e a reprodução do espaço urbano, além de direcionar uma série de indagações. O presente trabalho, ciente dessa prerrogativa e dos limites impostos por um artigo, busca expor o caso da cidade do Rio de Janeiro, que se configura como um laboratório fundamental para entender as dinâmicas milicianas e, mais precisamente, sua forma de agir na urbe.

Nesse sentido, essa discussão deve ser lida junto a um movimento de ocupação predatória do solo urbano, que pode ser compreendido através de uma produção ilegal do espaço. Maricato (2003, p.7) apontava com nitidez o fato de o Estado brasileiro, em diferentes momentos, demonstrar omissão frente às ocupações irregulares. Essa ausência seria uma justificativa para a consolidação de grupos paralelos, sobretudo quando é se percebe a presença deles em setores que deveriam ser organizados e regulados de forma pública. Dessa forma, o objetivo central é apresentar uma discussão acerca do conceito de urbanismo miliciano, intentando evidenciar sua caracterização, implicações e desdobramentos na cidade do Rio de Janeiro. Para percorrer esse caminho, será realizado, primeiramente, uma apresentação sobre os grupos milicianos com o objetivo principal de desmistificar uma ideia ainda muito propagada: que eles representam um elemento único. Em seguida, uma discussão sobre o urbanismo miliciano e sua representação na mídia propriamente será traçada.

Grupos milicianos: passado e novos padrões

A opinião pública em relação às milícias sofreu substanciais mudanças ao longo dos anos: em alguns momentos foi defendida, relativizada ou repudiada. Por se tratar de um fenômeno relativamente recente, até enquanto conceito divide posicionamentos. O início do debate em questão data o ano de 2006, quando os grupos milicianos deixaram de ser um elemento à margem na sociedade civil e no espaço urbano. Dois eventos foram fundamentais para tal: o primeiro foi a tortura direcionada aos jornalistas em exercício na favela do Batan, localizada no bairro Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2007¹. O segundo evento, que talvez represente o estopim, foi a realização da CPI das milícias, em 2008, presidida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Além de tornar oficial uma classificação para os grupos milicianos e de expor uma atuação incisiva, ela resultou no indiciamento de 225 políticos, policiais, agentes penitenciários, bombeiros e civis², tornando-se, assim, um marco.

Ainda que haja diferença na forma de entender a atuação das milícias e a sua história, em termos espaciais é correto afirmar que elas atuam predominantemente em áreas periféricas e favelizadas onde há uma insuficiência estatal e utilizam estratégias violentas, que envolvem a coerção armada, exploração e pilhagem de terras. Quanto à sua origem, Alves (2003) indica a sua relação com os grupos de extermínio consolidados na década de 1960, principalmente na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, área que integra a periferia metropolitana do estado e é marcada por uma violência estrutural, bem como por uma carência de intervenções urbanas e assistências políticas, o que a transformou em um ambiente propício à instalação de grupos armados.

As milícias, seguindo um modelo predatório de pilhagem, surgem, se fortalecem e se desenvolvem a partir de áreas periféricas e

1. Região essa que se configura enquanto um reduto importante da atuação dos grupos milicianos na cidade.

2. Disponível em: <https://www.marcelofreixo.com.br/cpi-das-milicias>. Acesso em: nov. de 2024.

empobrecidas que possuem uma população significativa de excluídos dos circuitos de emprego formal. Ainda que o controle não seja algo exclusivo dos grupos milicianos, é através dele que se percebe uma desintegração social e fragmentação urbana: mesmo a atividade econômica de sobrevivência desenvolvida no meio da pobreza e da miséria se torna alvo de exploração e da extorsão, amplificando a desigualdade social e os níveis de degradação urbana. De acordo com o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI – UFF) e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV – USP), a partir de análises sobre a disposição do controle territorial do Rio de Janeiro nos últimos anos, foi possível perceber um avanço evidente das milícias, que passaram a controlar, em 2019, 25,5% dos bairros e 33,1% da população da cidade do Rio de Janeiro e 57,5% da superfície territorial da cidade (GENI/NEV, 2019). Não surpreendentemente, esse avanço se deu em áreas periféricas que conservam elevados índices de desemprego e desocupação, além da falta de amparo estatal.

Autores como José Cláudio Alves (2020), Alba Zaluar e Isabel Siqueira (2007) tentaram determinar uma gênese das milícias. A princípio, elas podiam ser vistas como grupos formados por policiais, militares e bombeiros, em atividade ou não, que passaram por treinamentos militares e possuíam conhecimento técnico sobre armamento e táticas de guerra. Fontes apontam que a formação desses grupos também mantinha conexão com uma precarização do trabalho enfrentada por agentes de segurança que buscavam complementar suas rendas. Ainda, de acordo com o Relatório das Milícias (2008, p. 124), a atuação das milícias estaria diretamente conectada ao fornecimento de demandas sociais que deveriam ser atendidas pelo Estado, como a própria garantia de segurança. Segundo Cano (2008, p.48), inicialmente, esses grupos eram solicitados por moradores e comerciantes que pagavam taxas em troca da garantia da segurança e proteção em áreas que antes tinha a presença do tráfico de drogas. Como destacado anteriormente, a violência não é um atributo restrito aos grupos milicianos, mas é um ponto distintivo em sua atuação, uma vez que a ideia é obter o controle

territorial, aumentar seu monopólio e, respectivamente, seu lucro; e a violência tem sido usada com esse fim. Exemplos contundentes são a exploração de atividades e serviços essenciais ao cotidiano, como a venda de gás de cozinha, água, materiais de construção, transporte público e até taxas de segurança para comércios locais e moradores.

Durante um tempo, a frase de que “a milícia era o Estado” costumava a ser propagada com muita facilidade em diferentes espaços. Essa associação era feita pela referida presença de agentes públicos em posições de comando e serviu para legitimar a atuação milicianiana em alguns momentos. Hoje, além das principais milícias não contarem com agentes estatais em sua composição, não são poucas as operações policiais cuja finalidade é a prisão de seus integrantes. Desse modo, alguns grupos em operação que se intitulam milicianos não apresentam vínculos formais com policiais, bombeiros ou militares³; são civis que se aproximam dos ideais militarizados, sobretudo daqueles defendidos e reproduzidos pelas milícias (Botelho, 2023, p. 103).

Os autores Ignacio Cano e Thais Duarte, em escritos de 2012, indicavam que as milícias possuíam cinco características principais que as diferiam de outros grupos armados igualmente presentes na configuração urbana carioca. São elas: existência de um domínio territorial que pode ser expresso através do controle social; o uso de práticas ostensivas que envolvem a coerção direta; a busca pela transformação do território como fonte permanente de lucro; propagação de um discurso de que o incremento desses grupos nos espaços urbanos representaria uma alternativa ao controle exercido pelo tráfico; e, por fim, a relação com os agentes estatais. No entanto, como já destacado, com o avanço dos estudos, percebeu-se que essas características iniciais sofreram modificações quando os dois últimos pontos precisaram ser revistos. Cano e Duarte apresentaram a ideia de que a visibilidade obtida por esses grupos nos últimos anos, que foi parte de uma tentativa de esta-

3. Disponível em: <https://istoe.com.br/rj-maiores-milicias-nao-tem-policias-em-seus-comandos-aponta-investigacoes/> Acesso em: nov. de 2024.

belecimento enquanto algo legítimo e aceito na sociedade, os tornou alvos de operações de combate.

De alguma forma, as milícias foram vítimas da sua própria ambição e ousadia; a visibilidade que atingiram se traduziu em vulnerabilidade uma vez que o poder público começou a agir contra elas. Foram justamente as milícias mais poderosas e as que estavam encabeçadas por cargos eleitos que mais sofreram a perseguição do Estado. Em contrapartida, existem pequenas milícias que, com outro nome, dominaram discretamente pequenas comunidades da Zona Oeste durante anos sem chamar a atenção. Assim, milícias compostas por uma pessoa só ou por um pequeno grupo são as que possuem maior chance de continuarem a funcionar de forma inalterada (Cano; Duarte, 2012, p. 128).

Avançando na ideia representada pela citação anterior, os autores acreditavam que a discrição garantiria a esses grupos o poder necessário para que o monopólio desejado, assim como o projeto de transformação do território em fonte permanente de lucro, fosse obtido. Seria, então, a partir de uma atuação moderada que possibilitaria o crescimento e a expressividade desses grupos na atualidade, diferente da atuação inicial das milícias no início dos anos 2000. No entanto, o que os fatos recentes demonstram é que o anonimato não é exatamente um objetivo pretendido. Um exemplo expressivo ocorreu em outubro de 2023, quando 35 ônibus foram incendiados na Zona Oeste do Rio de Janeiro, além de ataques aos trens como represália a uma operação realizada, que culminou na morte de Resende, sobrinho de Zinho, uma das principais lideranças milicianas na cidade⁴. A escolha por impactar em algo expressivo como a mobilidade urbana é uma evidente resposta das milícias, reforçando o seu poder de forma pública.

A imponência dos grupos milicianos também pode ser vista através da sofisticação dos seus aparatos e da diversidade de atividades

4. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/criminosos-incendeiam-onibus-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: jul. de 2024.

que esses grupos vêm assumindo. Como afirma o Geni (2021, p.18) a presença desses grupos é constatada também diante do mercado irregular de moradia, hoje apontado como sendo um dos principais meios de obtenção de renda desse grupo (GENI, 2021, p. 18). A atuação nesse setor e sua intervenção frente às estruturas urbanas compreende aquilo que entendemos como urbanismo miliciano, que será abordado na próxima seção.

Conceituando o “urbanismo miliciano”

Em relação à definição clássica de urbanismo, Françoise Choay, em *Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia* (1965), o situa como uma ciência crítica, que deveria ter sua atuação modificada com o avanço do tempo, voltada para pensar as consequências do final do século XIX a partir da expansão da sociedade industrial. Essa se torna um marco temporal à medida que a cidade industrial era associada à insalubridade, às más condições de vida e à proliferação de doenças, que colocavam em risco a saúde da população e uma noção pretendida de cidades.

Afastando-se do conceito clássico de urbanismo, a proposta de análise, ao trazer o “miliciano”, ampara-se nas ideias de Benmergui e Gonçalves (2019, p. 382). Segundo os autores, o fenômeno estaria relacionado às intervenções ilegais que passaram a acontecer no espaço urbano, como a ocupação de terras públicas; a construção massiva de prédios sem que eles sigam as regulações básicas quanto à infraestrutura; o oferecimento de créditos informais e a grilagem de terras. Igualmente de acordo com os autores, essa produção do espaço a partir de grupos ilegais se distancia de outras práticas por se tratar propriamente de um projeto de urbanização mediado pela exploração coercitiva e violenta exercida de forma particular por esses grupos. O poderio das milícias frente ao exposto também é ratificado com as denúncias que sinalizam para o fato de elas possuírem, em alguns casos, suas próprias construtoras, imobiliárias e lojas de materiais de construção em operação. Dessa forma, passa a ser observada uma nova

forma de gerir o território que pode consistir na venda e aluguel de áreas irregulares; imposição de taxas aos moradores; oferta de serviços urbanos variados, como obras de asfaltamento e outros reparos e até invasões de prédios públicos.

A posse de determinadas áreas pelas milícias foi acompanhada pela expulsão de parte da população, bem como pela invasão de prédios já construídos, inclusive, a partir de projetos de habitação empreendidos em parceria com o governo federal, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), programa habitacional lançado em 2009 visando reduzir o déficit habitacional existente no país. A partir dele, inicialmente, foram ofertados subsídios às famílias com rendimentos que chegavam até R\$ 1.600,00 e a expectativa era que cerca de um milhão de residências fossem construídas.

As áreas do programa Minha Casa, Minha Vida e sua exploração por grupos milicianos não correspondem a algo recente na trajetória social da cidade, tampouco na paisagem urbana: em 2011, o secretário municipal da habitação do Rio de Janeiro, à época, Jorge Bittar⁵, já reconhecia esse problema. De acordo com o relatório do GENI, a entrada dos milicianos nesses empreendimentos partia de uma relação estatal-miliciana, que demonstraria uma integração desses grupos com forças estatais a partir da ocupação de áreas que antes estavam sob domínio de outros grupos armados ou através de uma relação existente entre milicianos com síndicos ou moradores das instalações (Hirata *et al.* 2021, pp. 23 e 24).

Daniela Petti, estudando a atuação dos grupos milicianos frente aos condomínios do MCMV, concluiu que o crescimento das favelas é algo interessante para esses grupos justamente por aumentar sua capacidade de atuação e lucro. Através da apropriação da infraestrutura urbana, com ênfase na habitação, abre-se um leque diverso de possibilidades rentáveis. Em suas palavras:

5. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/milicia-lucra-com-o-minha-casa-minha-vida> Acesso em: nov. de 2024.

Não apenas os serviços básicos são regulados pelos milicianos, como as próprias unidades habitacionais tornam-se lucrativas. Apesar das regras estabelecidas pelo programa, segundo as quais as unidades habitacionais não podem ser comercializadas antes da emissão da escritura (Registro Geral de Imóveis - RGI), um pujante mercado informal de apartamentos existe no condomínio desde seus primórdios. A milícia é um dos principais agentes reguladores dos mercados de apartamentos do PMCMV em vários condomínios populares (Petti, 2001, p.106).

A Zona Oeste do Rio de Janeiro tem como uma das suas questões flagrantes, até mesmo em função do seu histórico, a exploração miliciana do território. Segundo dados do Índice de Progresso Social (IPS) no Município do Rio de Janeiro, de 2020, era uma das regiões mais frágeis economicamente, o que evidencia uma ausência estatal no incremento de políticas públicas e, por outro lado, reforça as falhas que orientam a ocupação do território por grupos milicianos. Através da ocupação de áreas relativas ao Programa MCMV, além da cobrança de taxas, há relatos de realização de quitinetes e de novas formas de habitação nesses espaços, sem respeitar, inclusive, áreas coletivas e restringindo o acesso integral dos moradores (Hirata *et al et al*, 2021, p. 28). Trata-se, portanto, de um processo de privatização de espaços administrados de forma pública, compreendido por grupos ilegais.

Essas falhas, por ora, legitimam algumas ações, ainda que haja críticas. Em abril de 2019, no Muzema, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, ocorreu uma das consequências mais fatais registradas até então desse urbanismo miliciano⁶. Na ocasião, a favela em questão tinha construções irregulares desenvolvidas por grupos milicianos da região e foi palco do desabamento das mencionadas infraestruturas contabilizando um saldo de 24 mortes. No entanto, tal fato não fez com que houvesse uma expulsão desses grupos, tampouco uma re-

6. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/13/policia-investiga-responsaveis-pelo-desabamento-de-predios-na-muzema.ghtml> Acesso em: nov. de 2024.

dução no poder desempenhado por eles na região. Sobre esse ponto, é importante destacar que diante da expansão das milícias frente ao mercado imobiliário, medidas que previam a demolição de prédios bem como operações policiais nessas áreas foram efetivadas nos últimos anos, embora não tenha sido o suficiente para reverter a estrutura fragmentada de poder existente.

Isto posto, torna-se possível refletir sobre um novo momento das milícias. Ao conceituar e observar a ocorrência de um urbanismo miliciano em voga, que atinge um nível mais expressivo, sobretudo na paisagem, através da ocupação de áreas públicas e da conexão com meios públicos, não parece existir mais uma preocupação com a necessidade de esses grupos serem invisíveis diante da sociedade civil como antes apontado; embora, evidentemente, a comercialização das áreas por esses grupos não seja institucionalizada. Um exemplo é a mudança no que se refere às práticas realizadas por esses grupos ao longo dos anos. Objetivando ilustrar tal fato, além da revisão bibliográfica de termos pertinentes à discussão, foram observadas matérias do jornal O Globo, entre os anos de 2010 e 2020, que abordavam elementos que demonstravam, com concretude, a intervenção miliciana no espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro. Parte das informações obtidas foram sintetizadas nos quadros a seguir:

Quadro 1: Atividades milicianas entre 2010 e 2013

2010	2011	2012	2013
• Transporte ilegais; (vans) • TV a cabo; • Exploração de depósitos de gás; • Falsificação de escrituras; • Venda de água.	• Controle do documento de identidade e/ou contracheque de moradores de determinadas áreas; • Cobrança de taxas aos moradores; • Invasão de condomínios do Minha Casa Minha Vida; • Controle de água; • Controle de vagas de garagem em áreas públicas; • Loteamento de áreas; • Apropriação irregular de terras; • Extração de argila, barro e areia; • Relação com empreiteiras; • Transportes ilegais.	• Controle de redutos eleitorais; • Taxa de "proteção" contra o tráfico de drogas.	• Domínio territorial de favelas.

Fonte: Acervo O Globo, 2024.

Quadro 2: Atividades milicianas entre 2014 e 2017

2014	2015	2016	2017
• Venda de drogas; • Exploração dos transportes; • Venda de gás; • Impedimento de campanhas eleitorais; • Grilagem de terras.	• Extração ilegal de areia e outros materiais.	• Exploração da eleição; • Controle na oferta de energia.	• Cobrança de “pedágios” para a realização de obras públicas; • Construção irregular de edificações.

Fonte: Acervo O Globo, 2024.

Os quadros demonstram, em linhas gerais, os setores com mais destaque de atuação dos grupos milicianos. Percebe-se que, ao longo dos anos, práticas como o impacto nos transportes, seja através do controle de vans, ônibus ou até na criação de modelos, como é o caso da balsa, seguem ativas. Outros casos que se repetem são a exploração de serviços básicos, como água, luz, gás etc.; ou, ainda, o controle territorial e as cobranças impostas aos moradores e comerciantes de áreas dominadas. No entanto, o impacto na estrutura urbana passa por uma sofisticação a partir do momento em que os setores de atuação parecem ter um ganho de escala, o que pode ser vislumbrado em função da atuação desses grupos na parte de construção e idealização de moradias. Em 2011, quando condomínios do Minha Casa Minha Vida foram invadidos por grupos milicianos, já havia uma perspectiva de mudança em sua atuação. Mas, nos anos posteriores, o processo ficou mais intenso. No ano de 2012, um dos elementos apontados é a grilagem de terras públicas. Ainda que não com essa nomeação, a prática de grilagem já era percebida nos anos anteriores, no entanto, o aumento da ação fez com que houvesse a necessidade de, além

de nomear, dimensionar o tamanho e os impactos resultantes das grilagens, já que muitas das áreas tomadas correspondiam a áreas de potencial evidente ao meio ambiente.

Quadro 3: Atividades milicianas entre 2018 e 2020

2018	2019	2020
• Cobrança de água encanada; • Controle de estacionamentos; • Instalação de áreas de monitoramento de locais controlados; • Venda de cigarro ilegal; • Grilagem de terras; • Invasão em áreas do Minha Casa Minha Vida; • Cotejamento irregular de imóveis; • Construção irregular de imóveis; • Cobrança de taxas aos camelôs.	• Furto de gasolina; • Resgate de carros roubados; • Controle de energia; • Construção irregular de edificações; • Expansão do mercado imobiliário; • Transportes: criação de balsas.	• Cobrança de luz; • Cobrança de internet; • Venda de drogas; • Construção irregular de edificações.

Fonte: Acervo O Globo, 2024.

Nos anos seguintes, a começar por 2017, o urbanismo miliciano inaugura uma etapa ainda mais incisiva. Há registros de cobranças de pedágios para a liberação de obras públicas, inclusive, em municípios limítrofes com a cidade do Rio de Janeiro. Ainda, de construções irregulares sendo empreendidas sem seguir os padrões definidos pelos

órgãos responsáveis. Em 2018, também são reportadas práticas que envolviam expulsão de moradores de determinadas áreas; a corretagem irregular de imóveis e o aumento de construções irregulares. Em 2019 e 2020, anos mais recentes analisados, nota-se que o referido setor segue sendo lucrativo e que, talvez, seja o melhor para representar aquilo que aqui entendemos como urbanismo miliciano.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou apresentar um debate sobre a ocorrência de um urbanismo miliciano na cidade do Rio de Janeiro. Ao conceito, atribui-se a ideia de que esses grupos armados, com domínio territorial e pretensão de transformar o território em fonte permanente de aquisição de lucro, agem de forma incisiva na urbe, impactando na estrutura urbana e no cotidiano de acordo com os seus interesses. Essa discussão está alinhada à perceptível ausência estatal em determinados espaços, sobretudo periféricos e favelizados, que concentram uma parcela de pessoas consideradas descartáveis dos circuitos formais de emprego. Nessas áreas falhadas, há margem para que disputas territoriais cada vez mais intensas se consolidem. E é também a partir dessa ausência, que serviços básicos à vida social passam a ser geridos com mais ênfase por grupos milicianos.

Destacando que não existe um consenso absoluto quanto à gênese dos grupos milicianos, é sabido que eles representam, ainda que com características comuns, particularidades. Refletindo objetivamente sobre o urbanismo miliciano e suas características, a partir de dados de 2010 a 2020, disponibilizados a partir do Acervo O Globo, a análise das matérias de jornais possibilitou indicar as áreas mais relevantes de atuação desses grupos ao longo dos anos. O principal destaque da análise é o fato de que, com o avançar dos anos, a prática miliciano tem direcionado seus olhares para o setor da construção de habitações, podendo envolver a corretagem, a construção irregular, a invasão de áreas, exploração de materiais ou a relação direta com empreiteiras. Assim sendo, sem ter pretensões conclusivas, o artigo se propôs a

pensar em como o espaço pode assumir, ser idealizado e produzido a partir do viés da ilegalidade, aqui representado através da atuação de grupos milicianos.

Referências Bibliográficas

- ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a Investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2008. 282 p. Disponível em: <https://www.marcelofreixo.com.br/cpi-das-milicias>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- ALVES, J. C. S. **Dos Barões Ao Extermínio Uma História Da Violência Na Baixada Fluminense**. 2 edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 244 p.
- BENMERGUI, L.; GONÇALVES, R. S. 2019. Urbanismo Miliciano in Rio de Janeiro. **NACLA Report on the Americas**, v. 51, n. 4, p. 379-385, DOI: 10.1080/10714839.2019.1692986.
- BOTELHO, M. L. Economia de Pilhagem: milícias, crise urbana e destruição ambiental. In: RIBEIRO, G.; SANTOS, C.; SILVA, M. R.; FIORI, S. R. (Orgs.). **Geografias Periféricas: contribuições do PPGGEO/UFRRJ**. Porto Alegre: Letra 1, 2023, cap. 6, p. 99-114.
- CANO, I; DUARTE, T (Coord.). **No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008 – 2011]**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. 151 p.
- CANO, I; IOOTY, C. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, cap. 6, p. 48-83.
- CARLOS, A. F. A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

- CHOAY, F. **L’Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie.** Paris: Seuil, 1965.
- Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI – UFF); Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), 2020. **Mapa dos grupos armados no Rio de Janeiro.** [Mapa]. Disponível em: https://geni.uff.br/wpcontent/uploads/sites/357/2021/02/2020_apresentacao-mapa-dos-grupos-armados.pdf. Acesso em: 25 de set de 2023.
- Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI – UFF). **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**, 2021. 38 p. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf. Acesso em: 25 de ago. de 2023.
- MANO, B. P. **A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro.** São Paulo: Todavia, 2020. 304 p.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151–166, maio de 2003.
- PETTI, D. Relação, infraestrutura e mercados em uma área de milícias. **AVÁ: Revista de Antropologia**, Misiones, n. 38 (Dossier: Territorios em conflicto, regulaciones y mercados), jun. de 2021. Disponível em: <https://www.ava.unam.edu.ar/images/38/n38a05.pdf>.
- SILVA, J. S.; FERNANDES, F. L.; BRAGA, R. W. Grupos criminosos, armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 16-24.
- ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, jul.-dez. de 2007, p. 89-101.

O fundamento geográfico do crime organizado carioca

Thiago Moreira de Jesus

Introdução

Tanto o Estado Moderno quanto o crime organizado não só existem, mas também crescem e eventualmente prosperam por fazerem uso de uma geografia. O processo de territorialização do Estado, embora diferente do crime organizado, garantiu a ele o exercício de seu poder no território, outrora visto como absoluto, ocasionando uma nova ordem internacional. Fatores sobretudo da geografia política, econômica e urbana do Rio de Janeiro proporcionaram novas formas de organização social e política dentro do território do Estado, os “territórios da exclusão”.

O processo de evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro foi marcado sobretudo pela omissão e negligência do Estado¹ em relação ao povo pobre. Entende-se com isso a ausência de regulamentação em certas áreas da economia (fazendo o privado prevalecer sobre o público), o distanciamento (e inexistência) de instituições que trabalhassem pelo bem-estar do cidadão, a escassez de políticas públicas e a demasiada truculência. Esses foram alguns dos fatores em parte refletidos neste trabalho que culminaram no desacolhimento e descrença de grande parcela da população nas instituições do Estado republicano.

Não é de se estranhar que, diversas vezes, a vida cotidiana de muitos cariocas ocorra em territórios violentos, pois essa violência foi resultado da ausência/omissão/negligência do Estado, que abriu

1. O Estado, entretanto, foi bastante presente em sua face mais cruel e violenta para com essa parcela da população, quando negou a centralidade urbana a eles, por exemplo.

brechas para a disputa e emergência de outros poderes, entre eles os do crime organizado, que, segundo Cavalcanti Junior e Soares (2016, p. 201), “em nome da manutenção do espaço territorial conquistado com os instrumentos de poder disponíveis, aproveitando a ausência de controle social e estatal, elaboram as suas estratégias de dominação no novo modelo de território social”.

Foi nesse contexto de empobrecimento que o município do Rio de Janeiro se deparou, nas décadas de 1970 e 1980, com o início da venda de drogas de varejo, embora as condições para o seu nascimento tenham começado a florescer muitas décadas antes.

A formação desses territórios ocorreu como uma forma de reação àquilo que o Estado havia feito e não feito com determinada parcela da população carioca, que de alguma forma precisava se organizar social e politicamente no espaço. Nesse contexto, foi possível o surgimento de novos tipos de territorialidade no espaço a partir da territorialização de grupos plurais como os dos narcotraficantes e milicianos, por exemplo, que se apropriaram de uma geografia específica, segregada, formando então suas territorialidades.

Embora teoricamente seja o Estado o garantidor da lei por meio de suas instituições, o que se percebeu num histórico recente foi paradoxalmente um grande fomento das organizações criminosas por meio dele. Além do fato de essas organizações terem surgido a partir da escala territorial estatal, elas também vêm se fortalecendo com o seu apoio por meio da corrupção e penetração na política representativa.

Portanto, assim como os outros aspectos da realidade, é impossível pensar o Estado e o crime organizado, em suas concepções e evoluções, sem a Geografia. Salienta-se aqui que, embora sejam distintas as naturezas de poder, elas interagem divergindo, geralmente pela violência urbana, mas certas vezes também convergindo por meio de alianças ilegais.

Desenvolvimento

Marino (2001), dentro de suas investigações sobre quais fatores da geografia contribuíram para o desenvolvimento do crime organizado, afirma que existem alguns fatores espaciais que praticamente “determinam a produção/reprodução do tráfico de drogas e as suas formas organizacionais, com os seus agentes e as suas respectivas mobilidades”.

O autor se aprofunda na questão do tráfico de drogas de varejo nas favelas do Rio de Janeiro, citando a organização espacial da favela como ambiente de refúgio para os criminosos, a exemplo de assaltantes de bancos e traficantes. O externo à comunidade acaba sendo arriscado para eles, pois é nela que a deficiência das vias de circulação e a quase inexistência de ruas acabam se tornando fatores de garantia de segurança. Becos e vielas representam o que o autor denomina de “elemento espacial complicador” para o trânsito, principalmente dos veículos das forças do Estado.

As ações policiais têm geralmente suas ações dificultadas nesses territórios por precisarem ser feitas na maioria das vezes a pé, sendo muito conveniente a eles, embora perigoso, se infiltrar no território para melhor conhecer as características socioespaciais do espaço e orientar assim uma ação mais eficiente. A geografia foi imprescindível para o desenvolvimento desse fenômeno e ainda se faz muito útil, como é possível perceber na passagem da reportagem de Araújo (2014):

[...] o Exército — que vai assumir o conjunto de 16 comunidades de Ramos e Bonsucesso no próximo domingo — vai encontrar mais vantagens do que desvantagens, apesar de a nova região ser maior e mais populosa. A topografia da área a ser pacificada é plana, e as ruas são mais largas, fatores que acabam facilitando a distribuição do efetivo e as manobras dos veículos militares.

Pensando ainda na espacialidade que sustenta o crime organizado, de acordo com Mendonça (2021), existe uma tridimensionalidade que

apoia o fenômeno. Uma dimensão horizontal (a superfície do território), outra em profundidade (os esconderijos e passagens subterrâneas que existem comumente em favelas) e outra vertical, pois há uso frequente do espaço aéreo por parte dos criminosos para articular suas ações.

A valia desses espaços periféricos no Rio de Janeiro é muito grande para o crime organizado. Seu ordenamento territorial favorece a criação de esconderijos com a presença de vielas e becos sem saída, que se somam ao fator demográfico (ao longo dos anos, as favelas se tornaram territórios extremamente populosos e povoados). Há de se considerar também a “estrutura viária labiríntica” que representa uma vantagem para o conhecedor do território e desvantagem para o estranho a ele, e a sua característica física dotada de “pontos dominantes” (Souza, 1996c, p. 33), áreas elevadas que possibilitam uma melhor visualização do espaço e o controle na entrada e saída.

Quando se menciona, portanto, por parte de algum governo, a proposta de urbanizar determinada favela, tal política pública depara com um obstáculo de cunho político por se tratar de um espaço cuja territorialização é alheia ao Estado, e outro, consequência desse, de âmbito logístico-econômico, pois para as atividades vitais do crime organizado ocorrerem dentro das favelas, como o tráfico de drogas, é necessária essa disposição espacial, pois ela é um dos sustentáculos do sistema.

De acordo com as fontes buscadas nesta pesquisa, a penetração e o crescimento dessas forças paralelas nesses espaços não seriam tão facilitados sem a exclusão social, miserabilidade, falta de dignidade, desemprego e desamparo de considerável número da população carioca. Questões sociais que também se inserem ao campo da Geografia serviram de combustível para o surgimento dos mais complexos poderes nesses territórios.

Para Marcelo de Souza (1996c), o grande poder de penetração dos grupos do tráfico de drogas vem de um conjunto de características da geografia urbana carioca. A tendência de “enclaves” nas favelas cariocas, principalmente daquelas localizadas no núcleo metropolitano,

possibilitou o êxito do negócio muito devido à proximidade de consumidores de maior poder aquisitivo. A elevada população da cidade, somada com a profunda pobreza em que vivia grande parcela dela, além da citada estrutura espacial que marca as favelas da cidade, foram aspectos geográficos que viabilizaram a territorialização e territorialidade do crime.

Pode-se inferir também que o crime organizado usufruiu do ônus e do bônus da espacialidade criada para sustentar a capital da República até meados do século passado. Aproveita-se da infraestrutura que sustenta a logística e de um vasto mercado consumidor para suas mercadorias na cidade, mas também se beneficia dos espaços da exclusão deixados pelo Estado e pelo segmento social de excluídos, que desempregados facilmente convergem para a criminalidade.

É cabível também a culpabilização do Estado brasileiro. Se um jovem de menos de 20 anos, para melhor satisfazer suas necessidades vitais, opta pelo emprego no crime como “fogueteiro” ou “soldado”², por exemplo, é sinal de que o Estado não foi eficiente em garantir outras vias.

Do ponto de vista da gênese das facções criminosas cariocas, é fundamental, antes de tudo, apontar como responsável pelo seu surgimento o Estado Brasileiro. Entretanto também é possível dar nome, local de fundação e contexto histórico. A violência que ocorria em um país cada vez mais urbano, a vulnerabilização dos sistemas de segurança nacional e o descaso aos direitos humanos foram os elemen-

2. Olheiros ou fogueteiros: são responsáveis por avisar da entrada da polícia e dos inimigos. Deles depende a segurança do tráfico, evitando que o movimento seja pego de surpresa. Costumam ser meninos que normalmente não usam armas. Em algumas favelas do Rio de Janeiro, os olheiros se encontram equipados com *walkie-talkies* e celulares, o que agiliza a comunicação, permitindo que se evacue a área rapidamente. Possuem uma mobilidade nula, ficando restritos às entradas da favela e pontos que apresentem uma visão mais privilegiada. Soldados: encarregados de fazer a segurança das bocas de fumo, do morro e do dono; trabalham sempre com armas de grosso calibre, geralmente fuzis e escopetas. A mobilidade desses elementos varia de acordo com a função exercida (Marino, 2001).

tos que culminaram no surgimento do que contemporaneamente se conceitua como Crime Organizado.

A Falange Vermelha, atual Comando Vermelho, nasce nas instalações do Instituto Penal Cândido Mendes, o presídio de Ilha Grande, nos anos da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Construído no início da República, a instituição servia como uma triagem das embarcações estrangeiras na identificação de possíveis passageiros com febre tifoide e outras doenças infecciosas antes de prosseguir para a capital. Passou em 1920 para a condição de presídio de detentos idosos e em fase final de pena, até que, posteriormente, na década de 1960, se tornou um presídio de segurança máxima.

Em suma, a partir de 1960, o Estado Brasileiro na ausência de uma deliberação mais inteligente e responsável para seus detentos de maior periculosidade e histórico no crime, resolve isolá-los geograficamente numa masmorra.

Após anos de atuação do Estado e de agentes da iniciativa privada na estruturação urbana do Rio de Janeiro, verificou-se que houve uma interferência contrária ao bem-estar social e à dignidade da maioria da população da cidade. *Formando-se assim os espaços de exclusão ou segregação.*

Mendonça (2021) chama-os de “espaços de batalha urbicida”. Marcados por um contexto de incessante disputa, onde o Estado e os grupos criminosos batalham para efetivar sua territorialização.

Mais especificamente falando, vem atuando recentemente pelo Estado as polícias e as Forças Armadas (instituições que detêm o monopólio da força legitimamente conforme a lei), facções de tráfico de drogas ilícitas em varejo, que enxergaram nesses espaços de exclusão o ambiente perfeito para fazer prosperar a sua indústria extremamente rentosa em um contexto proibicionista, e as milícias³, que são geral-

3. No contexto do Rio de Janeiro, milícia é um termo utilizado para designar, sobretudo a partir da década de 2000, a atuação de organizações criminosas armadas operantes em comunidades urbanas de baixa renda, como favelas, bairros populares e conjuntos habitacionais. Tais grupos são formados preferencialmente por policiais,

mente antigos membros das forças policiais e que por meio de extorsões à população local, ofereceriam segurança à comunidade, com os fins justificando os meios.

Segundo Abreu (1987), as áreas metropolitanas brasileiras são reflexos espaciais coerentes das ações de Estado propostas ao país e ao seu povo, pois espelha a “coerência e contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevalecente no país” (p.16). A sede da capital do país de 1763 a 1960 e a cidade mais populosa do país até 1950, o caso metropolitano carioca talvez seja o exacerbamento desse pressuposto.

O desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ocorreu seguindo a tendência de concentração da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis em seu núcleo, e cercando – *periferizando* – *favelizando* as demais classes urbanas, que à medida que se afastaram desse núcleo cada vez mais careciam de serviços e infraestrutura urbana.

Foi neste contexto de empobrecimento que a cidade do Rio de Janeiro se deparou, nas décadas de 1970 e 1980, com o início da venda de drogas de varejo, embora as condições para o seu nascimento tenham começado a florescer muitas décadas antes.

De acordo com Campos (2007, p. 83-84), “[...] as favelas, por sua configuração espacial bem diferenciada da cidade formal, foram o nascedouro dessa atividade ilegal”. Nascia, portanto, sobretudo nos anos 1980, um ramo do comércio que, embora ilegal, se demonstraria extremamente rentável e consistente: a venda de drogas. Embora Carlos Amorim (2004, p. 23) tenha feito essa reflexão há mais de 20 anos, essa tem se tornado uma percepção cada vez mais atual:

[...] a droga, nesses dias, é um tipo de comércio que supera o da construção civil, estaleiros e grandes setores da indústria. É uma das atividades econômicas mais rentáveis da

bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares das Forças Armadas, fora do serviço ou na ativa, que contam (muitas vezes) com respaldo de políticos e de lideranças comunitárias” (p. 26).

Terra. Na prática, o governo continua a ver o problema como uma simples questão policial, quando é um desafio de sobrevivência e soberania.

Pensemos a dimensão geoeconômica do narcotráfico no Rio de Janeiro. Para Marcelo Lopes de Souza (1995a), a dinâmica do narcotráfico é oriunda da natureza capitalista de segregar e gerar pobreza, especialmente no capitalismo periférico; são os fatores da “ordem” capitalista contribuindo para o surgimento do crime organizado. O progresso tecnológico, causador do desemprego, é um dos propulsores, por exemplo, do agravamento do problema “criminalidade”. Há de se considerar também, no caso brasileiro, o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico nos anos 1970, que gerou o grande endividamento externo no começo dos 1980, proporcionando a entrada da política econômica neoliberal, que se fortalecia perante um Estado vulnerável diante de seus déficits fiscais. Diante disso: “[...] a demolição do Estado e o solapamento de garantias e fatores de qualidade de vida (saúde e educação públicas etc.) têm necessariamente, de acarretar consequências sociais perversas ainda muito mais graves” (Souza, 1995a, p. 164).

As favelas se apresentaram como detentoras de estruturas espaciais mais adequadas para seu desenvolvimento inicial⁴, que se pese o fato que os polos embrionários de comercialização da cocaína se deram nos bairros da Lapa e Glória, que tinham na população de Copacabana, Botafogo, Leblon e Santa Teresa seus maiores consumidores, devido ao elevado preço da droga que era, portanto, consumida por um público mais elitizado. Contudo, ao longo da trágica década de 1980 no que se refere à economia formal e a queda no nível da qualidade de vida de muitos brasileiros, ocorreu uma reestruturação logística-espacial em torno da comercialização das drogas, primeiramente organizando

4. “A favela, sendo um dos pontos de maior importância no esquema de venda de drogas, se justifica amplamente à medida que, apesar de se constituir em um ilícito penal, representa uma maior circulação de renda no interior dessa estrutura espacial” (Campos, 2007, p. 85).

grupos que passaram a se estabelecer nas favelas em prol da atividade e, posteriormente, concretizando territorializações dos espaços das favelas para o pleno desenvolvimento da função.

Marino (2001), na tentativa de desvendar que fatores espaciais podem ter potencializado o crime organizado, afirma que:

Quando adentramos as comunidades carentes, um dos elementos que mais saltam aos nossos olhos é formado pela “falta”, falta de cidadania, falta de educação, falta de lazer, falta de dinheiro, falta de empregos, falta de comida, ou seja, falta de tudo. E é justamente nesse cenário, baseado na ausência de inúmeras coisas, que o tráfico de drogas vai encontrar uma base de apoio logístico importantíssima para se desenvolver, tornando-se um elemento de extrema importância na complexa configuração espacial e social das favelas cariocas, pois através da ocupação dessas áreas como pontos de venda de tóxicos, estes se configuram muitas vezes como a única alternativa capaz de gerar os meios de sobrevivência necessários a uma parte de nossa população, que encontra-se excluída do acesso ao mercado de trabalho, e em muito já busca os meios necessários a sua sobrevivência no mercado informal.

De acordo com Marcelo de Souza (1996c), o marco histórico da década de 1980 consolidaria umas das mais potentes e já históricas parcelas do crime organizado carioca, a do tráfico de drogas. Embora a venda de narcóticos, sobretudo da maconha, já ocorresse anteriormente, a data é levada em relevância pois, segundo pesquisas do autor no morro da Mangueira, a associação de cocaína e fuzil AR-15 (droga pesada, mais lucrativa e armamento sofisticado) em substituição da anterior – maconha e revólver calibre 38 (droga e armamento leves) – elevaria o patamar econômico e de poder desse novo grupo que se consolidaria nas periferias urbanas cariocas.

De acordo com Marino (2001), o município do Rio de Janeiro tem certos elementos físicos em seu sítio natural que, somados às singularidades sociais do espaço, contribuíram para a consolidação do

tráfico de drogas em varejo na cidade, parcela ainda muito poderosa do crime organizado local. Destacam-se como elementos de seu sítio natural a baía de Guanabara e o relevo da cidade.

Fator físico de importância logística e estratégica para a entrada de drogas e armas em uma área cercada por favelas territorializadas pelo tráfico de drogas, o controle das águas da baía de Guanabara por parte dos criminosos historicamente contribuiu para a pujança de seus negócios (Mapa 1). Os 380 km da baía se transformaram em um importante eixo de entrada de armas e drogas no município do Rio de Janeiro, conforme mencionado. Os criminosos tendem a apanhar e enviar suas mercadorias em navios de grande porte (no caso das armas, geralmente oriundas dos Estados Unidos, Rússia e China) e posteriormente as descarregam em barcos menores. A via marítima acaba sendo o elo de acesso de mercadorias ilícitas com a cidade, e as favelas, a porta de entrada na recepção de drogas e armas pesadas⁵.

Após a descrição de Bernardes (1990, p. 22) sobre a baía de Guanabara, é compreensível como ela se tornou um riquíssimo suporte para o fomento da estrutura criminal.

5. Principalmente o modelo russo AK-47 e o americano AR-15. A AK-47 foi criada em 1947 pelo militar soviético Mikhail Kalashnikov e se transformaria na arma mais popular do mundo. Estima-se que esse fuzil, cuja capacidade de disparo é de 600 tiros por minuto, tenha cerca de 65 milhões de unidades em circulação no planeta. A reposta estadunidense a essa criação soviética, no contexto da Guerra Fria, foi a AR-15, fuzil semiautomático de alta precisão, com capacidade de disparo de até 800 tiros por minuto. Essas armas, que mudariam o patamar da violência territorial no Rio de Janeiro, geralmente adentram o território brasileiro via tráfico com um preço de mercado entre R\$ 50 mil e R\$ 70 mil, porém, originalmente são vendidas, de forma legal, por cerca de US\$ 1 mil nos Estados Unidos. Não só no bilionário mercado de armas estadunidense, mas também em outros países, a oferta de material de guerra é abundante para a manutenção de conflitos e disputas territoriais mundo afora. No Rio de Janeiro não é diferente. Além disso, armamentos desse perfil são costumeiramente, nas territorialidades aqui estudadas, instrumentos que auxiliam na intimidação e na demonstração de poder, o que, de certa forma, causou a glamourização (sobretudo entre a população masculina e jovem) do fuzil (Brito; Martins, 2018).

Mapa 1: Baía de Guanabara na rota do tráfico de drogas e armas.

Baía de Guanabara é rota de entrada de armas e drogas

Pequenos barcos abastecem criminosos em comunidades perto da água em municípios do Grande Rio



Infográfico atualizado em: 05/01/2018

Fonte: Brito e Martins (2018)

Constitui a Guanabara uma das mais notáveis reentrâncias de nosso litoral, ampla e ao mesmo tempo abrigada, pois se estende de norte a sul por cerca de 25 km. Ao contrário da baía de Ilha Grande, por demais aberta e a de Santos, na realidade apenas uma embocadura afogada e, portanto, pouco desenvolvida lateralmente, a Guanabara possui uma barra estreita, pois apenas 1.600m medeiam entre os dois montes rochosos que a balizam, enquanto, para o interior, forma um recesso amplo [...].

Apesar do importante suporte logístico proporcionado por ela, é necessário destacar que esse processo se tornou possível pela falta de proteção das forças do Estado ou seu fracasso na função. A contribuição geomorfológica também representou importância ímpar para o desenvolvimento do crime organizado na cidade.

Houve uma leitura adequada da evolução urbana e dispersão populacional no sítio geomorfológico por parte do crime organizado, particularmente na intenção de fortificar suas autoridades em grandes morros isolados, não tão distantes de seus mercados consumidores. A topografia acidentada do sítio de onde se formou a cidade contribuiu para a construção de certa autonomia de poderes locais, fruto desse isolamento topográfico, conforme explana-se adiante (Manso, 2020); cada morro passou a exercer seu proceder internamente.

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro acumulava as funções de capital político-administrativa do país e de protagonista econômico devido ao cultivo e exportação do café, que ocorria também em espaço fluminense. Entretanto, é de extrema importância ressaltar a função também industrial que a cidade assumiu anos mais tarde, com o capitalismo mais amadurecido no território, fator que conseqüentemente causou aumento populacional e de densidade. Os cariocas, nesse contexto, aglomeravam-se nas planícies e à beira-mar, mas também já se faziam presentes consubstancialmente nas colinas, morros e baixadas, desassistidas pelo poder do Estado.

Ao advento da era cafeeira no Brasil Sudeste, deve-se, não há dúvida, a consolidação da posição do Rio de Janeiro como capital e sua grande expansão no século XIX. Com efeito, o Rio de Janeiro, que já era a capital político-administrativa do país, se constituiu em capital econômica de sua mais rica região agrícola à qual servia também de porto. Era o porto através do qual se exportava grande parte da produção cafeeira e se importavam escravos e artigos manufaturados; era, ao mesmo tempo, a corte, onde vinham residir os barões do café, que aqui realizavam seus negócios e organizavam novas empresas, visando a melhoramentos nas velhas estradas e à abertura de modernas vias de circulação, as ferrovias. (Bernardes, 1990, p. 32).

Retratando a topografia acentuada das favelas territorializadas pelo narcotráfico em especial, volta-se a mencionar como esse fator historicamente favoreceu a vigia do espaço de cima para baixo, como são os casos da favela de Santa Marta e Rocinha, por exemplo.

Já a milícia, em vez de se utilizar da perspectiva vertical, faz predominantemente uso da horizontal. São menos ativos no tráfego aéreo (helicópteros), atuando na Zona Oeste e Baixada Fluminense (áreas de topografia não muito acentuada); contudo, os milicianos tiveram a perspicácia de se apropriar dos recursos do solo e do subsolo (lençol freático para o uso da água, barro e areia para construção civil), valendo-se dos recursos ao seu modo de acordo com as suas geografias.

Considerações Finais

A formação dos territórios do crime ocorreu como uma forma de reação àquilo que o Estado havia feito e não feito com determinada parcela da população carioca, que de alguma forma precisava se organizar social e politicamente no espaço. Dentro desse contexto, foi possível o surgimento de novos tipos de territorialidade no espaço. De grupos plurais como os dos narcotraficantes e milicianos, por exemplo, que se apropriaram de uma Geografia específica, segregada, formando então novas territorialidades.

Portanto, assim como os outros aspectos da realidade, é impossível pensar o crime organizado, em suas concepções e evoluções, sem a Geografia.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP/Zahar, 1987. AMORIM, C. **CV-PCC: a irmandade do crime. Rio de Janeiro: Record, 2004.**
- ARAÚJO, V. Topografia da Maré facilita ocupação por homens do exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/yfhv4aev>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BERNARDES, L. M. C.. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. In: BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. S. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990 [1961], p. 81-104.
- BRITO, C.; MARTINS, M. A.. Com pouca fiscalização, Baía de Guanabara é porta de entrada para fuzis no RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/2pwtkhma>. Acesso em: 8 out. 2024.
- CAMPOS, A. O. **Do quilombo à Favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAVALCANTI JUNIOR, J. D.; SOARES, L. D. L. Crime organizado: uma nova luta pelo domínio da territorialidade. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 194-209, 2016.
- JUNIOR, J. D. C.; SOARES, L. D. L. Crime organizado: uma nova luta pelo domínio da territorialidade. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 194-209, 2016.
- MANSO, Bruno Paes. **A República das milícias: dos Esquadrões da Morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

- MARINO, L. F. O tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 8., 2001, Santiago de Chile. **Actas** [...]. Santiago de Chile: Universidade de Arquitectura y Urbanismo, 2001.
- MENDONÇA, M. J. **O espaço de batalha urbicida na cidade do Rio de Janeiro**. Revista GEOgrafias, v. 17, n. 1, jan./jun. 2021.
- SOUZA, M. L. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996a. p. 419-468.
- SOUZA, M. L. O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 161-171, 1995a.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (ed.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b. p. 77-140.
- SOUZA, M. L. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 2-3, p. 25-39, 1996c.
- SOUZA, M. L. Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 45-60, 1996b.
- SOUZA, M. L. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SOUZA, M. L. Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro. In: Encontro anual da ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOC, 1998. p. 1-16.

Imbricações entre o trabalho dos entregadores de aplicativo e a violência do processo de urbanização da metrópole de São Paulo: A reposição dos termos e novos conteúdos

Olívia Leme Ibri

Introdução

O presente capítulo tem como base o desenvolvimento de uma reflexão cujo tema central se trata do trabalho dos entregadores de aplicativo que utilizam bicicleta em São Paulo.

Buscamos identificar elementos que nos permitam desenvolver a ideia de que estamos diante de um novo patamar da precarização do trabalho e da vida, que não se encerra em uma nova morfologia do trabalho (Antunes, 2020) ou em um trabalhador *just-in-time* (Ferrari, 2012), disponível para o trabalho sob demanda e desprovido de direitos ou garantias, mas nos ilumina o fato de que os elementos básicos para a reprodução e a sobrevivência desses trabalhadores não estão garantidos e a relação da flexibilização do processo de acumulação está intrinsecamente relacionada com a violência do processo de urbanização (Sampaio, 2011) e a produção do espaço urbano como mercadoria (Carlos, 2011), que leva, através da propriedade privada como fundamento, a uma segregação socioespacial acirrada, que se mostra na desigualdade de acesso a elementos básicos que garantem a vida no urbano.

A partir desta perspectiva, buscamos refletir sobre a seguinte questão central: de que forma o trabalho realizado via plataformas digitais – no caso, estamos falando do trabalho de *delivery* que os entregadores realizam – repõe e intensifica a violência do processo de

urbanização da metrópole de São Paulo, produzindo novos conteúdos e elementos?

O trabalho dos entregadores por aplicativos: a reposição da violência através do acirramento das condições de reprodução da vida no urbano

Algumas pesquisas realizadas para compreender o trabalho dos entregadores por plataformas digitais nos mostram, de forma geral, qual é o perfil desses sujeitos. A pesquisa da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (2019) aponta que um entregador passa em média 9,5 horas diárias sobre a bicicleta para obter o rendimento médio de R\$ 992,00 mensais. A distância média de deslocamento entre o local de residência e a região de maior demanda pelo trabalho é de 20 km, que somados ao deslocamento para o próprio trabalho, efetivamente, no momento das entregas, pode chegar a 100 km percorridos diariamente. Ainda de acordo com a pesquisa, os entregadores são, em sua maioria, homens, pretos e pardos, entre 18 e 40 anos, que vivem na periferia da cidade¹.

Durante a pandemia da Covid-19, quando Governo Federal anunciou a transmissão comunitária do vírus no Brasil, em março de 2020, o *download* de aplicativos de *delivery* cresceu 126% em relação ao mesmo período do ano anterior, como mostra a pesquisa Condições de Trabalho de Entregadores via Plataforma Digital durante a COVID-19 (Abílio, 2020), ao passo que 60% dos entregadores relatam queda na remuneração. Nesse contexto, o consumo de refeições através de aplicativos de entregas virou hábito para mais de 60% da população brasileira (Abrasel, 2022), sendo a maioria dos pedidos realizados através de *smartphone*. Essas pesquisas indicam que o isolamento social – principal medida de prevenção da transmissão do vírus – reforçou

1. É importante ressaltar que essa pesquisa foi realizada antes da pandemia, o que indica que as condições de trabalho dos entregadores, ao passo em que este trabalho se torna crucial neste momento, se modifica.

uma prática que já existia, revelando uma mudança dos hábitos de consumo e profundas transformações no mundo do trabalho.

As pesquisas sobre os deslocamentos dos entregadores em São Paulo, que embasam esta reflexão, nos mostram que há uma dinâmica de deslocamentos para e pelo trabalho que reforça a relação centro-periferia (Fioravanti, 2023), elemento que se comprova ao analisarmos o local de moradia dos entregadores em contraposição aos locais de maior demanda pelas entregas. A maior parte desses trabalhadores vivem em bairros periféricos e outros municípios da Região Metropolitana, ao passo que os bairros mais citados por maior demanda por entregas são Pinheiros, Moema, Itaim Bibi, Jardim Paulista, entre outros bairros que compõem o centro expandido da metrópole. No entanto, essa pesquisa se propõe a compreender não só a reposição da relação centro-periferia como um produto do trabalho dos entregadores, mas também a reposição dos termos da violência do processo de urbanização da metrópole (Sampaio, 2011).

Para desenvolver essa hipótese, partiremos de dois processos centrais: 1. o acirramento do processo de precarização do trabalho, produto do que chamaremos de produção flexível do capitalismo; e 2. a relação entre esse trabalho e as dinâmicas de produção do espaço urbano da metrópole. Esses dois processos, embora abordados separadamente no presente artigo, a título de organização do argumento, fazem parte de um mesmo nexo: o processo de acumulação capitalista que, ao mesmo tempo que reproduz suas condições de produção, produz um espaço próprio que, imbricados, fazem parte de uma cadeia de produção de valor e extração de mais-valor que garante sua sobrevivência e reprodução ampliada, ao mesmo tempo em que cria novas contradições. Estamos tratando de um processo produtivo e reprodutivo cujas formas de produção, circulação, distribuição e realização do valor são obscurecidas por relações e dinâmicas do capital que se entrecruzam todo o tempo, sendo necessário debruçar-se minuciosamente para desvendar os caminhos que o capital trilha na cadeia que envolve o trabalho de *delivery*, desde a produção das

refeições que são entregues, até às dinâmicas de realização do trabalho em termos formais – por exemplo, as mudanças nas leis trabalhistas e a legitimação da forma de operar das plataformas digitais e de todas as empresas que se relacionam viabilizando o trabalho desde o aluguel de bicicletas até as empresas terceirizadas de “operadores logísticos”² – e na dimensão da esfera do vivido no próprio espaço urbano – as dinâmicas que ocorrem na prática do trabalho, as formas que os entregadores encontram de sobreviver nesse espaço e realizar o trabalho. Entendemos aqui que o capital, nesse processo, se transfigura de diversas formas ao passo em que a flexibilização exige uma mobilidade de suas categorias, assumindo formas diversas, entrecruzando agentes de transformação da esfera da produção de valores, da circulação e da produção e mobilização do próprio espaço.

A compreensão do primeiro processo – o acirramento da precarização do trabalho e da vida – passa pela dimensão estrutural do processo ampliado da reprodução capitalista. O capital luta para contornar a queda tendencial da taxa de lucro causada pelo aumento da composição orgânica do capital (Marx, 2017), produzindo, assim, novas morfologias do trabalho (Antunes, 2020), cujo conteúdo é a precarização, que tem, no âmbito do trabalho, expressão aguda na plataformização. A tentativa do capital de reaver suas taxas de lucro descendentes leva ao que chamaremos de produção flexível, caracterizada por uma dinâmica de flexibilização dos processos e mercados de trabalho, assim como produtos e padrões de consumo. Nesse processo, surgem novos setores de produção e formas de fornecimento de serviços financeiros e mercados, o que leva a uma intensificação das dinâmicas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Ferrari, 2012). Esse novo padrão de acumulação flexível que busca superar os

2. As empresas de operadores logísticos (OLs) funcionam como empresas terceirizadas da IFood, que podem fazer a gestão do trabalho dos entregadores e oferecer – ou não – alguma infraestrutura para a realização do trabalho. Os entregadores vinculados a essas empresas (sem vínculo empregatício) ficam restritos a uma área da cidade, chamada de “praça” e são habilitados ou desabilitados a realizar as entregas nessa região pela OL, que também realiza os pagamentos periodicamente.

contornos rígidos operacionais do trabalho típico do período fordista³, que tem como uma de suas características investimentos fixados no espaço. O processo de flexibilização dessa estrutura é caracterizado, dentre vários elementos, pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação, a instantaneidade de envio de informações, a dissolução da rigidez relacionada aos processos produtivos e portanto às hierarquias de poder, a eliminação de espaços “desnecessários”, como estoques e armazéns, configurando uma nova forma de operação das empresas, que passaram a adotar o regime *just-in-time* (Ferrari, 2012), ou “sob demanda”. No Brasil, o fordismo não se consolidou como nos países centrais, que puderam usufruir, por um período, de um Estado de Bem-Estar Social, que existiu nos países periféricos apenas como promessa, porém, os efeitos da reestruturação produtiva no país, que ocorreu na década de 1990, produziram novas dinâmicas de produção e reprodução da classe trabalhadora, iniciando com políticas de terceirizações de empresas estatais e mercadorização de serviços e acirrando-se na flexibilização de jornadas e salários, bem como de direitos e garantias. A Reforma Trabalhista Lei n 13.467/17⁴, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas rela-

3. O termo fordismo” é comumente associado a Henry Ford, que em 1914, introduziu o pagamento de cinco dólares por jornada de oito horas trabalhadas na linha automática de montagem de carros de suas fábricas. Ford introduziu procedimentos, técnicas, normas e padrões de trabalho, que possibilitaram um controle mais preciso de tempos e movimentos de cada atividade, na intenção de organizar a produção ao ponto de ser possível produzir cada vez mais mercadorias a um custo de produção cada vez mais baixo, o início da chamada produção em massa (Ferrari, 2012).

4. Essa lei regulamenta o trabalho intermitente e o trabalho remoto, o que faz com que o trabalhador tenha que arcar com mais custos do trabalho, modifica as condições de férias remuneradas e incentiva a negociação direta entre empregado e patrão, o que facilita a isenção da empresa de proporcionar mecanismos legais de negociação que assegurem os direitos do trabalhador. Em caso de demissão, o trabalhador tem que escolher entre receber a multa do FGTS e aviso prévio ou abrir mão do seguro-desemprego. A reforma também dificulta processos trabalhistas, uma vez que o trabalhador que processar uma empresa e perder deve arcar com os custos do processo, e ainda pode ter de pagar multa e indenização se o juiz entender que houve “má fé” do empregado.

ções de trabalho, é um marco na formalização da desregulamentação trabalhista.

Nesse contexto, o trabalho mediado por plataformas digitais se insere, tendo como uma de suas dimensões o gerenciamento algorítmico⁵, que representa um salto de qualidade na capacidade de organizar e controlar o trabalho (Antunes, 2020). A plataformização do trabalho permite que a empresa, através de dados que são alimentados constantemente, controle, em tempo real, os passos do trabalho que está sendo realizado pelo trabalhador, sendo possível controlar o tempo das atividades e a localização do trabalhador. Os trabalhadores não têm acesso aos critérios de avaliação que a empresa faz de seu trabalho, sendo obrigados a arcar com desligamentos, bloqueios, diminuição da remuneração, sem saber exatamente o porquê e, muitas vezes, injustamente. Eles também têm muita dificuldade no diálogo com a plataforma, que não é realizado com uma pessoa, mas com um robô, o que muitas vezes impede a revisão de ações arbitrárias da plataforma, causando prejuízos significativos aos entregadores, especialmente considerando o grau de precarização da vida em que estão inseridos. Os consumidores também são importantes nessa dinâmica, uma vez que avaliam o trabalho realizado por meio do aplicativo, o que provém uma confiança ao utilizar o serviço oferecido. Dessa forma, o algoritmo é alimentado por dados, o que permite sua automatização e seu funcionamento cada vez mais eficiente à empresa.

Esses elementos apontam que um dos mecanismos utilizados para reaver as taxas decrescentes de lucro na reprodução ampliada do capital é a transferência massiva de custos e responsabilidades para o trabalhador. As empresas conseguem, através do aporte do Estado, isentar-se de investir em capital fixo, em infraestrutura e condições materiais de reprodução dos trabalhadores, ao mesmo tempo que também se isentam do investimento no próprio capital variável, que é a

5. Os algoritmos são compostos por uma sequência de instruções informadas a um computador, que se torna capaz de realizar uma tarefa de acordo com as etapas definidas e projetadas para tal.

força de trabalho em si, produzindo um novo patamar de precarização do trabalho.

Ao passo em que há a transferência de custos para os trabalhadores, os custos das empresas também são transferidos para o próprio espaço urbano, o que nos dá elementos para compreender como o processo de contorno da queda tendencial da taxa de lucro pelo capital produz não só um trabalho precarizado, mas também acirra as condições de reprodução da vida no urbano, precarizando também a própria vida cotidiana dos trabalhadores. Aqui se insere o segundo elemento central para a reflexão. Entendemos que o trabalho dos entregadores de aplicativo se realiza no e pelo espaço, contendo relações contraditórias e conflituosas. Entendemos que essa operação acirra as condições de exploração do trabalho e de precarização da vida dos entregadores, na medida em que reforça e intensifica a violência do processo de urbanização (Sampaio, 2011). Partimos da perspectiva de que o trabalho produtor de valores de troca demanda uma gama de relações que fazem parte da reprodução da classe trabalhadora. Além de prover a infraestrutura física que viabilize o trabalho, como o próprio transporte público e espaços públicos da cidade nos quais os entregadores podem permanecer durante o dia – ainda que de forma extremamente precária – o Estado, através do urbano, ainda arca com o custo do sistema de saúde que atende esses trabalhadores, vítimas de acidentes de trânsito, que vem crescendo exponencialmente devido aos mecanismos algorítmicos que os pressionam a diminuir cada vez mais o tempo de circulação das mercadorias, como já apontamos. Além disso, existem diversas dinâmicas de transformação do espaço promovidas pelas empresas e legitimadas pelo Estado, como a explosão das *dark kitchens*⁶, relacionada com o movimento de valorização de determinados vetores da cidade, como é o caso do vetor sudoeste (Oliveira e

6. As *dark kitchens* consistem em cozinhas comerciais que produzem refeições exclusivamente para aplicativos de *delivery*, não havendo espaço para consumo no local, nem mesmo pedidos direto com o estabelecimento. Esses estabelecimentos normalmente se encontram “escondidos” ou disfarçados, sendo muitas vezes uma pequena porta em algum rua ou avenida, que passa despercebida aos olhos de quem

Rizek, 2024), que pretendemos investigar durante a pesquisa. O espaço, portanto, além de ser parte das relações pelas quais a dinâmica do setor de *delivery* se realiza, agindo diretamente sobre esta mas também sendo transfigurado pelo próprio capital para que a circulação das mercadorias se realize de forma cada vez mais rápida e inferindo diretamente nas condições de reprodução dos trabalhadores, também tem suas próprias dinâmicas de valorização que o coloca como categoria central de mobilização para o capital –por exemplo, os processos de transformação da cidade em um negócio em si mesma (Santos, 2006) – e que, muitas vezes, se manifesta em processos contraditórios e conflituosos com outros setores do mesmo processo de produção capitalista, alimentando a problemática urbana.

Ao iluminarmos o cotidiano do trabalho dos entregadores, nos deparamos com dinâmicas e fluxos de deslocamento que fazem parte dessa problemática urbana. Existe uma dinâmica de deslocamento para e pelo trabalho que repõe e reforça a relação centro-periferia em São Paulo (Fioravanti, 2023), evidenciando que existe uma segregação socioespacial entre o trabalhador do *delivery* e o consumidor. No entanto, nos propomos a discutir de que forma esse trabalho repõe não só os termos da relação centro-periferia na metrópole, mas a violência do processo de urbanização.

Conforme afirma Sampaio (2011), a urbanização em países periféricos, e aqui, tomando como contexto central para a pesquisa, a metrópole de São Paulo, é essencialmente violenta, na medida em que tem como conteúdo a segregação socioespacial. Partimos do entendimento de que o espaço produzido como mercadoria entra na lógica do mundo da mercadoria (Carlos, 2011), na qual existe o predomínio do valor de troca e, portanto, para acessá-lo, é necessário comprá-lo, mediação que se realiza através da propriedade privada. As relações sociais de produção produzem não só o espaço, mas também definem o seu acesso, ou seja, o seu consumo mercadológico, impondo bar-

passa por lá. São consideradas um novo modelo de negócios, trazendo consigo novas questões a respeito de regulamentações e fiscalizações.

reiras, negações e desigualdades profundas que se materializam no cotidiano. A sociabilidade, os encontros, a satisfação de necessidades e desejos são marcados pelo consumo que, constituído por relações de produção desiguais, só é acessado pela mediação do valor de troca. Nesse sentido, o espaço é produzido de forma desigual. Portanto, entendemos que o processo de urbanização da metrópole, essencialmente violento, produziu uma desigualdade socioespacial que se traduz em uma segregação.

O processo de formação das periferias em São Paulo, de onde a maior parte dos entregadores tem origem, é um exemplo de como as transformações no mundo do trabalho e na forma de realização das mercadorias estão vinculadas às transformações no espaço urbano. O processo de implosão-explosão da centralidade (LEFEBVRE, 1968) no período industrial nas décadas de 60 e 70, marca o trabalho fabril sustentado por um enorme contingente de trabalhadores em São Paulo, muitos deles migrantes. Esse processo aponta para uma morfologia de trabalho característica do chamado período fordista, marcado por uma organização rígida do trabalho fabril, bem como o controle dos trabalhadores através de mecanismos de poder hierárquicos e bem delimitados e um grande investimento em capital fixo (HARVEY, 2013), que era, em parte, investido na reprodução da força de trabalho, assegurando direitos trabalhistas e, juntamente com o poder do Estado, garantia algumas condições básicas para essa reprodução, como o incentivo à autoconstrução de moradias nas periferias da cidade e políticas habitacionais que facilitavam o acesso à moradia (BONDUKI, 1994), assim como serviços de saúde, linhas de ônibus e asfalto (KOWARICK, 2000). Com o trabalho industrial, parte dessa população periférica constitui sua vida de forma precária, pautada pela violência da segregação socioespacial, mas ainda com sua sobrevivência minimamente garantida, em parte amparada pelo trabalho fabril regulamentado e a possibilidade de ter onde morar e se reproduzir.

A partir da década de 80, o espaço produzido como mercadoria, ligado às crises estruturais do capitalismo (SANTOS, op. cit.), ganha

maior destaque nesse momento com operações de vetores de valorização que cada vez mais expulsam a população pobre trabalhadora para periferias mais distantes. As indústrias, ao reduzir boa parte de seus custos fixos, reduziu esforços para garantir que os trabalhadores vivessem próximos ao local de trabalho, limitando as condições que assegurassem a possibilidade de aluguel nessas regiões, ao passo em que o próprio espaço urbano foi sendo valorizado e, portanto, segregado. Esse momento marca uma nova morfologia do crescimento da cidade, não mais pautada pelo trabalho industrial e a explosão da centralidade, mas por um novo movimento de valorização da centralidade que cria, simultaneamente, novas centralidades e novas periferias. Os capitais produtivos passam a fazer a gestão do espaço urbano, produzindo um espaço que garanta sua reprodução através de uma fluidez de circulação, garantindo cada vez mais produtividade do trabalho.

A partir da década de 90, há um salto qualitativo no papel do espaço urbano na garantia da rentabilidade do capital. Há uma migração de capitais produtivos para o setor financeiro em busca de novas possibilidades de rentabilidade, e o setor imobiliário passa a ser central nesse movimento, criando-se assim bolhas imobiliárias. Para garantir a valorização imobiliária, faz-se necessário garantir a desvalorização estratégica de determinados espaços, atribuindo novos papéis ao espaço urbano na função de circulação e valorização do capital, em conjunto com a ação do Estado⁷. Nesse sentido, a cidade passa de lugar dos negócios para um negócio em si mesma (SANTOS, *idem*). Esse movimento, que envolve a construção e destruição constante de infraestruturas espaciais e que se realiza pela propriedade privada, dando retorno para os investimentos imobiliários, é o que Damiani (2004) descreve como uma nova forma de acumulação primitiva do espaço. A condição centro-periferia, a desigualdade de acesso aos espaços da metrópole e a

7. As chamadas “revitalizações” são exemplos de como opera o movimento de desvalorização-valorização do capital no espaço, consequentemente criando novas dinâmicas de seu uso, marcadas cada vez mais pela segregação socioespacial.

segregação socioespacial urbana se acirram nesse processo, reforçando formas profundamente desiguais de reprodução da vida no urbano.

Na metrópole de São Paulo, já no século XXI, o vetor sudoeste (OLIVEIRA e RIZEK, op. cit.) compõe eixo central desse processo de valorização que articula o setor financeiro e imobiliário, acirrando a segregação socioespacial, uma vez que essa região é central na dinâmica dos fluxos de *delivery* em São Paulo. A forma como a cadeia de produção, circulação, distribuição e consumo de *delivery* articula sua operação no espaço, ou seja, a inserção de elementos infraestruturais que garantem minimamente a realização das entregas, como as bases de aluguel de bicicletas, as estações de trem e metrô e as distribuições das *dark kitchens*, envolvendo infraestruturas públicas e privadas, se adequa a esse movimento de valorizações e desvalorizações em busca de rentabilidade do capital, o que nos traz de volta à compreensão dos fluxos e configuração de territórios de trabalho dos entregadores nesse novo contexto de produção do espaço.

A discussão sobre a violência do processo de urbanização e a segregação socioespacial é essencial para compreendermos, além das condições de trabalho e reprodução dos trabalhadores de *delivery*, suas vivências e perspectivas sobre o trabalho. É imprescindível levar em consideração a experiência do vivido desses trabalhadores, inclusive ao nos propormos a construir um diálogo que leve à possibilidade de construir alternativas ao trabalho precarizado. Ao longo dos trabalhos de campo realizados, um dos elementos mais presentes nas conversas com os entregadores é a suposta “liberdade” no trabalho. Os entregadores, em tese, podem trabalhar quando, onde e como quiserem, podem ir para casa no meio do dia, fazer seu horário, escolher seus dias de folga e se comportarem da forma que lhes for mais confortável. No entanto, sabemos que essa tese não se sustenta. Esses trabalhadores são coagidos a trabalhar durante jornadas infinitas, que chegam a 14 horas por dia, em geral, não tiram folgas durante a semana e são controlados, através de punições ou bonificações, pela gestão algorítmica. Porém, o fato de não haver um chefe, patrão ou gerente – em suma,

uma figura pessoalizada – os obrigando a trabalhar e ter determinados comportamentos, indica que o ambiente informal de trabalho é algo extremamente importante para eles. O assédio apareceu como algo extremamente traumático na maioria de suas falas. A rua é onde podem ser eles mesmos, mesmo que deitados em sarjetas e praças públicas, sem a mínima assistência por parte do Estado ou das empresas. Mesmo estando sujeitos à possibilidade de morrer durante uma entrega, a ideia de se comportar, se comunicar, se vestir e obedecer ordens socialmente convencionadas – ainda que tenham que se submeter a muitas delas – é totalmente repudiada por esses trabalhadores. Na rua, quando estão entre eles, podem falar e se comportar sem parte dessas convenções e formalidades (exceto no momento em que estão lidando diretamente com o cliente), podem ser eles mesmos. O segundo elemento central para compreendermos a perspectiva desses trabalhadores é a renda. Muitos entregadores não possuem escolaridade completa ou ensino superior, muitos possuem antecedentes criminais. Qualquer oportunidade de trabalho para esses sujeitos já seria precária e mal remunerada, já os obrigariam a trabalhar mais de 40 horas semanais, incluindo finais de semana, ganhando um salário-mínimo e sendo assediados por pessoas em cargos superiores, e já os faria se deslocar grandes distâncias das periferias até a centralidade. Portanto, a possibilidade de trabalhar muitas horas para ganhar mais que um salário mínimo (às vezes até três vezes mais, como pudemos constatar em campo), embora custe a maior parte de seu tempo de vida e arrisque sua própria vida, parece mais atraente que um trabalho formal.

Esses elementos são chave para compreendermos como as mudanças no mundo do trabalho mobilizam a vida desses trabalhadores e o quanto a memória de um trabalho regulamentado – principalmente no período industrial, que foi herdado pela geração de seus pais e avós – ainda está ou não presente em suas ideias e práticas. O discurso neoliberal que coloca a ideia do empreendedor ou colaborador atinge os entregadores, mas a prática do trabalho cotidiano já deixou claro que não há uma perspectiva de “subir de carreira”, ou de enriquecer

fazendo entregas, mas há a ideia de juntar dinheiro para empreender, montar um negócio, investir e ter uma vida melhor. No trabalho fabril, havia uma perspectiva de carreira dentro da empresa, os trabalhadores de fato puderam ter alguma estabilidade através do trabalho, que era regulamentado, dava direito à férias remuneradas, décimo-terceiro salário, seguro-desemprego, FGTS, pagamento de hora-extra, o que, junto com a possibilidade de possuir moradia própria, garantiu alguma estabilidade que hoje esses entregadores não possuem como perspectiva através do trabalho. Assim, buscamos compreender como a vivência desses trabalhadores que vivem das entregas tem efeito sobre suas perspectivas de vida no urbano por meio do trabalho e como isso incide na identificação enquanto classe.

A partir dessas reflexões, buscamos identificar e compreender os elementos do cotidiano dos entregadores que apontam para a tese de que o trabalho “plataformizado” oriundo do momento de produção flexível do capital e sustentado por uma ideologia neoliberal reforça e intensifica a violência do processo de urbanização na metrópole de São Paulo, procurando compreender, através dos novos elementos do urbano que surgem com novas formas da produção do espaço como mercadoria.

Considerações Finais

Estamos diante de um processo de precarização que vai além de novas morfologias do trabalho ou além de uma flexibilização da produção capitalista. Estamos falando de um trabalhador – o entregador por aplicativo – que não tem sua sobrevivência garantida. Isso indica que, de um lado, a descartabilidade desses trabalhadores é extremamente alta e, de outro, existe uma dinâmica de trabalho e de vida na metrópole que se imbricam de forma desigual, repondo os termos da relação centro-periferia de modo que a reprodução e o conforto de um determinado setor da população está garantido através do rebaixamento extremo da força de trabalho dos entregadores. A transferência massiva de custos de dentro das empresas que se autodeterminam

como empresas de tecnologia, contribuem para esse rebaixamento na medida em que não há direitos ou garantias assegurados para esses trabalhadores, ao mesmo tempo em que eles mesmos arcam com seus próprios custos para o trabalho e para sua reprodução, chegando até mesmo a se endividarem com as próprias empresas – para adquirir uma mochila térmica, um plano de aluguel de bicicletas ou de motocicleta – para ter condições de iniciar o trabalho.

A segregação socioespacial como conteúdo do processo de urbanização é reforçada e atualizada através desse tipo de trabalho, uma vez que a relação centro-periferia está posta, mas com novos elementos que inviabilizam a permanência segura ou minimamente confortável desses trabalhadores nos locais em que realizam as entregas, sofrendo assim diversos tipos de violência e discriminação. Os entregadores, em geral, respaldados pelo discurso da flexibilização e da liberdade, realizam jornadas de trabalho de mais de 12 horas diárias, durante praticamente todos os dias da semana. O rebaixamento dessa força de trabalho, realizado via plataformas digitais, portanto, contribui para a intensificação e atualização dos termos do processo de urbanização da metrópole de São Paulo, cujo conteúdo central é a segregação socioespacial, que entendemos como um processo violento em si próprio.

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, L. C., ALMEIDA, P. F. de, AMORIM, H., CARDOSO, A. C. M., FONSECA, V. P. da, KALIL, R. B., & MACHADO, S. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>.
- ABRASEL. **Delivery de comida vira hábito para mais de 60% da população**. Jul de 2022. Disponível em: <https://abrasel.com.br/revista/mercado-e-tendencias/delivery-de-comida-vira-habito-para-mais-de-60-da-populacao/>

- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS. **Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo>.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. xxix, 1994, p. 711-732.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DAMIANI, A. L. A Propósito do Espaço e do Urbano: algumas hipóteses. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1. n. 1, p. 79-96, 2004.
- FERRARI, T. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- FIORAVANTI, L. **Espaço urbanos e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos entregadores de bicicleta na metrópole de São Paulo**. GEOUSP, 2023. No prelo.
- HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 1968.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- OLIVEIRA, A. R.; RIZEK, C. S. Os territórios de trabalho de cicloentregadores: A volatilidade dos pontos de pouso no vetor Sudoeste de São Paulo. Colóquio LADU/PROURB-UFRJ/PUC-Rio, X., 2024. **Anais...** Rio de Janeiro: Fac. de Arquitetura e Urbanismo, 2024.

Disponível em: <https://direitoeurbanismo.wordpress.com/2025/01/03/publicacao-dos-anais-do-xcoloquio/>.

- SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SANTOS, Cesar Simoni. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

Luta pelo espaço e políticas habitacionais de interesse social na cidade de Santos: O conjunto habitacional Santos-T

Tatiana Cesar Silva Lopes

Introdução

O direito à cidade sustenta a utopia de uma cidade experienciada por todos os seus habitantes, contendo espaços produzidos e ocupados com base no valor de uso e, portanto, vivida em sua totalidade, a partir de sua apropriação concreta. Vê-se, pois, que nas cidades capitalistas, agentes produtores do espaço, como o Estado e o setor privado, apoiados no discurso da técnica, das regulamentações e da racionalidade, fragmentam o espaço e o convertem em mercadoria, destinando maiores recursos a determinadas áreas da cidade, estabelecendo locais com grande concentração de riqueza e instituem, simultaneamente, outras áreas onde prevalecem a pobreza. Diferentemente do conceito de “direito à cidade” elaborado por Henri Lefebvre, cujo propósito traça como escopo uma cidade firmada na apropriação plena dos lugares de realização da vida, por meio da criação, da liberdade, da ludicidade e da participação (elementos capazes de reconstituir o uso e compor uma nova sociedade), a valorização diferencial do solo urbano, promovida seja por administradores estatais ou gestores do setor privado, ao dar forma à cidade segundo as propensões do lucro, resulta em áreas providas de significativa infraestrutura, em razão dessa dinamização de recursos, ao mesmo tempo que expropria parcela dos habitantes que não pode pagar pelo uso desses espaços e direciona-os para as periferias e/ou locais de menor relevância para o mercado imobiliário e maior desvalorização do solo na metrópole.

Na discussão desse ponto, vale considerar a questão da moradia, na qual as políticas públicas atuais, fundamentadas no projeto neoliberal, com disposições contratuais baseadas na propriedade privada do solo, concebem a moradia como valor de troca, sobrepondo os interesses econômicos ao valor de uso, acarretando na produção de um espaço segregado e desigual, dificultando sua apropriação concreta por parte da população. Assim, a contradição existente entre a reprodução do espaço baseada na reprodução do capital (e perante o poder do Estado) e a reprodução empreendida de acordo com as necessidades da construção do humano, ou seja, da reprodução da vida, tem resultado em ações que interferem diretamente na questão habitacional no Brasil, no desenvolvimento social e na democratização da gestão urbana.

A primazia do mercado sobre o social na reprodução do espaço urbano santista

A localização geográfica que situa a cidade de Santos entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico torna a expansão física do município limitada. Com área total de 281km, a cidade está dividida entre a porção insular, delimitada em apenas 39,4km, e a porção continental, que abrange 231 km. No entanto, cerca de 70% da parte continental de Santos é caracterizada como área de preservação ambiental, restringindo o seu povoamento e gerando um processo de adensamento populacional na parte insular que, nos dias atuais, apresenta-se totalmente urbanizada e comporta mais de 99% de sua população. Essa forma de ocupação tem acarretado problemas ambientais, como degradação dos corpos d'água e dos mangues, quantidade e qualidade da água, deslizamento de encostas, balneabilidade das praias, entre outros. Soma-se a isso problemas socioeconômicos ocasionados pelo elevado preço do solo e pela valorização imobiliária incentivada pela lógica capitalista, resultando em segregação socioespacial, seja dentro da cidade, revelada pelas moradias irregulares e precárias, ou na “expulsão” de parte da população para outros municípios que possuem um menor custo de vida na região.

Sendo assim, a distribuição populacional na área insular da cidade ocorre de modo que os bairros da orla e adjacentes, circunscritos entre a avenida principal da praia até a antiga linha férrea (hoje a linha do VLT), foram ocupados pelas classes média e alta, com a finalidade de segunda residência ou para moradia dessa parcela da população. Nessa região, existe um grande adensamento de infraestrutura e uma maior concentração de prédios de apartamentos de alto valor imobiliário, habitados em grande parte por residentes que exercem funções como empregadores e dirigentes do setor público e privado. Acerca dos bairros intermediários, situados entre a antiga linha férrea e o centro da cidade (mais distantes da praia), depois do desenvolvimento dos bairros da orla, foram igualmente providos de boa oferta de equipamentos urbanos e por um longo período de tempo, compostos por prédios mais baixos e casas (fato que atualmente vem se transformando, em razão do intenso processo de verticalização, na construção de condomínios fechados de médio padrão), resididos pela classe média, em geral, por trabalhadores do setor público e de serviços. Já a população com menor faixa de renda tem se mantido nas parcelas mais degradadas, insalubres e/ou em lugares de risco ambiental (encostas, áreas alagadas e manguezais), onde existem poucos equipamentos urbanos, além de menos valorizadas pelo mercado imobiliário formal, como os cortiços das regiões centrais, os morros e os bairros periféricos da porção insular da cidade.

Os resultados desse processo podem ser observados no mapa de setores censitários segundo grupos de vulnerabilidade (Mapa 1), no qual apresenta que os grupos de menor vulnerabilidade (1, 2 e 3 – na cor verde) ocupam, predominantemente, os bairros da orla e bairros intermediários, bem como os grupos com os maiores níveis de vulnerabilidade (4, 5 e 6 – nas cores amarela, laranja e vermelho), residem nos bairros da periferia insular, área central e morros da cidade.

Nesse contexto, torna-se notório que a dinâmica intraurbana do município, apresentada pela ocupação do solo, aliada ao seu perfil populacional, revela não apenas as desigualdades econômicas, como

Mapa 1: Mapa de classificação dos setores censitários da cidade de Santos, segundo grupos de vulnerabilidade social



Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, Fundação SEADE. In: Daniel Arias Vazques, A questão urbana na Baixada Santista, 2012

também um intenso movimento de segregação socioespacial. Dessa forma, parece relevante compreender com explicitude de que maneira se realiza a apropriação diferenciada do espaço urbano santista, assim como a lógica em que a moradia tem sido concebida e os efeitos da acentuada valorização imobiliária, com base na relação estabelecida entre a luta dos movimentos sociais por moradia e as condutas do Estado, no tocante as intervenções do poder público no espaço, tal qual na elaboração e execução das políticas públicas habitacionais.

A antiga Comunidade Vila Santa Casa na luta pelo espaço

O espaço se manifesta como elemento altamente significativo, pois é nele que as relações sociais se realizam e são elaborados os componentes que atribuem significado ao humano, abarcando o lugar onde a vida se institui e se aprofunda. Vale lembrar, no entanto, que, apesar da produção do espaço ter em si a potência de constituir o humano, ao

passo que vai sendo incorporado ao modo de produção capitalista, o espaço se transforma em mercadoria, reproduzindo uma lógica de desenvolvimento desigual, que concentra riquezas, hierarquiza relações sociais e recria alienações, revelando, assim, as contradições presentes entre o valor de uso e o valor de troca, traçadas pela oposição entre o espaço capitalista e o espaço como produto do humano para a concretização da vida.

Diante desse movimento de contradição identificado no percurso do desenvolvimento da metrópole disposta segundo a lógica da propriedade privada, capaz de transformar o espaço em mercadoria, reverbera a luta pelo espaço. É nessa busca por possibilidades de permanecer na cidade, frente aos artifícios utilizados pelo setor imobiliário santista (apoiado pelo Estado) que se dá a trajetória da antiga Comunidade Vila Santa Casa.

Formada na década de 1960, por trabalhadores provenientes das Regiões Norte e Nordeste do país que chegavam em busca de trabalho e melhores condições de vida, a antiga comunidade começou a ocupar o terreno de 3.300 metros quadrados pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Santos, em uma época na qual o bairro não era alvo do setor imobiliário. Esse desinteresse tanto do setor público quanto do setor privado no local, durante alguns anos, fez com que a vivência na comunidade ocorresse de modo bastante precário, onde faltavam recursos essenciais para existência e manutenção de seus residentes. Trata-se, evidentemente, de ações frequentes encontradas nas áreas mais empobrecidas da cidade, provenientes da ausência e/ou ineficiência dos serviços de consumo coletivo socialmente necessários para a manutenção da vida. Entretanto, mostra-se pertinente considerar o fato de que tais condições de escassez podem, por outro lado, favorecer movimentos de lutas e reivindicações em busca dos bens e serviços de consumo coletivo, possibilitados por meio da organização dos habitantes em grupos capazes de pressionar o Estado, no intuito de obter esses elementos fundamentais para a sobrevivência na cidade (Kowarick, 2009a; 2009b). No caso da antiga comunidade Vila Santa

Casa, a conquista por serviços coletivos básicos que sucede uma maior concentração de moradores na década de 1980, também contribui para a fundação da Associação de Moradores Vila Santa Casa, criada com a finalidade de pensar as demandas dos residentes e traçar o caminho da luta por uma moradia digna. Para além da constituição de um local adequado para a realização de encontros, assembleias, festas em datas comemorativas, tal como projetos culturais e esportivos, a sede da associação de moradores da comunidade tornou-se um local de extrema importância para a população residente, quando a Santa Casa de Misericórdia de Santos resolveu leiloar o terreno habitado pela comunidade na década de 1990 (quando o bairro se desenvolveu e o preço do terreno valorizou). Diante da provável retirada forçada da área, dirigentes e membros da associação, assim como outros moradores da comunidade, reivindicaram uma solução junto à administração municipal para o problema instituído. Por intermédio de diversos atos dos habitantes da comunidade deu-se início ao processo de regularização, momento em que a prefeitura, na administração de David Capistrano¹, comprou o terreno onde estava a Comunidade Vila Santa Casa. A conquista do terreno viabilizou a partir da posse, evitou os despejos e assegurou a permanência no bairro que os habitantes já residiam ao longo de muitos anos, dando respaldo legal para fossem capazes de pressionar o poder público pelo início de um projeto habitacional para os residentes. Os resultados da regularização foram quatro conjuntos habitacionais (Edifício I - 1996, Edifício II - 1998, Edifício III - 2006 e Conjunto Habitacional Santos T – Vila Santa Casa - 2018) que ocorreram em quatro fases e administrações municipais distintas.

O percurso experienciado pelos habitantes da antiga comunidade manifesta dois aspectos importantes a serem considerados. O primeiro diz respeito à imposição do espaço produtivo, representado pelo valor de troca e pela mercadoria, ao espaço improdutivo, caracterizado pela concepção da cidade como valor de uso e designado à realização da

1. Médico sanitário, pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT). Assumiu a prefeitura de Santos no ano de 1993, permanecendo até 1996.

vida. Tal imperativo encontra-se explícito na decisão quanto à venda do terreno pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, tão logo o preço de solo passa a ter um maior valor. Conforme destaca Henri Lefebvre em diversas de suas obras, ao discutir a primazia da troca sobre o uso como um marco na sociedade moderna, o embate instituído entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço desenvolvido como valor de troca expõe uma conjuntura na qual “a propriedade luta contra a apropriação de modo lisível, visível, evidente sobre este espaço. A troca e o valor de troca lutam contra o valor de uso e contra o uso que se mostra através dos valores. Quer dizer contra o corpo vivo e o vivido.” (Lefebvre, 1978 apud Carlos, 2017). Nessa perspectiva, a habitação desponta como um elemento significativo para a questão espacial, visto que, ao expressar a primazia da propriedade privada do solo, também revela a negação de sua lógica por parte dos habitantes da cidade que resistem a ela e buscam por outras formas de apropriação do espaço. Assim, a luta por moradia pode ser capaz de indicar novas possibilidades para a realização da vida. Já o segundo aspecto está relacionado à potência presente na construção de histórias coletivas e na capacidade de agir em conjunto, viabilizando conquistas de melhorias urbanas. Ainda que a origem das ações, esteja intrinsecamente associada à necessidade de enfrentar as condições de vulnerabilidade relacionadas aos direitos básicos, encarar as adversidades da cidade e se proteger das perversas dificuldades a que são submetidos os segmentos mais pobres da população, a construção de um ambiente de apoio mútuo que permite a formação de uma rede de acolhimento e suporte para reivindicar soluções para as adversidades, no caso da antiga Comunidade Vila Santa Casa, teve como efeito a criação da associação de moradores, estabelecida como principal dispositivo de luta e resistência. Além disso, a associação se tornou o espaço no qual foram sendo desenvolvidas a identidade, o senso de pertencimento e a confiança, incentivando a elaboração de uma realidade diferente.

Conjunto Habitacional Santos – T e o Urbanismo de Estado

No ano de 2018, o Conjunto Habitacional Santos – T foi entregue pela prefeitura de Santos aos moradores da antiga Comunidade Vila Santa Casa. Considerado um modelo de modernidade, em razão de seus referenciais urbanísticos contemporâneos no modelo de condomínio fechado, o prédio possui 20 pavimentos (térreo e mais 19 andares), além do subsolo utilizado como garagem para carros, motos e bicicletas. Seus 133 apartamentos são compostos por dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com metragens que variam entre 54,70 m e 58,46 m, sendo os maiores designados às famílias com mais integrantes. Ademais, a área comum dispõe de salão de festas, brinquedoteca, bicicletário, quadra e playground. Embora a narrativa da prefeitura de Santos tenha sido delineada por meio de uma argumentação alinhada com conceitos de qualidade e bem-estar, enfatizando a preocupação da administração pública em proporcionar formas de vida mais saudáveis e satisfatórias para seus residentes, logo depois da transferência para o prédio muitos apartamentos vieram a apresentar os mais diversos problemas (infiltração no teto e nas paredes, rápido desgaste e falha no funcionamento de equipamentos como torneira e maçanetas, defeitos na rede elétrica, descolamento do revestimento de pisos e azulejos por acabamento ruim, entre outros). Sem contar com outros problemas relacionados à baixa qualidade e ao mau funcionamento de equipamentos como os brinquedos do playground que estragaram, o elevador (denominado pelo prefeito como “antivandalismo”) que apresentou graves problemas técnicos, ambos com breve tempo de utilização, dentre outras avarias na estrutura do edifício como a área atrás da quadra que desabou, inundando com água da chuva todo o estacionamento localizado no subsolo, cobrindo parte do local com terra, fato que, por muita sorte, acabou não ferindo nenhum morador. Além do susto e da insatisfação causados por essas circunstâncias vivenciadas, os moradores relatam os inúmeros percalços experienciados na relação com a COHAB-Santista, em virtude da excessiva burocracia e morosidade para solucionar o problema.

Ao fazer uma análise das situações descritas pelos moradores do Conjunto Habitacional Santos – T, percebe-se que na tentativa de otimizar a demanda e ampliar a oferta de moradias, o setor público tem firmado parcerias com segmentos do setor privado (bancos, empresas, construtoras, compradores), implicando na falta de imparcialidade e influenciando na forma com que esses empreendimentos são pensados e produzidos, dentro de uma lógica de mercado, reforçando a vertente econômica, em que a principal finalidade é a manutenção do baixo custo da obra para que seja possível a maximização dos lucros, não somente transformando os habitantes em meros instrumentos no processo de reprodução espacial, como também revelando o nexo do quantitativo e da mercadoria apoiada pelo Estado.

A busca pela diminuição do déficit habitacional, por meio de uma racionalidade econômica, tem causado prejuízo, insatisfação e desconfiança na vida daqueles que residem nos novos apartamentos do Conjunto Habitacional Santos – T. Ofertando o maior número de moradias, com menor qualificação e pelo menor custo possível, a articulação do governo com os setores financeiro e imobiliário justifica, na técnica, os dispositivos e constrangimentos impostos para ampliar o controle sobre o espaço e sobre o saber, tendo em vista assegurar a manutenção das relações sociais de produção, fortalecer a propriedade privada e a acumulação de capital. Mas, em contrapartida, ignora os desejos e necessidades dos habitantes, desconsiderando também o diálogo e a participação. Para Lefebvre (2008), essa concepção urbanística na qual se coloca em primeiro plano as normas, rendimentos, os valores e os critérios de classe, resulta em segregação, mesmo quando apresentam no discurso o desejo de integrar.

Dessa maneira, é preciso observar como as consequências dessas condutas políticas e econômicas vem afetando os habitantes da metrópole, na medida em que causam profundos impactos sociais, pois dá-se menor prioridade aos meios e elementos capazes de promover o desenvolvimento social e democratização da gestão urbana.

Os efeitos da habitação de interesse social produzida no modelo de mercado

A precarização da produção de habitação de interesse social frente às intervenções do Estado, ao procurar solucionar a questão da moradia para as classes de menor renda, por meio do mercado, demonstra que, mesmo quando construídas de maneira institucional e oferecendo todos os serviços básicos (água potável, esgoto, eletricidade etc.), ao excluir a participação dos futuros residentes do processo de produção, deixando a cargo do setor privado tarefas significativas de decisão, tais como localização e modelos de construção dos conjuntos habitacionais, pode condicionar situações desfavoráveis, no que concerne à segurança, conforto e infraestrutura adequadas.

Apesar do Conjunto Habitacional Santos – T ter sido edificado no modelo de condomínio fechado, inspirado no padrão reproduzido pelo mercado imobiliário para as camadas de rendas mais altas e que, ao longo do tempo, se tornou símbolo de distinção, prestígio e qualidade de vida, ao ser observado com mais atenção, o empreendimento revela também outras camadas de precarização.

Uma das mais graves fragilidades ocorre no âmbito econômico. A precarização econômica exposta pelos moradores entrevistados surge em razão do aumento do custo de vida, gerado pelas imposições desse novo padrão de habitação. Ainda que a aquisição da moradia por intermédio do mercado possa trazer como efeito a sensação de uma certa ascensão social, o aumento do consumo, com novos encargos ocasionados a partir da habitação recém-adquirida (novos móveis e eletrodomésticos), assim como o surgimento de custos que anteriormente não faziam parte do orçamento (como o pagamento de taxas condominiais, impostos e parcelas), causa o comprometimento de grande parte da renda familiar, provocando sentimentos de angústia e desânimo, perante a inequívoca pauperização das condições de vida. A elevação das despesas, por vezes, tem levado alguns moradores do Conjunto Habitacional Santos – T a momentos de insegurança, instabilidade e vulnerabilidade. Levando em conta que muitos habitantes de

moradias sociais fazem parte do grupo composto pela faixa de renda mais baixa, estabelecendo vínculos empregatícios com menores salários e, em algumas situações, tentando solucionar o problema do desemprego recorrendo ao trabalho informal e/ou programas sociais e de transferência de renda, presume-se que essas despesas refletem no aumento dos gastos com habitação, originando sérias dificuldades relacionadas à sustentabilidade econômica e social das famílias e do prédio (considerando as altas taxas de inadimplência relatadas pelo síndico, causando impasses para equilibrar os gastos com manutenção e pagamento de funcionários). Um exemplo que torna compreensíveis tais conjunturas foi o caso vivido por um dos residentes do prédio, que depois de não conseguir arcar com o pagamento de dívidas acumuladas junto a prefeitura de Santos, foi notificado que seria despejado de sua moradia. O fato se concretizou e, depois do despejo, o apartamento foi leiloado e ocupado por novos moradores.

O evento mencionado evidencia o que Lefebvre (1991) elucida sobre a condição suscetível na qual se encontram os direitos sociais na sociedade capitalista, cujas características definidas ajustam-se muito mais como valores abstratos do que como valores concretos, acarretando em constante instabilidade e pouca aplicabilidade desses direitos em determinadas situações. Com isso, não se trata somente de assegurar a permanência legal dos moradores, concedendo a titulação do apartamento, mas, principalmente, criar condições para que esses indivíduos consigam permanecer nas moradias conquistadas. A sequência de ações estatais provenientes da regularização fundiária, em que viabiliza a comercialização desses novos imóveis inserindo as moradias e seus proprietários no circuito de reprodução do capital, faz com que aqueles que não são capazes de sustentar os novos custos causados pela regularização da moradia, retornem à posição de exclusão, sendo preteridos do sistema, seja mediante o despejo (em consequência da falta de pagamento dos tributos) ou recorrendo à venda da habitação adquirida (sobretudo, devido a dívidas acumuladas, mais do que na intenção de obter lucro com a venda). Portanto, a segurança da posse,

em muitas circunstâncias, não condiz com a segurança jurídica, já que o primado crescimento econômico, antepondo os interesses do capital aos direitos sociais, acaba por reproduzir as condições de exploração e desigualdade, propagando e preservando o processo de segregação socioespacial.

Outro ponto que também pode ser considerado diz respeito a mais uma esfera de precarização. Diferentes formas de uso, normatizações e funcionalização do novo espaço foram criando obstáculos para a reunião e o encontro, limitando o uso e reduzindo a sociabilidade dos residentes no conjunto habitacional, levando a uma precarização social. Conforme afirma Caldeira (2000), a casa é um elemento simbólico, representando sensibilidades individuais e está associada ao *status* social, pois é pela moradia que o indivíduo tem de se afirmar publicamente. Desse modo, a habitação, ao exprimir informações e recursos pessoais, passa a ser também uma percepção da posição social e do mundo dos sujeitos. No entanto, ao comparar a experiência de diferentes camadas sociais habitando em condomínios, a autora observa a existência de grandes diferenças entre elas no que diz respeito à prática social, salientando que moradores da classe alta associam a vida nesses espaços com sentimentos de liberdade, proteção e qualidade de vida. Por outro lado, ao analisar a rotina das classes de menor poder aquisitivo que vivem nesse mesmo modelo de habitação, o sentimento é de restrição e aprisionamento. Essa diferença ocorre, pois, ao contrário da população mais abastada, na qual existe o desejo de se apartar dos espaços públicos, frequentando ambientes “superiores” e mais exclusivos, as populações mais empobrecidas não estão preparadas para deixar a cidade e, na medida em que percebem que não irão dispor da vida pública que idealizaram, surge nelas a sensação de restrição e aprisionamento, visto que fazer menos uso dos espaços públicos da metrópole é tido como uma situação negativa, levando em conta o fato da moradia, por vezes, acabar se convertendo em uma prisão, provocando uma sensação de perda.

O quadro descrito por Caldeira (2000) contém semelhanças com as experiências narradas por moradores do Conjunto Habitacional Santos – T. Apesar do condomínio ser composto por espaços suficientes para a circulação de pedestres e diferentes equipamentos de lazer (quadra, salão de festas, churrasqueira e brinquedoteca), o sentimento exposto pelos residentes era de confinamento e perda da sociabilidade. Se num tempo passado, na antiga comunidade Vila Santa Casa, os moradores andavam e interagiam livremente, bem como as crianças brincavam pelas ruas sem definições de horário, ocorriam vários eventos na sede da associação e era costumeiro os encontros no bar localizado na entrada da comunidade, atualmente, os residentes do conjunto habitacional, embora possam compartilhar das áreas comuns coletivamente, também precisam obedecer às convenções do condomínio (com novos regulamentos, bem diversos das formas habituais), em que regulamento condominial, estipulando regras, locais e horários para a uso dos equipamentos de lazer, determinando modos de utilização das áreas comuns e controlando a circulação de pessoas, impõem modos de convivências normatizadas, por meio da padronização de condutas, resultando em constrangimentos e coerções (uma vez que o descumprimento dos códigos impostos acarreta em punição recorrendo a pagamento de multa, o que poderia se tornar um gasto adicional na renda empregada às necessidades básicas). Sobre todos esses fatores consideráveis, Lefebvre (1991) argumenta que o contexto faz parte do cotidiano, componente que traça de forma organizada a sociedade capitalista, por intervenção de pressões, coações, estruturas e programas. Dessa maneira, o cotidiano institui, por meio da força, uma abstração na prática socioespacial, em que no caso dos residentes do condomínio, segue desmotivando o uso e a apropriação concreta dos atrativos na área de lazer, como também avança condicionando os corpos e os comportamentos.

Não menos importante que essas reflexões, contudo, são as sucessões de acontecimentos referentes à Associação de Moradores Vila Santa Casa, resultando no encerramento de suas atividades. Criada

como um instrumento de luta e resistência, onde os moradores se organizavam para pensar as demandas e delinear reivindicações, assim como um local de encontro, festa e cooperação, a instituição tinha a sua sede localizada na antiga comunidade. Após o processo de regularização e transferência dos moradores, uma sala foi reservada para a sede da associação no interior do Conjunto Habitacional Santos – T. Entretanto, depois a mudança, foi realizada uma reunião entre seus associados e os moradores do conjunto habitacional, para determinar o destino da instituição, ocasião na qual os residentes decidiram pelo seu fim. De acordo com os moradores, a principal motivação, tem relação com o fato da associação sempre ter incluído os moradores da antiga Comunidade Vila Santa Casa e, sendo assim, o local escolhido para a associação no interior do condomínio, inevitavelmente, deveria acolher e compartilhar o espaço também com moradores que residem nos outros três prédios precedentes (Edifícios I, II e III – situados nas proximidades do Conjunto Habitacional Santos – T), já que a associação é uma entidade de “todos”. Tomando como base esse argumento citado por seus residentes, vale lembrar ainda que, tratando-se de um condomínio fechado, os moradores dos outros conjuntos habitacionais construídos em fases anteriores, não apenas são privados do livre acesso para se deslocarem, muito menos podem usufruir de seus equipamentos de lazer (quadra, playground, churrasqueira). O mais intrigante é que esse novo contexto exposto, no qual a aquisição da habitação se dá por meio do acesso a uma propriedade privada (ademais, no modelo de condomínio fechado), parece não coincidir com condutas praticadas anteriormente e instituídas com base na cooperação e na ação coletiva, da época em que todos lutavam para alcançar um objetivo comum. A ajuda mútua passa a ser atravessada por concepções e crenças, intimamente ligadas à perspectiva capitalista, evidenciada por princípios individualistas em que cada um é responsável somente por seu destino individual, sem que necessite da ajuda de terceiros. Percebe-se, entretanto, uma outra questão fundamental quando se aborda o fim da associação. Vale esclarecer que os moradores apontaram que, após

não conseguirem mais contar com a forma de organização coletiva viabilizada pela associação, as resolução dos problemas que aparecem no decorrer dos dias acabou se tornando mais difícil, restando como alternativa pedir ajuda aos vereadores conhecidos da antiga comunidade, bem como a ausência desse modo de organização, firmado na interação e no trabalho coletivo, seriam capazes de promover o bem-estar comum.

Mesmo destacando todo o processo de fragmentação do espaço, funcionalização e normatização da vida cotidiana, o que não se pode desprezar, no entanto, são os momentos em que ocorrem átimos de apropriação e gestos de solidariedade que permeiam esses mecanismos de dominação. Dentre os quais, chama atenção um evento que transcorreu na época de Natal, após a transferência das famílias para o condomínio, no qual os moradores do 10 andar do prédio pediram autorização ao síndico para que pudessem utilizar o corredor como espaço e realizar a ceia de Natal dos moradores residentes nesse andar. A permissão foi concedida e a reunião ocorreu, momento em que as famílias organizaram mesas no corredor, compartilharam os alimentos e a companhia dos vizinhos, celebrando o feriado de modo coletivo. No entanto, o episódio causou conflito, pois no ano seguinte, outros andares do condomínio também pretendiam celebrar o Natal da mesma maneira, fazendo com que o síndico proibisse esse tipo de comemoração, imaginando que o evento poderia acabar em confusão e desordem. O fato narrado salienta o embate entre dominação e apropriação que acontece no espaço. Sob um ângulo, está a iniciativa dos moradores de se apropriar e usar coletivamente uma área comum do condomínio, e de outro, a dominação revelada pela proibição do síndico, no qual, com respaldo da norma, interviu de modo intransigente na gestão coletiva do condomínio e na convivência de seus moradores. Embora as consequências das ações tenham tido como resultados restrição e julgamento, o conjunto de circunstâncias comprova que a apropriação pode ocorrer a partir da prática criativa e se colocar em luta contra a normatização e a profunda segregação socioespacial.

Considerações Finais

O planejamento urbano praticado pelo poder público, que busca organizar o “caos” da metrópole, apoiado na articulação com os campos de ação financeiro e imobiliário, bem como a regularização fundiária com base na propriedade privada, converte-se em lucro para os setores privados e ineficiência na produção de habitação para a população de menor renda, seja pela edificação de moradias com qualidade e estrutura inadequadas, ou por não conseguir assegurar a manutenção desses sujeitos nas habitações. Apesar dos moradores reconhecerem melhorias relacionadas à nova moradia (sobretudo nos âmbitos de proteção, higiene e estabilidade familiar), em contrapartida, mostram-se insatisfeitos com transformações importantes no que se referem ao encarecimento do custo de vida, diminuição do vínculo e da integração social e o detrimento da organização em atividades que antes eram pensadas e vividas em âmbito coletivo.

Desse modo, a construção do conjunto habitacional no modelo de condomínio fechado, o qual traz consigo a valorização do solo, a imagem de *status* social e qualidade, tem se revelado inadequado para as condições de vida de grande parte dos moradores, tendo em vista os efeitos das precarizações social e econômica. Entretanto, as experiências também mostram outras possibilidades de apropriação do espaço e fortalecimento da participação e convívio coletivo, sendo estes os instrumentos para o embate pela primazia do valor de uso e da viabilidade em habitar de forma concreta o espaço.

Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: editora 34, 2009a.
- KOWARICK, L. **Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: editora 34, 2009b.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

VAZQUEZ, D. A. (Org.). **A questão urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento.** São Paulo: Editora Universitária Leopoldianum, 2011.

Parte III

REPRESENTAÇÕES COMO REVELAÇÕES DA SEGREGAÇÃO E CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Sujeitas e sujeitos periféricos na cartografia do Quebrada Maps

Wellington de Oliveira Fernandes

Introdução

Este artigo busca resgatar e refletir sobre uma trajetória de experimentações voltadas à promoção de uma linguagem cartográfica engajada, no contexto da educação e do ensino de Geografia em (e para) territórios periféricos. Trata-se de uma trajetória construída coletivamente, mas profundamente alinhada à experiência individual do autor deste artigo enquanto educador nas periferias de São Paulo.

Ao longo dessa trajetória, surge o Quebrada Maps, um nome que, inicialmente concebido como título de um mapa participativo em uma escola periférica, se mostrou tão autoexplicativo que acabou se consolidando como nome de um projeto. Com o tempo, passou a ser compreendido como uma metodologia experimental para o diálogo com territórios periféricos, utilizando mapas críticos e participativos.

Neste artigo, analisamos e discutimos um recorte dessa trajetória de experimentações cartográficas comprometidas com territórios periféricos. Em particular, debatemos o engajamento da cartografia crítica e participativa desenvolvida pelo Quebrada Maps nesses territórios, à luz do conceito de sujeitas e sujeitos periféricos proposto por D'Andrea (2022).

Para isso, aplicaremos o conceito de D'Andrea (2022) na análise de três projetos cartográficos distintos realizados pelo Quebrada Maps entre 2015 e 2021. Essas atividades ocorreram tanto dentro quanto fora de escolas públicas, em diferentes periferias da região metropolitana de São Paulo.

Apresentando o Quebrada Maps

Para nós, o Quebrada Maps é uma metodologia experimental que promove diálogo com os territórios de periferia a partir de mapas críticos e participativos. Constrói PRÁTICA pedagógica para educação geográfica popular e periférica, realizando reflexão e registro sobre suas experimentações e produção de CONTEÚDO cartográfico, bibliográfico e formativo.

O Quebrada Maps se propõe, como já afirmado, a fazer uma cartografia e uma geografia comprometida com a periferia. Para isso acontecer, articula e fortalece a juventude periférica no debate e na visibilidade de sua territorialidade, mas, sobretudo, dos debates socioespaciais contidos nesta territorialidade. Para isso, a escola pública e o ensino de Geografia têm sido lugares estratégicos para tal mobilização.

A fase inicial deste processo foi explorada durante nossa pesquisa de mestrado, intitulada: “Mapas: entre narrativas pela dominação e dissertativas pela contestação” (Fernandes, 2016). Os desdobramentos desta pesquisa embasaram uma série de projetos cartográficos em territórios periféricos, dentro e fora da escola pública.

Desde então, essas experimentações vêm ocorrendo em diversas regiões da capital e da grande São Paulo. Nesse processo, surge o projeto Quebrada Maps, inicialmente como o título de um mapa participativo desenvolvido em uma escola periférica, mas o termo evoluiu para batizar também a abrangência de estratégias do projeto. No Quadro 1, apresentamos uma parte da trajetória do Quebrada Maps, que representa um esforço inicial de sistematização das intervenções do projeto.

Fernandes (2016, 2017) e Fernandes *et al.* (2017) organizaram e refletiram sobre as etapas dessas experimentações, destacando o potencial estratégico de implementar essa metodologia no contexto escolar, especialmente no ensino de Geografia. O Quebrada Maps busca engajar os estudantes na produção coletiva de mapas, permitindo que suas realidades territoriais e perspectivas sejam representadas de forma ativa e crítica.

Além dos artigos acadêmicos que documentam essa trajetória, o Quebrada Maps tem divulgado e debatido suas experiências por meio de redes sociais, blogs, reportagens, atividades de formação de educadores e eventos acadêmicos. Esse contínuo processo de troca tem consolidado o Quebrada Maps como uma alternativa potente para o ensino de Geografia, onde a promoção e o uso de mapas críticos e participativos se tornam estratégias que fortalecem, contextualizam e politizam um ensino de Geografia nas escolas públicas periféricas.

Cartografia Crítica e Mapas Participativos

Para o nosso trabalho, assim como para outros que adotam um referencial crítico em cartografia, é crucial reconhecer que a linguagem cartográfica não é neutra e os mapas funcionam como instrumentos de poder. Essa perspectiva se apoia principalmente nas ideias de Brian Harley, que ressalta a existência de múltiplas cartografias além da hegemônica, desafiando a noção de uma cartografia correta.

Concordamos com a cartografia crítica, que, a partir de Harley (1989, 1990, 1991) aponta a existência de representações espaciais além daquelas hegemônicas. Outras formas de mapear o espaço sempre coexistiram, e mapeamos antes de desenvolver a escrita. Nossa perspectiva também confirma a visão de Harley de que os mapas possuem uma textualidade: sendo uma linguagem, a cartografia não é neutra; os mapas revelam interesses e são, assim, discursos de poder.

Crampton e Krygier (2008) revisitam as abordagens da teoria crítica dos mapas e discutem a evolução da Cartografia, enfatizando que, além de se alinhar a pressupostos teóricos, como mencionado anteriormente, também está conectada à construção de iniciativas práticas de produção cartográfica. Assim, essas reflexões não podem ser dissociadas das demandas sociais que as acompanham.

Nas últimas décadas, grupos sociais marginalizados passaram a utilizar o mapa como uma ferramenta de resistência, adotando duas estratégias: 1) Apropriar-se e remixar (hackear) as técnicas da cartografia moderna e euclidiana para representar e problematizar suas

Quadro 1: Quadro de intervenções e ciclos do projeto Quebrada Maps

Quando	Local	Produtos	Atividades
2014-2016	EMEF Prof. Roberto Mange – Rio Pequeno, São Paulo (SP)	Prática	Mapeamento Participativo
2016-2017	Favela do Sapé, Rio Pequeno, São Paulo (SP)	Prática e Conteúdo	Mapeamento Participativo; Formação de agentes de mapeamento; Produção de Caderno de Mapas e Guia metodológico
2017-2019	EMEF Pc. Chico Falconi – Itaim Paulista, São Paulo (SP)	Prática e Conteúdo	Mapeamento Participativo; Ensino de Geografia e Intervenção Urbana
2017	EE Antoine de Saint-Exupéry – Limão, São Paulo (SP)	Prática	Mapeamento Participativo
2018	Galpão Cultura e Cidadania – Jardim Lapena, São Paulo (SP)	Prática	Mapeamento Participativo
2019	CEU Casa Blanca – Campo Limpo, São Paulo (SP)	Conteúdo	Formação para educadores
2019	Curso de extensão “L’últuras da Cidade”, na UNIFESP-ZL – Haquera, São Paulo (SP)	Conteúdo	Formação para educadores
2019-2020	Espaço Pinheirinho Compartilhado – Talmagasentina (SP)	Prática e Conteúdo	Mapeamento Participativo e Intervenção Urbana
2020-2022	EMEF Brigadeiro Correia e Melo – Cidade Líder, São Paulo (SP)	Prática	Mapeamento Participativo e Ensino de Geografia
2024	EMEF Marcebal Espiridão Rosas - Jaguaré, São Paulo (SP)	Prática	Mapeamento Participativo

Fonte: <https://quebradamaps.wordpress.com/por-onde-passamos/>

reivindicações; e 2) Desenvolver estratégias próprias, que nem sempre se alinham à cartografia euclidiana, mas são fundamentadas em perspectivas subjetivas e específicas para representar sua territorialidade.

Diversas iniciativas podem ilustrar o potencial da cartografia participativa no fortalecimento de grupos sociais. No entanto, é crucial reconhecer que algumas delas enfrentam críticas. Fernandes (2017), a

partir de Coli (2010), aponta que certas abordagens podem fragilizar, em vez de fortalecer, os grupos automapeados. Revelando, deliberadamente ou não, dados estratégicos de comunidades conectadas a embates sociais e/ou territoriais.

Sujeitas e Sujeitos Periféricos

Assim, propomos que a promoção de mapas críticos e participativos nas periferias deve, por sua vez, dar visibilidade às dinâmicas locais, amplificar as vozes de seus atores e destacar os processos de criação e lutas que caracterizam esses territórios. Para fundamentar essa mobilização cartográfica, dialogamos com Tiarajú Pablo D’Andrea, cuja pesquisa se destaca pela originalidade e compromisso com as periferias, proporcionando novas perspectivas sobre os sujeitos e as mobilizações que emergem desses contextos.

Para o autor, o sujeito periférico é aquele que habita territórios marginalizados das cidades, experienciando exclusão econômica, social e espacial, mas que, ao mesmo tempo, age como agente ativo de resistência e criação. Esses sujeitos, ao vivenciarem as contradições da vida urbana, desenvolvem identidades e práticas próprias que desafiam a ordem hegemônica, transformando a periferia em um espaço de produção de sentido, sociabilidade e mobilização política.

D’Andrea (2022) afirma que nem todo periférico é, de fato, um sujeito periférico, e explica que o processo de formação das identidades periféricas pode ser compreendido em três fases: (1) o reconhecimento da condição periférica, frequentemente marcado pelo estigma da exclusão; (2) o desenvolvimento de um sentimento de orgulho periférico, centrado na coletividade e criatividade; e (3) o engajamento político baseado nessa identidade, visando superar as condições impostas.

Sem procurar reproduzir o processo cronológico de formação dos sujeitos proposto por D’Andrea (2022), mas, sim, aplicar a concepção de cada etapa, analisaremos três projetos do Quebrada Maps à luz desse conceito. Os projetos são: (1) Caderno de Mapas do Butantã, (2) Tem Política na Quebrada e (3) Mapa do Acolhimento.

Figura 1: Caderno de mapas do Butantã

Quebrada Maps

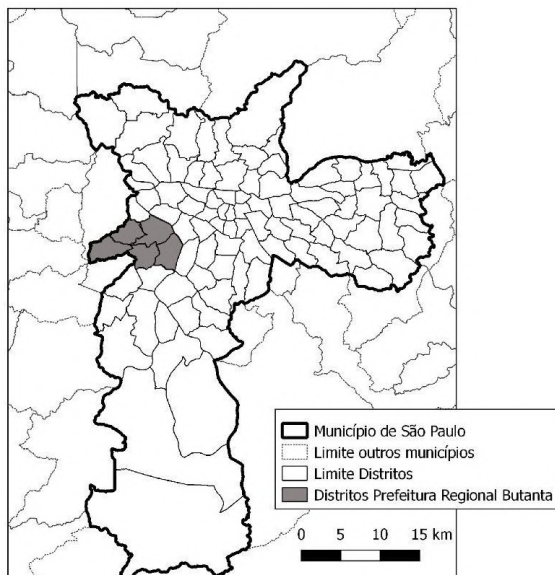
Discutindo três projetos cartográficos

O primeiro projeto analisado é o **Caderno de Mapas do Butantã** (Figura 1), cuja elaboração partiu da constatação de que a região apresenta um alto índice de desigualdade em Fernandes e Passos (2017). Nesse contexto, territórios periféricos muitas vezes se tornam invisíveis na paisagem geográfica, nas médias estatísticas ou nas representações cartográficas convencionais. Visando expor essas desigualdades e destacar as favelas enquanto territórios segregados dos distritos do Butantã, foi criado o referido caderno.

Localizado na Zona Oeste de São Paulo (Mapa ??), o Butantã é uma das 32 subprefeituras da cidade, dividido em cinco distritos: Butantã, Rio Pequeno, Vila Sônia, Raposo Tavares e Morumbi. O

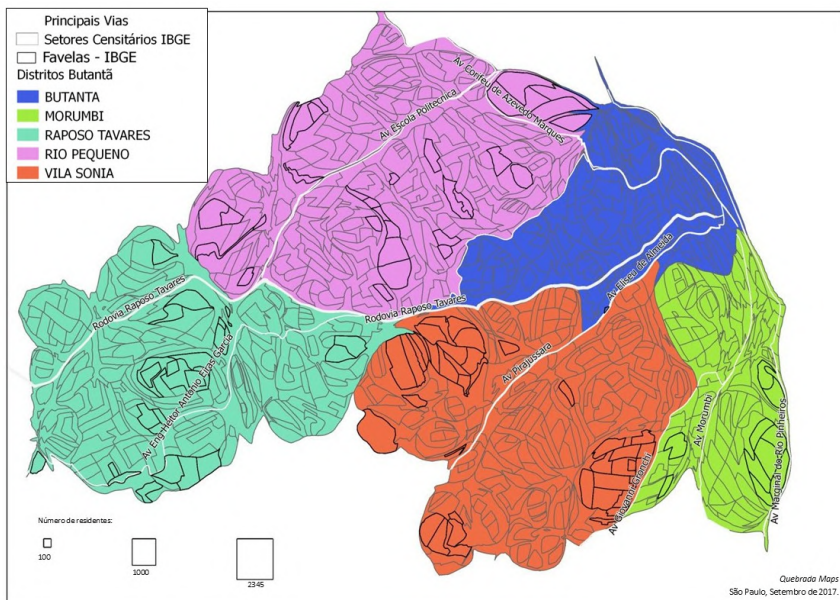
caderno inclui mapas na escala da subprefeitura e em uma escala local, focando em favelas específicas como Sapé, Mandioquinha, Jaqueline e outras *quebradas* do distrito do Rio Pequeno.

Mapa 1: Localização do Butantã na cidade de São Paulo



Fonte: Elaborado pelo autor. Fontes de dados: Distritos e Municípios: GeoSampa, 2017; Vias de circulação: CEM, 2016; Setores Censitários: IBGE, 2010

A estratégia da escala local foi apenas uma das abordagens adotadas para promover a visibilidade das favelas no Butantã. Além disso, foram utilizadas mais duas estratégias: 1) representar o território da subprefeitura mediante uma anamorfose de população; e 2) em escala local, cartografar referências espaciais usando toponímias obtidas por meio de mapeamento participativo.

Mapa 2: Subprefeitura do Butantã sobre anamorfose de população (2010)

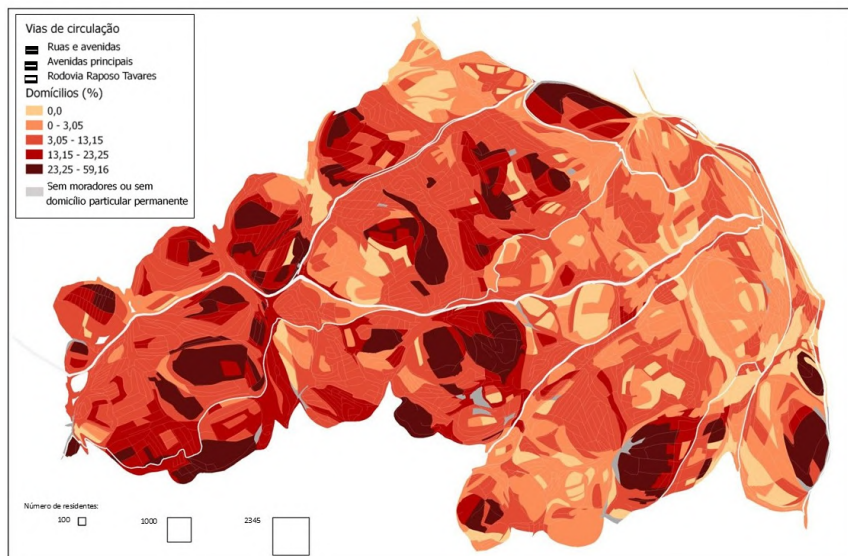
Autoria: Fernandes e Passos (2017) Fonte de dados: Vias de circulação: CEM, 2016. Dados dos setores censitários de população: IBGE, 2010.

A anamorfose de população considerou os setores censitários do IBGE de 2010, fazendo com que setores com maior densidade populacional fossem representados com uma área maior do que setores com menos densidade populacional. Este movimento garantiu que as favelas saltassem aos olhos na visualização cartográfica (Mapa 2), fato relevante para uma subprefeitura onde muitas das favelas estão espremidas em fundo de vale ou cercadas por muros condominiais.

Com a visibilidade desses territórios assegurada, foram selecionados três temas para o Caderno de Mapas: renda, raça e educação. Esses indicadores foram apresentados tanto na escala local quanto na da subprefeitura. Conforme mencionado, para a escala da subpre-

feitura, optou-se por uma representação em plano euclidiano e pela anamorfose de população. Também definimos classes temáticas que permitissem criar uma legenda intuitiva para evidenciar as desigualdades no território analisado. Para isso, utilizamos o método padrão de análise de histograma do *software* Philcarto, aplicado aos três temas abordados no caderno.

Mapa 3: Subprefeitura do Butantã. Percentual de domicílios particulares com rendimento mensal domiciliar per capita de até 1/2 salário-mínimo sobre anamorfose de população (2010)



Autoria: Fernandes e Passos (2017). Fonte de dados: Vias de circulação: CEM, 2016. Dados dos setores censitários de população e renda: IBGE, 2010.

Para ilustrar uma sequência dos mapas presentes no caderno, tomemos como exemplo aqueles que apresentam o indicador social de renda (Mapa 3). Essa categoria foi escolhida para destacar o as-

pecto econômico da desigualdade local, evidenciando que a maioria da população de baixa renda reside nas favelas do Butantã. Graças às anamorfoses, é possível observar que um contingente significativo da população da subprefeitura vive em favelas e está nas faixas mais baixas de renda domiciliar.

Retornando ao objeto de discussão deste texto, compreendemos que a cartografia proposta no Caderno de Mapas buscou denunciar e expor a segregação socioespacial no Butantã. Assim, com base em D'Andrea (2022), esse projeto fomenta a reflexão sobre a etapa inicial da formação de sujeitos periféricos, ao dialogar com a realidade local e estimular a percepção da exclusão e segregação urbana na região. Este Caderno de Mapas foi, inclusive distribuído, em escolas do território.

Figura 2: Mapeamento participativo reúne lideranças comunitárias do Jardim Pinheirinho.



Autor: Bruno Leandro Bispo (Espaço Pinheirinho Compartilhado)

Agora, no projeto cartográfico “*Tem política na quebrada?(!)*”, o mapeamento participativo promove o orgulho e a representatividade do periférico no fazer político. Exaltando, dialogando e dando visibilidade à mobilização da população do Jardim Pinheirinho, em Itaquaquetuba–SP, na conquista e manutenção de direitos historicamente negados aos territórios periféricos.

O diálogo foi proposto em outubro de 2019, em parceria com o coletivo Espaço Pinheirinho Compartilhado, em Itaquaquetuba, e contou com apoio financeiro do Pacto pela Democracia. O encontro (Figura 2 teve como foco a discussão sobre política e periferia e incluiu uma série de atividades voltadas para reflexão e ação política. As atividades iniciaram com uma palestra sobre iniciativas de promoção de direitos populares nas periferias do Brasil e evoluiu para um momento mais prático.

Os participantes construíram um mapa participativo, registrando o acúmulo de experiências políticas no bairro. O mapeamento buscou relembrar a presença de políticas públicas no território e, igualmente, destacar as ações da própria comunidade para enfrentar as demandas políticas locais. Ou seja, ações populares voltadas à conquista e promoção de direitos no bairro.

Considerando técnicas para o mapeamento participativo sinalizadas em Fernandes (2017b). O mapa foi desenvolvido a partir de uma imagem de satélite em escala local, e o diálogo entre os presentes permitiu identificar tanto a ausência de políticas públicas quanto a presença de iniciativas promovidas pelo Estado e, especialmente, aquelas desenvolvidas pela própria comunidade. Essa troca possibilitou que moradores mais antigos do bairro relembassem diversos eventos e ações, como a construção de uma galeria de esgoto em parceria com a prefeitura, protestos pela chegada de água encanada e o mapeamento de festas populares locais.

Foi evidente o resgate e a valorização da história de luta do bairro, o que, em nossa visão, contribuiu para superar o estigma de abandono e fortalecer o reconhecimento das potências da população do Pinhei-

rinho. O evento, que começou com uma pergunta, encerrou-se com uma afirmação: Tem política na quebrada!. Essa perspectiva dialoga com Santos (2006), ao destacar que, nas grandes cidades, a força reside na espontaneidade e na criatividade dos territórios empobrecidos.

No entanto, é prudente fazer alguns apontamentos em diálogo com D’Andrea (2022). Construir e afirmar esse orgulho, embora seja importante para a formação da autoestima, possui limites políticos e não pode se sustentar apenas por si só. Além disso, o discurso do orgulho tem sido apropriado pelo neoliberalismo, o que acaba esvaziando o aspecto rebelde e contra-hegemônico que está no cerne desse pensamento.

Figura 3: Estudantes promovem intervenção urbana do “mapa do acolhimento”



Autor: Wellington Fernandes (Quebrada Maps)

Nosso terceiro exemplo é o projeto cartográfico é o “*Mapa do Acolhimento*”. Atividade mobilizada a partir de um contexto de intenso debate em escola pública sobre equidade e diversidade em nossa sociedade. Estudantes mapearam equipamentos da rede de apoio para populações ou grupos sociais em maior vulnerabilidade.

Este levantamento foi cartografado em mapa multimídia e transformado em uma intervenção urbana. Inseridos no território do Itaim Paulista, na Zona Leste do município de São Paulo, os estudantes produziram lambe-lambes com informações de equipamentos que fizessem acolhimento de mulheres sofrendo violência, para a comunidade LGBTQIA +, albergues para população de rua e centro de referência de idosos.

A simplicidade do mapa do acolhimento é uma de suas grandes potencialidades, pois crianças debatem seu território e entendem a necessidade de agir politicamente para a superação de violências e desigualdades que afligem as pessoas de seu território, dialogando com o terceiro aspecto de sujeitas e sujeitos periféricos de D’Andrea (2022). Para o autor, neste momento, há um salto de superação da passividade e a tomada da ação para conquista de direitos negados a partir de um agir politicamente.

Ressaltamos mais uma vez que a potência deste projeto reside na simplicidade e criatividade de sua proposta. Compartilhamos também que este projeto foi uma das últimas ações de um dos ciclos (Tabela 1) do Quebrada Maps, entre 2017 e 2019 na EMEF Padre Chico Falconi. Essa iniciativa foi proposta por adolescentes que, há três anos, estavam engajados como um coletivo de agentes de mapeamento a partir do projeto Quebrada Maps mobilizado por este autor na escola citada.

Vale destacar que a estudante que sugeriu a ideia vivia um momento de forte engajamento político e de superação das angústias e injustiças que marcam sua trajetória, seu território e sua classe social, além de refletir o contexto político do país. Tanto é que, como podemos ver na Figura 3, não por acaso as/os estudantes escolheram, para estampar o verso da camiseta proposta para o projeto, uma palavra

de ordem em celebração a Marielle Franco; vereadora, negra, lésbica e periférica assassinada no Rio de Janeiro no ano anterior.

Esse impulso, manifestado de diversas maneiras, mobilizava o coletivo de estudantes ali reunido. Inspirados pelo momento histórico em curso e conectados a outros projetos e debates na escola, esses estudantes, após três anos dedicados à reflexão sobre a cartografia de seu território, à mobilização de conteúdo para aprofundamento nas aulas de geografia, à elaboração de denúncias cartográficas sobre a ausência de direitos e à valorização das potências periféricas, concluíram o ciclo buscando formas de se engajar e intervir em seu território. Para nós, o “mapa do acolhimento”, entre outros exemplos a serem explorados na completude desta pesquisa, ilustra esse processo.

Considerações Finais

Ao analisar o engajamento da cartografia crítica e participativa produzida pelo Quebrada Maps a partir de D’Andrea (2022), este artigo procura também politizar e organizar esta cartografia como instrumento de luta por direitos a partir das periferias e, além disso, servir de referência para o debate de outras intervenções com propósitos parecidos.

Com essa chave de leitura, propomos que a cartografia crítica que buscamos mobilizar seja estruturada em três compromissos: (1) uma cartografia que denuncie e exponha a segregação socioespacial; (2) uma que valorize e amplifique as narrativas e vozes periféricas, rompendo com a ideia de ausência ou invisibilidade; e (3) uma cartografia que organize e potencialize os agentes periféricos para o engajamento político em seus territórios.

Levando em consideração a complexidade das periferias, que abrange tanto a segregação e autoconstrução quanto o avanço do capital imobiliário, o campo para a produção cartográfica é vasto. Portanto, em linha com o pensamento de D’Andrea (2022), propomos que essa cartografia deva: (1) contribuir para uma maior compreensão dos processos de urbanização; (2) identificar e mapear métricas alternati-

vas, assim como inventariar as memórias coletivas desses espaços; e (3) quando necessário, denunciar violações e articular ações junto às comunidades periféricas.

Dessa forma, buscamos contribuir para um ensino de geografia engajado e contextualizado a partir das periferias. Inspirados pela provocação de Santos (2006), propomos que a geografia dos homens lentos, da espontaneidade, da força do lugar ocupe e seja escrita nos cadernos, nas lousas e nas ruas das periferias urbanas. Essa escrita deve ser protagonizada por sujeitas e sujeitos periféricos, reconhecendo e compreendendo a diversidade das periferias, percebendo suas ausências e potências e, sobretudo, propondo ações políticas a partir das periferias e em favor delas.

Referências Bibliográficas

- COLI, L. R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias. In: ACSERALD, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, 2010.
- CRAMPTON, J; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ-IPPUR, 2008.
- D'ANDREA, T. P. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Dandara, 2022.
- FERNANDES, W. O. ; PASSOS, F. **Caderno de Mapas da Prefeitura Regional do Butantã**. São Paulo: Quebrada Maps, 2017. Disponível em: <https://quebradamaps.files.wordpress.com/2018/02/caderno_mapas_pronto_fevereiro20181.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.
- FERNANDES, W. O. **Guia Metodológico para mapas críticos e participativos**. São Paulo: Quebrada Maps, 2017. Disponível

em: <<https://quebradamaps.files.wordpress.com/2018/01/guiametodologicoa5-pronto1.pdf>> . Acesso em: 02 out. 2024.

- FERNANDES, W. O. **Mapas: entre narrativas pela dominação e dissertativas pela contestação**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/td-e-24022017-150348/> . Acesso em: 01 out. 2024.
- FERNANDES, W. O.; PASSOS, F. G.; PACHECO, M. N.; CERQUEIRA, J. S. Quebrada Maps. Mobilizando mapas críticos e participativos. **Giramundo: Revista De Geografia Do Colégio Pedro II**, v. 4 , p. 65 - 76, 2017.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista franco-brasileira de geografia**, n 5, 2009.
- HARLEY, B. Cartography, Ethics and Social Theory. **Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization**, v. 27, n. 2, p. 1–23, 1990.
- HARLEY, B. Deconstructing of map. **Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization**, v. 1, p. 1–20, 1989.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

A fome entre mapas: Mapeando os territórios da escassez (Reflexões sobre o fazer cartográfico)

William Kernbichler

Introdução

A pesquisa teve como principal objetivo analisar como os mapas poderiam ajudar a entender a contradição entre a fome e a superprodução de alimentos no Brasil, além de contribuir para o aprimoramento de ações de diagnóstico e monitoramento de programas de saúde e nutrição, cujos determinantes abrangem uma variedade de condições socioeconômicas, culturais e ambientais da população brasileira, fortemente marcada pela desigualdade e exclusão social.

O fracasso no combate à fome em todo o mundo permanece sendo um grande entrave em nosso processo civilizatório e, ao mesmo tempo, um grande tabu. Prova disso é que, no Brasil pós-Covid-19, os indicadores de Segurança Alimentar regrediram a um patamar equivalente ao da década de 1990, ou seja, um cenário anterior à implementação dos Programas Bolsa Família e Fome Zero (reconhecidos mundialmente), colocando praticamente a perder todo o esforço de uma geração de brasileiros dedicada ao combate à fome e expondo a enorme fragilidade das políticas públicas implantadas nas últimas 3 décadas.

Em que pese o aumento exponencial de trabalhos sobre a fome no Brasil neste período, a associação entre pobreza e insegurança alimentar é complexa e ainda pouco conhecida. Neste cenário aparentemente paradoxal, um número elevado de indivíduos obesos coexiste com a desnutrição em núcleos de populações vivendo abaixo da linha de pobreza, principalmente nas zonas urbanas, e os mapas existentes aparentemente não conseguem captar adequadamente este fenômeno. Um

dos principais motivos dessa incapacidade talvez seja a pouca expressividade das áreas urbanas em mapas regionais. De outro lado, uma parcela significativa dos estudos sobre a fome considera que o grande gargalo estaria no acesso e distribuição de alimentos e não exatamente na sua produção, sobretudo, frente à impossibilidade econômica de indivíduos que, mesmo diante da oferta de um alimento, não têm condições mínimas de adquiri-lo a não ser recorrendo a doações, ajuda do Estado, mendicância ou furtos.

A partir da análise crítica de alguns mapas existentes sobre o tema e dos dados disponíveis no IBGE, a pesquisa buscou transpor a barreira das representações euclidianas tradicionais no sentido de promover uma reaproximação entre Cartografia e as questões conceituais da Geografia, enfatizando a complexidade da temática da Segurança Alimentar e da própria Cartografia dedicada ao tema da fome, bem como, delinear minimamente um repertório conceitual e metodológico para o uso de Sistemas de Informações Geográficas, posto que, atualmente, segundo Câmara et al. (2001, p.125-137)¹ esta área do conhecimento aparentemente não dispõe ainda de uma base conceitual sólida e capaz de dialogar com as categorias e conceitos já estabelecidos pela ciência e suas várias disciplinas, fatos que, segundo Fonseca & Duttenkefer (2018, p.313), “resultam na proliferação vertiginosa e exponencial de mapas e outros produtos cartográficos, porém, dotados de grande superficialidade e fragilidade na sua elaboração devido principalmente à ausência de repertório conceitual e metodológico”.

Diferentemente de outros trabalhos envolvendo representações cartográficas, onde o mapa desempenha um papel meramente ilustrativo ou secundário, optou-se por utilizar o mapa como elemento central das análises, de modo que seus conteúdos possibilitassem reflexões e enriquecimento do debate sobre a fome no Brasil, desmistificando conceitos aparentemente enraizados em nossa cultura e que atualmente servem de base para a implementação de políticas públicas. Assim, o

1. Nota-se que o cenário descrito, mesmo sendo de 20 anos atrás (2001), se manteve praticamente inalterado desde então.

fenômeno da fome foi tratado como um problema social, complexo, espacializável e umbilicalmente ligado à desigualdade na distribuição de alimentos e renda.

Afora a reduzida oferta e a qualidade discutível de alguns dos produtos cartográficos disponíveis, a pesquisa constatou que a sub-representação de áreas urbanas precarizadas ou de difícil acesso, além de outros territórios ou grupos marginalizados como moradores de rua, favelados, indígenas e quilombolas são alguns dos principais problemas existentes nos mapas da fome atuais. Contudo, para além das terríveis consequências que a própria realidade se encarrega de nos mostrar, inferiu-se que os mapas sobre a fome precisam evoluir para que se tornem um referencial na produção de estudos qualitativos interdisciplinares capazes de diagnosticar e medir a desigualdade e a segregação urbana, bem como balizar os debates públicos sobre o tema e a construção de alternativas de superação.

O lugar da cartografia na formação geográfica

Conforme aponta Girard (2017, p. 62-63), é imperativo ressaltar a importância da Cartografia Geográfica como área formal de conhecimento, base de apoio e reflexão de grande utilidade para a ciência de uma forma geral, e da necessidade de abertura de novas linhas de pesquisa e teorização que possam dotar este conhecimento de significado e sentido, sobretudo para a própria Geografia, onde, aparentemente, se percebe um importante distanciamento entre as teorias e suas possíveis representações. Nessa direção, a autora sugere a aplicação de três instruções básicas para o repensar do lugar da cartografia na formação geográfica, e alicerçar tanto o ensino como a prática profissional em Geografia: *a instrução do pensamento espacial, a instrução da leitura cartográfica e a instrução do fazer cartográfico*:

Na *instrução do pensamento espacial* enfatiza-se a observação, o olhar e situa-se a representação gráfica como momento da incorporação ou da compreensão da essência do observado. Se o observado é uma paisagem, uma fotografia

convencional, aérea ou orbital, ou mesmo um mapa, isso implicará em diferentes possibilidades de conhecimento. Instruir o pensamento espacial é potencializar o equipamento sensório-motor e a capacidade de abstração, o que implica, inclusive, na construção da noção de escala.

Na *instrução da leitura cartográfica*, o procedimento é, antes de mais nada, inquiridor. Além da análise da semântica da legenda, é preciso inquirir os porquês das coisas estarem ali, e do porquê daquelas coisas e não de outras. Ou seja, como aquela seleção de coisas ao serem grafadas colaboram na composição da mensagem e mesmo na sua coerência ou não, no que têm de contradição. Instruir a leitura cartográfica pautando-se na afirmação de que todo mapa carrega valores sociais, posto que é representação, contribui com a desconstrução do discurso corporativo na cartografia, que é elitista, e na desmistificação do fazer cartográfico. Em outras palavras, a qualidade do mapa deve ser reflexo direto da qualidade do raciocínio geográfico e não de suas habilidades para execução, exclusivamente.

Finalmente, a *instrução no fazer cartográfico*. Este fazer é, com efeito, considerado o “coração” das disciplinas cartográficas. Parece, às vezes, que a produção material suplanta em importância qualquer outra possibilidade para a cartografia. Medir, calcular, desenhar, colorir, manualmente ou com uso de ferramentas computacionais, transformam-se assim no divisor de águas entre os que sabem ou não sabem cartografia. É preciso resgatar ao profissional de Geografia o nobre papel de usuário de mapas. Não é o aperfeiçoamento técnico que o valoriza, mas sua competência analítica e propositiva. Todas as técnicas devem colaborar nesse sentido formativo. Portanto, o fazer cartográfico está, sim, em xeque. Ele não deve se encerrar no fazer o mapa, ainda que isso pareça ser contraditório. O fazer cartográfico no âmbito da formação em Geografia deve primar pelo uso potencial das representações cartográficas no processo de descoberta.

Diante do exposto, salientamos a necessidade de reconhecer a existência de um enorme distanciamento entre a cartografia temática e a segurança alimentar que, na prática, se traduz em uma constatação de que, embora existam estudos cartográficos sobre o assunto, não há como negar que são bastante escassos e mais raros ainda os que propõem inovações em termos cartográficos. A grande maioria dos trabalhos sobre o tema é composta de mapas corocromáticos² ou coropletos³, cujo viés é geralmente ilustrativo; o mesmo fenômeno sucede em relação ao processo de conceituação e implementação de bancos de dados geográficos, cujas bases epistemológicas pouco dialogam com os métodos e instrumentos da própria Geografia. Dentre os principais desafios sobre representações espaciais citados na pesquisa, merecem destaque os seguintes:

-
2. Mapas corocromáticos são mapas temáticos qualitativos ou ordinais onde o valor da variável geralmente é expresso por meio do uso diferenciado de cores ou, alternativamente, texturas ou padrões, dentro de uma representação zonal (área).
 3. Mapas coropletos ou coropléticos são mapas temáticos onde o valor da variável representada em valores relativos (índices ou porcentagens) coincide com as delimitações de cada área ou unidade administrativa como, por exemplo, os mapas com delimitações territoriais de Regiões, Estados e Municípios. O uso dos limites territoriais é reconhecidamente limitado para mostrar alguns fenômenos em cartografia, por outro lado, tem algumas vantagens como, por exemplo, possibilitar a comparação de territórios com diferentes populações ou variáveis. Um erro muito comum em mapas deste tipo é a representação de fenômenos quantitativos absolutos como população, número de eventos, ocorrências etc., uma vez que a variável valor (ou matiz), apesar de ser muito utilizada para expressar ordem ou hierarquia, não é a mais adequada para se representar quantidade e proporcionalidade (em termos de percepção visual, é muito difícil associar cores ou matizes a valores como dobro, triplo etc.). Além disso, o método coroplético possui limitações do ponto de vista da definição das classes e cores associadas à cada classe, uma vez que os intervalos adotados exercem uma forte influência no padrão espacial resultante e, conseqüentemente, na interpretação dos resultados. Assim, a depender da escolha das variáveis visuais e recortes estatísticos, um mesmo conjunto de problema muito recorrente é a excessiva influência das áreas/unidades territoriais na percepção global do mapa (áreas de grandes dimensões acabam dominando a percepção visual que se tem do mapa, mesmo que os valores associados a ela não sejam os mais relevantes).

- Enfrentar o discurso ideológico presente nas representações espaciais;
- Equalizar formas de representação cartográfica frente os constantes avanços tecnológicos e teorias científicas emergentes;
- Delinear limites e horizontes epistemológicos para as representações visuais a partir de diferentes concepções de espaço (tendo a Geografia como referencial teórico); e
- Adequar os modelos das representações visuais a um paradigma urbano, globalizado, dinâmico, multifuncional e multitemporal.

A esse respeito, entende-se que uma leitura “*crítico-cartográfica*” poderia enriquecer a compreensão da fome ao promover uma reflexão teórica sobre o espaço geográfico, utilizando a cartografia como uma linguagem que expressa os conhecimentos desenvolvidos na área, ao invés de ser vista como uma prática autônoma (ela pode ser comparada com outras formas de representação: paisagem, iconografia, literatura, depoimentos pessoais etc.). Isso implica em aceitar que os mapas (como qualquer outra produção intelectual) não são instrumentos neutros e imparciais, mas sim, fontes de saber e poder, que possuem autoria, intencionalidade e propósitos claros, refletindo processos sociais e estruturas de poder que condicionam o espaço.

Revisitando os mapas da fome

Ao revisitar vários dos mapas da fome elaborados nos últimos 30 anos, nota-se que eles expressam um padrão muito característico, visivelmente expresso nos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Padrões Dominantes dos Mapas da Fome Analisados



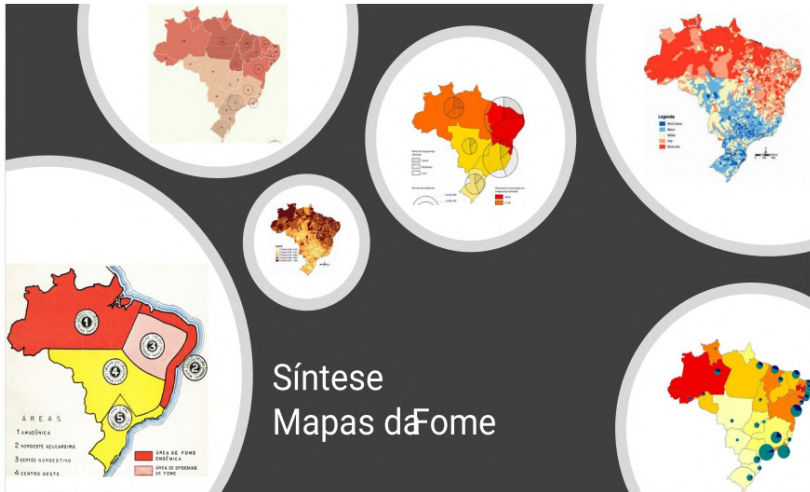
Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os 33 mapas analisados durante a pesquisa, observou-se a predominância dos mapas de abrangência nacional (25x) com recorte macrorregional (13x), seguido por estados e municípios (5x cada). Considerando os conceitos chave da Geografia, as unidades de análise mais frequentemente utilizadas foram o território (24x) seguida por região (7x). Quanto aos temas, o mais recorrente foi a insegurança alimentar

(12x), seguido por carências nutricionais (4x) e áreas alimentares (3x). Em relação às formas de representação, o método mais utilizado foi o corocromático ordenado (13x) e o misto (combinação corocromático ordenado + círculos de tamanhos proporcionais - 12x). Os tipos de representação mais recorrentes foram as representações quantitativas relativas (12x) e em seguida as qualitativas e quali-quantitativas (6x cada). Uma breve síntese do Padrão Dominante dos Mapas da Fome foi apresentada a seguir:

- repetem quase sempre os mesmos temas (a maioria é uma reprodução do Mapa da Fome da FAO, ou de Geografia da Fome [Castro, 1946], ainda que com os dados atualizados);
- seja a nível mundial ou nacional, as representações seguem unicamente uma lógica baseada nas categorias de análise territoriais ou regionais (país, região, estados e municípios) e pouco dialogam com as demais categorias de análise da Geografia (espaço, paisagem, lugar, entre outros);
- expressam de forma muito precária as métricas populacionais, o urbano e suas contradições e desigualdades e, até mesmo, as condições de saúde da população e suas vulnerabilidades;
- vários temas relevantes foram sub-representados ou estão ausentes das representações;
- não conseguem se desvencilhar dos modelos de representação usuais, posto que, em sua maioria, são mapas coropletos/corocromáticos e, em alguns casos, representações quantitativas de números absolutos (círculos de tamanhos diferentes);

Outro dado a ressaltar nos mapas existentes diz respeito à aparente contradição entre aquilo que os mapas não mostram e o próprio conteúdo textual do estudo realizado. Isso fica muito evidente quando

Figura 1: Síntese: Padrão Dominante nos Mapas da Fome

Fonte: Elaborado pelo autor.

se analisa a omissão dos mapas em relação às populações urbanas vulneráveis e/ou grupos marginalizados (estes grupos geralmente são citados nos textos de forma recorrente). Nota-se, pela imagem acima, que os mapas, ainda que apresentem gênese e temáticas variadas, tendem a repetir quase sempre o mesmo padrão socioespacial historicamente reproduzido em outros estudos (no caso brasileiro: norte/nordeste subdesenvolvido em oposição ao sul/sudeste mais desenvolvido).

Delineamento do Estudo

O referido estudo consistiu em uma análise transversal exploratória de mapas, de natureza quali-quantitativa, aplicada ao tema da fome. O banco de dados foi elaborado de modo a evidenciar onde estariam os *hotspots* da fome no Brasil, isto é, buscou representar as áreas com maior probabilidade de se verificar a prevalência da fome *a partir do mapeamento das populações vulneráveis disponíveis em bases de dados*

oficiais. Em um primeiro momento, o foco principal da pesquisa foi tirar estes grupos da invisibilidade e estimar a sua população, sem necessariamente detalhar o grau de insegurança alimentar. O estudo considerou o Brasil como unidade de análise, porém, a fim de se evitar as distorções territoriais sobre os dados populacionais, ao invés de representações estratificadas por unidades da federação (regiões, estados e municípios) ou setores censitários, optou-se preferencialmente pela utilização da Grade Estatística do IBGE. O sistema de grade apresenta uma série de vantagens quando comparado com o sistema tradicional de disseminação de dados censitários através de unidades geográficas que representam divisões político-administrativas ou operacionais, a saber: estabilidade espaço-temporal, adaptação a recortes espaciais, hierarquia, flexibilidade e versatilidade. Na ausência de outras informações disponíveis, os dados e bases cartográficas nos moldes disponibilizados pelo IBGE (municípios e setores censitários) permaneceu como fonte de dados secundária a ser utilizada. Na organização do banco de dados georreferenciados foi definida uma base cartográfica com os seguintes planos de informação no formato *shapefile*: Grade Estatística (IBGE, 2010), densidade, mapa de localidades, mapa de isolinhas de localidades, áreas indígenas e quilombolas, favelas e assentamentos precários. O sistema de projeção utilizado foi o UTM (Universal Transversa de Mercator), *Datum* SIRGAS 2000, e a escala de trabalho adotada foi 1:1.000.000. Os SIGs utilizados foram: QGIS 3.32, ArcGIS 10.1 e Philcarto. Quanto à metodologia, o fator mais importante a descobrir inicialmente era onde estariam localizados os grupos vulneráveis (territórios da escassez), e qual a sua ordem de grandeza (podendo ser segregadas por grupos / locais etc.); o próximo passo foi a construção de formas de representação daquilo que se queria demonstrar; retirou-se do mapa todas as informações que poderiam servir como elemento de distração, de modo a enfatizar ao máximo a informação principal; a análise do conteúdo era sempre posterior à geração do mapa e, caso necessário, foram acrescentadas informações posteriores para ajudar a entender a análise: textos, legendas etc.;

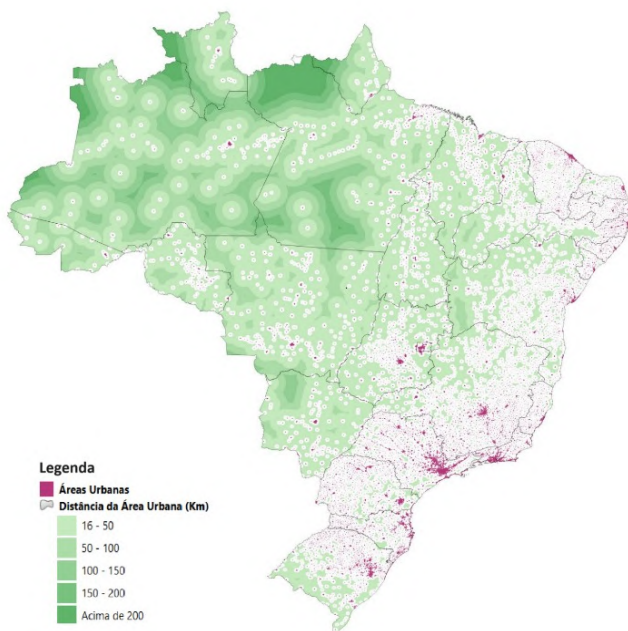
e, por fim, foram realizadas análises comparativas entre os mapas e outras formas de representação disponíveis para validar os resultados (textos, imagens, fotos, gráficos etc.).

Mapeando os territórios da escassez (os invisibilizados)

Na pesquisa, foram apresentados quatro recortes de grupos vulneráveis que, por fatores diversos, são reconhecidamente afetados pela fome e, ao mesmo tempo, invisibilizados dos mapas: (i) populações distantes dos centros urbanos; (ii) comunidades indígenas e quilombolas; (iii) favelas e assentamentos urbanos precários; e (iv) moradores de rua.

A Espacialidade dos Lugares Distantes

O Mapa 1 considerou-se que o fator distância em relação às áreas urbanas e outras localidades seria uma variável relevante para se determinar a vulnerabilidade alimentar dos grupos analisados, devido à proximidade em relação às formas de aquisição de alimentos. O gradiente de distribuição das isolinhas distância-tempo, mostra as regiões Norte e Centro-Oeste com baixa ocupação e prevalência de territórios muito distantes de qualquer localidade urbana (áreas em verde), o que dificulta a aquisição de bens e insumos de primeira necessidade pelos grupos vulneráveis e sem acesso à terra. Nestes locais residem atualmente 4,5 milhões de pessoas e, deste total, 95% residem a menos de 50 km dos centros urbanos. O padrão de ocupação geralmente se dá ao longo da extensa rede hidrográfica e, em menor grau, das rodovias. O principal meio de transporte nestas regiões são as hidrovias, cujas velocidades de deslocamento são muito inferiores às rodovias, o que restringe o acesso das áreas em verde. Os estados de Goiás e Distrito Federal, por sua vez, apresentam um padrão intermediário. Já a porção leste do Brasil (em branco) é visivelmente mais consolidada, contudo, existem diferenças muito significativas entre as várias regiões com a maior concentração de áreas urbanas no Sudeste e em praticamente toda a costa litorânea. Todavia, nota-se que o padrão de ocupação bra-

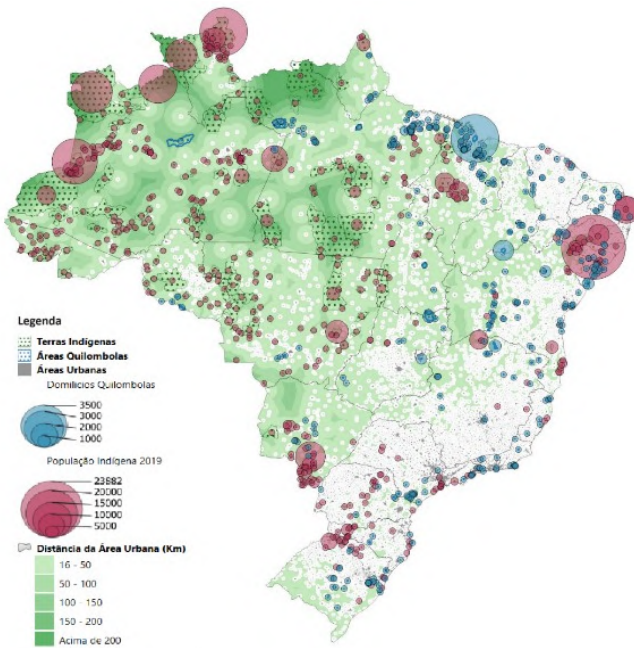
Mapa 1: Isolinhas - Distância de Áreas Urbanas

Fonte: Elaborado pelo Autor com dados do IBGE (2010)

sileiro difere bastante da tradicional regionalização N/NE versus S/SE descrito nos mapas anteriores, elaborados a partir de bases territoriais.

A Espacialidade dos Grupos Étnicos (Indígenas e Quilombolas)

Os territórios tradicionais são unidades geográficas onde são agrupadas comunidades que compartilham os mesmos recursos ambientais e, conseqüentemente, conflitos e ameaças socioambientais semelhantes, como a luta pelo reconhecimento da posse de suas terras. Soma-se a este fato a pressão e conflito incessantes visando à exploração e à ocupação das reservas pelas atividades ilegais de garimpo

Mapa 2: População em Terras Indígenas e Quilombolas, 2019

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2010)

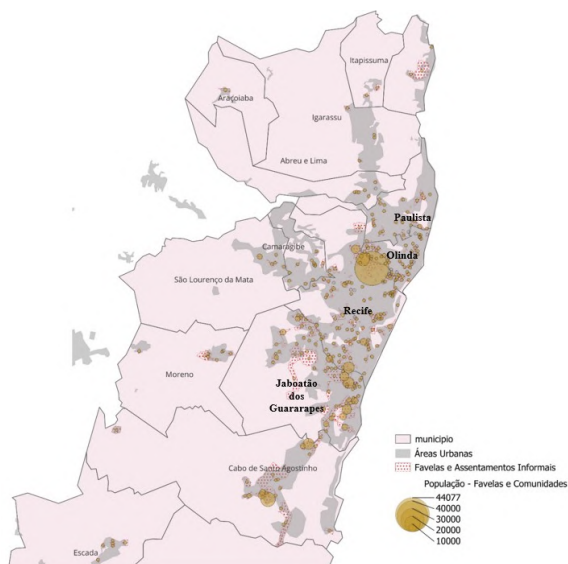
e extração de madeira, comprometendo os recursos naturais (contaminação da água por metais pesados, redução dos recursos naturais, limitação da caça e pesca, entre outros), inibindo as possibilidades de manutenção dos modos de vida ancestrais.

Nos mapas das populações indígenas e quilombolas (Mapa 2), além das variáveis populacionais quantitativas, considerou-se que o fator distância em relação às áreas urbanas (áreas em verde) também seria uma variável relevante para o entendimento da vulnerabilidade dos grupos analisados. Em termos absolutos, os grupos indígenas totalizam cerca de 817.963 indivíduos sendo que aproximadamente 502.783 destes

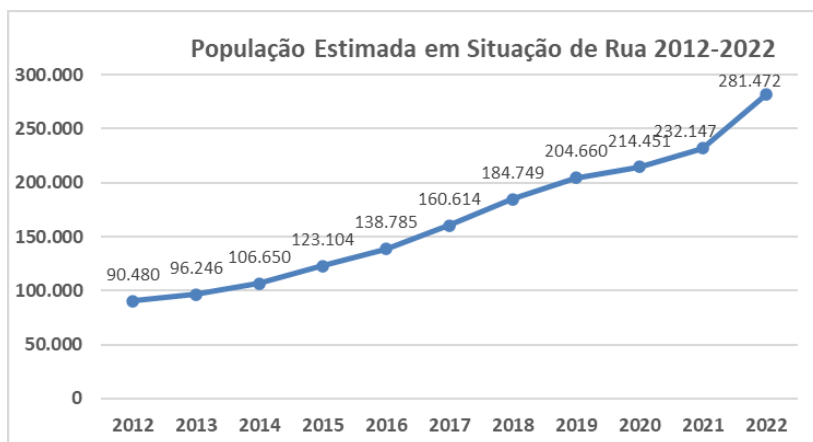
indivíduos vivem na zona rural e 315.180 em zona urbana. As terras indígenas estão distribuídas por todo o território brasileiro, sendo a grande maioria na Região Norte, havendo inclusive uma concentração importante nos locais mais distantes das áreas urbanas do país (áreas em verde escuro). As terras quilombolas, por sua vez, totalizam cerca de 43.130 famílias (aproximadamente 200 mil indivíduos), segundo o IBGE, e se distribuem predominantemente nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para os estados do PA, MA e região oeste da BA. Nas regiões sul e sudeste, existe uma concentração importante no RS e no sul do estado de SP.

Favelas e Assentamentos Precários

Mapa 3: Áreas Urbanas Precárias no Recife, 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2010)

Gráfico 2: População Estimada em Situação de Rua 2012-2022

Fonte: IPEA (2022)

Segundo o IBGE, em linhas gerais, estes locais se caracterizam por um conjunto de unidades habitacionais (barracos, casas etc.) de ocupação informal em área pública ou particular, em sua maioria, carentes de serviços públicos essenciais e geralmente dispostas de forma desordenada e adensada. Em 2019, o órgão estimava haver pelo menos 13.151 aglomerações precárias no Brasil, localizadas em 734 municípios, totalizando 5.127.747 domicílios (mais de 16 milhões de indivíduos). Ainda que possa haver outros locais e tipologias de exclusão presentes no espaço urbano brasileiro, no exemplo apresentado (Mapa ?? e Gráfico ??), nota-se que as aglomerações precárias são recorrentes e muito bem delineadas na grande maioria das grandes cidades brasileiras, servindo de “locus” privilegiado da desigualdade.

Moradores de Rua

Segundo dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a população de rua no Brasil ultrapassou 281 mil pessoas em 2022

(Figura ??). No período de dez anos, entre 2012 e 2022, o crescimento desse segmento vulnerável foi de aproximadamente 211%, enquanto no mesmo período, segundo o IBGE, o incremento populacional brasileiro foi de aproximadamente 11%. Por se tratar de uma população sem local fixo, a espacialização é sempre sub-representada, o que por si só já demonstra o grau de invisibilidade e total falta de atenção do Estado para com estes grupos.

Considerações Finais

A experiência brasileira no combate à insegurança alimentar reconhece a existência de enormes avanços nas formas de diagnóstico e enfrentamento da fome. Contudo, os retrocessos recentes também evidenciaram as fragilidades das políticas públicas implantadas até então, bem como a necessidade de promover ajustes e fortalecer as garantias estruturais para manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos de análise e controle dos programas sociais.

No curso da pesquisa, o país retratado difere substancialmente daquele que sempre apareceu (e continua aparecendo) nos mapas da fome analisados anteriormente. Neste novo cenário proposto, desvinculado dos recortes territoriais e com maior enfoque nos padrões demográficos, a divisão entre dois Brasis existe, porém, a segmentação é mais homogênea quando se fragmenta o país entre Leste e Oeste, e não entre Norte e Sul, sendo o Oeste um país predominantemente rural/inexplorado, de grandes dimensões e muito rarefeito, enquanto o Leste é um país medianamente urbanizado onde ainda impera a desigualdade e os contrastes sociais, sobretudo nas grandes cidades.

Quanto às formas de representação, o uso da grade estatística do IBGE em escala nacional demonstrou ser um instrumento muito versátil, na medida em que possui um comportamento semelhante a uma imagem *raster*, permitindo a realização de operações *booleanas*, interpolações, geração de isolinhas, mapas de calor etc.. Embora não se possa desconsiderar a utilidade das bases de dados agregados e a parametrização dos resultados para a elaboração de mapas temáticos, é

preciso reconhecer que parte das críticas aos métodos da homogeneização dos resultados em detrimento das particularidades dos fenômenos, originários da geografia quantitativa, procede em vários de seus argumentos, portanto, para a validação destes estudos, é necessário recorrer a outros instrumentos de análise que a ciência geográfica dispõe.

Quanto ao conteúdo dos mapas, restou demonstrada a possibilidade de localização e quantificação de grandes contingentes de populações em situação de vulnerabilidade (mapas de isolinhas, indígenas/quilombolas e favelas/assentamentos precários), basicamente, com os mesmos conjuntos de dados disponíveis nas bases de dados oficiais, contudo, sem a necessidade de utilização de recortes territoriais político-administrativos. Uma breve síntese do mapeamento dos territórios da escassez demonstra que os grupos invisibilizados nos mapas correspondem a mais de 10% da população brasileira, conforme discriminado a seguir:

Quadro 1: Síntese de Populações Invisibilizadas

Síntese de populações invisibilizadas	Não Urbana	Urbana	Total
i. Lugares Distantes	3.800.000	-	3.800.000
ii. Indígenas	502.783	315.180	817.963
Quilombolas	200.000	-	200.000
iii. Favelas e Assentamentos Precários	-	16.000.000	16.000.000
iv. Moradores de Rua	-	281.472	281.472
TOTAL	4.502.783	16.596.652	21.099.435

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, os mapas elaborados segundo os moldes descritos aparentemente estão em maior sintonia com as observações da paisagem e as conclusões de diversos estudos científicos e literários, que apontam uma prevalência da fome nas áreas urbanas e não dispersas uniformemente segundo os limites administrativos. Sob esse aspecto, constatou-se que as análises espaciais dos territórios alimentares são plenamente capazes de suportar novas e criativas abordagens além

dos mapas coropletos/corocromáticos ou representações quantitativas, e os resultados da pesquisa demonstram haver maior aderência e sintonia com a realidade expressa na paisagem e nos textos científicos ou literários analisados quando não se ignoram os territórios excluídos.

Referências Bibliográficas

- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <http://urlib.net/ibi/6qtX3pFwXQZ3ukuKE/BQGus>.
- FONSECA, F. P.; DUTENKEFER, E. Aspectos metodológicos na elaboração de mapas temáticos do Rio Grande do Norte. In: DANTAS, A.; ARROYO, M. CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte: novas materialidades, novas dinâmicas**. Natal: Sebo Vermelho, 2018, p. 313-379.
- GIRARDI, G. Cartografia Geográfica: Reflexões e contribuições. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 87, p. 45-65, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/695>.
- KEPLE A.W, SEGALL, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, jan. de 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/>.
- RIBEIRO JUNIOR, J.R.S. et al. **Atlas das situações alimentares no Brasil: A disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo: A disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021. <https://ifz.org.br/atlas-das-situacoes-alimentares-no-brasil/>.

Inventário participativo do Arouche LGBTQIA+: A memória escondida nas ruas

Ana Paula Itocazo Soida

Introdução

Este artigo analisa a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Arouche LGBTQIAPN+, no centro de São Paulo. O Largo do Arouche é conhecido há décadas por ser um polo de encontro da comunidade dos mais diferentes estratos sociais. Ali se concentra uma rede consolidada de comércio e serviços especializados voltados a esta população. O Inventário Participativo foi realizado como resposta ao processo de gentrificação que ocorre no centro da cidade, em especial ao projeto de reforma do largo, que ameaça a permanência dos mais pobres, periféricos e marginalizados da sociedade. O resultado da pesquisa provou que a região Arouche LGBTQIAPN+ é realizada por pessoas criativas de todos os estratos sociais e que os mais pobres e marginalizados são também dignos do direito à memória e de permanência no espaço que construiu.

A comunidade LGBTQIAPN+ e o Arouche

O Largo do Arouche é uma área verde de aproximadamente 640m, recortada em praças, no distrito da República, centro de São Paulo. Até meados do século XIX, a cidade de São Paulo era um pequeno burgo, concentrada no chamado “triângulo histórico” no atual distrito da Sé. O largo encontrava-se então às margens do burgo e era ocupado por chácaras. O nome é uma homenagem do tenente-general José Arouche Redon, militar que primeiro delimitou os limites do largo com a intenção de transformá-lo em campo de treino militar. Nas décadas seguintes, a cidade se expandiu e avançou por sobre a região

do largo, rumo ao oeste. Na década de 1930, o largo foi reformado, recebendo traçados europeus e caminhos internos bucólicos. Com a política rodoviarista, o largo passou por novas transformações e acabou recortado em praças menores, cedendo espaços a vias automobilísticas. Na primeira metade do século XX, a região do Arouche era ocupada e frequentada pela elite paulista. Além da praça em si, outros atrativos ali se instalaram, como a Academia Paulista de Letras e os famosos restaurantes, o francês O Gato que Ri e o italiano La Casserole, existentes ainda hoje.

Na década de 1960, porém, os investimentos públicos e privados dariam um impulso rumo ao vetor sudoeste da cidade, como já bem descrito por Frúgoli Jr. (2000). Contribuíram para isso tanto o esgotamento do espaço disponível para escritórios e empresas (CARLOS, 2005), a configuração de novo mercado financeiro durante o chamado “milagre brasileiro”, e governo autoritário imposto em 1964, que passou a atuar sobre o urbano, sobretudo através do Plano Urbanístico Básico do Município de São Paulo (FRÚGOLI, 2000). Assim, tanto empresas quanto habitantes deixaram o centro da cidade para ocupar bairros como Jardins e Pinheiros, criando novas áreas nobres ao mesmo tempo. A nova configuração do centro, contudo, fez diminuir os preços imobiliários e o custo de vida e tornou-se, então, uma possibilidade de moradia para habitantes da periferia e imigrantes. Com a instalação do sistema metroviário, na década de 1960, e a implantação de terminais de ônibus, o centro ficou cada vez mais popularizado. Sem interessar aos investidores, o centro começa um processo de abandono material e má zeladoria urbana.

Resumindo:

O processo de crescente popularização do Centro, a partir de meados dos anos 60, foi concomitante ao início da evasão de empresas e bancos para outros subcentros, à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio de seu valor imobiliário. Deve-se observar que se está frisando a concomitância de ambos os processos, não a determinação do primeiro sobre o segundo, a fim de se evitar o velho

jargão ideológico que sustenta que é a presença maciça das classes populares a responsável pela deterioração de determinados espaços da cidade. *Considero, antes de tudo, a lógica do desenvolvimento urbano rumo a outras regiões da cidade – fruto de decisões tanto do poder público, como da iniciativa privada – o principal fator de deterioração, o que gera queda na qualidade dos serviços públicos e das edificações das áreas abandonadas por ais investimentos.* (Frugoli, 2000, p. 61, grifo meu).

Mas o processo migratório da elite e as trocas populacionais nos espaços não são frutos do acaso. É, na verdade, um retrato do movimento calculado valorização-desvalorização-revalorização espacial descrito por Gloria Alves (2001). Os espaços da cidade são peças no arcabouço especulativo para manter o mercado sempre aquecido. A balança da especulação imobiliária funciona somente em desequilíbrio. É preciso sempre ter regiões valorizadas e outras em movimento contrário para se manter o fluxo de evasão e atração financeira. Na segunda metade do século XX, o centro de São Paulo desvalorizava-se, era ocupado por pessoas mais pobres que mantinham a vida e certa zeladoria, enquanto investidores aguardavam o momento certo de retornar.

A terceira fase da tríade de Alves se torna mais evidente no século XXI. Já na primeira década do milênio, o centro se vê como palco de diversos projetos de reformas urbanas, que prometem “revitalizar” a área central. Contudo, o centro jamais esteve esvaziado ou sem vida. Pelo contrário, a população pobre manteve a área, produzindo e reproduzindo essa parte da cidade. Esconde-se nas intenções de “revitalização” a ideologia do *rent gap* de Neil Smith (2000), semelhante ao discurso de Gloria Alves. Assim como a ideologia “racionalista” dos economistas e demais especialistas produtivistas, na qual o valor de troca deve ditar os rumos da cidade (LEFEBVRE, 2016).

A região do Arouche é ocupada pela comunidade LGBTQIAPN+ desde pelo menos a década de 1970. Nesse período, já era um local de sociabilidade, assim como de prostituição de travestis e michês. A

ex-profissional de sexo e artista, Diana Pequeno, uma das entrevistadas no Inventário Participativo, falou de seu elo de afeto com a região.

Por um bom tempo, eu frequentei as praças. E a primeira praça que eu frequentei foi o largo do Arouche. Naquela época, o Largo do Arouche, o tumulto de hoje, o encontro dos gays, das travestis, da sapatão, era tudo no Largo do Arouche. Esses barzinhos que têm do lado de cá, era tudo sapatão, de gay. Então a gente ficava ali, no Largo do Arouche (...). Aí eu pegava o horário de fazer show. E o povo deixava eu fazer show nas casas mesmo e continuei fazendo. Então é ali, o Largo do Arouche é a referência, mais que a Praça da República. (Diana Pequeno, entrevista realizada em 18/06/2022).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) o Arouche era constantemente alvo de operações policiais de repressão focadas na comunidade LGBTQIAPN+, principalmente nas travestis. Há diversos relatos das barbaridades cometidas pelas forças armadas, de prisões arbitrárias à execuções nas ruas. Mesmo após o fim da Ditadura, a repressão continuou sob a gestão do prefeito biônico Paulo Maluf. Em 1980, foi anunciada a Operação Cidade, com o intuito de “limpar a área central da presença de prostitutas, travestis e homossexuais” (BRASIL, 2014, p. 307), sob o comando do delegado Wilson Richetti, da Delegacia Seccional do Centro. A mais famosa dessas operações, a Operação Tarântula, mirou especificamente nas travestis e prostitutas, resultando em corpos nas ruas ou desaparecidos. Outras operações foram realizadas nas ruas do centro, como a Sapatão, que tirou mulheres lésbicas e bissexuais de bares e as levou para serem fichadas e/ou extorquidas.

Mas a comunidade não sofreu silenciosamente. Para sobreviver, foi preciso sair às ruas. O efeito contrário à repressão foi o fortalecimento da sociedade organizada. Em 1980, foi criado o Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, considerado um dos primeiros grupos brasileiros. Do SOMOS, nasceria o Grupo Lésbico Feminista (LF), um dos primeiros grupos lésbicos do país. Em 13 de junho de 1980, ocorreu nas escadarias do Theatro Municipal o que é considerado o primeiro ato LGBTQIAPN+ do Brasil. Um grupo de quase mil pessoas se uniu

com faixas e dizeres contra a violência policial e pela destituição de Richetti como delegado da Seccional Centro. O grupo caminhou pela Avenida São João e atravessou o Largo do Arouche aos gritos de “O Arouche é nosso!” (TREVISAN, 2018).

Durante a década de 1980, outro terror acometeu a comunidade, a epidemia da AIDS/HIV. Esta epidemia causou pânico no sistema de saúde, e as pessoas infectadas foram deixadas à própria sorte, pois não se sabia como a infecção se espalhava entre os corpos. Um fato era certo: a doença acometia mais os homossexuais e os profissionais de sexo. Assim, para muitos, a doença era mais uma forma de limpar a cidade, pela foice da morte. Contudo, o medo e a morte levou à ação e ao altruísmo. Pessoas, como a travesti Brenda Lee, abrigaram os doentes abandonados tanto pelo poder público quanto pelos familiares.

A ativista Neon Cunha contou, para a pesquisa, que, por ser nova (de idade e de profissão nas ruas), era tratada como moeda de troca entre as prostitutas e os policiais. Por ser nova, significava que estava “limpa”, ou seja, livre de HIV. Tal fato fazia dela uma peça de alto valor aos abusos dos agentes do Estado.

A repressão e a crise sanitária e de saúde, contudo, impulsionaram os movimentos organizados. Pessoas da comunidade viram-se obrigadas a sair de seus anonimatos e se fazerem ouvidas pela sociedade e pelo Estado. Assim, emergiram diversos grupos organizados em defesa da vida e dos direitos humanos das pessoas LGBTQIAPN+. Nas décadas seguintes, são muitas as conquistas obtidas pela lutas desses grupos, como o direito à relação civil estável, a retirada da homossexualidade e transexualidade dos CID e a equiparação dos crimes homofóbicos aos crimes por racismo.

É preciso salientar, entretanto, que o Brasil é ainda um país que mata pessoas por suas identidades sexuais e de gênero. O mesmo país que abriga a maior Parada do Orgulho LGBTQ+ do mundo é também o que mais mata pessoas transexuais (BENEVIDES, 2022). A região do Arouche espelha essa realidade contraditória que é a vivência LGBTQIAPN+ no país. Parte da elite paulista deixou o centro da cidade na

segunda metade do século passado, mas as pessoas da comunidade até hoje frequentam o Arouche por ser este um espaço de sociabilidade como poucos no mundo. Mas para pessoas pobres e marginalizadas e, portanto, com menos liberdades de consumo e ir e vir, o Arouche é um dos poucos espaços possíveis de realização da vida.

Em 2024, São Paulo já conta com diversas centralidades LGBTQI-APN+ espalhadas pela cidade, como bares e centros culturais. Porém, o Arouche ainda é uma ilha no centro para aqueles que querem diversificar os lugares de vivência e, principalmente, para aqueles que não podem desfrutar de outras centralidade, como, por exemplo, moradores de cidades pequenas onde o anonimato é dificultado. Por isso, de sexta-feira a domingo, as calçadas da Avenida Vieira de Carvalho, que conecta o Largo do Arouche à Praça da República, outro histórico centro LGBTQIAPN+, ficam lotadas de moradores de bairros nobres, travestis, pessoas em situação de rua, profissionais liberais, profissionais de rua, bebendo drinks ou outros álcoois em caixas de isopor, conversando, flertando e dançando.

Apesar da efervescente vida local, em 2017, o então prefeito João Doria (PSDB) tornou pública sua intenção de transformar o largo em uma *Petit Paris*, uma *promenade* francesa. O projeto “Revitalização do Largo do Arouche” foi apresentado no ano seguinte e previa a construção de arquibancada, quiosque para a Polícia Militar, quiosque LGBT+, reforma do mercado de flores, espaço de ginástica para jovens e idosos e um *boulevard*, ou seja, um caminho automobilístico, mas com desnivelamento menor em relação à calçada peatonal.

Moradores e ativistas atentos questionaram as razões e objetivos por trás do projeto. O largo é bastante utilizado. Há, por exemplo, moradores passeando com cachorros, pessoas tomando sol nos bancos e transeuntes. Há também pequenos eventos festivos, artísticos e esportivos que se utilizam de estruturas móveis. Como reflexo da realidade central, há também consumo de drogas, pessoas em situação de rua, lixo acumulado e a má zeladoria é notável. Nada que justifique,

contudo, um projeto de “revitalização”, pois uma intenção de zeladoria e de diminuição de danos seriam mais cabíveis.

O mais alarmante, entretanto, foi a apresentação do que se esperava do novo largo. O Arouche pós-reforma foi apresentado em imagens fixadas nos tapumes de obras e consistia em pessoas brancas, com vestimentas e comportamentos que não eram comuns no Arouche real.

O Coletivo Arouchianos LGBTQIAPDN+, tomando conhecimento de tal projeto, iniciou uma jornada para impedir sua execução por temer a valorização imobiliária da região e, conseqüentemente, a expulsão das pessoas mais pobres. Paralelamente, se aliou a outro Coletivo, a REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial), para pesquisar o patrimônio cultural LGBTQIAPN+ do Arouche. Como a pesquisa objetivava o direito à permanência das pessoas mais pobres e fragilizadas diante da gentrificação, o Inventário Participativo centrou sua atenção em um recorte específico da população: pessoas pobres, pretas, trans, travestis, migrantes, indígenas, periféricas e marginalizadas.

O Inventário Participativo de Referências Culturais e o Arouche

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

Ou seja, patrimônio cultural é aquilo que os grupos sociais anunciam como tal, independente do reconhecimento pelo Estado (MENESSES, 2012). Ao identificar as pessoas comuns como autoras e mantenedoras de seus patrimônios culturais, significa reconhecê-las como sujeitos, produtores da cidade e, conseqüentemente, detentores de direitos à memória e à manutenção de suas culturas e modo de viver.

O Inventário Participativo de Referências Culturais foi realizado entre 2021 e 2022 com o objetivo de reconhecer os produtores daquela

parte da cidade. A metodologia foi baseada no Manual de Aplicação (Iphan, 2016) desenvolvido e publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério da Educação (MinC). O uso de tal metodologia institucional é uma estratégia para favorecer o respeito ao trabalho pelos órgãos governamentais e acadêmicos.

Além de exercícios de observação, de deriva e conversas informais, foram entrevistadas pessoas históricas do local, representativas do recorte social. Assim, foram entrevistadas mulheres negras de pele escura ou clara, travestis, artistas, prostitutas, ativistas, convivendo com o HIV, lésbicas e em condição de rua.

Foram identificadas 40 referências culturais desenvolvidas e mantidas pela comunidade LGBTQIAPN+ no Arouche, conforme o Quadro 1. As referências foram classificadas em sete categorias. Cada categoria reúne práticas semelhantes, mas é o conjunto das referências que conforma o universo cultural.

Abaixo, aprofundo-me em algumas das referências que evidenciam a cultura do Arouche e a apropriação e realização da cidade por esse grupo social.

Performance drag e transformista: consiste em técnicas de figurino, maquiagem, danças e movimentos performáticos, como o *lip sync* (dublagem). É uma arte de entretenimento passada entre gerações nos camarotes das casas de shows. A “montagem”, ou seja, a produção de maquiagem e figurino, assim como a performance, refletem a vivência da mulher trans, a celebração da arte e do gênero.

Atualmente, a performance conhecida como *drag queen* é propagandeada por celebridades como Pabllo Vittar e Gloria Groove no Brasil, e RuPaul, internacionalmente. O rol de praticantes é mais variado e hoje a prática é exercida por gêneros diferentes, existindo também a figura do *drag king*, por exemplo.

Pajubá, como Forma de Expressão: trata-se de um dialeto/código oriundo do Iorubá, desenvolvido pelas mulheres trans e travestis. O pajubá, além de servir como elo linguístico dentro da comunidade, tam-

Quadro 1: As referências culturais identificadas no território do Arouche LGBTQIAPN+

Categoria	Referência Cultural
Edificações	• Centro de Referência e Defesa da Diversidade Sexual Brunna Valin (CRD Brunna Valin) • Coreto da Praça da República • Delegacia Seccional de Polícia do Centro • UBS Santa Cecília
Formas de Expressão	• Arte Urbana de Resistência • Atos eventos dominicais Arouchianos • Blocos LGBTQIAPN+ • Pajubá • Performance Drag e Transformistas • Publicações Marginais • Teatro de Grupo
Lugares	• Aparelha Luzia • Café Vermont • Círculo de Acolhimento e Saúde • Circuito de Saunas e Cinemas • Circuito de Bares • Baladas e Restaurantes • Ferro's Bar • Geledés: Instituto da Mulher Negra • Largo do Arouche • Museu da Diversidade Sexual • Ocupação Arte e Cultura LGBTQIAPN+ • Praça da República • Ruas do Triângulo • Sindicato dos Artistas • Sindicato das Prostitutas
Marcadores do Tempo	• Calendário LGBTQIAPN+
Naturezas	• Chichá • Memória Viva LGBTQIAPN+ Arouchianos
Objetos	• Estátua Amor Materno • Estátua Depois do Banho • Estátua Índio Caçador • Estátua Luiz Gama • Namoradeira
Saberes	• Associativismo Comunitário • Conhecimentos da Montagem Transformista e Drag

Fonte: Elaborado pela autora.

bém funciona como uma forma de proteção contra violências sofridas pela população trans. Pode ser usado, por exemplo, para comunicar que tal cliente é violento. Assim, o pajubá é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de autoafirmação e de identificação e resistência. Nos últimos anos, o dialeto tem sido mais conhecido pelo público em geral, figurando até em exercício do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Porém, é importante respeitar a vontade dos praticantes em mantê-lo como um código, ou seja, como indecifrável pelos de fora.

Ruas de trabalho, como Lugares: são ruas em que as profissionais do sexo atraem seus clientes, mas são também espaços de proteção e sororidades. A profissão do sexo é a única fonte de renda encontrada para muitas mulheres trans e travestis, devido à transfobia e à baixa escolaridade das pessoas trans em geral, já que muitas deixam ou são expulsas de casa ainda na infância ou juventude. Segundo a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (BENEVIDES, 2022), 90% da população trans usa a prostituição como fonte primária de renda.

Nas ruas, as mulheres criam redes de apoio e ajuda mútua, recebem e repassam os ensinamentos das ruas, do trabalho clandestino, sobre como tratar com clientes e forças policiais, por exemplo. As ruas são configuradas em subterritórios, separando pontos de travestis, mulheres cis e homens cis, cada um com suas características. O conjunto das ruas muda conforme muda a dinâmica da cidade. Com a gentrificação ocorrendo, a ocupação das mulheres travestis está em movimento em direção ao centro da cidade.

Estátuas, como Objetos: o Largo do Arouche e mediações possuem diversas estátuas. Algumas são bustos de escritores e relacionam-se com a Academia Paulista de Letras. Outras, foram instaladas no local em momentos diversos, sem relações profundas com o largo ou a população local. Quatro dessas estátuas foram apropriadas e ressignificadas pela comunidade LGBTQIAPN+. A estátua *Depois do Banho* é uma arte em mármore sobre base de granito, do escultor Victor Brecheret. É uma figura nua, com seios à mostra, deitada. A protuberância discreta na altura da virilha é interpretada pela comunidade como uma neça aquendada (um pênis escondido, no pajubá). Assim, aquela figura é vista como uma semelhante, uma mulher trans ou travesti.

Uma outra estátua é uma homenagem à *Luiz da Gama*, advogado autodidata e intelectual brasileiro negro, que lutou para libertar negros escravos no século XIX. O busto foi inaugurado em 1931 no largo por esforço da imprensa negra paulistana. Após a inauguração, houve cortejo do largo até o túmulo do advogado no Cemitério da Consolação.

A estátua continua até hoje como ponto de encontro de movimentos negros, como caminhadas, atos por direitos e artísticos. No Largo do Arouche, Luiz da Gama ajuda a pensar sobre a vivência de corpos negros LGBTQIAPN+.

Publicações Marginais, como Forma de Expressão: foram boletins, jornais, revistas e outros periódicos direcionados ao público LGBTQIAPN+ e que circulavam fora dos meios convencionais. Havia os boletins datilografados e xerocados, como o lésbico Chana com Chana, do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) ou impressos com maior tiragem, como o Lampião da Esquina, do SOMOS. Para muitas pessoas, tais periódicos eram uma das poucas fontes de informação e sociabilidade possíveis até os anos 1980. As páginas podiam ser repletas de notícias, artigos políticos, correios elegantes, fofocas, ilustrações etc..

Ferro's Bar, como Lugar: trata-se de um bar frequentado por mulheres lésbicas e bissexuais durante os anos 1960 e 1980, a despeito da vontade dos proprietários, os irmãos Ferro. Um desses grupos era o GALF, que tinha o Ferro's no seu roteiro de ponto de venda. Numa noite, as mulheres do GALF foram impedidas de vender o boletim Chana com Chana e quase foram expulsas. Após protestos das frequentadoras do bar, conseguiram se manter no local. Mas o disparate não poderia seguir sem resposta, já que mulheres, lésbicas e/ou feministas, eram constantemente reprimidas nos espaços da cidade. Por isso, no dia 19 de agosto de 1983, as ativistas do GALF, aliadas a outros coletivos e figuras políticas, lideraram um ato em protesto à discriminação, que ficou conhecido como o Stonewall brasileiro. Desde 2008, o dia 19 de agosto é reconhecido pela municipalidade como Dia da Visibilidade Lésbica.

O Ferro's Bar encerrou suas atividades nos anos 1990. A Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) recomendou, em seu relatório, a criação de um “lugar de memória” em relação ao ato no bar, mas nada foi feito.

Figura 1: Estátua Depois do Banho, de Victor Brecheret, no Largo do Arouche. Outubro de 2024



Fonte: Registro da autora

Considerações Finais

O Inventário Participativo comprovou a existência de uma cultura própria, desenvolvida pelas múltiplas existências presentes, tanto nos momentos de alegria e amor, quanto nos momentos de repressão e violência. O território Arouche é, no fundo, um espelho do Brasil, que tem a maior Parada do Orgulho LGBTQ+ do mundo, sendo, ao mesmo tempo, um país LGBTQfóbico e violento.

Ademais, se tais referências culturais hoje são conhecidas no universo LGBTQ+, e até externo a este, é porque foram desenvolvidas por pessoas marginalizadas em tempos de maior repressão e são man-

tidas hoje em parte por esse mesmo grupo. Não há como justificar um projeto de “revitalização” quando o que se vê são as cores das bandeiras do orgulho nas ruas, nos bares e janelas residenciais, ruas ocupadas e música. Ademais, o Largo do Arouche é vida, pois é uma opção de liberdade por manter um ambiente relativamente seguro, principalmente para os jovens e adolescentes que estão se descobrindo e formando suas identidades.

Elaborar o Inventário Participativo de Referências Culturais foi um meio de contestar a historiografia oficial que tenta apagar grupos fragilizados. A partir desta ferramenta, conseguimos gravar na história o passado esquecido, aumentar a autoestima dos detentores das referências culturais e fazer deles sujeitos de suas próprias vidas e, portanto, dignos de direitos à memória e espaço na cidade.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Glória. **Transformações e resistências nos centros urbanos** in Carlos, Ana Fani Alessandri (org) Crise urbana, São Paulo: Contexto, 2015. p. 143-154
- BENEVIDES, Bruna (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014
- FRUGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, EDUSP, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016
- Mendes, Luis. (2011). Mendes, L. (2011) – “**Cidade pós-moderna, gentrificação e produção social do espaço fragmentado**”, Cadernos Metrôpole, vol. 13, n. 26, pp.473-495.. Cadernos Metrôpole.

- MENESES, Ulpiano B. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** In: 1o Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, Brasília, v. 1, pp 25-39, 2012.
- SCIFONI, Simone; BEUCLAIR, Helcio. Largo do Arouche, São Paulo. **Por um patrimônio LGBTQIAPD+ nacional.** In **Arte cidade e patrimônio: futuro e memória nas políticas contemporâneas.** Adriana Nakamuta (org.). Rio de Janeiro: Autêntica Edições, 2021.
- SMITH, Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano in GEOUSP - Espaço e tempo**, São Paulo, No 21, pp 15-31, 2007
- TREVISAN, José Silvério. **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2018.

Néstor Perlongher e a prática socioespacial homossexual no centro de São Paulo

Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira

Introdução

O objetivo deste texto é resgatar a contribuição de Néstor Perlongher sobre o “gueto gay” de São Paulo na obra “O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo” (1987) e analisá-la criticamente trazendo as contribuições de Lefebvre sobre a produção do espaço urbano e a produção da diferença e da Geografia Urbana Crítica Radical sobre as práticas socioespaciais (Carlos, 2017; Pádua, 2018), como caminho teórico para compreender a práxis de grupos LGBTs no centro de São Paulo na atualidade.

O trabalho etnográfico de Perlongher foi pioneiro nas discussões sobre sexualidade no Brasil, mas consideramos que ele pode ser lido, do ponto de vista da Geografia, como um trabalho que ilumina relações espaço-temporais de uso e ocupação no centro de São Paulo em um momento crítico da urbanização da metrópole.

Destarte, é preciso fazer algumas considerações sobre o trabalho do autor: seu foco de análise é a prostituição masculina, sendo o michê (em todas as variações que ele apresenta) a figura que cristalizaria a relação entre homossexualidade e marginalidade. Por isso, parte da sua análise está preocupada em fazer esta relação entre a homossexualidade e a prostituição, o que restringe muito as possibilidades de teorizar sobre gênero e sexualidade, além das limitações deste debate na época em que escrevia. Entretanto, existe um forte componente espacial em seu trabalho e, se por um lado por não partir da Geografia o arcabouço teórico mobilizado não chega a dar conta do papel do espaço nos fenômenos que ele vê empiricamente, por outro lado, é possível ler

em seu trabalho práticas espaciais dos grupos LGBTs no centro de São Paulo. Assim, o trabalho de Perlongher tem uma importância enquanto fonte documental histórica dessas práticas socioespaciais, para além do seu esforço teórico sobre a homossexualidade masculina e suas articulações com os debates de classe.

A espacialização dos homossexuais em São Paulo de acordo com Perlongher (1987)

Perlongher (1987) retoma o trabalho de Barbosa da Silva (1959) para identificar os espaços de socialização de homossexuais¹ no centro de São Paulo (Figura 1). Apesar de seu foco não ser o uso do espaço, em sua obra fica evidente uma fragmentação do uso do espaço por diferentes grupos de LGBTs que aponta para hierarquizações de raça, classe e gênero, (embora ele não teorize sob uma perspectiva marxista) e por isso ele identifica várias “áreas” e “subáreas” ocupadas pelos homossexuais na época de seu estudo.

Sua pesquisa “exploratória, descritiva e qualitativa” (p. 26) tem forte influência da Escola Sociológica de Chicago (Passamani et al., 2023) e tem como área de estudo um território delimitado no centro, com foco na prostituição de rua e não em saunas, casas de massagens, bordéis etc.. Por meio da observação participante, ele entrevista michês, clientes e os “entendidos” (pessoas que não necessariamente são clientes, mas conhecem os mecanismos e/ou são homossexuais assumidos). O recorte da prostituição em locais públicos é interessante, uma vez que o preço do ingresso em saunas e bordéis se coloca como uma barreira para o encontro com os michês. Embora para o autor isso se coloque mais como um problema metodológico, para nós a escolha

1. O autor entende que a prostituição homossexual pode se pensar em um *continuum* que iria desde a feminilidade da travesti (nomeada por ele como “o” travesti) até a masculinidade do michê. Para além dos limites históricos de sua análise, há em sua obra uma identificação entre a atividade de prostituição e o gênero, como se este fosse apenas uma performance diretamente ligada ao ato sexual, e não uma expressão de gênero, o que colocava as travestis (referida por ele no masculino) na mesma categoria que os homens homossexuais.

do recorte do espaço público revela diversos conteúdos das práticas socioespaciais destes grupos.

De acordo com ele, o “gueto gay” de São Paulo (Figura 1) estaria dividido em três áreas (Ipiranga, São Luís e Marquês de Itu) e duas subáreas (Largo do Arouche e Bixiga). Ele aponta o cruzamento entre a Av. São João e a Av. Ipiranga como um local histórico de encontro entre homossexuais desde a década de 1950, com um caráter popular, onde frequentavam os michês mais pobres, em geral negros, vindos de bairros periféricos. Apesar do cruzamento ser o principal ponto de encontro, esta área se estendia dos cinemas da Avenida Rio Branco (na região da Boca do Lixo), passando pela Praça da República até o centro histórico na Praça da Sé.

Com a construção da galeria MetrÓpole na década de 1960, ela e o seu entorno (Praça Dom José Gaspar, ruas e bares circundantes - “Área São Luís”) são imediatamente apropriados pelo público homossexual, assim como artistas e intelectuais, e por isso vira um importante ponto de repressão durante a ditadura militar no fim da década de 1960, que faz com que o público migre para o Largo do Arouche.

O Largo do Arouche aparece desde a década de 1960 como uma área de ocupação de LGBTs. Nos estudos de Perlongher (1987), primeiro aparece como “Subárea Largo do Arouche”, como parte da Boca do Luxo, em oposição à Boca do Lixo (região de prostituição no centro), e, posteriormente, como uma “área tampão” entre a Boca do Lixo e a Boca do Luxo, quando esta migrou para a região da Marquês de Itu. A área Marquês de Itu, de ocupação mais recente (década de 1980), era frequentada, segundo ele, exclusivamente por gays, sem travestis nem “bichas pobres pintosas” no “estilo São João e Ipiranga”.

Para o autor, a partir de 1979 o Arouche é o epicentro do chamado “desbunde gay” (p. 86), em um espaço consideravelmente democrático, onde existiam os bares que requeriam o consumo, mas as ruas, a praça e os banheiros públicos (do Largo do Arouche e da Praça da República) eram pontos de encontro importantes. A Avenida Vieira de Carvalho tinha um papel importante de encontro entre “populares” e “burgueses”,

Figura 1: O gueto gay paulistano



Fonte: Perlongher (1987).

o que ele chamou de “atualização explosiva”, que conectava a área do

Largo do Arouche, que segundo ele era mais elitizada, com a área da Praça da República, que era mais popular.

A subárea do Bixiga era ocupada principalmente por mulheres lésbicas que frequentavam bares como Cachação, Ferro's e Bixiguinha e tinham encontros de grupos organizados como Terra Maria, Ação Lésbico-Feminista e Eros.

De 1982 em diante, com o surgimento das boates e a perseguição da Operação Richetti (1980) no Arouche e Marquês de Itu, há a expansão de redutos gays (que acompanha a expansão da cidade) em áreas mais nobres, em bairros residenciais de classe média ou média alta: Jardins, Pinheiros, Vila Madalena etc.. Lugares, segundo ele, onde haveria mais tolerância com homossexuais assumidos, nos bairros de “classe média liberal” (p. 56).

Essa mudança geográfica ao longo do tempo descrita pelo autor veio acompanhada também de uma mudança nos padrões de relacionamento. De acordo com o autor, até a década de 1970 os padrões de relacionamentos eram pautados na relação bicha/bofe, na qual havia um esforço performativo binário para a bicha (mais afeminada) atrair o bofe (mais masculino), e passou a ser uma relação gay-gay, na qual ambos buscavam uma forma mais masculina para atrair o outro. Para ele, o modelo gay, ou o “gay como personagem” (p.82) aparece na década de 1970 como uma identidade, um operativo da modernidade, uma importação de um modelo americano de relacionamento e militância que entra em conflito com o padrão popular brasileiro (bicha/bofe), que levaria a uma condenação das “homossexualidades populares” (p. 199) em benefício de uma “homossexualidade branqueada”, tolerada pela burguesia.

Ele advoga que os espaços de circulação dos homossexuais estão “em relações factuais de contiguidade com as marginálias que instalam, no espaço urbano deteriorado, suas banquinhas: prostitutas, travestis, michês, malandros e todo tipo de lúmpens” (p. 26). Aqui aparece um momento da produção do espaço: esse lúmpen ocupa espaços urbanos desvalorizados em relação a outros espaços da cidade, em um

momento histórico no qual a metrópole paulistana está passando por um processo de implosão-explosão da cidade (Lefebvre, 2001).

O autor identifica a proximidade entre o gueto gay de São Paulo e a chamada Boca do Lixo, área de prostituição no centro da cidade, e busca entender a relação entre os homossexuais e a marginalidade social, que identifica como uma relação de contiguidade que ele vê empiricamente, mas também é constatada já em 1959 por Barbosa da Silva e posteriormente por Hocquenghem (1980).

Para explicar essa relação, ele busca o conceito de “regiões morais” (Park, 1973). Essas regiões seriam divisões do espaço em círculos concêntricos com uma faixa residencial, uma industrial e no centro em uma mistura entre funções administrativas e comerciais e onde se encontraria essa população que “soltam seus impulsos reprimidos pela civilização” (p. 46). De maneira geral, Perlongher admite o conceito mas entende que ele é amplo demais para as especificidades da homossexualidade, então busca no conceito de “gueto” de Levine (1979) para questionar se há um gueto gay em São Paulo, como há em cidades dos Estados Unidos (Boston, Nova Iorque, Chicago, São Francisco e Los Angeles), partindo da análise de Wirth (1969) feita com relação a guetos de judeus, negros, poloneses e italianos.

Para ele, o conceito de gueto não se aplica plenamente ao centro de São Paulo não apenas por não se encaixar nos critérios estabelecidos por Levine, mas também por discordar da própria identidade homossexual, vista como um modelo. Para Perlongher, os critérios propostos por Levine não estão plenamente desenvolvidos no centro de São Paulo, apresentando apenas parcialmente a chamada “concentração institucional” em espaços de lazer como bares, saunas, boates e pontos de pegação, além de serem sobrepostas por concentrações de outros grupos como das prostitutas. Também se realizam apenas parcialmente a “área de cultura” e o “isolamento social” do grupo, sendo a “hegemonia homossexualista” (p.55) visível apenas durante a noite. Além disso, de acordo com ele, o quarto critério de Levine, a “concentração residencial” parece não se realizar.

Mas para além disso, sua crítica a Levine se dirige ao fato que o autor em nenhum momento questiona que, para o estabelecimento de um gueto gay, haveria a necessidade de naturalização de uma identidade gay, que pressuporia uma homogeneização das relações, valorizando a virilidade em detrimento de sexualidades mais femininas.

De acordo com Perlongher, no caso de cidades americanas, a constituição do gueto está ligada à moradia, e quanto mais esse gueto ganha contornos geográficos, maior a tendência à homogeneização, o que ele chama de “posições econômicas e políticas” (p. 63). Por isso, a “resistência da (bicha) louca” (p. 62) seria como uma barreira para essa homogeneização masculina.

No caso de São Paulo, o gueto é mais ligado ao lazer e é ponto de encontro, “de fluxo e ambulância” (p. 64), onde homossexuais coexistem com outros marginais e ilegalidades: “É a profusão de pessoas adeptas às formas ‘marginais’ de sexualidade e/ou sobrevivência que favorece a relativa permissibilidade a respeito das condutas publicamente homossexuais.” (p. 36) .

Como o autor não observa a concentração de homossexuais residindo no centro, ele fala de uma “deriva homossexual”, das pessoas que vivem nas periferias e vêm para centro nestes momentos de lazer e trabalho (no caso dos michês). De acordo com ele, os “gays modernos” que tendem a se instalar ali normalmente preferem áreas de classe média e, quando se instalam, é em apartamentos alugados, pensões etc.. Apesar de identificar a contradição centro-periferia, ele apenas aponta para hierarquizações de classe e raça, sem aprofundar a análise de seus conteúdos.

A “cisão de classe” ou “cisão social” (p. 102) que ele encontra estaria entre os que seguiam o “modelo popular” e o “modelo moderno”. Para ele, este último pressupõe uma “articulação de uma demanda desejante gay/gay da classe média com uma demanda econômica de ‘consumo’ ” (p. 103) que aparece como o novo na sociabilidade gay e está diretamente ligado ao consumo e a imagem do homem gay masculinizado e moderno.

Em contrapartida, existiria uma “resistência dos homossexualismos populares” (p. 105) tanto espacialmente, uma vez que a região da São João x Ipiranga e República se mantiveram como importante ponto de encontro, como também nos deslocamentos destes grupos para os espaços gays de classe média (processo que ele chama de lumpenização), em um contexto de esvaziamento e deterioração do centro.

Territorialidade, identidade e diferença

Para o autor, existe uma “base espacial” das ações dos homossexuais no centro de São Paulo, que ele chama de territorialidade geográfica e está intimamente ligada à noção de Zona Moral de Parker e à relação destes grupos com a marginalidade. Entretanto, ele propõe pensar uma “territorialidade” como “ponto de fuga libidinal, onde as ‘paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados’ os ‘impulsos selvagens’, reprimidos ou sublimados na ordem urbana da normalidade, encontram vazão” (p. 185). Estas transgressões seriam a desterritorialização da “ordem moral e familiar dominante” (p. 185) para se reterritorializar neste espaço de escape, nessa “zona moral”.

Assim, ele busca em Deleuze e Guattari a noção de devires: “processos de desterritorialização dos sujeitos que saem de identidades personológicas familiares, institucionais etc. rígidas, para entrar em ‘linhas de fuga’ da ordem social” (p. 173).

Ele critica a “constituição de identidade” (p. 187) dizendo que há uma “duplicidade estrutural” do sujeito que é “segmentado”, pois sociabiliza no meio homossexual, mas também transita nos meios heterossexuais, além da dificuldade em caracterizar o “michê-macho” como homossexual.

Assim, para ele, a atribuição de uma identidade sexual às pessoas é uma tentativa de impor uma essência, um ego elementar, em uma imagem coerente de si. Nesta perspectiva, “ecoam as ressonâncias da retórica igualitária, que vai diagramar a anulação das diferenças na

subsunção a um modelo homogeneizante que procede a uma rígida determinação da identidade homossexual” (p. 197).

Em oposição às “identidades sócio-sexuais”, ele propõe pensar em territorialidades como forma de restaurar as potências das errâncias homossexuais, que são deslocamentos territoriais e libidinais que, segundo ele, formariam “verdadeiras redes de sociabilidade ‘alternativas’ a respeito da cultura oficial, ‘desviantes’ ou marginais em relação à norma social dominante, nômades com relação aos módulos de heterossexualidade sedentária” (p. 189).

Por isso, para ele, a questão é também espacial, porque haveria estes espaços exclusivos e desviantes nos quais os homossexuais se relacionam, separando-os dos espaços de heteronormatividade. Ele usa o argumento de que transitar por territórios diferentes requer representações diferentes, portanto não seria possível assumir uma única identidade.

Ele identifica a identidade como uma limitação, inclusive epistemológica, considerando que o pesquisador reconhece o sujeito como uma identidade *a priori*, porém a sua análise fica no plano da representação: como os sujeitos “representam” ou performam a sua sexualidade (que neste caso está fortemente presa ao padrão heteronormativo que pressupõe uma identificação entre sexo e gênero). Além disso, sua análise reifica o território e não apreende as relações sociais como práticas socioespaciais de um grupo específico que ocupam um tempo-espço definido.

Ele afirma que faz a escolha da territorialidade porque a identidade totaliza o sujeito. Para ele, há uma fragmentação do sujeito urbano, atravessado por diversas “segmentariedades” que cindem o sujeito em relação ao gênero, idade, classe etc.. Com base em Deleuze e Guattari (1980) ele afirma que “em vez de considerar os sujeitos enquanto unidades totais, ver-se-á, conforme essa perspectiva, que eles estariam fragmentados por diversas segmentariedades” (p. 154).

Assim, entendemos que ele vê a fragmentação dentro do sujeito, mas não fora dele. Ao criticar a identidade, ele não consegue enxergar

que ela é resultado da fragmentação que perpassa as relações sociais cotidianas. Ao cindir o sujeito em si, ele não consegue reconstituí-lo na totalidade e, portanto, cai na mesma armadilha que critica: ver apenas o sujeito, como uma essência. A cisão em “segmentariedades” explicita apenas o que sujeito vive no plano do vivido, as discriminações de raça, de classe e gênero, mas não consegue explicar as hierarquizações porque não passa do plano individual. A multiplicidade que ele busca no sujeito ao considerar as segmentariedades não está nele individualmente, está em sua relação com os outros, portanto não pode ser considerada apenas no plano do sujeito e nas cisões que vive. O que ele chama de segmentações são relações sociais de classe, de raça, de gênero que são hierarquizadas social e espacialmente, como por exemplo a relação centro-periferia.

Por isso a noção Lefebvrina da diferença (Lefebvre, 1970) é potente, pois é, por um lado, uma crítica à essencialização pressuposta na identidade que naturaliza a diferença, tornando-a estanque, ao mesmo tempo que considera essa diferença dialeticamente com a totalidade. A diferença não pode ser vista como uma forma sem seu conteúdo, por isso ela só pode ser pensada em uma perspectiva dialética com a totalidade homogeneizante, que se realiza no cotidiano, na reprodução das relações de produção capitalistas. E é aqui que para Lefebvre a noção de classe dominante toma toda sua potência, pois ela age para a dominação e não apenas a exploração, uma vez que a realização das suas necessidades econômicas se sobrepõe às necessidades dos grupos diferenciais. Por isso, de acordo com Lefebvre (1991), as ideologias têm um papel ativo no capitalismo, no sentido de ser também produtoras de relações sociais. Elas não são meros reflexos da base social, elas têm um papel ativo na reprodução das relações sociais e na manutenção da dominação de classe.

Considerações Finais

Apesar da importância do seu trabalho, a análise crítica do texto de Perlongher mostra que, em sua investigação, o autor mistura as

questões de classe com a questão da identidade e diferença (que ele enxerga apenas como representação) e de territorialidade, escapando-lhe as contradições que condicionam as práticas dos homossexuais. Uma análise que busca os fundamentos das práticas socioespaciais dos grupos LGBTs comprometida em compreender estas práticas no movimento da totalidade, requer um esforço de método que o materialismo dialético permite realizar por meio da decupagem de duas contradições constituintes destas práticas: a contradição entre valor de troca e valor de uso e a contradição entre diferença e totalidade.

Perlongher estava vendo a cidade se expandir, mas o centro permanecer como o lugar do encontro na vida noturna. Ele se depara com a desvalorização relativa do centro e busca na Geografia trabalhos que evidenciam esse processo, como o de Helena Kohen Cordeiro (1980), que fala em depreciação urbana no centro da cidade, e Armando Correa da Silva (1983), que discorre sobre a passagem da metrópole paulista de uma “metrópole ampliada simples para metrópole ampliada complexa” (p. 55), nas transformações que a cidade passa entre 1955 e 1970.

Com base em Castells (1972), o autor avalia a descentralização do lazer como consequência da descentralização da vida urbana, ao mesmo tempo que o centro se reitera como o lugar do imprevisto, lugar privilegiado dos intercâmbios. Ele se baseia também em Lefebvre (1978) para dizer que o centro é o “local da aventura, do acaso, da extravagância, das fugas” (p. 48).

Entendemos que Perlongher está presenciando e se inquietando com a realização da modernidade e do cotidiano na metrópole paulistana. Perlongher estava vendo a mudança nas relações sociais entre o que chamava de padrão bofe/bicha como uma imposição da “identidade gay” que se apresentava como moderna, mas não compreendeu que se tratava de uma mudança estrutural do capitalismo, da passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade urbana, na qual a reprodução das relações de produção capitalista se generalizou a nível mundial, impondo modos de vida no plano do lugar.

Trata-se do novo da sociedade capitalista moderna, que Lefebvre (1991) busca entender com o conceito de cotidianidade, compreendido em relação dialética com a modernidade. Para Lefebvre, o cotidiano vai se constituindo a partir da destruição de todos os referenciais da vida: do tempo, do espaço, das relações sociais etc.. Por isso, o livro de Perlongher pode ser lido como um documento histórico que registra o estranhamento do indivíduo diante de um espaço-tempo que ele não reconhece.

Não por acaso, esse processo veio acompanhado de uma profunda mudança na morfologia e no conteúdo urbano, causando o que o Lefebvre (2001) chamou de implosão-explosão da cidade. Nesse contexto, a cidade se expandiu e constituiu novas periferias, além de implodir a própria centralidade da metrópole, mudando em direção à Av. Paulista e, posteriormente, ao eixo Sudoeste, com a consequente desvalorização relativa do centro.

Contraditoriamente, o centro se reitera enquanto valor de uso, apropriado por esses grupos de LGBTs para o encontro e a fruição, e mesmo diante de um cotidiano que se impõe repetitivo e homogeneizante, produzem a diferença nas suas práticas socioespaciais. Assim, a diferença se completa no cotidiano e nas lutas políticas no esforço de transformá-lo.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Le manifeste différentialiste**. 1970.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- PA-DUA, R. F. Pensando a noção de prática socioespacial. CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I. P. **Geografia urbana crítica-teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

PASSAMANI, G. R.; MARQUES, R.; EFREM FILHO, R. As desejantes memórias, poéticas e espacialidades de Néstor Perlongher.

Cadernos Pagu, n. 66, 2022.

PERLONGHER, N. O. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Bailes Negros: Resistências ao racismo em São Paulo

Igor Santos Valvassori

Introdução

Pretende-se aqui apresentar e divulgar os principais resultados da dissertação “Som de Valente: bailes negros em São Paulo”, defendida pelo autor em 2018, sob orientação da Professora Dra. Simone Scifoni. Observando, descrevendo e analisando a prática cultural dos bailes no âmbito da geografia, a pesquisa foi desenvolvida com a referência do método progressivo-regressivo de análise e lidou com temas como o das relações raciais, a resistência ao racismo e a memória como uma produção social e política, além das problemáticas de apagamento e esquecimento inerentes a este processo, buscando articular essas discussões com a compreensão sobre a cidade a partir da perspectiva da (re)produção do espaço.

Os bailes são uma prática cultural, uma forma de sociabilidade usada pela população negra desde pelo menos o pós-abolição em São Paulo, conferindo-lhe aspectos próprios e que se transformam em diversos momentos históricos da cidade, transformando também seus significados. No entanto, apesar das suas mudanças, o baile está enraizado no cotidiano da população negra da cidade de maneira singular, constituindo-se como uma importante expressão e referência de identidade.

A pesquisa analisou as transformações dos bailes ao longo do tempo. As principais balizas para analisar essas mudanças são compreender o processo de (re)produção do espaço urbano, as mudanças nas práticas e nos discursos racistas no decorrer do tempo e a historicidade

das organizações, discursos, práticas e ações da população negra em sua resistência ao racismo, bem como o seu projeto de “(re)existência”.

Assim, foi possível delinear três momentos dos bailes negros em São Paulo: os Bailes Negros (que se iniciam aproximadamente em 1889 e se estendem até 1958), os Bailes Black (que se iniciam em 1958 e vão até aproximadamente 1994) e os Bailes Nostalgia (que se iniciam na segunda metade dos anos 1990 e continuam até os dias atuais). Esses três períodos, que não são estanques, revelam continuidades e descontinuidades de elementos que constituem o baile e ilustram como essa prática cultural se molda às transformações sociais, políticas e espaciais da cidade. Os seus significados para a prática urbana diferem em cada um desses momentos, mas apontam elementos que denunciam uma sociedade racista, que possibilitam uma relação de uso da cidade, bem como de pertencimento, na contramão da segregação urbana, e que se colocam como potência para pensar e realizar uma sociedade antirracista e sociabilidades que superem as determinações da sociedade capitalista, que segrega, homogeneiza, fragmenta e hierarquiza.

Nos bailes da vida

Só Nos Bailes¹

Como eu queria dançar com você nesse baile
 Mas você me ignora, nem liga
 Finge não me ver
 Já mandei recadinho, olhei
 Mas você não se toca
 Eu estou apaixonada e amo você
 Esperei a semana inteira por esse momento
 Pois só nos bailes, menino
 Eu encontro você
 É na Chic Show, Musicália
 Black Mad, Zimbabwê
 Nos bailes da vida eu fico feliz
 Quando vejo você

1. Composição: Benê Alves. Intérprete: Adriana Drê. Disco: Band Brasil 3. Ano: 1991. Gravadora: RGE.

É no Trem das Onze, Biru's Bar
Mé Maior, Só Pra Contrariar
JB, Remexendo, Canoa Quebrada
Eu vou te encontrar

Esta composição de Benê Alves, radialista e compositor, lançada no ano de 1991, traz marcas importantes para aproximar leitores e leitoras do que são os bailes negros paulistanos. Ela desenha um panorama de vários lugares onde esses bailes são realizados, e sabemos que são bailes negros, mais especificamente os Bailes Blacks paulistanos, devido à data da composição da música e aos nomes das consagradas equipes de bailes como a Chic Show, mas também pelas marcas que esses nomes trazem. Os marcadores “Black” e Zimbabwe² são referências que denotam a característica negra desses bailes, pois falamos de festas realizadas por pessoas negras, para pessoas negras, mas com a participação de pessoas de outros grupos sociais.

Sobre os sentimentos que esses bailes movem e moviam, é possível se aproximar deles pelo verso sobre esperar “a semana inteira por esse momento”, que mostra nas entrelinhas os bailes acontecendo aos fins de semana e a expectativa que isso gerava. Além disso, os versos como o do início “Como eu queria dançar com você nesse baile”, que mostram nesta música o anseio de se encontrar aquela paixão durante a festa, ou a referência afetiva “nos bailes da vida” revelam aspectos do vínculo afetivo em torno dessas festas. Aliás, em qual baile essa ou esse “eu lírico” gostaria de dançar com “o menino”: em uma noite no baile Musicália, ou nos bailes da vida, usando este termo como uma metáfora para algo mais profundo e duradouro? Essa é a imbricação dos bailes com a vida de uma grande parte da população negra paulistana (sem restringir esses a quem nasceu na cidade, nem mesmo no estado de São Paulo). O baile está enraizado na população negra paulistana, é fonte de referência e identidade.

2. Zimbabwe é um país localizado no sul da África que se tornou independente no início dos anos de 1980.

Atualmente, os “bailes da vida” são reeditados e rememorados pelos Bailes Nostalgia. Os Bailes Nostalgia e Bailes Black representam dois momentos distintos de um importante fenômeno cultural na cidade de São Paulo, especialmente para a população negra e periférica.

Bailes Nostalgia: memória e resistência na pista de dança

Os Bailes Nostalgia são a forma que os bailes atualmente ocorrem em São Paulo e, como o próprio nome sugere, evocam a memória e a vivência da população negra e periférica da cidade, oferecendo um espaço de resistência, autoafirmação e pertencimento. Realizados majoritariamente em salões de baile nas periferias paulistanas, que podem ser equipamentos municipais, como os Clubes das Comunidades (CDC's), restaurantes, casas de festas alugadas, salões de clubes de futebol, estes eventos reúnem adultos, geralmente acima de 30 anos, que buscam reviver e celebrar a cultura musical e estética que marcou sua juventude.

O samba rock, estilo musical e de dança que nasceu nas periferias de São Paulo, é o principal protagonista dos Bailes Nostalgia. No entanto, outros gêneros como *soul*, *funk*, R&B e *rap* também compõem o repertório, criando uma atmosfera sonora que remete aos Bailes Black das décadas passadas.

A organização dos Bailes Nostalgia fica a cargo de empresários individuais ou equipes, responsáveis por locar o espaço, contratar DJs, divulgar o evento e vender ingressos. A divulgação é realizada em alguns casos nas rádios, mas sobretudo pelas redes sociais. No entanto, destaca-se neste contexto os *flyers* impressos, que trazem informações sobre data, local, DJs, preço e outras particularidades do evento. Esses *flyers* remetem às antigas circulares, que eram a principal forma de divulgar bailes entre os anos de 1960 e 1980. O traje exigido é geralmente o “esporte chic” ou “esporte fino”, em uma clara referência aos antigos Bailes Black, reforçando a conexão entre esses dois momentos.

Nos Bailes Nostalgia, a dança e a música se tornam instrumentos de reencontro e celebração da identidade e memória coletiva. É um espaço onde as pessoas se divertem, relembram o passado e fortalecem os laços sociais e culturais.

Bailes Black: a expressão da cultura negra em tempos da ideologia da democracia racial

Os Bailes Black marcaram as noites paulistanas entre as décadas de 1960 e 1990, tornando-se um símbolo de resistência e autoafirmação da população negra em um contexto em que vigorava no estado, no seio da ditadura civil-militar, o mito da democracia racial. Isso em uma sociedade que reservava aos negros e negras os estratos mais baixos da sociedade em termos de renda, emprego, moradia ou qualquer outro aspecto que se analise, bem como os destacando em aspectos estereotipados, por exemplo, o da sexualidade. Em seu auge, entre os anos de 1970 e 1980, os Bailes Black eram organizados por equipes de som formadas por jovens negros que funcionavam como verdadeiras empresas, investindo em equipamentos de som e iluminação, divulgação e busca por novidades musicais e estéticas dos Estados Unidos, como o *soul*, o *funk* e a estética *Black Power*.

Realizados tanto no centro quanto nas periferias, a participação no baile exigia traje social dos frequentadores em algumas dessas festas, conferindo-lhes um ar de sofisticação e elegância, que se reforçava quando as festas eram organizadas em salões requintados como o do Homs, localizado na Avenida Paulista, ou a Casa de Portugal, na Avenida Liberdade. Para a juventude negra da época (e os nem tão jovens assim, pois estamos falando de um recorte temporal de 30 anos aproximadamente), esses eventos representavam um importante espaço de socialização e construção de identidade, onde encontravam um ambiente de aceitação, valorização e celebração de sua cultura e estética. O samba rock, dança e música que se tornaria não só um ícone da cultura negra paulistana, mas patrimônio imaterial da cidade, se desenvolveu nos Bailes Black.

A partir da década de 1990, esses bailes entraram em declínio, impactados por diversos fatores como a ascensão da música eletrônica, a fragmentação das equipes de som e as mudanças no mercado fonográfico, nas tecnologias e seu impacto na forma de produzir, circular e consumir música. Mas não só isso, o espaço urbano paulistano também vivia um processo de transformação profunda de suas características. São expressões destas transformações a proliferação de condomínios fechados, o esvaziamento do centro da cidade como espaço de cultura e lazer, como referência de centralidade administrativa, política, financeira e de trabalho, entre outros. Apesar do declínio, a memória e o legado dos Bailes Black permanecem vivos nos Bailes Nostalgia, que revivem e celebram a cultura e a estética desse período efervescente da história da cultura negra paulistana.

O Baile: Uma forma de sociabilidade em constante transformação

Para compreender a potência do baile e sua centralidade para a identidade e memória da população negra como uma prática cultural enraizada, destacamos que o baile é uma forma de sociabilidade, que adquire conteúdos específicos a depender dos contextos sociais, espaciais e históricos em que estão inseridos. Desta maneira, é possível compreender o baile como um instrumento, utilizado de formas diferentes por grupos sociais distintos. Sendo assim, conseguimos destacar a autodeterminação negra em sua vida social e política, descolando da ideia de que o baile está no seio da população negra como uma simples imitação de costumes burgueses e brancos de determinada época ou parcela da sociedade.

O baile, enquanto forma de sociabilidade, transcende classes sociais e períodos históricos, adaptando-se aos diferentes contextos em que se insere. Embora tenha surgido na Europa renascentista como um evento exclusivo da nobreza, o baile se popularizou ao longo dos séculos, sendo utilizado por diferentes grupos sociais com distintos propósitos.

No Renascimento, o baile era um ritual da aristocracia europeia, intrinsecamente ligado à exibição de poder, luxo e status. A dança, antes negada durante a Idade Média europeia, tornou-se símbolo de refinamento e distinção social. Os nobres se reuniam inicialmente em espaços abertos, como os jardins, e depois e definitivamente em suntuosos salões para exibir suas melhores roupas, aprimorar suas habilidades na dança e fortalecer laços políticos.

Com o tempo, a burguesia em ascensão buscou imitar os costumes da nobreza, utilizando-se do baile como forma de alcançar prestígio social, procurando, entre outras estratégias, revestir-se do glamour e da elegância da antiga classe dominante. No século XIX, o baile se consolida como um evento burguês, retratado em obras literárias de autores como Honoré de Balzac e Émile Zola.

No Brasil do século XIX, o baile era frequentado pelas elites rurais e urbanas, que buscavam reproduzir os costumes europeus em terras brasileiras. Jornais da época registram a realização de bailes em São Paulo e no Rio de Janeiro, destacando sua importância na vida social e cultural das cidades. Os bailes eram vistos como um símbolo de civilização e progresso, promovendo a integração social e a difusão de costumes europeus.

No entanto, o baile no Brasil também se tornou um espaço de resistência e afirmação da identidade negra. Os Bailes Negros, como os Bailes Black e os Bailes Nostalgia, momentos diferentes da relação da população negra com os bailes, significam a autonomia e iniciativa da população negra em construir seus próprios espaços de sociabilidade e lazer.

Ao observarmos apenas os Bailes Negros e o contexto histórico, social e espacial do início do século XX, período no qual havia a clara intenção do estado brasileiro em embranquecer a população e produzir um espaço urbano que fosse espelho das capitais europeias, negando e buscando apagar qualquer traço colonial, negro e indígena na sociedade, na memória nacional e no espaço, é possível compreendermos que, trazer para a centralidade da vida social uma forma de sociabi-

lidade que carrega consigo a elegância, altivez, requinte, beleza, por meio de clubes e associações, é mais do que a imitação de um costume branco ou europeu, é estratégia desta população em proporcionar para si, entre muitos aspectos, uma vida digna, em contraposição ao projeto de apagamento em vigor e a concepção racista sobre a inferioridade moral, cultural, intelectual e social dos negros.

Uma geografia da resistência: os Bailes Negros e suas transformações em São Paulo

A fim de entender a espacialidade do baile como prática cultural, suas mudanças, significados e seu uso como ferramenta de resistência da população negra na cidade de São Paulo, foi realizada uma análise de um longo período. Essa análise buscou compreender o baile como um todo, evitando isolá-lo e procurando conectá-lo às transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Para entender os significados do baile para negros e negras, para a cidade e para o espaço urbano, além das transformações na própria prática, foram observadas as mudanças nas características do racismo ao longo do tempo, assim como as formas de resistência a esse projeto de extermínio e as transformações do próprio espaço urbano.

Com base nessa análise, foram definidos três períodos dos Bailes Negros em São Paulo. Essa divisão em períodos não tem o objetivo de criar categorias fixas, mas sim servir como instrumento para a compreensão dessa geografia da resistência.

O primeiro período define-se como o dos Bailes Negros e a vida pública no espaço urbano. Neste momento, os bailes são organizados por diversas associações e clubes negros constituídos no início do século XX. Entre muitas de suas características específicas estão o uso de orquestras e bandas para animar as festas, bem como uma estética marcada pela elegância. Em torno destas associações orbitava parte da vida pública e social de negros e negras em São Paulo. As associações promoviam não apenas bailes, mas também tinham intensa atividade literária, jornalística, esportiva, entre outras. Sobre a cidade

nesse momento, é importante lembrar de sua industrialização ditando os rumos da organização do espaço, da divisão do trabalho, de um processo de segregação espacial ganhando contornos, mas com o antigo núcleo urbano e seu entorno ainda sendo referência do que é a cidade. O racismo nesse momento aparece como projeto de estado, que pode ser lido pelas reformas urbanas que buscam apagar qualquer traço negro e colonial da cidade, por um conjunto de normas, ou mesmo pela atuação de intelectuais com trânsito nos aparelhos estatais e de produção de discurso acadêmico que elaboravam formulações racistas sobre os problemas nacionais no que é conhecido como racismo científico.

Assim, os Bailes Negros aparecem como a possibilidade da realização de uma vida pública na cidade, ainda que dentro de limites estabelecidos pelas relações raciais. Em uma sociedade que tinha como referência a Europa e os europeus como o ideal do belo, racional, evoluído e superior. Constituir esta vida pública por meio dessas associações configura-se como uma resistência frente ao racismo e a segregação por parte da população negra.

O segundo momento tem como recorte os anos de 1958 até 1994. É o período dos Bailes Black. O ano de 1958 marca uma virada fundamental dos bailes, que é a introdução do som mecânico nas festas. Resumidamente, essa revolução, do som de orquestras e grupos musicais para a música de vinil, foi a chave da difusão de toda uma cultura musical jovem, periférica e negra. Na esteira desse processo, esses jovens estruturaram empresas de eventos, as equipes de baile, bem como organizaram novos ofícios como o DJ. Além disso, ao longo desse período, se estabeleceu uma ponte, ou conexão, entre a ética, estética e mensagem das lutas negras nos Estados Unidos com o Brasil. É também neste período que um padrão centro-periferia se consolida, permanecendo no centro de São Paulo as funções políticas, econômicas e simbólicas da centralidade da cidade, do poder e do dinheiro, e expulsando para locais cada vez mais distantes os pobres, trabalhadores e a população negra.

Os bailes, neste momento, eram realizados nas periferias, com as informações musicais difundidas pelas equipes de baile, em festas que aconteciam em residências, mas que se estendiam para o quintal, para a rua e para os terrenos ainda sem construção ao lado. O auge do lazer aos fins de semana, no entanto, era frequentar, mesmo que mensalmente, os grandes bailes realizados pelas equipes, em salões requintados, alguns com códigos de vestimenta específicos, nos quais se entrava em contato com músicas, às vezes exclusivas, de determinada equipe. É nesse momento também que se consolida, via academia (ao que pese vozes críticas e dissonantes) e Estado, o mito da democracia racial, bem como é no final desse período que a violência urbana, na esteira da violência policial, tal qual a conhecemos hoje, vai se desenhando, estabelecendo um sentimento de medo. Nesse momento também, as lutas negras antirracistas, dispersas, juntam-se no Movimento Negro Unificado, que contesta a democracia racial e dá novos rumos às lutas de negros e negras no Brasil.

Por fim, e resumidamente, temos o período dos Bailes Nostalgia, em que o ano de 1994 serve como um marco do período que muitas equipes com atividades pujantes durante o momento dos Bailes Blacks deixam de existir ou de atuar continuamente. Entre os motivos para esse declínio, encontramos argumentos que destacam as mudanças na indústria cultural e nos comportamentos. No entanto, entre os anos de 1980 e os anos 2000, o espaço urbano passa por uma intensa reestruturação, nos processos de implosão/explosão da cidade. A violência urbana é real, mas também é manipulada por um poderoso discurso sensacionalista e midiático. Assim, a rua vai esvaziando. Expressão desse processo é, entre muitos outros, um movimento de autosegregação dos endinheirados em condomínios fechados.

Os Bailes Nostalgia se consolidam nesse momento como continuidade e descontinuidade dos antigos Bailes Blacks. As continuidades podem ser lidas pelas músicas executadas, a forma de convidar, de se vestir, entre outros elementos. Porém, as formas neoliberais de organização do trabalho e produção aparecem em elementos como

a autonomia dos DJs em relação às equipes, com os vínculos frágeis de trabalho dos trabalhadores envolvidos, com o aluguel de equipamentos de som e outros alugados para as festas. Os Bailes Nostalgia ocorrem ainda em salões requintados nas áreas centrais, mas também em salões nas periferias, como casas de festas, restaurantes, Clubes da Comunidade (CDC's mantidos pela prefeitura de São Paulo), salões de clubes de futebol, entre outros. As características do racismo neste momento aparecem como a continuidade do genocídio e o acirramento da concorrência em uma sociedade em crise, bem como a reação às tardias conquistas de direitos que se estendem também as populações vulneráveis e aos povos indígenas. Os movimentos de resistência e combate ao racismo têm pautado de maneira singular problema na sociedade e se fortalecem em um processo que negros e negras e os povos indígenas pensam, repensam e difundem sua visão de mundo e sua própria história e memória, bem como sua visão e projetos de Brasil e do mundo a partir de suas próprias referências. Assim, o baile também entra em um discurso sobre memória, que se torna um dos fios dessa trama de resistência.

Considerações Finais

Os Bailes Negros de São Paulo representam uma prática cultural singular que transcende tempos e transformações sociais, afirmando-se como espaço de resistência, identidade e memória coletiva. Desde os Bailes Negros do pós-abolição até os atuais Bailes Nostalgia, essa manifestação tem servido como instrumento para a população negra reafirmar sua presença na cidade e contestar as desigualdades impostas pelo racismo.

As mudanças nos contextos históricos e espaciais moldaram as características e significados dos bailes, mas não diminuíram sua importância como forma de sociabilidade e luta por pertencimento. Sejam os sofisticados salões dos Bailes Negros do início do século XX, as pistas vibrantes dos Bailes Black das décadas de 1970 e 1980, ou os reencontros emocionantes dos Bailes Nostalgia, cada período revela-se

como um momento de resistência e criatividade dessa comunidade em recriar seus espaços buscando uma vida digna.

Esses bailes não são apenas momentos de lazer e celebração, mas verdadeiras geografias de resistência, desafiando a segregação urbana e o racismo. Por meio da música, da dança e da memória, eles se consolidam como símbolo de luta e autodeterminação, evidenciando a capacidade da população negra de transformar adversidades em potência criativa e reivindicar sua centralidade na história da cidade. Assim, os Bailes Negros continuam a inspirar reflexões sobre uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências Bibliográficas

- 1000 TRUTAS 1000 TRETAS** Racionais MC's. Direção: Ice Blue, Mano Brown, Roberto T. Oliveira. Produção: Sindicato Paralelo Filmes. Realização: Cosanostra. São Paulo, 2006. DVD (226 min.).
- ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.
- ALVES, G. Transformações e resistências nos centros urbanos. In: CARLOS, A. F. A. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 143-154.
- ALVES, J. A. Necropolítica Racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – ABPN**, v. 1, n. 3, p. 89-114, fev. de 2010.
- BARBOSA, M.; RIBEIRO, E. **Bailes: Soul, Samba-Rock, Hip-Hop e identidade em São Paulo**. São Paulo: Quilombhoje, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.
- D'ALLEVEDO, P. T. F. **1958, o ano que não terminou: memória e performance na cena do baile black nostalgia paulistano**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Ciências

- Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- DAHER, C. H. Terpsícore e o romance moderno: cenas de baile em narrativas francesas do século XIX. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 27, n. 3, p. 41-55, dez. de 2017.
- DOMINGUES, P. J. Os clubes e bailes *blacks* de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa. Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Anpuh, 2009.
- FELIX, J. B. J. **Chic Show e Zimbabwe e a Construção da Identidade nos Bailes Black Paulistanos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEITE, J. C.; CUTI, L. S. **...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- MACEDO, M. Baladas *Black* e Rodas de Samba da Terra da Garoa. In: MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. **Jovens na Metrópole: etnografia dos circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007b, p. 189-224.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PEREIRA, S. G. A representação do poder real e as festas públicas no Rio de Janeiro colonial. Congresso Internacional do Barroco, 2, 2001, Porto. **Actas...** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 663-678.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

- SANTOS, M. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, J. (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144.
- VALVASSORI, I. S.; SCIFONI, S. Samba Rock e Bailes Negros: Patrimônio Cultural Imaterial e Memória Paulistana. In: FRAGA, H. J. et al. (Orgs.). **Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências**. RS: Editora Fi, 2021.
- VALVASSORI, I. S. **Som de Valente: bailes negros em São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Autorreconhecimento quilombola: Etnogênese e territorialização étnica em Barra do Turvo (SP)

Lucas Martines de Azevedo da Silva

Introdução

A aproximação da Geografia Agrária com a temática quilombola, a partir do final dos anos 2000, colocou de maneira incontornável o diálogo com a antropologia, devido ao papel prático exercido pelos antropólogos no reconhecimento jurídico das primeiras comunidades quilombolas e na própria ressemantização do conceito de quilombo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Arruti, 2006; Boyer, 2011). Para os membros de uma ciência militante e marxista – a Geografia Agrária – diretamente envolvida no processo de afirmação teórico-político da categoria camponês desde a década de 1980 dentro da academia brasileira (Oliveira, 1996), o diálogo com a antropologia se fez necessário para se discutir uma questão vista como central, a etnicidade, no posicionamento público de comunidades que passaram a compor um novo movimento social no campo, o movimento quilombola. Mesmo não sendo, muitas vezes, o principal objeto de reflexão dos trabalhos em Geografia Agrária, a discussão em torno o conceito de etnia passou a ser, ao menos, apontada ou enunciada, como forma de respeitar a maneira como os sujeitos se autoconcebiam, cultural e politicamente, em uma nova relação com o Estado (mais especificamente, com agentes do Estado) mediada pelo dispositivo jurídico da titularidade *coletiva* do território (Boyer, 2017).

O presente artigo busca refletir sobre os aportes da Antropologia nos estudos quilombolas desenvolvidos por pesquisadores alinhados ao Laboratório de Geografia Agrária da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), a

partir da aproximação de textos críticos à noção de etnicidade (Arruti, 2006; Boyer, 2010) e de um estudo de caso ligado à nossa pesquisa de mestrado em desenvolvimento: o processo de autorreconhecimento como quilombolas por quatro comunidades camponesas (negras) no município de Barra do Turvo (SP), em especial a comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca. Como forma de organizar a discussão, o presente texto foi dividido em duas partes. Na primeira, discutimos as relações entre Geografia Agrária e Antropologia, as aproximações críticas entre as duas disciplinas nos estudos quilombolas e os eventuais riscos de análise que os geógrafos se encontram suscetíveis ao emprestar acriticamente da última certas categorias, como a própria categoria “territorialidade”. Na segunda, historicizamos o autorreconhecimento quilombola das comunidades de Barra do Turvo, recorrendo à noção de etnogênese (Arruti, 2006), como forma de evidenciar dinâmicas territoriais que seriam eclipsadas caso optássemos pelo uso exclusivo dos conceitos de etnicidade na descrição das primeiras. O texto termina com uma reflexão sobre identidade étnica e territorialização *especificamente* quilombola.

Geografia Agrária e Antropologia: aproximações e tensionamentos

Na maioria dos trabalhos (monografias, dissertações e teses¹) sobre quilombos produzidos por estudantes e pesquisadores alinhados ao Laboratório de Geografia Agrária (FFLCH-USP), é possível observar a presença de concepções de etnicidade que oscilam entre dois polos. De um lado, nota-se a influência dos estudos antropológicos das então denominadas “comunidades negras rurais”, realizados a partir da década de 1970 (Pereira, 1981; Bandeira, 1991). De outro, observa-se a influência da abordagem situacional desenvolvida por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) ao estudar as comunidades maranhenses (as

1. Giacomini (2010), Santana (2011), Rangel (2011), Guerrero (2012), Bernini (2015), Sousa (2015), De Biase (2016), Fakihi (2018), Monteiro (2019), Martines (2020) e Almeida (2021).

terras de preto). Enquanto, no primeiro caso, a etnicidade é abordada através dos critérios de pertencimento ao grupo, sobretudo o parentesco e a vivência em um território tido como comum, que permitem a diferenciação entre o “nós, pretos” e os “outros, brancos”; no segundo, ela é propriamente abordada através das práticas coletivas eleitas pelos sujeitos como marcas de suas alteridades em situações de conflito, o que relativiza o papel do fenótipo e do parentesco na reivindicação dos direitos territoriais associados à identidade quilombola. À luz dessas diferentes concepções, alguns pressupostos se mostraram invariáveis na percepção dos geógrafos sobre etnicidade: a situação, senão de conflito, de contraste; a mobilização etnopolítica, acionada pela primeira; e, principalmente, a territorialidade, o laço vivido dos sujeitos com o território produzido, tido como elo de identificação e de força política (Gusmão, 1991; Almeida, 2008).

Se, teoricamente, a concepção de etnicidade presente nos trabalhos em Geografia Agrária oscila entre abordagens não imediatamente idênticas entre si, em termos empíricos, estes se convergem ao demonstrar a etnicidade quilombola como uma construção mediada por relações políticas extralocais. Trata-se, nesse sentido, de um aspecto também marcado pela influência da antropologia, especialmente dos trabalhos de Arruti (1997; 2006), que dizem respeito à compreensão da passagem da autodesignação local (por exemplo, *as terras de preto* no Maranhão) à categoria genérica e englobante de “quilombola” como um processo mediado por diferentes agentes sociais. Na Geografia Agrária, por exemplo, este aspecto foi evidenciado pela tese de Giacomini (2010), que descreveu a mobilização quilombola no Vale do Ribeira, dando atenção especial as ações do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e das entidades pastorais no processo de aceitação de diferentes comunidades em relação à identidade quilombola e à sua própria condição racial enquanto comunidades negras. Igualmente é o caso da tese de doutorado de Santana (2011), que traçou um caminho semelhante ao estudar as comunidades de Concórdia do Pará. Segundo a autora, estas se apropriaram da identidade quilombola a

partir de um trabalho de mobilização da Comissão Pastoral da Terra, nos anos 2000, e de um esforço de compreensão do que significaria, para elas, a titularidade coletiva: a garantia do acesso à terra para as futuras gerações; a inalienabilidade do título; e a proteção legal contra a investida de terceiros.

Os processos de territorialização específicos indissociáveis desta passagem (mediada) das designações locais à identidade quilombola, traço presente nos textos de antropólogos especialistas na temática como Almeida (2008) e Boyer (2017), são também aspectos registrados pelos trabalhos desenvolvidos por estudiosos do Laboratório de Geografia Agrária, preocupados com as dinâmicas e os conflitos territoriais. Como demonstram a maioria destes, os territórios imaginados e reivindicados pelos grupos que passaram por um processo de autorreconhecimento étnico, na expectativa de receber a titularidade coletiva do território, entram em situações de sobreposição e disputa com outros agentes sociais e, inclusive, com outras comunidades étnicas, igualmente reconhecidas como sujeitos de direito pelo Estado. Esse aspecto é mostrado pela tese de doutorado de Almeida (2021), que discorre sobre o caso de sobreposição do território reivindicado pela comunidade quilombola do Tiningu (Pará) com fragmentos dos territórios reivindicados por duas comunidades indígenas e por outra comunidade quilombola. Do mesmo modo, Sousa (2015) demonstra como a identificação étnica da comunidade de Porto Velho (São Paulo) engendrou uma nova situação de conflito com o Estado: parte do território reivindicado pela comunidade se encontrava juridicamente enquadrada, conforme o estudo do ITESP, como área “particular” (propriedade privada, muito provavelmente grilada, de uma família externa), o que inviabilizou a emissão do título coletivo e possibilitou apenas a titulação parcial de algumas áreas reivindicadas.

Os estudos quilombolas realizados no contexto da disciplina da Geografia Agrária (FFLCH-USP) se mostram, portanto, abertos às principais considerações propostas por antropólogos especialistas na temática, como Almeida (2002; 2008) e Arruti (1997; 2006), ao mesmo

tempo em que mobilizam conceitos e debates próprios da disciplina². Essa abertura às correntes antropológicas, entretanto, não é na mesma proporção seguida por uma preocupação com as considerações tecidas pelo movimento de renovação epistemológica da própria Antropologia, que busca, desde os anos 2000, refletir sobre as afirmações consagradas por um debate que tendeu, em muitos momentos, a tornar opaca a fronteira entre a reflexão teórica e a lógica do discurso jurídico no ímpeto de garantir a aplicabilidade do Artigo 68 (Arruti, 2006; Boyer, 2010). A distância entre a Geografia Agrária e os debates propriamente epistemológicos dentro da Antropologia sobre a temática quilombola, que buscam colocar em questão tanto a concepção de uma territorialidade previamente definida (Bandeira, 1991), a qual o Estado viria apenas a reconhecer e titular, quanto a noção de uma etnicidade formada predominantemente em situações de conflito (Almeida, 2002, 2008), faz com que a primeira empreste da segunda certas proposições que, em ambas disciplinas, deveriam ser encaradas mais como “hipóteses a serem demonstradas” do que verdades objetivas assumidas desde o início das pesquisas (Boyer, 2010b, p. 11).

Ao assumir, por exemplo, a territorialidade de maneira linear na história das comunidades que passaram a se autorreconhecer como quilombolas, geógrafos e antropólogos perdem de vista o confronto entre diferentes lógicas espaciais e a necessidade de internalizar, por parte daquelas, uma “sintaxe” euclidiana (Raffestin, 1993, p. 145), própria da linguagem do Estado, para reivindicar o direito territorial (Boyer, 2011). E ao privilegiar a etnicidade como uma “estratégia contingente” (Almeida, 2002, p. 74), novamente, geógrafos e antropólogos negligenciam tanto aspectos independentes do contexto político que alimentam a consciência étnica quanto o papel do parentesco (consanguíneo e de aliança) na incorporação da identidade quilombola (Boyer, 2023).

2. Destacam-se, nesse sentido, a noção de território enquanto uma produção social (Raffestin, 1993), a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo como um processo contraditório e combinado (Oliveira, 1996) e o debate sobre a produção da natureza (Bernini, 2015).

Como alternativa a essas perspectivas, que se encontram suscetíveis à frigorificação da diferença cultural e à redução da etnicidade a situações conflitivas, podemos compreender o processo, sempre mediado, de autorreconhecimento quilombola em termos de etnogênese (Arruti, 2006; Boyer, 2017), o que significa compreendê-lo como um esforço de conciliação entre perspectivas conflitantes (tanto para grupos sociais quanto para representantes do Estado) no bojo de um contexto assimétrico de relações.

Como chama atenção Boyer (2017; 2023), o grupo que passa a reivindicar uma identidade étnica no *campo* deve levar em consideração, de um lado, a sua própria perspectiva, que considera que o direito de uso de um pedaço de terra deriva, antes de tudo, da descendência e da aliança; e a dos atores externos, para quem o reconhecimento dos direitos territoriais também está condicionado a um tipo de determinação categorial (Boyer, 2024, p. 05). Em outros termos, deve haver um esforço para conciliar o que é internamente valorizado e, portanto, reivindicado pelo grupo (a *verdade* do grupo de si para si) e a percepção do Estado sobre o grupo, sempre ancorada na ideia de uma “diferença cultural”: A busca por um consenso local ocorre em uma fronteira. Ela deve ser respeitosa aos princípios da comunidade, ao mesmo tempo em que permanece audível para os Outros, para que o que é usualmente tido como legítimo possa convergir com o que é considerado legal (Boyer, 2023, p. 05, tradução livre).

Tendo em vista a abordagem defendida pela referida autora, o próximo tópico buscará contextualizar o processo de autorreconhecimento como comunidades remanescentes de quilombo das comunidades inicialmente formadas por famílias negras no município de Barra do Turvo (SP), em especial da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, nossa principal comunidade interlocutora. O objetivo desta contextualização é o de evidenciar outro diálogo possível com a Antropologia, passível de ser tecido pelos estudos quilombolas desenvolvidos dentro do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo. Ancorar-se nas considerações de Boyer (2023) e de antropólogos bra-

sileiros, como Arruti (2006), mais alinhados ao método propriamente etnográfico, nos possibilita tencionar as concepções de território em diálogo e confronto no processo de mobilização étnico-política e de iluminar as diferentes relações de poder em jogo no momento da reivindicação de direitos territoriais. Trata-se de um diálogo salutar, senão necessário, para alcançar a complexidade do processo de adoção de categoria jurídico-legal (*remanescentes de quilombos*) por um grupo específico, cuja afirmação e legitimidade passou a depender, a partir de então, da representação de um território hermético, contíguo e limitado por fronteiras rígidas, projetada sobre onde antes havia “um território (recortado) e aberto às trocas sociais” (Arruti, 2006, p. 232, grifo nosso).

Territorialização especificamente quilombola em Barra do Turvo (SP)

As comunidades negras de Barra do Turvo (SP) (Cedro, Pedra Preta-Paraíso, Ribeirão Grande-Terra Seca e Reginaldo) passaram por um processo de autorreconhecimento como comunidades quilombolas no início dos anos 2000, no bojo de um conflito entre grupos sociais locais e o Estado, provocado pela questão ambiental (Giacomini, 2010). Pressionado pelo movimento ambientalista em escala global, o Governo do Estado de São Paulo criou, em 1969, através do Decreto-Lei Estadual N145, o Parque Estadual de Jacupiranga, abrangendo uma área de 150 mil hectares distribuídos por seis municípios do Vale do Ribeira: Barra do Turvo, Cananeia, Cajati, Iporanga, Eldorado e Jacupiranga (Bim, 2012). A pressão da criação do Parque, conforme demonstrou o trabalho de Bim (2012), se justificava pela região do Vale do Ribeira, localizada entre o norte do Estado do Paraná e o sul do Estado de São Paulo, caracterizada como um corredor de remanescentes de floresta da Mata Atlântica em área contínua, ter sido alvo de projetos desenvolvimentistas durante o período dos governos militares, o que estimulou o desmatamento na região. A construção da Rodovia Régis Bittencourt (BR 116), iniciada a partir de 1957 e inaugurada em

1961, gerou uma intensa especulação fundiária, atraindo fazendeiros e camponeses empobrecidos, oriundos de diferentes regiões (Petrone, 1966). Em resposta ao desmatamento provocado pela chegada deste novo contingente de pessoas, o Governo do Estado de São Paulo criou, então, o Parque de Jacupiranga, sobrepondo-o às áreas ocupadas por vilas, diferentes segmentos camponeses, sobretudo camponeses negros, descendentes diretos de ex-escravizados africanos e indígenas empregados à força na mineração entre os séculos XVII e XVIII (Stucchi et al., 2000).

De 1960 ao final da década de 1980, a situação de sobreposição em relação ao Parque foi pouco percebida pela população local, uma vez que o Estado não tinha instrumentalizado e financiado um corpo-técnico administrativo para efetivar a sua implementação (Bernini, 2015). O quadro se altera, a partir da década de 1980, com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a valorização da legislação ambiental e a captação de recursos internacionais para a implementação efetiva da política ambiental (preservacionista) (Bim, 2012). Neste momento, se acirram os conflitos com a população local, inclusive com o segmento camponês de Barra do Turvo (Giacomini, 2010), por conta da criminalização das roças de coivara. Estas, por compreenderem o manejo do fogo para abrir clareiras na floresta e fertilizar a terra antes do plantio, através da produção de cinzas (Pedroso Jr., 2008), foram enquadradas como a principal causa do desmatamento na região (Petrone, 1966).

Desde o final da década de 1980, o acirramento da fiscalização ambiental gerou uma série de manifestações em toda região do Vale do Ribeira que, aos poucos, se fortaleceu, em razão do amadurecimento do movimento social (Bim, 2012), do avanço de debates ambientais a nível global, que reconheceu o papel dos povos tradicionais na conservação ambiental (Cunha e Almeida, 2009), e da conquista dos direitos étnicos na Constituição Federal de 1988 pelos movimentos negro e indígena (Ribeiro, 2021). É neste contexto amplo, portanto, que as comunidades de Barra do Turvo passaram por um processo de afirmação

identitária como quilombolas, no início dos anos 2000 (Silva, 2008). Como discutido no tópico anterior, esse processo não foi deflagrado de maneira voluntária dentro das próprias comunidades. Ele foi mediado por uma série de sujeitos, que já atuavam na região: técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), agentes pastorais (como as Irmãs Pastorinhas e os Missionários do Verbo Divino) e a recém-criada na época Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras Rurais (EAAZONE) (Giacomini, 2010; Pinto, 2014). Todos sujeitos envolvidos, desde o final da década de 1980, no processo de mobilização étnico-política das comunidades, hoje, autoidentificadas como quilombolas entre os municípios de Eldorado e Iporanga, por conta da mobilização prévia destas contra a construção de quatro barragens projetadas ao longo do rio Ribeira (o que culminou, em 1991, no surgimento do Movimento dos Ameaçados por Barragem) (Pinto, 2014).

Esse processo mediado de autorreconhecimento como quilombolas pelas comunidades de Barra do Turvo pressupôs, de imediato, a constituição de uma memória coletiva que era, ao mesmo tempo, uma “memória territorial” (Arruti, 2006, p. 241). À medida que as famílias negras, descendentes de ex-escravizados que chegaram à localidade entre 1880 e 1910, recuperavam suas genealogias e histórias familiares, a imagem de um território único se formava a partir da descrição das áreas (*capoeiras*³) ocupadas pelos antepassados dentro do ritmo itinerante de produção das roças de coivara. Esse fato consolidou a imagem, por parte das quatro comunidades, de um território *ancestral* que abrangia cerca de 30.000 hectares, estando grande parte dele, à época do início da mobilização étnico-política, nas mãos de fazendeiros e posseiros empobrecidos que chegaram à região depois da construção da BR-116. Antigamente (entre 1880 e 1950), a maior parte

3. Segundo Munari (2009), capoeira é um termo usado para descrever a área de terras agrícolas abandonadas após a colheita para regeneração florestal. Existem diferentes níveis de capoeira (fina, média e grossa), que se referem à densidade da vegetação superficial em recuperação de acordo com o tempo de abandono.

dessas áreas não era considerada propriedade privada, nem de usufruto exclusivo dos antepassados das comunidades, mas sim uma extensa área de “uso comum” (Almeida, 2008, p. 28) apropriada pelos últimos para a reprodução das roças. A necessidade de trabalhar com a noção de contiguidade, imposta pelo ordenamento territorial via agentes do Estado (Boyer, 2017), foi o que levou à consolidação da imagem de um território único composto por áreas que eram, antes, apropriadas livremente e que funcionavam como zona de passagem de inúmeras famílias de camponeses empobrecidos e sem terras, impelidos a uma ampla mobilidade ritmada pelo sistema agrícola itinerante (Petrone, 1966).

A extensão do território ancestral reivindicado pelas comunidades, que se sobrepunha na época a territórios de bairros recém-formados e a áreas destinadas a serem Unidades de Conservação de Proteção Integral, fez com que as comunidades entrassem em um processo de “negociação assimétrica” (Boyer, 2017, p. 396) com os agentes do Estado, especificamente com gestores do Parque de Jacupiranga (que representavam a Fundação Florestal) e com agentes do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, para definir a imagem de um território efetivamente passível de ser reconhecido e titulado pelo Estado. A saída encontrada foi a definição de limites que contemplavam as áreas apropriadas pelas famílias da comunidade, tanto para moradia quanto para a produção agrícola, bem como as áreas mais próximas da estrada⁴ que estavam sob as mãos de “terceiros”, mas que compunham, antes, extensos domínios de famílias expandidas (negras). Neste momento, o que contribuiu para a definição por parte das comunidades de limites rígidos aos territórios foram as nascentes dos principais cursos hídricos (afluentes do rio Turvo), às margens dos quais as comunidades se fixaram a partir do final do século XX. Historicamente respeitadas

4. Nos referimos a estrada intermunicipal (SPA-552/230) que liga a BR-116 à área urbana de Barra do Turvo, e esta à área urbana de Iporanga, construída na segunda metade do séc. XX, e que corta os territórios reivindicados pelas comunidades quilombolas.

dentro do sistema agrícola na região (Pedroso Jr., 2008; Munari, 2009), as nascentes se tornaram um ponto de diálogo e conciliação entre o que era, internamente, visto como importante pelas comunidades e a sintaxe euclidiana do Estado. A partir delas, então, foram traçados os limites dos territórios reivindicados para titulação⁵.

Dentro dos territórios definidos, entretanto, não se encontravam apenas as famílias negras, que descendiam das famílias tidas como fundadoras. No caso da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, por exemplo, se encontravam extensas glebas que estavam, à época, sob o domínio de fazendeiros, instalados na região desde a década de 1970, e também pequenas propriedades compradas por camponeses eurodescendentes das famílias negras, já residentes, nas décadas anteriores. As relações diferenciadas com esses dois tipos de sujeitos ensejaram distintas estratégias de aliança e rompimento. Os camponeses brancos e empobrecidos, muitos dos quais estabeleceram ao longo do tempo relações de casamento e compadrio com membros das famílias negras, foram também reconhecidos como quilombolas. Afinal, eram parentes, partilhavam o mesmo cotidiano e as mesmas lutas políticas. Já em relação aos fazendeiros, foi negociada a saída deles junto aos técnicos do ITESP, através do pagamento feito pelo Estado das benfeitorias construídas dentro do território reivindicado. Até hoje, o Estado ainda não efetuou o pagamento e dois fazendeiros continuam no território.

Com o autorreconhecimento quilombola da comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca publicado em diário oficial (2008) (De Biase, 2016), ocorreram dinâmicas territoriais importantes. De um lado, a comunidade conseguiu resgatar uma extensa quantidade de terras que ficou, entre os anos de 1960 e os anos de 1990, sob o domínio de um fazendeiro e, dos anos de 1990 aos anos 2000, após o fazendeiro se retirar da região por conta do acirramento do conflito ambiental, sob

5. Conforme os registros publicados em Diário Oficial (Gov. SP), entre 2008 e 2009, à comunidade do Reginaldo foi reconhecido um território de 1.430,32 ha, à do Ribeirão Grande-Terra Seca, um território de 3.471,0407 ha, à do Cedro, 1.066,1151 ha, e a da Pedra Preta-Paraíso, 3.280,26 ha.

o domínio do Estado, como área de “Parque”. De outro lado, ela perdeu uma parte significativa de terras em razão da recategorização do Parque de Jacupiranga para um Mosaico de Unidades de Conservação, que buscou responder a ampla movimentação social contra a política ambiental de caráter preservacionista (Bim, 2012). Quando a proposta do Mosaico, que previa a regularização de modalidades de UCs compatíveis à presença humana, foi acatada pelo Estado e formalizada via decreto em 2008, coincidindo com o ano de reconhecimento formal da comunidade como quilombola, um segundo momento de negociação assimétrica com os agentes do Estado foi deflagrado. Como o território reivindicado pela comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca abrangia áreas de nascentes que se sobrepunham às Áreas de Preservação Permanente (APP), esta foi obrigada a renunciar ao domínio sobre as últimas, as quais foram posteriormente incorporadas ao Parque Estadual do Rio Turvo (uma Unidade de Conservação de Proteção Integral) (Silva, 2008).

A recategorização do Parque para Mosaico fez com que o território delimitado pela comunidade do Ribeirão Grande-Terra Seca, juntamente com os territórios das duas comunidades quilombolas vizinhas, as comunidades do Cedro e da Pedra Preta-Paraíso, passassem a constituir uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), a RDS Quilombos de Barra do Turvo (RDSQBT)⁶ (Bim, 2012). A criação da RDSQBT foi uma proposta adotada pelas próprias comunidades junto aos representantes da Fundação Florestal, entidade encarregada pela mediação do processo de recategorização do Parque para Mosaico, como forma de garantir a soberania das comunidades sobre os territórios definidos e reivindicados. Como a RDS é, por Lei, uma modalidade de conservação criada em benefício das chamadas populações tradicionais, as quilombolas inclusas, garantindo-lhes uma concessão de uso

6. A comunidade do Reginaldo não foi incluída na RDSQBT, pois o território que ficou definido para si dista mais de 15 km dos territórios das outras comunidades. Neste caso, o perímetro do Parque foi apenas afastado.

exclusivo e um conselho gestor deliberativo⁷, ela foi proposta pelos próprios agentes da Fundação Florestal como uma forma de facilitar, para as comunidades, o processo de emissão das licenças de roça⁸ e de proteger o território do avanço de “terceiros”, que continuavam a chegar no final da década de 1990 e no início dos anos 2000, embora em menor proporção em relação às décadas anteriores. Como as comunidades ainda não tinham a previsão de uma titulação imediata nem a certeza de que esta garantiria o acesso fácil à licitação das roças, elas aceitaram a proposta, o que culminou na formação da RDSQBT. É importante ressaltar que, até os dias de hoje (novembro de 2024), todas as comunidades quilombolas de Barra do Turvo aguardam a emissão dos títulos dos seus respectivos territórios.

Considerações Finais

Pelo que foi exposto nos dois tópicos redigidos, é possível afirmar que o autorreconhecimento quilombola não se trata, empiricamente, do reconhecimento formal de uma realidade já dada, nem de uma invenção identitária, no sentido da “invenção de tradições” (conf. crítica realizada por Arruti [2006] à noção cunhada por Eric Hobsbawm). Trata-se, para além dessa dualidade, de uma situação histórica inédita, em que a relação do Estado com segmentos populacionais, antes margi-

7. Lei n 9985/00 (SNUC) em seu Artigo 20, incisos de 1 a 5. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 05 de nov. de 2024.

8. Para realizar as roças, atualmente as comunidades precisam apresentar, previamente, autorização ao Conselho Gestor da RDS, composto por representantes das próprias Associações Quilombolas, entidades civis e Fundação Florestal, e comunicar a realização das roças no prazo de um ano após sua conclusão em um site do governo. Segundo a Resolução SIMA n 28, de 26 de outubro de 2022, as roças são permitidas em áreas de até 3,025 hectares (um alqueire e uma quarta) e em áreas de vegetação em estágio inicial de regeneração florestal (capoeiras finas). É importante ressaltar que, no passado, as comunidades desmatavam áreas maiores, entre 1 e 5 alqueires, e derrubavam apenas áreas de mata virgem, dada a melhor qualidade do solo, deixando-as em pousio, após a colheita, por um período de 3 a 10 anos, a fim de permitir a regeneração da cobertura florestal.

nalizados e excluídos de um projeto de nação, se transforma no bojo de uma guinada multiculturalista tomada pelos Estados latino-americanos a partir dos anos de 1980 (Boyer, 2023). Os direitos territoriais, assegurados como forma de resguardar a “cultura” de sujeitos subalternizados e de corrigir dívidas históricas (Arruti, 2006), colocam para as comunidades que os pleiteiam publicamente uma tarefa árdua, qual seja, a de se entender em um contexto político amplo, em que pesam o elaborar de memórias sensíveis e dolorosas (as lembranças de um passado relacionado à escravidão, no caso dos quilombos), a consolidação de novas alianças, o rompimento de velhas relações clientelistas e a internalização de uma linguagem euclidiana, fundamental para demarcar no espaço a base da diferenciação étnica (o território). De modo a pensar esse processo em toda sua complexidade, recorrer à noção de etnogênese (Arruti, 2006; Boyer, 2010) é fundamental, na medida em que permite capturar as múltiplas temporalidades (pregressas e contemporâneas) que fazem parte de um jogo de forças assimétrico e desproporcional com o Estado, representado, em campo, pelos seus múltiplos agentes (sujeitos que também exercem seu ofício fazendo a difícil conciliação entre as próprias inclinações políticas, muitas vezes progressistas, e as determinações intransigentes e verticais das instituições que representam).

O breve histórico apresentado sobre o processo de etnogênese das comunidades de Barra do Turvo e o processo de territorialização específico que o sucedeu demonstra a necessidade de pensar a adesão à uma categoria jurídica como um processo mediado e atravessado de relações assimétricas (algo já apontado pelos diferentes estudos quilombolas desenvolvidos pelos geógrafos citados), mas também como um processo, cuja base de identificação (o território), deve ser consensualmente delimitado, negociado com os agentes externos, redefinido e assim por diante conforme as instâncias e os interesses envolvidos. Essa negociação incessante sobre algo que o Estado brasileiro se compromete em garantir, mas que em diferentes momentos coloca em questão, demonstra algo além da falta de real comprometimento com

as demandas sociais. Demonstra, com efeito, o verdadeiro desconhecimento das “gentes de carne e osso” (Cunha e Almeida, 2009, p. 278) que viriam a habitar essa categoria genérica e englobante de *remanescentes de quilombos* (Boyer, 2010). Como consequência, se tornou marca distintiva das territorializações *especificamente* quilombolas a morosidade da atuação do Estado e os conflitos decorrentes de uma tentativa de reparação histórica (a titulação) a todo momento obstaculizada e postergada.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: Ufam, 2008.
- ALMEIDA, R. **Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do planalto Santareno, em Santarém/PA, no contexto do avanço do grande capital**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, out, 1997.
- ARRUTI, J. M. A. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.
- BANDEIRA, M. L. Terras negras: invisibilidade expropriadora. **Textos e Debates: Terras e Territórios de Negros no Brasil**, Florianópolis, v. 2, n. 1, 1991.
- BERNINI, C. I. **A produção da “natureza conservada” na sociedade moderna: uma análise do mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- BIM, O. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, SP: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BOYER, V. Qu'est le *Quilombo* aujourd'hui devenu ? De la catégorie coloniale au concept anthropologique. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 96, n. 2, 2010, p. 229-251.
- BOYER, V. Une forme d'africanisation au Brésil. **Cahiers d'études africaines**, n. 198-199-200, 2010b, p. 1-21. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudesafriaines/16331>.
- BOYER, V. Ethnoterritorial Reconfigurations of Social Conflicts: From Cultural Difference to Political Fragmentation. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 2, 2017, p. 395-428.
- BOYER, V. **The Amazonian Puzzle: ethnic positionings and social mobilizations**. New York/Oxford: Berghann, 2023.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DE BIASE, L. **Agroecologia Quilombola ou Quilombo Agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- FAKIH, T. A. **Políticas públicas e comunidades quilombolas: o modo de vida quilombola na comunidade de Sapatu**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GIACOMINI, R. L. B. **Conflito identidade e territorialização. Estado e comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira de Iguape-SP**. Tese (Doutorado em Geografia Hu-

- mana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GUERRERO, N. R. **Em terra vestida: contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- GUSMÃO, N. M. M. A questão política das chamadas “Terras de Preto”. **Textos e Debates: Terras e Territórios de Negros no Brasil**, Florianópolis, v. 2, n. 1, 1991.
- MONTEIRO, F. T. **Nas fronteiras das minas com as gerais: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MUNARI, L. C. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a Mata Atlântica local**. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2 edição. São Paulo: Contexto, 1996.
- PEDROSO JUNIOR., N. N. **No caminho dos antigos: agricultura de corte-e-queima e intensificação agrícola em populações quilombolas do Vale do Ribeira, SP**. 2008. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PEREIRA, J. B. B. **Estudos antropológicos das populações negras da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP/FFLCH, 1981.
- PETRONE, P. **A baixada do Ribeira: estudos da Geografia Humana**. São Paulo: USP/FFLCH, 1966. (Boletim n 283).
- MOAB: **A saga de um povo** RAFFESTIN, C. **Por uma geografia de poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas, 29).
- RANGEL, K. S. **De bairro rural a território quilombola: um estudo da comunidade do Mandira**. 2011. Dissertação (Mestrado em

Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, D. W. A. **Caminhadas indígenas, quilombolas e afro-diaspóricas: mobilizando as políticas culturais e a produção do conhecimento por narrativas plurais da História (1988-2020)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTANA, R. M. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, R. A. **Relatório Técnico Científico sobre as comunidades remanescentes de quilombos dos bairros Ribeirão Grande e Terra Seca**. São Paulo: ITESP, 2008.

SOUSA, D. M. **Da luta pela terra à territorialização quilombola: o caso da comunidade Porto Velho, Iporanga/SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

STUCCHI, D.; OLIVEIRA JUNIOR, A. N.; CHAGAS, M.; BRASILEIRO, S. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo, ITESP, 2000.

Aproximações entre a cartografia e a literatura escrita por mulheres indígenas

Melissa Ferreira Carpes

Introdução

É possível que o leitor se pergunte qual a conexão entre os dois universos centrais destacados no título acima, sendo a cartografia em primeira instância uma ciência que trabalha no âmbito da representação espacial e que comumente transmite uma certa ideia de precisão imagética, matemática e lógica que contrasta com a natureza possivelmente lúdica, artística e sensível que a literatura transmite. Porém, existem diversas abordagens teórico-metodológicas que possibilitam aproximações e cruzamentos entre esses dois campos para além da geolocalização do enredo das obras e análise da paisagem (Ribeiro, 2015). Aqui, a cartografia é, antes de tudo, uma ferramenta, um método (Barros, Kastrup, 2009) no processo de interação com os territórios textuais que auxilia na compreensão dos elementos espaciais que os constituem.

Do ponto de vista geográfico, a literatura é um conhecido terreno fértil para compreensões geopolíticas e sociais, trazendo dimensões estruturais da linguagem e do pensamento, fragmentos datados que revelam a organização espacial de determinados grupos, da cultura e epistemologia de quem escreve. Nos temas e enredos, nas personagens e na poética frequentemente aliada a lutas contra a censura, contra a fome, contra o racismo e tantas outras denúncias que são, por vezes, a própria razão de existir de determinadas literaturas, como é o caso da literatura indígena contemporânea.

Conforme explica Julie S. Dorrico Peres (2015), às sabedorias indígenas, tradicionalmente passadas de geração em geração através

da oralidade, da dança, da pintura (grafismos) e tantas outras formas de expressão do pensamento, vem ganhando corpo escrito e construindo seu espaço na literatura brasileira como instrumento de luta e resistência de suas epistemologias. Este movimento tem se intensificado nas últimas três décadas e hoje tensiona o campo epistemológico, pluriversalizando outros modos de ver e viver no espaço, de estabelecer relações e relacionamentos com os seres humanos e não-humanos que constroem o mesmo.

Neste sentido, e entendendo que narrativas e linguagens criam visões de mundos e imaginações geográficas (Fonseca; Oliveira, 2013), a intenção da pesquisa ao qual este breve texto é embasado é adentrar o movimento da literatura indígena dos pontos de vista histórico, geográfico e literário, para então mapear nas obras de diferentes autoras indígenas aspectos, elementos e conceitos geográficos presentes nestes trabalhos.

Importante pontuar também que a escolha de centrar a pesquisa em obras de autoras mulheres vem da crescente e consistente mobilização política das mulheres indígenas brasileiras, o que despertou um olhar mais atento às questões de gênero que interseccionam a experiência cotidiana das autoras e que permeiam suas obras de diferentes maneiras.

Contexto histórico e a autonomia política do movimento literário indígena brasileiro

A literatura indígena brasileira vem se expandindo nas últimas três décadas, onde, na emergência de epistemologias ancestrais é possível realmente descobrir o Brasil. Descobri-lo da ignorância sobre si mesmo, do preconceito que gera a violência contra os povos originários deste vasto território. Descobrir cosmologias, filosofias, espiritualidades, geografias, línguas, expressões, modos de existir e compor com a vida, com o espaço, de habitar cidades e florestas.

Para compreender o movimento da literatura indígena, é necessário entender que se trata de autores(as) de diversos povos do Brasil.

Segundo o censo demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), a população indígena do Brasil é de 1.693.535 pessoas, pertencentes a 305 etnias e falantes de 274 línguas. Também é apontado pelo órgão que 75 % da população indígena vive nas macro regiões Norte e Nordeste. Sendo o Amazonas e a Bahia unidades da federação com maior concentração da população indígena, seguidos do Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Roraima.

Na biblioteca online e pública, *Bibliografia das publicações indígenas do Brasil*, criada em 2019, é possível consultar centenas de publicações de autores(as) indígenas do Brasil, escritos em língua portuguesa, e algumas publicações bilíngues em português e na língua originária do(a) autor(a). Uma importante e interessante iniciativa de Aline Franca, Daniel Munduruku e Tiago Gomes. A biblioteca é dividida em quatro categorias principais, sendo estas: origem; nome do autor(a), antologias indígenas e teses e dissertações, esta última subdividida em diversas áreas. Algumas obras possuem link direto para seus *downloads*, em outras consta apenas a citação bibliográfica das mesmas. Na categoria por “origem”, os nomes dos autores são citados de acordo com sua etnia, contabilizando autores de 27 etnias. Em “nome do autor” são listadas especificamente as obras de literatura indígena. Onde consta que a primeira obra publicada por um autor indígena foi em 1980, escrita em conjunto por Umúsin Panlõn Kumu e Tolamân Kenhíri, denominada *Antes o mundo não existia: a mitologia heróica dos índios Desana*. Seguida da publicação de *A terra é a mãe do índio*, escrita por Eliane Potiguara, em 1989. E a partir de então, verifica-se que as publicações foram aumentando progressivamente a cada década.

Quando analisamos a produção das mulheres separadamente, este movimento ganha mais força a partir de 2010. Com exceção das publicações de Eliane Potiguara, a primeira já citada e outra intitulada *Akajutibiró: terra do índio potiguara*, de 1994, e de Lídia Krexu Rete Veríssimo em *Varai para'i regua = O balaio enfeitado*, de 2002.

Segundo exposto por Peres (2017), o movimento da literatura indígena pode ser dividido em três momentos principais: os mitos transcritos; as literaturas ditas didáticas; a literatura de autores individuais autoproclamados indígenas. Neste último momento, de 1990 em diante, é quando o indígena tem liberdade para se expressar livremente como artista e em primeira pessoa. O crescente interesse de autoras(es) indígenas nessa área da literatura tem ocasionado uma crescente onda do movimento indígena contemporâneo. O acesso à internet e a ampliação dos e-books são pontos que também auxiliam na expansão das publicações, facilitando e barateando a divulgação e o acesso às obras.

Esta passagem do conhecimento da forma oral para a escrita, muda a dinâmica de acesso à cultura dos povos indígenas pelos não indígenas, sem a tutela e manipulação por terceiros, como o Estado e a universidade. O diálogo se estabelece sem tantos ruídos, podendo ocupar escolas, praças, horas vagas, mentes interessadas em conhecer outras origens e perspectivas de Brasil.

Esta mudança de perspectiva, onde o indígena é o locutor de sua própria vivência, é em si um projeto pedagógico contracolonial, posicionado de acordo com a epistemologia de cada povo. Com o controle da narrativa, os autores expressam suas dinâmicas socioculturais, sua arte e os sonhos dos seus povos. Onde a literatura exerce de fato um papel político importante, operando como instrumento de luta frente ao genocídio, racismo e engessamento dos indígenas, presente no imaginário coletivo por parte da sociedade não-indígena até os dias atuais. Danner et al. (2018) caracterizam a literatura indígena do seguinte modo:

A literatura indígena teve e tem como cerne a publicação das singularidades étnico-culturais, nelas as culturas indígenas oferecem a base, o mote e o conteúdo das produções estético-literárias, e o relato-denúncia da situação de exclusão, de marginalização e de violência, a partir, conforme dissemos acima, do testemunho direto e pungente dos/as próprios/as escritores/as indígenas, em profunda conexão com suas comunidades de origem e com o movimento indí-

gena. É nesse sentido que a literatura indígena não é um fim em si mesmo, senão um meio para uma práxis político-pedagógica de resistência, de luta e de formação em que as diferenças assumem protagonismo central e escrevem outras histórias do Brasil (Danner *et al* 2018p.12).

Segundo Santos (2022), há um maior número de publicações de autores indígenas no gênero literário infantil e infantojuvenil, pois foi o tipo de literatura que mais abriu as portas para autores(as) indígenas. O preconceito e a discriminação são uma barreira para a publicação em outros gêneros. E que os autores, então, optaram por atuar nesse gênero buscando ensinar as crianças para que cresçam mais conscientes e menos preconceituosas, pois ainda estão abertas às possibilidades de compreensão, ainda não possuem essa visão estereotipada dos indígenas, essa imaginação geográfica (Massey, 2017) limitada a uma única visão sobre a concepção de Brasil, de mundo, de povos indígenas.

Essa visão condicionada e colonialista sobre os povos indígenas foi embutida de diversas maneiras no imaginário do brasileiro não-indígena. As imagens e relatos sobre os povos originários tentaram colocá-los no lugar do atraso, do preguiçoso, como inclusive retratado pela literatura brasileira, principalmente na época denominada Romantismo. Obras como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), de José de Alencar, são exemplos de livros que marcaram gerações. Outro exemplo é com *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, onde ele descreve os indígenas como “malandros” e “preguiçosos” e mascara o conflito colonial com um discurso de “o bom selvagem” (Santos, 2022). Em ambos os casos, é a mesma ótica colonialista que está posta.

Os livros citados acima são obras de destaque da literatura brasileira, que constam nas prateleiras da “literatura brasileira” nas livrarias, enquanto outros(as) escritores(as), com perspectivas epistemológicas próprias e visões não romantizadas sobre a formação socioespacial brasileira e seus impactos nos povos marginalizados, ainda são pouco difundidas. Realidade que tende lentamente a mudar com a chegada de Airton Krenak à Academia Brasileira de Letras (ABL), certamente

uma grande vitória para todo o movimento indígena, com o reconhecimento de que as histórias precisam ser recontadas pelas narrativas dos povos originários, suas cosmovisões em crônicas e cordéis, seus relatos-denúncias, poemas. Esses títulos importam, tanto no sentido simbólico quanto no histórico. A divulgação e o reconhecimento da literatura indígena contam para que ela consiga chegar mais rápido às escolas e possa ser acessada pelo grande público.

O fato da ancestralidade permear tão frequentemente a literatura indígena vem de sua própria origem. A literatura indígena é caracterizada por ser a continuidade das histórias antes passadas oralmente, de geração em geração pelos mais velhos das comunidades, a manifestação na versão impressa desses saberes antes narrados. Como consequência dessa passagem do oral para o escrito, Peres (2017) explica que tal movimento desencadeou o fenômeno literário que a autora designa como eu-nós lírico-político. Onde o 'eu-nós' é constituído da memória coletiva, herança do povo ao qual a autora pertence. E que age concomitantemente nas esferas individual e coletiva, pois parte da experiência e expressão de um povo específico até a individualidade e vice-versa. Já o 'lírico-político' faz referência à estética artística somada à ação política direcionada, marcada pela resistência no sentido libertário da palavra. Segundo Dorrico:

Nosso argumento central consiste em defender que a literatura indígena apresenta a ancestralidade como matéria para a expressão estética e a violência histórica enquanto matéria para resistência, possibilitando um trânsito entre os dois mundos: o da oralidade, em que os saberes, os rituais, os cantos fazem parte da cultura indígena fundamentalmente oral até o século XXI; e o do impresso, onde a expressão oral faz-se presente somando-se ao estilo criativo dos escritores na contemporaneidade. Esta literatura apresenta caracteres específicos, tais como a evocação da pessoa singular 'eu' indissociável do coletivo étnico 'nós', e a expressão literária 'lírica' evoca a resistência 'política'. Por isso, defendemos o conceito do 'eu-nós lírico-político' na conjuntura literária

indígena, justificando uma voz práxis que protagoniza a presença e a atuação do indígena desde si mesmo (Dorrico, 2017, p.216).

A literatura indígena contemporânea como estratégia geopolítica e poética de combate ao racismo e epistemicídio, é isso que está posto. As memórias antes narradas por vozes agora ecoam dos punhos de quem se aventura na arte da escrita. Esse texto, antes falado, dançado, pintado, cantado (Peres, 2017), ganha outro corpo na contemporaneidade, ou melhor, outros tantos corpos e expressões.

Lembrando que os povos indígenas, ao seu modo e mundo, sempre escreveram e registraram suas histórias, presentes nos grafismos, desenhos, monumentos, instrumentos que remontam tempos imemoriais, presentes nas artes rupestres, nos vestígios arqueológicos, e que hoje são atualizadas em nossa cultura material e espiritual, ornamentos, nos rituais e danças (Danner et al 2018, p.51).

As publicações são feitas em várias línguas, inclusive a portuguesa, que ganha maior alcance do que as publicações em línguas indígenas. No Brasil, apesar de, como já dito anteriormente, existirem 274 línguas indígenas, apenas o português é reconhecido nacionalmente como oficial. Ou seja, o direito linguístico que é previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 231, onde diz que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, não é amparado pelo próprio Estado que nomeia esses direitos. Neste sentido, Munduruku (2012, p. 222) diz que, “talvez a maior contribuição que o Movimento Indígena ofereceu à sociedade brasileira foi o de revelar – e, portanto, denunciar – a existência da diversidade cultural e linguística”.

A cartografia como método, a literatura como território

Como dito anteriormente, a cartografia aqui é pensada como o método de pesquisa que possibilita o mapeamento conceitual geográfico em obras escritas por mulheres indígenas, sem qualquer pretensão de natureza quantitativa. A lógica aqui empregada segue um caminho interrogativo deixado por Harley (2009) quando invoca a noção de que todo mapa é um texto, de onde surgem questões como: todo texto ou literatura é também um mapa? Ou mapeável? Quais cartografias fazem sentido para espacializar poemas? A metodologia pensada para traçar esse mapeamento vem da cartografia processual (Barros, Kastrup, 2009), onde as categorias não são pré-estabelecidas, é na interação com a pesquisa, com os sujeitos e territórios estudados que são estabelecidas as questões pertinentes.

Neste caso, as questões específicas a serem mapeadas são os elementos geográficos e epistemológicos que conectam o leitor à perspectiva individual-coletiva (Peres, 2017) expressa no movimento da literatura escrita pelas mulheres indígenas. De modo que diferentes expressões e perspectivas foram encontradas sobre um mesmo conceito, vivência-coletiva e/ou acontecimento histórico.

Para além da ancestralidade, que é componente central da literatura indígena contemporânea, outro elemento central e constante nas obras estudadas é o território. Não por acaso, dados os recorrentes e incessantes ataques aos territórios indígenas, de modo que a resistência também se articula intensamente, inclusive na literatura. Pois, como já dito, a literatura indígena é instrumento de luta, de reivindicação de existências dos povos das águas e das florestas contra os sistemas extrativistas e a favor da preservação da natureza, da liberdade de exercerem suas práticas, de conhecimentos únicos de cada povo, sobre pertencimento. No caso das publicações das mulheres indígenas, além das características já citadas, também estão presente narrativas de denúncia de violências e abusos sexuais, de discriminação da mulher indígena, sobre maternidade, a hipersexualização de seus corpos, entre outros temas que as afetam especificamente por serem mulheres.

Como dito anteriormente, os temas que mais habitam esses trabalhos estão relacionados com a ancestralidade, que se faz presente em diferentes contextos, pode-se dizer que ela é a linha que transpassa todas essas autoras, cada qual do seu ponto de vista. Desde o início da literatura das mulheres indígenas, com *A Terra é a Mãe do Índio* (1989), de Eliane Potiguara, que já indicava que este é o caminho a ser seguido até os dias atuais. Ainda sobre a publicação de Potiguara (1989), é interessante ressaltar o teor crítico e político do livro, a autora denuncia através deste momento que a história precisa ser recontada. O livro apresenta a população indígena do ponto de vista de uma mulher Potiguara. Fala do “descobrimento” do Brasil, do confronto, da resistência dos povos originários, também da opressões, da escravidão a que foram submetidos os povos indígenas após a invasão e séculos de confronto com os europeus. Um livro com características de jornal livre, passando por diversos assuntos, enquanto discute problemas que afetam as aldeias indígenas, aciona o leitor para a ação coletiva, como será visto no trecho abaixo:

Para a transformação social do nosso país, não bastam críticas. É necessário, além das críticas, apresentarmos soluções, na prática, para essa mudança. Todas as lutas empreendidas pelo respeito aos povos indígenas, até hoje, são valiosíssimas. A nova Constituição foi conquistada. É preciso agora novas formas de luta e programas de trabalho, sugestões para garantir os direitos ali estabelecidos. Daí a necessidade da Organização do Movimento Indígena. A UNI, os conselhos, as organizações indígenas existem. O Projeto Grumin surgiu como um braço para sensibilizar e fortalecer e divulgar os trabalhos que as mulheres e crianças já vêm fazendo. Assim, chegaremos lá. A profecia será cumprida e os povos indígenas sobrevivem, a partir da unidade. E a unidade se constrói com trabalho e persistência (Potiguara, 1989, p. 35).

No livro, na continuidade da citação acima, a autora segue dando sugestões de como o leitor pode se envolver e auxiliar as causas indi-

genas. O texto se encaixa muito bem no conceito descrito por Peres (2017), eu-nós lírico-político, onde não só expressa uma narrativa de combate às narrativas colonialistas como convoca o leitor à prática, a somar com a luta coletiva dos povos originários. A autora escreve sobre e para o coletivo, ao mesmo tempo que organiza o movimento de resistência com inspiração artística. Sendo, ao mesmo tempo, também um projeto pedagógico-político. Em uma junção da ancestralidade, política e organização popular e, desde princípio, com a questão territorial em foco. A data da publicação deste trabalho de Eliane Potiguara é de 1989, ou seja, um ano após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a partir da luta dos povos indígenas, conquistava a legalidade dos seus direitos básicos garantidos enquanto povos originários.

Cada qual a sua maneira, as obras estudadas se alimentam desses conceitos. Um outro exemplo de perceptiva e performance artísticas bem diferentes das adotadas por Potiguara (1989), mas que também dialoga com o conceito de eu-nós lírico-político, está presente no trabalho de Márcia Kambeba (2020, p.59), quando a autora vai falar sobre os ensinamentos do seu povo, dos Kambeba, povo das águas: “A vida flutuante / Na sua territorialidade de lugar, / Vê no rio o sustento e morada, / Amigo, pai e companheiro de caminhada”. A questão territorial e a identidade coletiva indígena narrada por Kambeba versam também de um lugar de respeito ao rio, de conexão. Neste caso, a relação de fraternidade com o rio, o colocando como “sustento, morada e companheiro”, também demarca um lugar político, uma outra forma de coexistir com a natureza, um lugar de resistência aos extrativistas e todo tipo de poluidores das águas.

Nestes trabalhos existem ainda outras camadas que se interseccionam com o corpo-território e com as questões referentes às violências de gênero sofridas pelas mulheres indígenas, escritos como poemas, relatos-denúncias. Como na obra de Aurita Tabajara, *Coração na aldeia, pés no mundo*, onde a autora conta em cordel e xilogravuras sobre a vida na cidade e na aldeia, com aspectos da maternidade, da descoberta de sua sexualidade e das violências que sofreu em ambos

os ‘mundos’, indígena e não-indígena. O movimento das mulheres indígenas frequentemente se refere ao corpo-território, demarcando a posicionalidade do movimento quanto à relação intrínseca das populações indígenas com seus territórios, levantando a questão de que a sua dimensão física e espiritual individual é parte contínua deste território. Ou seja, se constituem mutuamente. Neste trecho, Márcia Kambeba explica sua visão de território e chama a atenção para a importância dos sonhos para os Kambeba:

Território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. O território pode também ser imaginário e até mesmo sonhado. E, pensando nesse imaginário, nesse sonho que sua construção tem início (Kambeba, 2020, p.63).

Kambeba estabelece território como espaço de identidade, das construções coletivas ancestrais, de cosmologias próprias de cada identidade. Tema abordado por Adriana Pesca (Hitxá Pataxó), em seu poema intitulado “O que ser índio pra você?”, em que a autora questiona qual seria seu lugar, e o lugar da identidade indígena em uma sociedade que marca os corpos indígenas profundamente com estereótipos. Abaixo um trecho do poema:

Índio, esse termo genérico que não diz quem
sou

É o mesmo termo que tenta dizer o que eu sou
Mas o que é ser índio pra você?

Essa marca estereotípica que me acompanha
aonde vou.

Minha pele, meu cocar, meu colar ou minha
língua?

O meu traje, o meu canto, a minha pintura ou
a minha sina?

Ser indígena, afinal neste contexto atual

Revela a face de uma violência colonial que não
termina [...]

(Adriana Pesca Pataxó, “O que é ser índio pra você?”, In: Potiguara; Ratton, 2022, p. 28)

Segundo Veronica Gago (2019), o conceito de corpo-território foi desenvolvido na luta das mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas, de origem latino-americanas e caribenhas, que auto-organizadas combatem o agronegócio, os extrativismos e monoculturas, e como podemos analisar, está presente também na literatura escrita por essas mulheres.

Considerações Finais

Uma das finalidades desta pesquisa é contribuir de alguma forma com o estudo das epistemologias indígenas e suas conexões geográficas, visando fomentar o debate e sustentação dos saberes dos povos originários do Brasil como saberes valiosos do ponto de vista cultural, artístico e também geográfico, ancestral. Neste sentido, portanto, de acordo com o estabelecido pela Lei 11.645 (Brasil, 2008), que apesar de não ser explícita quanto à obrigatoriedade desses temas constarem nas grades curriculares das universidades, por consequência direta é necessário que tais temas sejam ampla e eticamente trabalhados.

Referências Bibliográficas

- BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividades**, v. 1. Porto Alegre, Sulina, 2009.
- BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Brasília, MEC, 2008. FONSECA, F. P.; OLIVA, J. O mapa: um criador de visões de mundo. In: **Cartografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2013, p. 32-60.
- GAGO, V. **La Potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confin**s, v. 5, abr. de 2009. Disponível em: <http://confin.s.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 15 de jul. de 2024.
- KAMBEBA, M. W. **O lugar do saber**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- PERES, J. S. D. **Autoria e performance nas narrativas míticas indígenas Amondawa**. Porto Velho, Rondônia, 2015. 97f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR, 2015.
- PERES, J. S. D.. A oralidade no impresso: o “eu-nós lírico-político” da literatura indígena contemporânea. **Revista Boitatá**, Londrina, n. 24, p. 216-233, ago.-dez. de 2017.
- POTIGUARA, E. **A Terra é a Mãe do Índio**. Rio de Janeiro: Grumim – Grupo de mulheres indígenas, 1989.
- POTIGUARA, E.; RATTON, V. (Orgs.). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.
- RIBEIRO, D. M. Cartografia literária: uma abordagem cartossemeótica sobre a Guerra dos Tronos. V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fac. Cásper Libero, 2015. Disponível em: https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/comcult/daniel_melo_ribeiro.pdf. Acesso em: 30 de out. de 2024.

Sobre os autores e as autoras

Ana Carolina Paula Basílio

Graduada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Atualmente é doutoranda do PPGH/USP. Tem experiência nas áreas de Geografia e Educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: relações étnico-raciais, urbanização, feminismo(s), periferia, funk e rap.

E-mail: abasilio@usp.br

Ana Paula Itocazo Soida

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-MACK), especialista em Sociopsicologia pela Fundação-Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Mestranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-USP). É pesquisadora voluntária da Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP desde 2015.

E-mail: anasoida@usp.br

Daniela Dias Marinho

Graduada em Geografia na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Doutoranda em Geografia Humana no PPGH (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) na Universidade de São Paulo. Participa do Grupo de Pesquisa “Geografia Urbana: A vida Cotidiana e o Urbano”. Participa de diversos grupos de estudos.

E-mail: daniela.m@gmail.com

Eduardo Henrique Freitas Braga

Graduado em Geografia (Universidade do Estado do Amazonas), Mestre em Geografia (Universidade Federal do Amazonas) e doutorando em Geografia Humana no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo (USP), com apoio financeiro – CAPES. Os temas de interesse circundam a Geografia Urbana, Econômica e Teoria e Método. Também atua como autor e revisor de materiais didáticos em Geografia nos níveis básico e superior.

E-mail: ehfreitasbraga@usp.br

Felipe Garcia Passos

É Bacharel e Licenciado em Geografia (2013) e Mestre em Educação (2017) pela Universidade de São Paulo (USP). Cursa doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na USP com período sanduíche realizado na Universidade de Toronto (2023). Docente do Instituto Federal do Pará (IFPA).

E-mail: felipepassos9@gmail.com

Fernanda Padovesi Fonseca

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH- USP). Fez graduação em Geografia (1987), mestrado (1995) e doutorado (2004) em Geografia Física na Universidade de São Paulo. Foi técnica da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal de 1988 a 1997 onde atuou na implantação de unidades de conservação e na definição de políticas públicas na área da conservação da biodiversidade. A partir de 2008 é professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). É co-coordenadora do Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (LECH), da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/USP) e pesquisadora do LEMADI - Laboratório de Ensino e Material Didático (FFLCH/USP). Suas áreas de pesquisa são: cartografia geográfica, ensino de cartografia, cartografia escolar, cartografia

histórica e cartografia do urbano.

E-mail: ferpado@usp.br

Glória da Anunciação Alves

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH- USP). Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1986), graduação em Licenciatura pela Universidade de São Paulo (1986), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professor sênior da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de geografia, centralidade, urbanização, ensino, escola pública, periferia e ensino.

E-mail: gaalves@usp.br

Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo

Graduação em Geografia pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (2006) e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP campus Rio Claro (2021). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP). Atua como Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais desde 2012.

E-mail: guilherme_poscidonio@usp.br

Hellyzabeth da Silva Barros

Graduada em Geografia (licenciatura) pela Universidade do Estado do Amazonas/UEA, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/PPGH-USP.

E-mail: hellyzabethbarros@usp.br

Igor Santos Valvassori

Obteve o título de Bacharel em Geografia pela USP no ano de 2009. Em 2018 defendeu a dissertação “Som de Valente: bailes negros em São Paulo” pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, sob orientação da Profa. Dra. Simone Scifoni. Desde 2022 cursa doutorado no mesmo programa e sob a mesma orientação. É servidor da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, desde 2010. É pai da adolescente Alicia (11) e do adolescente Victor (13) e esposo de Luana Angelo. É membro do Quilomboletras – clube de leitores negros e negras.

E-mail: igorsantos@usp.br

Juliane da Silva Ribeiro

Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestrado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo, doutoranda no PPGH-USP. Trabalha como professora na rede estadual de São Paulo, há 10 anos realiza a Semana da Consciência Negra, é idealizadora do projeto fotográfico Deixa o Cabelo da Menina no Mundo.

E-mail: julianesribeiro2@gmail.com

Leandro Mendes Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP; doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, com financiamento pela CAPES. Professor de Geografia no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

E-mail: leandromenog@hotmail.com

Lucas Martines de Azevedo da Silva

Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo (USP – 2016-2021). Mestrando em Geografia Humana na Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH-USP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

(FAPESP).

E-mail: lucas.martines.silva@usp.br

Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira

Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, docente de Geografia do Instituto Federal do Paraná no campus Foz do Iguaçu e doutorando no Programa de Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: luiz.deoliveira@usp.br

Mariana dos Santos Nesimi

Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH – USP). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGE-UFRJ) e graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É integrante do grupo de pesquisa Espaço, Teoria Social e Cidade, vinculado à UFRJ e professora da Rede Municipal de Juiz de Fora (MG).

E-mail: mariananesimi@outlook.com

Melissa Ferreira Carpes

Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, mestranda em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: melissafcarpes@gmail.com

Olívia Leme Ibri

Graduação em Geografia na Universidade de São Paulo (USP), Mestrado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Educadora popular e articuladora territorial.

E-mail: olivia.ibri@usp.br

Renata Rodrigues da Silva

Geógrafo graduado pela UniSant'Anna e Mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP. De 2000 a 2024: sócio da Bauart Arquitetura Ltda. Especialista em Planejamento Urbano, Regularização Fundiária, Geoprocessamento, Licenciamento Ambiental e Estudos de Eficiência Energética. Atua na área de projetos desde 1994, em atividades de meio ambiente, planejamento urbano, licenciamento ambiental, regularização fundiária, perícias judiciais e arbitragens, arquitetura e urbanismo. O portfólio compreende mais de 500 trabalhos executados para empresas de consultoria e clientes corporativos como Alphaville Urbanismo, Petrobras, FUNDESPA, Grupo Rede Energia, CNEC, CDHU, Gerdau, Sabesp, CCR, DERSA, Tyco Retail Solutions, Walmart, Siemens, Diagonal Social, Prefeituras, entre outros. Desde 2018 atua como Perito Ambiental e Assistente Técnico Ambiental na área judicial.

E-mail: geografa.tata@usp.br

Rosana Silvestre de Lima

É doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia Humana – PPGH/ Universidade de São Paulo. Mestra pelo Programa de Pós Graduação de Geografia Física - PPGF (2018) na mesma universidade. Atua como professora da rede municipal de ensino de São Paulo desde 2018, ministrando aulas de geografia no ensino fundamental II e médio.

E-mail: rosana.lima@usp.br

Tatiana Cesar Silva Lopes

Graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo (2016) e mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2023). Atualmente é doutoranda no PPGH. Atua como docente na Educação Básica, onde leciona aulas de Geografia no Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Santos. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial e Inclusiva, como também na área de Geografia Urbana, com destaque para as temáticas da cidade, do

urbano, da produção do espaço e de planejamento.

E-mail: tatiana.lopes@usp.br

Thiago Moreira de Jesus

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-USP).

Doutorando em Geografia Humana (PPGH-USP)

E-mail: thiago.moreiradejesus@gmail.com

Wellington de Oliveira Fernandes

Doutorando em Geografia pelo PPGH-FFLCH da USP, com mestrado na mesma área pelo PPGF-FFLCH-USP (2016) e bacharelado e licenciatura pela USP (2013). Pesquisa cartografia crítica e participativa a partir das periferias e do ensino de geografia. É educador em escolas públicas e privadas, tanto no ensino regular, como na educação de jovens e adultos e espaços de educação popular.

E-mail: welltiberio@usp.br

William Kernbichler

Geógrafo graduado pela UniSant'Anna e mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP. De 2000 a 2024: sócio da Bauart Arquitetura Ltda. Especialista em Planejamento Urbano, Regularização Fundiária, Geoprocessamento, Licenciamento Ambiental e Estudos de Eficiência Energética. Atua na área de projetos desde 1994, em atividades de meio ambiente, planejamento urbano, licenciamento ambiental, regularização fundiária, perícias judiciais e arbitragens, arquitetura e urbanismo. Portifólio compreende mais de 500 trabalhos executados para empresas de consultoria e clientes corporativos como Alphaville Urbanismo, Petrobras, FUNDESPA, Grupo Rede Energia, CNEC, CDHU, Gerdau, Sabesp, CCR, DERSA, Tyco Retail Solutions, Walmart, Siemens, Diagonal Social, Prefeituras, entre outros. Desde 2018 atua como Perito Ambiental e Assistente Técnico Ambiental na área judicial.

E-mail: wk.bauart@yahoo.com.br

Este livro foi editado pela **Lapidar**, em Campinas/SP. A tipografia do corpo de texto é a *Libertinus*, a dos títulos, a *Fira Sans* e a das URLs, a *Fira Mono*. As duas famílias tipográficas são publicadas sob uma licença livre, SIL Open Font License 1.1.

A capa representa uma cooperativa de produção pecuária em terras da reforma agrária em Pontão, RS.

Glória da Anunciação Alves
Fernanda Padovesi Fonseca
(Orgs.)

UMA GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA À SEGREGAÇÃO

Este livro reúne um conjunto de textos que convergem para uma abordagem comum: trata-se de um olhar crítico em relação às realidades de grupos sociais que, de diversas formas, sofrem com a segregação, a discriminação, a opressão, o assédio, a violência, o esquecimento, o isolamento e outras formas de injustiça. E a despeito de tudo isso, resistem. O título que atribuímos a esse conjunto pretendeu expressar a substância que percorre o conjunto: Uma geografia da resistência à segregação.

